

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**Guerras luso-holandesas na Capitania da Paraíba (1631-1634): um
estudo documental e historiográfico**

LEANDRO VILAR OLIVEIRA

Orientador: GUSTAVO ACIOLI LOPES

Linha de Pesquisa: História Regional

João Pessoa - PB

Março - 2016

Guerras luso-holandesas na Capitania da Paraíba (1631-1634): um estudo documental e historiográfico

Leandro Vilar Oliveira

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção de título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

Orientador: GUSTAVO ACIOLI LOPES

Linha de Pesquisa: História Regional

João Pessoa - PB

2016

O48g Oliveira, Leandro Vilar.
 Guerras luso-holandesas na Capitania da Paraíba (1631-
 1634): um estudo documental e historiográfico / Leandro Vilar
 Oliveira.- João Pessoa, 2016.
 255f. : il.
 Orientador: Gustavo Acioli Lopes
 Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA
 1. História regional. 2. Brasil holandês. 3. Capitania da
 Paraíba. 4. Nova história militar.

UFPB/BC

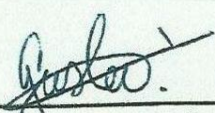
CDU: 981.422(043)

**Guerras luso-holandesas na Capitania da Paraíba (1631-1634): um
estudo documental e historiográfico**

Leandro Vilar Oliveira

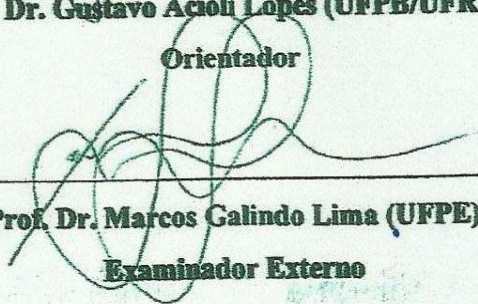
Dissertação de mestrado avaliada em ____ / ____ / ____ com conceito ____

BANCA EXAMINADORA



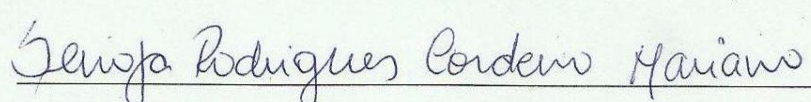
Prof. Dr. Gustavo Acioli Lopes (UFPB/UFRPE)

Orientador



Prof. Dr. Marcos Galindo Lima (UFPE)

Examinador Externo



Profª. Dra. Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (UFPB)

Examinadora Interna

Prof. Dr. Bruno Romero Ferreira Miranda (UFPE)

Suplente Externo

Profª. Dra. Solange Pereira da Rocha (UFPB)

Suplenta interna

“A história negligencia quase todas essas particularidades, e não pode fazer de outro modo, ou seria invadida por um infinito delas. Esses detalhes, que chamamos erradamente de pequenos — não há pequenos fatos na humanidade, nem pequenas folhas na vegetação —, são úteis. É dessa fisionomia dos anos que se compõem a feição dos séculos”.

Os Miseráveis, parte I, liv. III, cap. I,
Victor Hugo.

Ao meu avô
Severino Eloi da Silva (1929-2015)
In memoriam

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo agradeço a Deus por ter me dado forças para suportar a dor da doença de meu avô durante dois meses bastante desgastantes em 2015, que infelizmente acarretou em sua morte. No entanto, tive força para poder retomar o estudo e a pesquisa, e conseguir concluir esse trabalho no prazo de 24 meses.

A minha mãe Silvana e meu pai Antônio Carlos por terem não apenas me incentivado, mas por ter mantido os recursos financeiros em 2014, época que não dispus de bolsa de estudo, e graças a eles, não necessitei procurar emprego, podendo me dedicar integralmente à pesquisa.

Ao professor Gustavo Acioli Lopes, o qual com esmero dedicou-se de forma ímpar, ainda mais levando em consideração a distância de um estado entre nós, e as poucas vezes que nos reunimos pessoalmente, ainda assim, soube com atenção e dedicação me orientar todo este tempo.

Ao professor Guilherme Gomes da Silveira D'Ávila Lins por em 2013 ter ministrado um curso sobre o Brasil holandês, especificamente a Paraíba holandesa, no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP). De cujo curso originou o projeto desse mestrado. Agradeço também pelas conversas, sugestões, conselhos e a presença no dia da defesa.

Ao professor Dr. Marcos Galindo Lima, o qual aceitou compor a banca de qualificação e de defesa, aceitando pessoalmente a vir dirigindo de sua residência em Recife para João Pessoa. Agradeço também por suas valiosas contribuições na área, da qual é um profundo conhecedor.

Ao professor Dr. Mozart Vergetti Menezes por ter participado do Seminário de Dissertação, ter aceitado o meu estágio na disciplina de História da Paraíba I, ministrada em 2014 por ele. Como também agradeço por ter aceitado compor a banca da qualificação.

À professora Dra. Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano por ter aceitado ser suplente do professor Mozart Vergetti, e por sua vez, substituí-lo para a banca de defesa. Agradeço por suas sugestões e críticas.

A professora Dra. Solange Pereira da Rocha por ter me indicado acerca do curso do professor Guilherme Lins em 2013, além de ter aceitado ser suplente da professora Serioja para a formação da banca de defesa.

Ao professor Dr. Bruno Romero Ferreira Miranda por ter aceitado ser suplente do professor Marcos Galindo, para formação da banca de defesa, como também agradeço por ter feito, exclusivamente para esse trabalho, a tradução da legenda do mapa *Cabodelo ad monding vd rivier Parahyba met de forten St. Catharina en St. Anthonio, alsmede redouten, batterijen, kwartieren en magazijnen Ligging* (1634).

Aos meus velhos amigos da época de graduação com os quais voltei a estudar no mestrado: Maday, Isabelle, Lucian, Raíssa, Lis, Michelle, Danilo e Dmitri, e também aos velhos amigos, com os quais não estudei por serem da turma seguinte, mas que mantive contato em 2015, Myraí, Daniel e Andrea.

Aos amigos que fiz durante a turma de mestrado de 2014.

Aos amigos do Curso de Biblioteconomia, com os quais nos últimos dois anos participei de eventos, palestras e de viagens. Inclusive minha casa tornou-se ponto de encontro para tais questões. Agradecimentos especiais para Alcione, Carol, Cristina, Edvan e Ricardo.

Aos amigos do Curso de Ciências das Religiões, Ângela, Andressa e Ricardo, assim como, ao professor Dr. Johnni Langer e Luciana Campos, com os quais nestes dois anos estudamos juntos.

A Ana Beatriz e Geraldo, estagiária e secretário na coordenação do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), pelo bom serviço prestado nas questões burocráticas e administrativas do curso.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por ter financiado minha bolsa de estudos durante o ano de 2015-2016.

Ao Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), por ter cedido espaço e funcionários para realização do curso do professor Guilherme Lins em 2013.

Ao Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP) e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), por disponibilizarem na internet o acervo de suas revistas, os quais foram bastante valiosos para esta pesquisa.

A Biblioteca Nacional do Brasil, a Biblioteca Nacional de Portugal e a John Carter Brown Library, por disponibilizarem parte de seus acervos na internet, os quais foram essenciais para essa pesquisa.

RESUMO

Durante a primeira fase que compreende o período do Brasil holandês (1630-1636), a qual corresponde, de acordo com Evaldo Cabral de Mello (2007), à fase de conquista e consolidação das campanhas militares promovidas pela Companhia das Índias Ocidentais (*West-Indische Compagnie* – WIC) no atual nordeste brasileiro, a Capitania da Paraíba foi das quatro capitanias iniciais a serem conquistadas, a penúltima a se render. Isso ocorreu após três conflitos, dos quais os portugueses e espanhóis saíram vitoriosos em dois. A proposta deste estudo foi analisar como se desenvolveram as três expedições holandesas na Capitania da Paraíba, ocorridas em dezembro de 1631, e em fevereiro e dezembro de 1634; sua repercussão para a colônia, sua ligação com os conflitos ocorridos nas capitanias vizinhas de Itamaracá, Rio Grande e Pernambuco, e as dificuldades que os holandeses tiveram para conquistar a capitania paraibana, pois nossas conclusões revelam que a empresa bélica empreendida pela WIC para conquistar a Paraíba, consistiu em um dos vários desafios que a Companhia enfrentou nestes primeiros anos. Este estudo foi pautado sobre a análise de quatro fontes primárias, escritas por personagens que participaram do evento em questão: a relação escrita por frei Paulo do Rosário, OSB (1632); o diário de viagem escrito pelo soldado alemão Ambrósio Richshoffer (1677), o qual serviu no exército da WIC; as memórias diárias do governador de Pernambuco Duarte de Albuquerque Coelho (1654), e os anais históricos de Joannes de Laet (1644), um dos diretores da WIC, em Amsterdã, o qual não foi testemunha direta. Tais fontes expressam os pontos de vista do lado português e do lado holandês, de forma a se construir um relato sobre tais conflitos comparando as narrativas dos dois lados do campo de batalha. Para a abordagem destas fontes, optou-se por uma metodologia de análise de discurso e análise literária, a fim de compreender as variações textuais e discursivas de cada um dos autores, evidenciando como seus valores interferiram em suas opiniões e juízos acerca de tais batalhas. No caso da análise dos conflitos, estes foram pautados na abordagem da “nova história militar”, campo de estudo surgido na esteira da “nova história”, o qual procura repensar o estudo das forças armadas e da guerra, não se limitando à história tradicional da guerra, pautada nas batalhas e em fatores políticos e econômicos, mas procurando compreender a guerra nos seus preceitos sociais, culturais, religiosos entre outros.

Palavras-chave: Brasil holandês, Capitania da Paraíba, Nova história militar.

ABSTRACT

During the first phase comprising the period of Dutch Brazil (1630-1636), which corresponds, according to Evaldo Cabral de Mello (2007), the phase of conquest and consolidation of military campaigns promoted by the West India Company (*West-Indische Compagnie* - WIC) in actual northeastern Brazil, the Captaincy of Paraíba was one of the first four captaincies to be conquered, the next to last to surrender. This occurred after three conflicts, of which the Portuguese and Spanish were victorious in two. The purpose of this study is to analyze how they developed the three Dutch invasions in Paraíba, made in December 1631, and in February and December 1634; its impact to the colony, its connection with the conflicts in the neighboring captaincy of Itamaracá, Rio Grande and Pernambuco, and the difficulties that the Dutch had to win the Paraíba captaincy, because our conclusions reveal that the warlike enterprise undertaken by WIC to conquer Paraíba; It consisted of one of the many challenges we faced in those early years. This study was guided on the analysis of four primary sources, written by characters who attended the event in question: the relation written by Fr. Paulo do Rosário, OSB (1632); the travel journal written by Ambrósio Richshoffer (1677), german soldier, who served in the army of WIC; daily memories of Duarte de Albuquerque Coelho (1654), governor of Pernambuco, and the historical annals of Joannes de Laet (1644), a director of WIC in Amsterdam, which was not a direct witness. Such sources express the views of the Portuguese side and the Dutch side in order to build an account of such conflicts by comparing the narratives of both sides of the battlefield. To address these sources, it was decided by a discourse analysis methodology and literary analysis in order to understand the textual and discursive variations of each of the authors, showing how their values interfered in their opinions and judgments about such battles. In the analysis of conflicts, these were based on the approach of the "new military history" field of study emerged in the wake of the "new history", which seeks to rethink the study of military and war forces, not limited to the traditional war history, based in the battles and political and economic factors, but trying to understand the war in their social precepts, cultural, religious and others.

Keywords: Dutch Brazil, Captaincy of Paraíba, New history military.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABN – Anais da Biblioteca Nacional

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

RIAHGP – Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano

RIAGP – Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano

RIHGB – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

RIHGP – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano

VOC – Vereenigde Oost-Indische Compagnie

WIC – West-Indische Compagnie

LISTA DE FIGURAS

Figura I – Duque de Alba, presidindo o Conselho dos Tumultos	26
Figura II – Selo da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais	33
Figura III – Planta da restituição da Bahia	34
Figura IV – Retrato de Hendrick Corneliszoon Lonck	36
Figura V – Frontispício da <i>Relaçam Breve, e Verdadeira da memoravel victoria, que ouue o Capitão môr da Capitania da Paraiua Antonio de Albuquerque, dos Rebeldes de Olanda</i>	44
Figura VI – Retrato de Ambrósio Richshoffer	72
Figura VII – Frontispício da <i>Descrição de Viagem ao Brasil e às Índias Ocidentais</i>	74
Figura VIII – Frontispício das <i>Memórias Diárias da Guerra do Brasil</i>	83
Figura IX – Retrato de Joannes de Laet, o antuerpiano	91
Figura X – Frontispício da <i>História ou Annaes da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais</i>	96
Figura XI – Mapa <i>Frederyce Stadt</i> (Cidade Frederica)	108
Figura XII – Imaculada Conceição	117
Figura XIII – Forte de Santo Antônio	132
Figura XIV – Crestofle d'Artischau Arciszewski	137
Figura XV – Retrato de Matias de Albuquerque Coelho	139
Figura XVI – Cabedelo e a foz do rio Paraíba	144
Figura XVII – Retrato de Giovanni Vincenzo San Felice (Conde de Bagnuolo)	156
Figura XVIII – A cidade da Paraíba	162
Figura XIX – Esquema de um bastião	177
Figura XX – Ilustração contemporânea de como um canhão pode ser utilizado com o auxílio de quadrantes para uma precisa melhoria	178
Figura XXI – Planta do Forte Margarida no rio Paraíba	180
Figura XXII – Mapa <i>Afbeeldinghe van Pariba enden Forten</i> (Representação da Paraíba e seus fortes)	182
Figura XXIII – Formação de mosqueteiros espanhóis no século XVII	185
Figura XXIV – El caminho español	196
Figura XXV - Cerco de dezembro de 1634	218

LISTA DE TABELAS

Tabela I – Número de mortos e feridos nas expedições holandesas à Capitania da Paraíba	207
Tabela II – Números de soldados participantes nas expedições holandesas à Capitania da Paraíba	208

SUMÁRIO

RESUMO	X
ABSTRACT	XI
LISTA DE ABREVIATURAS	XII
LISTA DE FIGURAS.....	XIII
LISTA DE TABELAS	XIV
INTRODUÇÃO: GUERRAS PELO AÇÚCAR	16
1. CAPÍTULO I: OS AUTORES E SUAS OBRAS	43
1.1 Um beneditino	43
1.1.1 A relação breve de um frei	46
1.2 Um jovem aventureiro	66
1.2.1 O diário de um soldado	73
1.3 O nobre donatário	80
1.3.1 As memórias de um governador	83
1.4 O mercador flamengo	90
1.4.1 Os anais de um diretor	96
2. CAPÍTULO II: AS INVASÕES HOLANDESAS À CAPITANIA DA PARAÍBA	104
2.1 A Batalha do Cabedelo: 05-12 de dezembro de 1631	104
2.2 A Batalha do Forte de Santo Antônio: 26-28 de fevereiro de 1634	128
2.3 A Batalha da Paraíba: 02-23 de dezembro de 1634	136
2.4 A capitulação da Paraíba: 24-31 de dezembro de 1634	163
3. CAPÍTULO III: UM ESTUDO HISTORIOGRÁFICO SOBRE OS RELATOS DAS GUERRAS LUSO-HOLANDESAS NA PARAÍBA	173
3.1 As fortificações	174
3.2 A guerra de Flandres e a guerra brasílica	183
3.3 Os perigos e problemas no serviço militar no Brasil	201
3.4 Os cercos	209
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	223
5. BIBLIOGRAFIA	230
6. GLOSSÁRIO	244
7. ANEXOS	249

INTRODUÇÃO: GUERRAS PELO AÇÚCAR

“As verdadeiras minas do Brasil
são o açúcar e o pau-brasil”.
D. Diogo de Meneses¹

O tema de estudo dessa dissertação surgiu no início do ano de 2013, enquanto assistia às aulas do *II ciclo de debates: revisão crítica documental e interpretativa da história oficial século XVII – o período holandês na Capitania da Paraíba (1634-1654)*, ministradas pelo professor e pesquisador Guilherme Gomes da Silveira d’Ávila Lins, sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), sendo um especialista na história colonial paraibana.

À medida que se aprofundou na pesquisa bibliográfica sobre o tema da Paraíba holandesa, começou a se delinear mais claramente o que o professor Guilherme assinalava em suas aulas, como o fato de haver muitas fontes sobre o período holandês na Paraíba, mas havendo poucos historiadores que as conheciam, no que resultava ainda numa baixa produção de trabalhos sobre esse período, referente à capitania paraibana.

De fato, quando olhamos para Pernambuco e Salvador, existem uma profusão de livros, artigos, monografias, dissertações e teses, as quais abordam o período de conquista e ocupação. Todavia, quando olhamos para o material produzido acerca de outras capitanias que estiveram sob o jugo neerlandês como a Paraíba, o Rio Grande do Norte, Sergipe, Ceará e Maranhão, a produção ainda se apresenta diminuta até onde se conhece, pois desde os anos 1940 não se realizou outro grande levantamento sobre a produção bibliográfica brasileira² acerca desse assunto, embora houvesse nesse intervalo de tempo, levantamentos sobre as fontes primárias.

Por mais que se diga que o número de fontes para se estudar Pernambuco seja o maior, devido à importância dessa capitania como sede do governo colonial da Nova Holanda, e o fato de que capitanias como Rio Grande, Sergipe, Ceará e Maranhão tiveram importância efêmera nesse período, isso não deve ser justificativa para que se deixem de fazer trabalhos sobre essas demais capitanias, as quais também fizeram parte da colônia da WIC.

¹ MENESES, Diogo de. “Correspondência do governador D. Diogo de Meneses: 1608-1612”. Introdução de Rodolfo Garcia. *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. LVII, 1935, p. 51.

² Os principais levantamentos bibliográficos acerca da temática do Brasil holandês foram produzidos por José Honório Rodrigues, como *Civilização Holandesa no Brasil* (1940) e *Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil* (1949). O historiador voltaria a fazer outros levantamentos menores em outras de suas obras nos anos seguintes.

Se tomarmos os clássicos da historiografia paraibana como *Datas e notas para a história da Paraíba* (1908-1909) de Irineu Ferreira Pinto, *História da Província da Paraíba* (1912) de Maximiliano Lopes Machado, e *História da Paraíba* (1966 e 1978) de Horácio de Almeida, as referências dadas sobre as invasões holandesas à capitania paraibana são sucintas.

Por exemplo, Horácio de Almeida debate a primeira e segunda invasão em duas páginas, enquanto dedica mais algumas páginas a terceira invasão, e a emenda com a ocupação e estabelecimento do governo holandês. Muito embora, que, ainda hoje, os relatos de Machado e Almeida ainda sejam os melhores que temos nesse sentido. Até mesmo em outros livros não menos importantes, como *Apanhados históricos da Paraíba* (1978) de Celso Mariz, e *Pequena história da Paraíba* (1980) de Vilma dos Santos Cardoso, encontramos informações interessantes e valiosas sobre o domínio holandês na Paraíba, mas no que diz respeito à fase da conquista, os relatos também são bastante breves.

A falta de informações não se deu propriamente pela inexistência de fontes, mas talvez por problemas de acesso a algumas delas, ou desconhecimento, ou falta de interesse, pois tais livros anteriormente mencionados, todos trataram da história paraibana no geral, sem focar em detalhar determinadas épocas. Embora que desde o século XIX já dispomos de trabalhos de historiadores que analisaram algumas das fontes do século XVII, sobre as guerras luso-holandesas, inclusive abordando as três expedições à Paraíba.

Só para mencionar algumas das obras escritas nos Oitocentos, estão: *Les Hollandais au Brésil* (1853) de Pieter Marinus Netscher; *História Geral do Brazil* (1854-1857) de Francisco Adolfo de Varnhagen, o qual dedicou alguns capítulos importantes sobre a época holandesa, algo que ele retomou especificamente anos depois, em *História das lutas com os holandeses no Brasil* (1871). No começo do século XX, podemos mencionar também o livro *Das holländische Kolonialreich in Brasilien* (1921) de Herman Wätjen, o qual consiste em um trabalho mais denso, criterioso e bem desenvolvido em relação às obras anteriores.

Esses três autores por sua vez serviram de referencial para historiadores como José Honório Rodrigues, José Antônio Gonsalves de Mello e Evaldo Cabral de Mello. O próprio Horácio de Almeida e outros historiadores paraibanos também tinham ciência desses livros. Logo, por quais motivos tivemos uma baixa produção ligada ao estudo do período holandês na Paraíba?

Talvez uma das repostas advenha que os historiadores paraibanos de 1900 a 1970, seguiram uma cultura historiográfica³ em se escrever livros de história geral da Paraíba, escrevendo de tudo um pouco, sem conceder maior atenção a determinados períodos, o que inclui o Domínio Holandês, daí que em tais obras termos poucas referências sobre este período na capitania paraibana.

Diferente do que ocorreu em Pernambuco, onde se desenvolveu ainda no século XIX, uma historiografia nativista⁴, a qual teve como ponto de partida o Brasil holandês, como período no qual se foi buscar as raízes e origens desse nativismo pernambucano, na Paraíba o mesmo não ocorreu. Não houve esse reconhecimento com o domínio neerlandês, mesmo que a WIC tenha administrado oficialmente a Paraíba por vinte anos, além do fato de que houve um movimento de resistência próprio da capitania, o qual veio a se unir ao movimento pernambucano na segunda metade de 1640, ainda assim, a historiografia paraibana não se expressou da mesma forma como a historiografia de origem pernambucana.

Soma-se a tal questão, a dificuldade de acesso a algumas fontes as quais ainda estavam sendo traduzidas, catalogadas e organizadas. Lembrando que no final dos anos 1940, José Honório Rodrigues havia encabeçado essa difícil tarefa de catalogar as fontes sobre o Brasil holandês conhecidas, e ele mesmo apresentou dificuldades para se realizar tal trabalho.

Embora tal questão seja até interessante para se efetuar uma pesquisa, a proposta dessa dissertação não é responder a esse questionamento. Embora possuímos uma vasta historiografia produzida ao longo do século XX sobre o Brasil holandês, ainda assim, no século XXI, não dispomos de um número significativo de obras específicas sobre esse assunto e o seu recorte temporal na Paraíba, conclusão que defendo com base num levantamento bibliográfico ainda em desenvolvimento, mas que já consta com mais de

³ “Quando falamos de cultura historiográfica, nós estamos nos referindo às matrizes paradigmáticas, às matrizes teóricas, estamos falando também da história viva, seja ela individual, seja ela coletiva. Portanto, nós estamos nos referindo principalmente aos referenciais documentais que, diga-se de passagem, nós historiadores inventamos constantemente, nós reinventamos a nossa documentação constantemente. Se eu digo que tem a ver com os referenciais documentais, isso também quer dizer que a cultura historiográfica está muito presente quando se fala, por exemplo, em pesquisa, ou seja, todos os nossos referenciais de pesquisa. Cultura historiográfica tem a ver com os sujeitos históricos, tem a ver com os grupos sociais, tem a ver com algo que poucas vezes chama a atenção, tem a ver com tradições”. (CURY, FLORES, CORDEIRO JR, 2009, p. 226).

⁴ Evaldo Cabral de Mello dedicou seu livro *Rubro Veio* (2003) e alguns capítulos de *A ferida de Narciso* (2010) para abordar essa cultura nativista pernambucana referente ao Brasil holandês.

500 obras catalogadas, produzidas entre 1950 e 2015, as quais dizem respeito ao Brasil holandês⁵.

Como dissemos a ideia para essa dissertação não é preencher essa lacuna sobre as duas décadas de ocupação holandesa na Paraíba, já que o recorte temporal aqui analisado diz respeito à época das invasões, as quais ocorreram em dois anos, o que por sua vez, deixa de fora os 20 anos de ocupação, que por si só representa muito assunto ainda para ser abordado.

O motivo por ter se escolhido não trabalhar com as duas décadas de domínio holandês na Paraíba parte dos seguintes problemas: a maior parte dos documentos que possuímos referentes à Paraíba, se refere aos anos de 1631 a 1640, o que corresponde a nove anos de um total de vinte; embora consigamos encontrar alguns documentos de datas posteriores, ainda assim é uma documentação escassa, e no que diz respeito ao período que vai de 1645 a 1654, os números caem bastante⁶.

Para tentar suprir essa lacuna nos registros portugueses é necessário utilizar os registros holandeses, e mesmo para quem saiba ler holandês (que não é o meu caso), é preciso saber paleografia para poder ler a documentação da época, da qual muita não foi atualizada para as vigentes normas ortográficas atuais da língua holandesa. Mesmo que optasse em se trabalhar com a documentação traduzida e conhecida, ainda assim, seria uma tarefa difícil para reunir essa documentação referente à Paraíba, a fim de se realizar um estudo em tempo cabível.

Logo, diante desses percalços, acabou se escolhendo o período das expedições de conquista (1631 e 1634), por ser uma temporalidade bem menor, mas também por já dispor da bibliografia referente ao assunto, além do fator principal: as obras sobre história da Paraíba que dizem respeito à conquista holandesa, das quais as principais foram anteriormente mencionadas, são bastante sucintas sobre o tema, e diante dessa questão, decidimos escrever sobre o tema, a fim de deixar uma contribuição para esse assunto.

Sendo assim, antes de adentrarmos ao estudo das Três Expedições de conquista promovidas pela Companhia das Índias Ocidentais à Capitania da Paraíba, é preciso

⁵ Entre alguns trabalhos sobre o período holandês na Paraíba, produzidos nos últimos anos, podemos mencionar as obras de Regina Célia Gonçalves, referentes ao estudo da participação dos indígenas nas guerras luso-holandesas: *As Cartas Tupi* (2008), *Povos Indígenas no período do Domínio Holandês* (2009), *Guerras e Alianças* (2012), ambas essas obras em parceria com orientandos seus na época. E algumas das obras de Guilherme d'Ávila Lins: *O fracasso holandês na Capitania da Paraíba em 1631* (1998), *Governantes da Paraíba no Brasil Colonial* (2002), além de menções sobre o assunto em outros de seus livros.

⁶ No ano de 1649 os holandeses foram quase totalmente expulsos da Paraíba, permanecendo o restante dos anos até 1654 alojados no forte do Cabedelo. Na prática eles não dispunham de autoridade sobre o governo da capitania, embora a WIC ainda continuasse a nomear diretores e a enviá-los para lá.

conhecer um pouco acerca do contexto geo-político-econômico que o século XVII vivenciava. Época na qual alguns historiadores disseram que a Europa passava por uma série de crises. O que respalda vários motivos pelos quais os Países Baixos estavam em guerra com a Espanha, e conseqüentemente entraram em conflito com Portugal.

Quando o governador-geral do Brasil, Dom Diogo de Meneses e Siqueira⁷ em carta redigida ao rei Filipe III de Espanha, no ano de 1609, disse que “as verdadeiras minas do Brasil” eram o açúcar e o pau-brasil, mesmo passado 21 anos até a segunda invasão dos holandeses à colônia brasileira, a afirmação do governador ainda era bastante válida, pois minas de ouro e prata ainda não haviam sido descobertas na colônia, embora tenha sido achado ouro de aluvião na Capitania de São Vicente⁸; ainda assim, o governador-geral em sua comparação dizia que, enquanto os espanhóis tinham minas de prata no Alto Peru (atual Bolívia), no Brasil restavam o pau-brasil e o açúcar como principais fontes de riqueza da terra.

Entretanto, não eram apenas os portugueses e espanhóis que tinham ciência das riquezas das Índias Ocidentais:

Notícias sobre o Novo Mundo chegavam de maneira notavelmente rápida e em abundância aos Países Baixos. A América chegou aos Países Baixos muitos antes de os Países Baixos irem ao Novo Mundo. As formas de circulação de informação eram as mais variadas e chegaram à Europa de formas distintas: oral, escrita e visual. Em uma ofuscante variedade de textos – relatos de viagem, narrativas históricas, panfletos políticos, poesia épica – e de acervo visual – atlas, gravuras, mapas decorativos, pinturas de paisagem – os neerlandeses leram, visualizaram ou escutaram a respeito do Novo Mundo. Nos Países Baixos, boa parte dessa produção foi traduzida para o neerlandês, francês e/ou latim, língua franca dos círculos escolados do Norte. (MIRANDA, 2014, p. 123).

Dentre as maravilhas que faziam os olhos dos europeus exaltarem-se, estavam as lucrativas possibilidades que a produção e o comércio açucareiro rendiam, pois naquele tempo o açúcar era iguaria cobiçada (STOLS, 2004, p. 243-244).

Atribuía-se ao produto da cana virtudes miraculosas para a saúde. Sete pães de açúcar (14 quilos) deixa a mulher de Carlos V da França, no seu testamento, entre joias preciosas. E o sucessor deste rei dá a outro soberano, como presente real, mais alguns quilos da mágica mercadoria. À época do

⁷ Foi nomeado governador-geral em 1606, mas tomou posse em 1608, governando até 1612. Seu governo notabilizou-se por sua preocupação com a segurança da costa brasileira, do Ceará ao Rio de Janeiro, tendo ordenado a construção de fortes e a reforma de outros. Ordenou expedições pela costa, com intuito geográfico, cartográfico e a fim de averiguar os locais que os franceses, ingleses e holandeses costumavam ir para coletar pau-brasil. Criou a ouvidoria-geral do Rio de Janeiro e realizou outras reformas políticas em Pernambuco e na Bahia (GARCIA, 1935, p. 31-32).

⁸ O ouro de aluvião havia sido descoberto ainda na segunda metade do século XVI em Jaraguá próximo a Vila de São Paulo do Piratininga, em Ibiturana, próximo a Vila do Parnaíba e também em Curitiba e Paranaguá (VOLPATO, 1986, p. 90). Todavia essas jazidas eram pequenas e forneceram pouco ouro, ainda assim, o suficiente para motivar novas bandeiras atrás desse precioso metal.

descobrimento do Brasil, a Europa tomava tudo com açúcar: a carne, o vinho, o peixe. Servia de remédio, de emplastro, de moeda e até de agente para a magia negra, com bruxedos e quiromancias. (AMARAL, 1958, p. 357).

Diante dessas variedades de uso que o açúcar proporcionava⁹, nações como Inglaterra, França e a região dos Países Baixos¹⁰ também procuraram meios de ingressarem no mercado açucareiro. No caso dos holandeses, estes já vinham fazendo negócios com Portugal e o Brasil desde a segunda metade do século XVI, tornando-se, ao lado dos flamengos¹¹, os responsáveis pelo refino do açúcar brasileiro, sua revenda e distribuição na Europa.

Uma das formas pelas quais os holandeses e flamengos conseguiram ter acesso à economia açucareira brasileira, foi através da sua rede de contatos com mercadores judeus e cristãos-novos de origem portuguesa. Em 1497, o rei D. Manuel I ameaçou expulsar os judeus de Portugal caso eles não se convertessem ao catolicismo, assim muitas famílias que não deixaram o reino, tornaram-se cristãos-novos. Décadas depois, em 1537, o rei alemão e espanhol Carlos V, e em 1550, o rei francês Henrique II, autorizaram que cristãos-novos fixassem residência em seus domínios. A partir de 1590, aumentou-se o número de famílias de origem judia e cristã-nova que passaram pela França indo para a Antuérpia, Amsterdã e Hamburgo (MELLO, 1996, p. 7).

Além dessa movimentação de famílias de cristãos-novos para a França e para os Países Baixos, no Brasil também teve um crescimento de cristãos-novos, principalmente em Pernambuco, devido a ser a capitania com a maior produção açucareira da época. Não obstante, alguns desses cristãos-novos tornaram-se senhores de engenho em Pernambuco, Itamaracá e na Paraíba, embora fosse uma minoria neste caso. No entanto, o restante era dono de fazendas de cana ou participavam do comércio açucareiro, possuindo contatos em Lisboa, Porto, Antuérpia, Amsterdã e Hamburgo (MELLO, 1996, p. 8-9).

⁹ Para mais detalhes sobre os distintos usos do açúcar na Europa da Idade Moderna, consulte STOLS, Eddy. "The expansion sugar Market in western Europe". In: SCHWARTZ, Stuart B. (org.). *Tropical Babels: sugar and making of the Atlantic world, 1450-1680*. Chaper Hill: University of North Carolina Press, 2004. p. 237-288.

¹⁰ A região dos Países Baixos compreendia a atual Bélgica, Holanda e Luxemburgo. Na época tal região também era conhecida como as Dezesete Províncias (SCHALKWIJK, 2004, p. 31).

¹¹ Flamengo é o gentílico para quem nasce em Flandres, região hoje na atual Bélgica. No entanto, nos séculos XVI e XVII, os portugueses e espanhóis utilizavam flamengo como um termo generalizante para se referir aos habitantes das Dezesete Províncias, todavia, quando os Países Baixos do Norte declararam independência eles passaram a se chamar de holandeses ou neerlandeses, contudo, os portugueses ainda os chamavam de flamengos (MELLO, 2002, p. 103). Para esse estudo preferiu-se usar os gentílicos holandês e neerlandês para se referir aos habitantes da República dos Países Baixos, e usar flamengo para se referir a população dos Países Baixos do Sul ou Países Baixos Espanhóis, como ficaram conhecidas as províncias que permaneceram sob o domínio da Coroa espanhola.

A partir dessa rede de contatos, os mercadores cristãos-novos no Brasil conseguiam enviar carregamentos de açúcar para os holandeses, flamengos, franceses e hamburgueses. Inclusive, J. A Gonsalves de Mello (1996, p. 10) assinalou que no final do século XVI, após as duas visitas da Inquisição Portuguesa ao Brasil, alguns cristãos-novos foram investigados sob acusações de não estarem professando a fé cristã de fato, então alguns preferiram deixar a colônia e se mudaram para a Holanda¹².

No entanto, por mais que os holandeses e hamburgueses mantivessem esses contatos comerciais no Brasil, para importar açúcar, foram os flamengos, principalmente oriundos da cidade da Antuérpia¹³, os quais eram os principais responsáveis pelo comércio e refino do açúcar, pois Amsterdã e outras cidades neerlandesas ingressaram somente no final do XVI, nessa rendosa indústria (MELLO, 2002, p. 104). E mesmo após o ingresso de Amsterdã no comércio açucareiro, Antuérpia ainda manteve o posto como uma das principais cidades que comercializavam tal produto, daí sua importância para a conquista espanhola (STOLS, 2004, p. 269).

Não obstante, mesmo que as cidades neerlandesas tenham ingressado no comércio açucareiro após as cidades flamengas, ainda assim, as terras que um dia viriam a ser a República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos, já vivenciavam no Quinhentos um massivo desenvolvimento econômico.

Fernand Braudel (1996, p. 160-162) salientou que foi ainda no século XVI, que os Países Baixos começaram sua guinada para o desenvolvimento da nação. Mesmo que alguns viajantes alegassem em suas cartas que os Países Baixos eram terras exíguas e naturalmente pobres, nas quais a população padecia de fome, ele discordou da opinião desses viajantes que visitaram essas províncias entre os séculos XVI e XVIII.

Dado o pouco espaço disponível, pecuária e agricultura estão condenadas a apostar na produtividade. Os animais são mais bem alimentados do que nos outros lugares. As vacas chegam a dar três baldes de leite por dia. A agricultura transforma-se em horticultura, inventa modos científicos de

¹² Entre alguns mercadores cristãos-novos que viviam em Pernambuco, mas se mudaram para a Holanda esteve James Lopes da Costa, o qual adotou o nome Jacob Tirado, após se converter ao judaísmo e passar a morar em Amsterdã. Jacob Tirado tornou-se uma figura pública conhecida entre a comunidade judia, tendo fundado uma sinagoga em Amsterdã (MELLO, 1996, p. 12-13).

¹³ “Jan Materne has tried to quantify the origin of the sugar traded in Antwerp. Hence, he proposed for the years 1552–53 figures of 51 percent from São Tomé, 20 percent from Madeira, 10 percent from the Antilles, 9 percent from the Canaries, 6 percent from North Africa, and 4 percent of unknown origin. By 1570, São Tomé would furnish 70 percent, Brazil 15 percent, and North Africa 5 percent, with the remaining 10 percent of unknown origin. For 1590–99, he attributed 86 percent to Brazil and barely 2 percent to São Tomé, without being able to identify the remaining 12 percent. Although there appear in these statistics general trends, it is necessary to nuance this distribution and to complete it”. (STOLS, 2004, p. 260).

rotação de culturas, obtém, graças aos adubos, que incluem lixos utilizáveis das cidades, rendimentos melhores do que os habituais. Já em 1570 o progresso é suficientemente nítido para desempenhar o seu papel nos primeiros impulsos da economia da região, o que leva Jan de Vries a dizer que o capitalismo, na Holanda, nasce da terra. (BRAUDEL, 1996, p. 161).

Simon Schama (1992, p. 157, 171-172) também discordou de que a região dos Países Baixos vivenciou uma contínua escassez de alimentos. Ele salienta que no século XVII há relatos de pomposos banquetes, como também relatos sobre a gula dos ricos. No entanto, ele diz que houve algumas pequenas revoltas em protesto a escassez de alguns gêneros alimentícios e o aumento dos preços, algo que ocorria normalmente em qualquer outra nação europeia daquela época.

Por sua vez, Martin van Gelderen (1992, p. 14) ressalva que, os anos de 1495 a 1565, a região vivenciou um grande crescimento econômico, social e urbano a ponto de surgirem mecenas que passaram a patrocinar as artes e ciências, que contribuíram para o desenvolvimento cultural, social e tecnológico dessas províncias. Daí Gelderen considerar esse período auspicioso, o “belo século XVI”.

Além da produção agrícola e pecuária, o desenvolvimento da pesca e do mercado manufatureiro, como a tinturaria de tecidos, a fabricação de ferramentas, equipamentos náuticos, armas, etc., complementaram o crescimento econômico do país.

Ao longo de Quinhentos, a Holanda e sua principal cidade comercial, Amsterdã, dominavam basicamente o que eles chamavam de *moeder negotie*, o negócio-mãe, vale dizer, o comércio do Báltico com a Europa do Norte, inclusive o litoral da Península Ibérica. A esta Europa atlântica, os holandeses traziam o trigo e as madeiras do Báltico e o pescado do Mar do Norte, adquirindo em troca o vinho, o sal e, ademais em Lisboa, as especiarias do Oriente. (MELLO, 2002, p. 103).

Por outro lado, os holandeses também desenvolveram a construção naval, tornando-se uma potência nessa área. A frota neerlandesa no século XVII era uma das maiores do mundo, além dos Países Baixos serem o “estaleiro” da Europa, onde se construía mais navios mercantis e de guerra, além de possuir a maior frota de navios de segunda mão para aluguel ou venda (BRAUDEL, 1996, p. 161, 172-174). Com essa imensa frota, a Holanda lançou-se aos mares do mundo.

Dutch life was tied to the sea and was a constant battle with it. The Dutch invented windmills to pump water out of the fields and reclaim land from the sea, and dikes, walls to hold back the sea. The Dutch fleet of 10,000 ships brought salt, oil, and wine from southern France, Spain, and Portugal to northern Europe and carried grain back. They also carried gold and silver from the Americas. Much of Dutch food and industry centered around the sea. Twenty-five percent of the Dutch population was connected to the herring industry, from fishing to selling, and preserving by smoking, salting, and pickling. (CIVITELLO, 2008, p. 158).

Neste caso a região dos Países Baixos era um local peculiar no oeste europeu, por um lado era um lugar ainda bastante agrícola, por outro, estava formando núcleos manufatureiros, um “pré-industrialismo” (GELDEREN, 1992, p. 14). Mas além de tais características, a região também se tornava uma das áreas mais urbanizadas, pois embora houvesse uma grande quantidade de propriedades rurais de médio e pequeno porte (ISRAEL, 1995, p. 106), a população urbana era bastante considerável, e no século XVII, estaria entre as mais populosas da Europa¹⁴, e cidades como Amsterdã e Roterdã se tornariam os novos centros econômicos do continente.

Comparadas com o resto da Europa, as pequenas Províncias Unidas revelam-se superurbanizadas, superorganizadas, precisamente por causa da densidade da sua população, “proporcionalmente a maior da Europa”, como diz Isaac de Pinto. Um viajante que, em 1627, vai de Bruxelas para Amsterdam, “acha todas as cidades holandesas tão cheias e de povo como as que têm os espanhóis [Países Baixos do Sul] são vazias...; entre uma e outra dessas cidades, a uma distância de duas ou três horas”, encontra “tal multidão de gente que não há tantas carruagens [e Deus sabe quantas que há] nas ruas de Roma como aqui carroças cheias de viajantes, ao mesmo tempo em que os canais que correm no país em todas as direções estão cobertos de inúmeros barcos”. (BRAUDEL, 1996, p. 162-163).

Embora o cenário econômico holandês fosse promissor no início da segunda metade do século XVI, os Países Baixos só se tornariam algumas décadas depois a potência que viria a invadir o Brasil, porque antes disso, entre as décadas de 1560 e 1570 tais províncias vivenciaram sua primeira grande crise econômica e política.

O rápido crescimento econômico saturou o mercado interno com excesso de mercadorias, o que resultou na baixa de preços, prejuízo e demissões; houve crises nas colheitas, como a do ano de 1565, que elevou o preço dos gêneros alimentícios básicos como a farinha de trigo; disputas comerciais com a Inglaterra, e a guerra entre Polônia, Dinamarca e Noruega afetaram o comércio holandês no Báltico, abalando a exportação e importação de mercadorias (GELDEREN, 1992, p. 15). Mas isso tudo se complicou ainda mais com as desavenças entre os súditos das Dezessete Províncias e seu soberano, o rei Filipe II de Espanha.

No ano de 1556, o então soberano do Sacro Império Romano-Germânico¹⁵, Carlos V, abdicou do trono em favor de seu irmão mais novo, Fernando; por sua vez,

¹⁴ Em 1500 a população dos Países Baixos era de entorno de 950 mil habitantes. Em 1650, eram quase 2 milhões de habitantes (STOLS, 2004, p. 273). Em 150 anos a população dobrou, e para valores da época considerando as muitas guerras, epidemias e surtos de fome, foi um crescimento bastante alto.

¹⁵ O Sacro Império Romano-Germânico teve suas fronteiras modificadas ao longo dos séculos, mas em meados do século XVI seu território compreendia o que hoje são Alemanha, Luxemburgo, Suíça, parte do norte da Itália, Eslovênia, Áustria, parte do oeste da República Tcheca, e algumas porções do norte-leste da França e do oeste da Polônia.

como também era rei da Espanha, governando com o nome de Carlos I, ele também escolheu abdicar do trono em favor de seu filho, Filipe.

Na época que Filipe II assumiu o governo espanhol (consequentemente a região dos Países Baixos), tais províncias vinham prosperando, mas passados alguns anos, a postura do monarca quanto ao governo das Dezesete Províncias começou a mudar, principalmente em quesitos políticos, culturais, sociais e religiosos.

No âmbito político, a descentralização política legada do Sacro Império, foi um incômodo para o governo espanhol centralizador e absolutista de Filipe II, que procurou formas de aumentar a autoridade sobre essas províncias e isso causou desaprovação nos governantes locais que viram sua “autonomia” limitada, além de considerarem que as tributações feitas pelo soberano eram de caráter abusivo (GELDEREN, 1992, p. 32-33).

No contexto religioso, as medidas de Filipe II foram mais rígidas, pois, defendendo seu posicionamento antirreformista¹⁶ ele ameaçou impor o catolicismo a toda região dos Países Baixos, como no caso do ano de 1559, quando o papa Paulo IV lançou a bula *Super Universas*, a qual decretava a reorganização arquidiocesana nos Países Baixos, com a criação de três novas arquidioceses e dezoito bispados (GELDEREN, 1992, p. 33).

Isso levou a uma perseguição ao protestantismo encabeçada pelo monarca, a fim de tornar os Países Baixos uma região católica. Neste mesmo ano de 1559, o rei Filipe II deixou Amsterdã, retornando para a Espanha, “para nunca mais regressar aos Países Baixos. Estava decidido erradicar a Igreja Cristã Reformada dos seus domínios, declarando que preferia perder a coroa e a vida, a governar sobre hereges”. (SCHALKWIJK, 2004, p. 33).

O rei tentou impor essas mudanças decretadas pelo papa, mas se deparou com uma forte resistência da população, a qual era predominantemente protestante, além de haver um número considerável de judeus. Em 1566, ocorreu uma forte retaliação dos holandeses, no que resultou na perseguição de padres, na invasão e destruição de igrejas e de imagens, operando um movimento iconoclasta chamado de “tempestade das imagens” (*beeldenstorm*). (SCHALKWIJK, 2004, p. 34).

Em resposta a essa afronta, o rei Filipe II, nomeou um fervoroso católico o 3º Duque de Alba, Fernando Álvares de Toledo para governar os Países Baixos (1567-

¹⁶ Posteriormente o rei Filipe II se uniu a chamada Liga Católica, criada em 1576 na França, onde encabeçava uma guerra religiosa entre os católicos e os protestantes (mais conhecidos como huguenotes). O rei francês Luís XIII, o Justo e o papa Sixto VI foram alguns dos importantes membros dessa liga. Black (2002, p. 18-19, 103-104).

1573), no intuito de tomar medidas eficazes contra a proliferação do protestantismo. O Duque de Alba convocou o Tribunal dos Tumultos, a fim de punir os responsáveis pelos ataques ao clero católico e às igrejas (figura I). No entanto, essa medida foi vista como autoritária pelos holandeses, os quais passaram a se referir a tal tribunal o chamando de “Tribunal de Sangue” (*Bloed-raad*), devido às medidas severas tomadas pelo duque, as quais resultaram na perseguição e execução de milhares de pessoas (ARBLASTER, 2005, p. 120-121).



Figura I: Duke of Alba, presiding over the Council of Troubles. Autor: Simon Frisius. Ano: 1613-1616. Gravura, fol. 147, p. 44. Fonte: Nederlands Legermuseum, Países Baixos. Nessa imagem o autor retratou o Duque com um semblante sombrio, a fim de conotar a severidade de suas ordens.

Além dessas imposições que obrigavam as Dezesete Províncias a adotarem o catolicismo, os confrontos de ambos os lados, a revolta de 1566, o tribunal em 1567, o rei Filipe II também ameaçou enviar a Inquisição Espanhola, assim como seu pai havia feito vários anos antes¹⁷. E isso se tornou uma ameaça bastante séria, pois as lembranças da passagem da inquisição eram sombrias, a ponto que alguns nobres decidiram fazer algo a respeito.

¹⁷ O imperador Carlos I da Espanha ordenou que a inquisição espanhola atuasse nas Dezesete Províncias. Em 1523, dois monges agostinianos, Hendrick Voes e Johannes Esch foram queimados na fogueira em Bruxelas. (SCHALKWIJK, 2004, p. 31).

Nove fidalgos, moços, saídos quase todos da escola de Genebra, reúnem-se no dia 5 de abril de 1566 no castelo do Príncipe de Orange, em Breda, para o fim de acordar na declaração dos direitos que deveriam ser impostos como condição à monarquia espanhola. Eis as conclusões dessa declaração redigida por Marnix e destinada a ser o prospecto da guerra: “Tendo bem devidamente considerado todas as coisas, entendemos que é de nosso dever obstar, a fim de não sermos presa daqueles que, sob a cor da religião ou de inquisição, querem enriquecer à custa do nosso sangue e da nossa fazenda. Pelo que, deliberamos fazer uma boa, firme e estável aliança e confederação, obrigando-nos e prometendo uns aos outros, por juramento solene, impedir que a dita inquisição se receba e sustente, sob qualquer pretexto que seja...”. (ORTIGÃO, 1988, p. 10).

O rei não atendeu às solicitações desse manifesto e dois anos depois algumas províncias se uniram e declararam guerra, no que originou a Guerra dos Oitenta Anos (1568-1648). Nos próximos dez anos os flamengos, holandeses, zelandeses, frísios, entre outros habitantes das províncias vizinhas mobilizaram-se para criar exércitos não no sentido de milícias, mas forças armadas especializadas, sendo bem treinadas e equipadas, assim como desenvolveram sua marinha e a arquitetura militar (PARKER, 1972, p. 5-6).

Os holandeses conseguiram sustentar a resistência por tanto tempo por dois motivos: graças ao acesso ao mar e ao controle das rotas fluviais que subiam para a Europa central, já estavam se tornando uma nação mercantil que logo se igualaria em riqueza a Veneza; e essa riqueza permitiu-lhes construir as fortalezas que lhes asseguraram sua independência. (KEEGAN, 1995, p. 336).

Exércitos foram mobilizados para se confrontar o poderio espanhol, o qual era mais influente no sul, pois enquanto no centro e no norte das Dezessete Províncias, predominavam as propriedades rurais de pequeno e médio porte, sendo a maioria proveniente do arrendamento, o que marcava a perda da antiga influência feudal germânica naquelas terras; no sul, havia uma vasta quantidade de grandes propriedades rurais pertencentes à nobreza e os burgueses que enriqueciam com o comércio.

E no caso das famílias mais antigas como a Casa de Orange, essa influência senhorial ainda era bem presente¹⁸. Não obstante, algumas famílias espanholas possuíam propriedades no sul, daí a intervenção nessa região ter sido mais massiva, como o fato de que as províncias mais rebeldes se encontravam no norte (ISRAEL, 1995, p. 107).

¹⁸ “The Orange family, which held the hereditary title of *stadholder*, became even more closely affiliated with the Dutch through this struggle; as *stadholders* they were empowered with military leadership and the power of certain appointments and various other forms of influence. Contrary to the rather advanced maritime and commercial institutions of the Republic, this governmental edifice was essentially a modified relic of medieval balance of power”. (POSTMA, 2008, p. 8).

Em 1579, as Províncias Rebeldes¹⁹ como passaram a serem chamadas pela Coroa espanhola, realizaram a União de Utrecht, na qual se decidiu declarar independência do governo espanhol, que se efetivou em 1581, com o surgimento da República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos²⁰. No entanto, Filipe II não reconheceu essa independência, opinião que manteve até o fim da vida. Então as sanções às províncias rebeldes se iniciaram, e o estado de guerra se postergaria²¹.

Diante desse impasse bélico, do crescimento econômico holandês e da independência não reconhecida²², uma das medidas que Filipe II tomou no intuito de forçar a rendição das Províncias Rebeldes, foi proibir que todos os portos espanhóis comercializassem com os holandeses, o que incluiu os portos dos Países Baixos do Sul (equivaleria, grosso modo, ao que hoje é a Bélgica), assim como Portugal e suas colônias, pois em 1580, havia se iniciado a União Ibérica.

O embargo econômico espanhol naquele momento afetou a economia holandesa, pois cidades como Amsterdã, Roterdã, Leiden e Haia ficaram no lado dos separatistas, e na década de 1580 essas cidades já estavam despontando economicamente, e parte desse sucesso financeiro advinha do comércio com Portugal, principalmente referente ao açúcar brasileiro, pois se antes os flamengos eram os principais responsáveis pelo refino do açúcar e sua distribuição no continente, as cidades holandesas passaram a substituí-los nessa indústria. Algo curioso, pois embora estivessem em estado de embargo, os holandeses ainda assim, conseguiam contornar o embargo e ter acesso ao açúcar brasileiro.

The first refinery in Amsterdam was reported in 1597. From three refineries in 1605, the number increased to twenty-five in 1622, forty in 1650, and fifty or sixty in 1661. Each refinery could process nearly 1,500 chests per year, and could have stocks in reserve that were worth two tons of gold. At the time of the fire at the Nuyts refinery in 1660, the sugar burned was worth three tons of gold. (STOLS, 2004, p. 273).

¹⁹ As Províncias Rebeldes eram Frísia, Gronigen, Güeldres, Holanda, Overijssel, Utrecht e Zelândia.

²⁰ Para mais detalhes sobre a revolta das Províncias Rebeldes, ver GELDEREN, Martin Van. *The political thought of the Dutch Revolt: 1555-1590*. New York: Cambridge University Press, 1992. E, PARKER, Geoffrey. *The Army of Flanders and the Spanish Road: 1567-1649*. New York, Cambridge University Express, 1972.

²¹ De 1585 a 1595 a Holanda vivenciou uma fase bastante tensa, pois o sul havia sido retomado pelos espanhóis, após intervenção militar pesada, como o caso da invasão e tomada da Antuérpia (1585). Nos anos seguintes, Filipe II manteve tropas nas fronteiras da república holandesa, embora não obteve êxito devido ao crescimento das forças armadas holandesas. O exército holandês em 1588 era de 20 mil homens, em 1595 era de 32 mil homens, em 1607 contava com 51 mil. O que revela a massiva militarização dos Países Baixos (ISRAEL, 1995, p. 234-235, 242, 260).

²² A Espanha só reconheceu oficialmente a independência da Holanda em 1648, no acordo da Paz de Münster, o qual colocou fim a Guerra dos Oitenta Anos.

Mesmo contornando o embargo decretado pelo governo espanhol, à economia holandesa ainda assim sofreu um revés. Ebert (2003, p. 57-59) escreve que o embargo feito pela Espanha aos Países Baixos não foi contínuo, pois o governo holandês acabou encontrando formas de contorná-lo²³ ou os espanhóis propuseram acordos para atenuá-lo. Filipe II decretou o embargo que vigorou entre 1585 e 1590, mas veio a suspendê-lo na tentativa de negociar com a república holandesa²⁴, a qual estava cada vez mais interessada no comércio açucareiro.

Sugar was one of the catalysts that directed Dutch expansion across the Atlantic Ocean. For this reason, access to Brazil became a primary objective for the Dutch in South America. Around 1585, in exchange for ammunition and food, Spain's King Philip II (1527–1598) gave the Dutch rebels permission to sail to Brazil and conduct business for Spanish merchants. At least three Dutch ships sailed to Brazil in 1587. Only three years later, in 1590, about fourteen ships sailed from Dutch ports to Brazil, carrying cargoes for Spanish merchants. The specifics concerning these initial shipments are largely unknown, but we know that skipper Pieter Jansz. carried a cargo of sugar from Brazil to the Netherlands for the merchant Jan Pietersz. in 1594. The following year, skipper Pauwels Gerritsz. sailed from Zeeland to Brazil on board the *Sampson*, and this ship had earlier journeyed to the West Indies and also made two voyages to Brazil to fetch sugar and Brazilwood. (ENTHOVEN, 2003, p. 24).

O embargo não afetou apenas os negócios com Portugal e Espanha, mas com outros compradores dos holandeses, como a França, o Sacro Império e a Inglaterra, ainda assim, esse revés não foi sempre grave, havendo momentos de crescimento. “Malgrado a devastação causada pela “Fúria espanhola” no sul e as amargas lembranças das ocupações e dos cercos da década de 1570, era verdade que entre 1590 e 1612 a guerra coincidia com o mais espetacular florescimento da economia holandesa”. (SCHAMA, 1992, p. 251).

Esse problema político-econômico motivado pelos embargos realizados pela Coroa espanhola acabou se tornando um dos fatores que acirrou a disputa entre a República Holandesa e a Monarquia Dual-ibérica, o que viria a iniciar ainda em 1598 e 1599, ataques ao arquipélago de São Tomé e Príncipe, iniciando segundo Boxer (2002,

²³ José Antônio Gonsalves de Mello (1996, p. 21-22) assinalou que entre os anos de 1590 a 1620, carregamentos de açúcar ainda continuaram a serem enviados para Amsterdã, e neste caso, usava-se um sistema de escalas para que a carga fosse relocada para outros navios até chegar ao seu destino. Neste caso como os holandeses estavam proibidos de comercializar com os espanhóis e portugueses, logo, não poderiam usar seus navios para isso, os próprios portugueses é quem faziam todo o transporte em suas embarcações, burlando o embargo. As cidades de Porto e Viana foram os principais portos para esse esquema.

²⁴ Em 1598 o rei Filipe III promulgou um novo embargo, indo este até 1603, quando no ano seguinte ele alterou os termos do embargo, oferecendo amenizá-lo em troca de receber 30% sobre o preço das mercadorias comercializadas pelos holandeses. Posteriormente a partir de 1609 com o início da Trégua dos Doze Anos, o estado de embargo ainda se manteve, mas não foi tão severo quanto nos anos de 1598 a 1603 (EBERT, 2003, p. 60-63).

p. 123), uma “guerra global”, que se estenderia até o ano de 1663, quando os portugueses perderiam parte do controle da costa do Malabar na Índia, e outros entrepostos nas “Ilhas das Especiarias” na Indonésia.

Jonathan Israel (1995, p. 325) assinala que ainda em 1598, navios holandeses passaram a viajar para o Caribe e a América do Sul a fim de conseguirem sal, madeira, tabaco, açúcar, prata e outros produtos, indo comprá-los nos próprios domínios espanhóis, mas longe dos grandes centros para não chamar a atenção. Tais expedições também aproveitavam para sondar as terras do Novo Mundo, a fim de conhecer a dinâmica de tais mercados. Israel também chama a atenção para o ingresso dos holandeses no comércio escravocrata na África Ocidental, tornando-se concorrente dos portugueses, embora Portugal detivesse a supremacia no tráfico transatlântico²⁵.

O início do século XVII para a Holanda, Portugal e Espanha foi problemático, pois acirraram os confrontos entre as três nações (embora Portugal estivesse reunido ao governo espanhol, do ponto de vista administrativo os portugueses mantiveram sua autonomia).

Segundo Maravall (2009, p. 65) o Seiscentos foi marcado por crises em âmbito econômico, político, social e religioso²⁶. Cenário conturbado esse que refletiu em guerras pelo continente europeu, as quais acabaram motivando conflitos nas colônias espalhadas pelo mundo, principalmente por fatores de ordem política e econômica devido à emergência dos grandes Estados europeus de ampliarem seu desenvolvimento econômico e social²⁷. Assim antigos centros financeiros do continente como a Itália, Espanha e Portugal, no século XVII, perdem o posto para a França, mas principalmente para a Inglaterra e os Países Baixos (STEENSGARD, 1997, p. 40).

Estando a república holandesa vivenciando um novo crescimento econômico iniciado desde a década de 1590, nos idos do século XVII, o governo decidiu se arriscar mais e ingressar no mercado internacional. Expedições ao Oceano Ártico em busca de uma rota alternativa às Índias foram tentadas, no entanto, acabaram optando pela rota portuguesa descoberta por Vasco da Gama (1497-1499). Em 1596, foram enviados navios para a Indonésia e em 1598 para o Japão (ARBLASTER, 2005, p. 134).

²⁵ Para maiores detalhes sobre o comércio holandês no Atlântico, confira POSTMA, Johannes; ENTHOVEN, Victor (editores). *Riches from Atlantic commerce: Dutch Transatlantic Trade and Shipping, 1585-1817*. Leiden/Boston: Brill, 2003.

²⁶ Cf. José Antônio Maravall, *A cultura do Barroco*, capítulo 1.

²⁷ A respeito dessa crise do século XVII, ver também o livro de PARKER, Geoffrey; SMITH, Lesley M (ed.). *The General Crisis of Seventeenth Century*. 2ª ed. London: Routledge, 1997. Nesta obra os editores reuniram os trabalhos de vários autores os quais debateram acerca dessas crises tanto na Europa quanto na Ásia.

Após essas viagens de reconhecimento à Ásia, mercadores, banqueiros e os Estados Gerais estavam cada vez mais convencidos de investirem no comércio ultramarino de especiarias orientais, o qual ainda era frutífero e seria menos arriscado do que confrontar o poderio espanhol no Novo Mundo e seus embargos econômicos.

Assim, em 1602 foi criada a Companhia das Índias Orientais (*Vereenigde Oost-Indische Compagnie*), encabeçada por iniciativas e capitais públicos e privados, os quais se reuniram para por o país na rota dos grandes negócios, o que resultou na disputa, principalmente com Portugal, pelo controle dos mercados na Índia, Malaca, Indonésia e Japão²⁸ (ISRAEL, 1995, p. 322-323).

Tratada pela bibliografia como uma companhia majestática, a VOC era regida por um estatuto construído pelos Estados Gerais. Também era a República que assegurava seu formato inovador: a VOC era uma sociedade de ações, sendo seu capital dividido em quotas iguais e transferíveis. Desmembrada em câmaras que mantinham seu capital próprio separado do das demais, a VOC possuía um quadro de diretores, os *Heeren XVII* – literalmente, os Dezesete Senhores – que estipulavam diretrizes gerais e políticas para todas as câmaras. As vagas de direção eram ocupadas pelos governadores das câmaras, com a ressalva de que, das dezessete vagas disponíveis, oito deveriam ser ocupadas pelos governadores de Amsterdã, como contrapartida pelo maior investimento feito. (NAVARRO, 2015, p. 64).

Enquanto os negócios no Oriente progrediam, no Ocidente a situação entre Holanda e Espanha ainda se mantinha tensa. Em abril de 1607, o arquiduque Alberto VII da Áustria e sua esposa a infanta Isabela Clara (filha mais velha de Filipe II, nomeada por este como governante dos Países Baixos), promulgaram um cessar-fogo com os holandeses, proposta essa mediada pela França e a Inglaterra.

Naquele momento, os holandeses cobravam dos espanhóis o reconhecimento por sua independência, e por sua vez, os espanhóis exigiam que os holandeses respeitassem a proibição dos embargos econômicos e permitissem o culto católico no país (ARBLASTER, 2005, p. 130). Tais propostas evoluíram para a Trégua dos Doze Anos (1609-1621), assinada a 9 de abril de 1609, na Antuérpia.

O rei Filipe III decidiu apoiar a proposta de sua irmã e de seu cunhado, propondo uma trégua que durariam doze anos, na qual as duas nações suspenderiam suas desavenças, e não voltariam a entrar em conflito, desde que ambos respeitassem os territórios de cada um. Na prática as propostas debatidas na trégua nunca foram respeitadas totalmente: por exemplo, os holandeses continuaram a fazer incursões aos

²⁸ Em 1609 os holandeses estabeleceram acordos regulares com os japoneses permanecendo no país até 1641. Em 1619 a cidade de Jacarta na Indonésia, tornou-se capital da colônia da VOC, sendo rebatizada com o nome de Batavia. Em 1624, fundou-se em Taiwan o Forte Zelândia, importante entreposto entre a Indonésia e o Japão. (ARBLASTER, 2005, p. 136).

territórios espanhóis e portugueses, indo visitar a América do Norte e do Sul, Caribe, e a costa ocidental da África (ENTHOVEN, 2003, p. 36).

Em 1618, eclodiu a Guerra dos Trinta Anos, motivada principalmente por conflitos religiosos entre os protestantes e católicos no Sacro Império²⁹. Filipe III optou por apoiar seu primo que era o então sacro imperador, e, por sua vez, os holandeses aderiram à Liga Protestante que surgiu para se opor à Liga Católica. Isso reacendeu os conflitos entre holandeses e espanhóis, mesmo havendo oficialmente uma trégua entre as duas nações.

Em 1621, com o término da Trégua dos Doze Anos (1609-1621), a Companhia das Índias Ocidentais foi criada, seguindo o mesmo modelo da VOC, embora foi concebida por Willem Usselinx³⁰. Logo, a WIC passava a dispor do direito de possuir uma administração autônoma, formar marinha de guerra e exército; fundar colônias, negociar com outras nações e povos, sem necessidade de autorização dos Estados Gerais; nomear governadores e diretores para suas possessões ultramarinas, fomentar acordos econômicos, políticos ou alianças militares (LAET, 1912, p. 8-15).

The idea of one company for all of the Atlantic went back as far as the trade itself. Most merchants realized that only an organization with adequate ships and military power could challenge the Iberian powers in the Atlantic. The first person to advocate the establishment of a Dutch West India Company (WIC – West-Indische Compagnie) was Willem Usselinx, an Antwerp-born merchant who had moved to Middelburg in 1591. Usselinx maintained good contacts with influential citizens throughout the United Provinces, including François Francken, the *pensionaris* (executive administrator) of Gouda, and the Flemish born preacher-geographer Petrus Plancius in Amsterdam. All were devout Calvinists and enthusiastic about the West India Company, which doubled as trading firm and weapon in the battle against the king of Spain. Usselinx claimed that he had advocated organizing such a company as early as 1592, but he had to wait till 1606 before the States of Holland approved such a plan. (HEIJER, 2003, p. 78).

Embora navegações e negócios nas Índias Ocidentais já fossem feitos desde o século XVI pelos holandeses, um dos entraves para a criação da WIC se deu por causa

²⁹ Cf. PARKER, Geoffrey (org.) *La Guerra dos Trienta Años*. Tradución Juan Faci. Barcelona: Editorial Crítica S.A, 1988.

³⁰ Willem Ussenlinx (1567-1647) foi um comerciante de origem flamenga, o qual trabalhou e viveu algum tempo na Espanha, em Portugal e nos Açores, tendo contato direto com o comércio ultramarino destes países com suas colônias. Ussenlinx concebeu a nova Companhia das Índias, para ser uma companhia de colonização e não de exploração como a VOC. Na sua proposta original a WIC seria fundada para se tornar uma colônia agrícola, criando-se assentamentos em territórios não ocupados pelos portugueses e nem espanhóis, assim evitando-se o conflito com a Monarquia Ibérica dos Filipe. Além disso, Ussenlinx concebeu que as colônias deveriam empregar trabalho livre, não se valendo do uso de escravos indígenas e nem africanos. (SCHALKWIJK, 2004, p. 51-52). Todavia, não foi isso que ocorreu. A WIC tomou um caminho bem diferente proposto por Willem Ussenlinx, além do fato de que após a companhia ser criada, nenhum cargo lhe foi oferecido, então se sentido “traído”, ele deixou o país e se mudou para a Suécia, retornando a Holanda após 1632.

da Trégua dos Doze Anos, pois os Estados Gerais consideraram que a criação desta companhia poderia ser entendida como uma quebra de acordo, e isso seria usado como pretexto pelo governo espanhol para retomar as hostilidades e ataques, lembrando que os exércitos espanhóis mesmo durante a trégua ainda se mantinham a postos nas fronteiras (ALBUQUERQUE, 2010, p. 26).

Enquanto a Espanha permaneceu ocupada com os conflitos referentes aos holandeses (agora na Guerra dos Trinta Anos), nesse mesmo tempo, a WIC planejava atacar as possessões portuguesas nas Índias Ocidentais. Se antes foram promovidas expedições mercantis às Índias Ocidentais, com o advento da WIC a missão era conquistar territórios e fundar colônias. Em 1614, foi criada a Colônia dos Países Baixos (*Nieuw Nederland*). Neste mesmo ano também se fundou a cidade de Nova Amsterdã (atual cidade de Nova York), a qual se tornou capital da colônia holandesa na América do Norte (SCHALKWIJK, 2004, p. 38).



Figura II: Selo da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais (*Geocroyeerde Westindische Compagnie*). Fonte: <http://www.hubert-herald.nl/NedeWIC.htm>.

Enquanto a WIC não se deparou com muitos problemas para fundar uma cidade e construir outros fortes na América do Norte, na América do Sul, em 1624, a missão era atacar a capital do Brasil, Salvador. Nos três anos após a criação da WIC, reuniu-se

o capital para planejar a primeira invasão ao Brasil³¹. A frota neerlandesa adentrou as águas da baía de Todos os Santos em 10 de maio, sem encontrar pela frente nenhum percalço, e, em dois dias, a capital, fracamente munida de defesa, foi tomada.

Para os habitantes de Salvador, a visão da armada que adentrava a baía causou pânico e correria. Apesar de terem sido avisados pelo rei da possibilidade de um ataque holandês, a defesa da cidade não contava com nenhuma estratégia especial. Mesmo sabendo da presença de uma nau holandesa na região de Boipeba desde o dia 13 de abril de 1624, o governador Diogo de Mendonça Furtado, a despeito dos seus esforços, não conseguiu organizar uma defesa satisfatória da cidade. (BEHRENS, 2013, p. 11).



Figura III: *Planta da restituição da Bahia*. Pintado por João Teixeira Albernaz, o Velho no ano de 1631. Fonte: *Atlas do Estado do Brasil*, 1631.

Após os holandeses permanecerem quase um ano de posse de Salvador, a poderosa Jornada dos Vassalos enviada pelo rei Filipe III, composta por 56 navios e 12.463 homens, os expulsou (SCHWARTZ, 1991, p. 735). No entanto, a WIC não desistiria facilmente³². Passados cinco anos, eles retornaram, dessa vez o alvo era Pernambuco, então maior produtora de açúcar do Brasil. Assim como Salvador estava

³¹ Em 1623 o capital da WIC era de 7.108.161 florins, sendo que 2.846.582 florins foram fornecidos apenas por Amsterdã (HEIJER, 2003, p. 81).

³² O açúcar ainda era mercadoria bastante valiosa, embora que curiosamente no período de 1624-1654, o ano de 1624 teve a menor cotação no preço do açúcar branco em Amsterdã, custando 0,43 florins. Entretanto, em 1630, ano da segunda invasão holandesa ao Brasil, o valor do açúcar branco custava 0,67 florins, o que mostra uma valorização de 0,24 florins em cinco anos, o que levou os neerlandeses a investir em um novo ataque ao Brasil, pois o preço do açúcar de 1631 a 1636 permaneceu na casa dos 0,60 florins (MELLO, 2004, p. 245).

fracamente defendida, na mesma situação se encontrava Olinda, que também sucumbiu facilmente ao vasto poderio do invasor.

A decisão de atacar Pernambuco foi das mais fáceis, por isso que os holandeses estavam singularmente bem informados sobre as condições em que se encontrava aquela capitania. Pelas cartas do governador, Matias de Albuquerque, interceptadas durante a campanha da Bahia, ficaram eles conhecedores de que as fortificações de Olinda e Recife estavam desaparelhadas. Albuquerque dava também conhecimento de que a milícia local não excedia a 400 homens pouco experimentados, na sua maioria cristãos-novos, em que se não podia depositar confiança. Os holandeses ficaram também sabendo que as três capitanias do Nordeste possuíam 137 engenhos de açúcar, cuja produção montava a cerca de 700 000 arrobas em média, nos anos bons. (BOXER, 1961, p. 45).

A afirmativa de Charles Boxer se torna ainda mais significativa quando notamos que na década de 1620, foram produzidos relatórios descritivos da costa brasileira, o que revela que a WIC já estava a alguns anos planejando sua incursão ao Brasil. A Companhia possuía conhecimento sobre os melhores locais onde se conseguir açúcar, pau-brasil e outras mercadorias.

Entre esses relatórios podemos destacar a *Tocha da Navegação* (1623) e o *Roteiro para o Rico Brasil* (1624), ambos produzidos por experientes navegadores holandeses, os quais esboçaram um trabalho detalhado sobre os pontos geográficos da costa brasileira e seus principais portos, inclusive dando instruções de como melhor aportar nestes. Mas além dessas referências geográficas, tais relatórios também trazem informações sobre cidades, vilas e mercadorias produzidas³³.

Há também o relatório de Jan Andries Moerbeek, intitulado *Motivos por que a Companhia das Índias Ocidentais deve tentar tirar ao Rei da Espanha a terra do Brasil e isto quanto antes* (1624), cujo título já apresentava de forma demasiadamente óbvia o interesse de se apossar do Brasil devido a sua rica produção açucareira³⁴. Em seu relatório Moerbeek que viveu algum tempo na colônia brasileira, enfatizou ainda mais o que já era planejado pela Companhia (MELLO, 2004, p. 42).

Além desses relatórios existem outros, no entanto, um que merece destaque por não se tratar de um relatório, mas sim de uma carta com ordens, diz respeito a uma carta expedida pelo Conselho dos XIX no ano de 1629. O Conselho dos XIX era responsável

³³ A *Tocha da Navegação* foi traduzido para o português e publicado na RIHGB, volume 269, 1965. Já o *Roteiro do Rico Brasil* também traduzido para o português e publicado na RIHGB, volume 303, 1974.

³⁴ De acordo com o relatório da *Lista do que o Brasil pode fornecer anualmente* (1623), naquele ano a produção conjunta de açúcar de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba era de 700 mil arrobas (ca. 1050 toneladas), o que renderia a WIC um lucro estimado de 4.795.000 florins. (MELLO, 2004, p. 17). Se levarmos em consideração a estimativa apresentada por Heijer na nota 22, esse lucro com o açúcar cobriria mais da metade do investimento feito na WIC para o ano de 1623.

pela administração da WIC, e nesta carta foram estabelecidas as instruções que o tenente-coronel Hendrik Cornelissen Lonck deveria seguir (figura IV).

Nessa carta diz que, em caso não se obtivesse êxito em se tomar Olinda, e se os ventos fossem favoráveis, a armada neerlandesa deveria seguir para a baía de Guanabara, a fim de conquistar (“por todos os meios” - dizeres da carta) a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Mas caso os ventos não fossem favoráveis para essa viagem ao sul, à armada deveria tentar atacar novamente Salvador. Não obstante a carta também instruía para que a Paraíba e Buenos Aires fossem atacadas e ocupadas (MELLO, 2004, p. 49).



Figura IV: Retrato de Hendrick Corneliszoon Lonck. Pintado por Isaac Mijtens, gravado por Willem Hondius, Haia, 1630. Fonte: Museu do Estado de Pernambuco.

Por tal carta de ordens dada ao tenente-coronel Lonck, já se deixa evidenciado o planejamento da WIC e o próprio fato de que a companhia estava preparada para se arriscar, pois se planejava atacar novamente Salvador, como também o Rio de Janeiro e Buenos Aires. No entanto, como a capitulação de Olinda e Recife acabou logrando

êxito, e os ventos não foram favoráveis para uma viagem ao sul, os comandantes da invasão de 1630, decidiram fixar base na vila conquistada³⁵.

E embora a Paraíba só viesse a ser invadida em 1631, já se mostrava naquela carta de 1629, o intuito de atacá-la, revelando que a Paraíba já era cotada como potencial alvo, algo que fica mais claro quando lemos as descrições holandesas sobre essa capitania, na qual dois diretores holandeses³⁶, Servaes Carpentier (2004, p. 111) e Elias Herckmans (2004, p. 59), foram unânimes em dizer que se tratava de uma região de solo fértil para o cultivo da cana, de florestas abundantes e rios piscosos, de boas águas e ares, além de possuir bons portos naturais e um rio largo (o Paraíba), que permitia a entrada de grandes navios.

A capitania da Paraíba se tornaria a segunda maior produtora de açúcar entre as quatro capitanias do Norte (Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande)³⁷, passando a dispor de 21 engenhos³⁸ e de uma produção média, em anos bons, de 70 a 90 mil arrobas de açúcar branco, como foi no caso do ano de 1639 (GONÇALVES, 2007, p. 249). Algo que Joannes de Laet (1925), mencionou em seus anais, que o açúcar obtido de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, contriuiu para pagar parte dos gastos, embora que esse rendimento demorou alguns anos para chegar, além de ter havido o risco de que toda a empresa de conquista pudesse fracassar antes mesmo de obter algum lucro.

Tal longa permanência se deu a um custo enorme, pois em 1633, cogitou-se abandonar a ocupação de Olinda, Recife e Itamaracá, e em 1636, a Companhia já se encontrava em crise financeira, devendo 18 milhões de florins, devido aos enormes gastos em se manter a guerra e a ocupação das terras conquistadas nestes últimos anos³⁹ (MIRANDA, 2014, p. 29).

³⁵ “Acreditava o Conselho dos XIX, órgão diretor da W.I.C, que, assenhoreadas as praças-fortes, a região cairia automaticamente em seu poder, de vez que, na falta de ligações com Portugal, os colonos se veriam na contingência de aceitar o domínio estrangeiro”. (MELLO, 2002, p. 51). A perspectiva da WIC acabou sendo adiada, pois os territórios livres acabaram optando pela resistência.

³⁶ Servaes Carpentier foi o primeiro diretor da Paraíba, tendo governado de 1635-1636. Por sua vez, Elias Herckmans foi o terceiro, tendo assumido de forma inesperada, devido ao assassinato do segundo diretor, Ippo Eysens. Herckmans governou de 1636-1639 (LINS, 2007, p. 57-61).

³⁷ Quanto à taxa de produção açucareira dos 21 engenhos paraibanos, consulte as tabelas em GONÇALVES, Regina Célia. *Guerras e açúcares*: política e economia na Capitania da Parahyba, 1585-1630 (2007) nas páginas 248-250, onde a autora mostrou a produção açucareira de Pernambuco, Paraíba, Itamaracá e Rio Grande.

³⁸ Sobre o nome dos engenhos paraibanos, confira o anexo I no final da dissertação.

³⁹ Embora a VOC também travasse suas guerras no Oriente, no caso da WIC, as expedições militares foram mais recorrentes, e os seus gastos mais dispendiosos para a Companhia e os Estados Gerais. Daí a WIC ter tido um déficit maior do que a VOC em termos de gastos militares (NETSCHER, 1942, p. 51).

Período esse chamado por Evaldo Cabral (2007, p. 13) de a guerra lenta de resistência. Mesmo que tal cronologia aluda às dificuldades dos holandeses em se adaptar a terra e ao estilo de guerra praticado pelos colonos “brasileiros”, ainda assim, os exércitos holandeses estiveram em vantagem mesmo diante de várias adversidades, no que resultou na ocupação do nordeste⁴⁰ do Brasil ao longo de duas décadas, até terminar o privilégio de 24 anos de monopólio sobre as Índias Ocidentais (LAET, 1912, p. 8).

Todavia, o recorte desse trabalho se deu nesse primeiro momento crítico, no qual as bases da Nova Holanda ainda estavam sendo lançadas e a ocupação neerlandesa ainda germinava, tendo como foco a compreensão de como foi a ocorrência dessas guerras na Capitania da Paraíba, a qual rendeu certo trabalho aos exércitos da WIC, pois foram necessárias três expedições para que apenas em dezembro de 1634 a Paraíba caísse diante das forças holandesas.

Assim, para se realizar o estudo das três expedições holandesas à Capitania da Paraíba, decidiu-se trabalhar com autores da época: frei Paulo do Rosário (1632), Ambrósio Richshoffer (1677), Duarte de Albuquerque Coelho (1654) e Joannes de Laet (1644), os quais foram escolhidos pelo motivo de que seus relatos serem alguns dos mais importantes e significativos que dispomos sobre o assunto.

No caso de frei Paulo do Rosário, seu livro é específico sobre a primeira invasão, por sua vez, Ambrósio Richshoffer também relatou sobre essa invasão, embora de forma lacônica, mas ambos foram testemunhas oculares do conflito. Quanto a Duarte de Albuquerque Coelho e Joannes de Laet, suas obras abordaram recortes temporais bem mais extensos, além de incluir acontecimentos em outras capitanias, mas no que diz respeito à Paraíba, eles foram um dos poucos a abordar as três invasões com relativa profundidade, não sendo à toa, que eles foram algumas das principais referências utilizadas por historiadores nos séculos XIX e XX.

Todavia, um dos objetivos da dissertação além de se recontar a história dessas expedições e analisa-las por um viés militar, mas respaldado por um contexto político e econômico, procurou também analisar como seus autores narraram tais acontecimentos,

⁴⁰ O termo Nordeste é inapropriado, pois no século XVII a colônia do Brasil era dividida em Estado do Brasil e Estado do Maranhão. Neste caso, o Estado do Brasil era subdividido nas capitanias do Norte e nas capitanias do Sul. Sendo assim, o nordeste daquele tempo compreenderia as Capitanias do Norte, que ia do Rio Grande a Bahia. Todavia, ao longo do século XX, historiadores como Evaldo Cabral de Mello, José Antônio Gonsalves de Mello entre outros, passaram a empregar o termo Nordeste para se referir à região Norte do Estado do Brasil. Com isso optamos em utilizar o termo Nordeste e Norte no contexto aqui mencionado.

quais foram suas impressões e interpretações sobre o assunto. “De fato, toda narrativa está contida em um ato de comunicação, um discurso ou uma enunciação, que comportam – direta ou indiretamente, explícita ou implicitamente – alvos, intenções, efeitos almejados”. (REUTER, 2007, p. 131).

Logo, para se realizar esse estudo decidimos dividir cada um dos três capítulos nos seguintes assuntos: no Capítulo Um, no primeiro ponto, se procurou apresentar uma minibiografia sobre os autores, como forma de situar os leitores em relação a tais pessoas, seu trabalho e o momento de suas vidas pelos quais estiveram relacionados com estas guerras. A proposta de apresentar essa minibiografia advém da ideia de “lugar social”, concebida pelo historiador francês Michel de Certeau, em sua “operação historiográfica”, apresentada no livro *A escrita da história* (1982).

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam. (CERTEAU, 1982, p. 66).

Com essa minibiografia procuramos delinear motivos internos e externos que tenham influenciado a escrita de tais autores, embora se tenha em mente que eles não foram historiadores e nem cronistas propriamente (embora que Joannes de Laet tenha sido um erudito), mas por algum motivo decidiram registrar tais acontecimentos, algo que será abordado no trabalho.

No segundo ponto, ainda seguindo alguns aspectos do “lugar social”, o objetivo foi realizar um breve comentário e análise da obra, como forma de fazer uma introdução ao livro, antes de partir para a análise de seu conteúdo. Nesse ponto me propus apresentar comentários sobre a primeira edição de cada livro e algumas das edições brasileiras dessas obras, como também delinear suas características de escrita e assuntos abordados.

Cada um dos livros aqui abordados corresponde a um estilo literário diferente: o livro de frei Paulo do Rosário é uma relação com teor religioso e com um discurso de tendência panegírica; o livro de Ambrósio Richshoffer é um diário de viagem, com um viés autobiográfico; o livro de Duarte de Albuquerque são memórias em forma de uma crônica de guerra; por fim, Joannes da Laet escreveu anais sobre a WIC. Por esta razão,

decidi apresentar algumas características sobre estes estilos literários e realizar uma análise de discurso.

Para orientar essa análise usei distintos autores que se referem a essas especificidades, entre os quais, Yves Reuter com *A análise da narrativa* e Roger Chartier em seu livro *À beira da falésia: a história entre certeza e inquietude* (2002), o qual no capítulo *História e narrativa* expõe algumas instruções para o estudo literário, como se trabalhar com a materialidade textual, a recepção, o estilo de escrita, etc. No entanto, em âmbito geral, no que diz respeito ao discurso, fiz uso de Eni P. Orlandi e sua *Análise de discurso* (2012) e de Michel Foucault com seu livro *A ordem do discurso* (1999).

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seus acontecimentos aleatórios, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 1999, p. 8-9).

Foucault expressou que todo o discurso possui uma proposta, objetivo, opinião e intenção; por sua vez, Orlandi assinala que o discurso não possui apenas a função de informar, mas também de ser um divulgador e gerador de opiniões.

Como veremos, além da intenção de registrar tais conflitos, cada autor deixou explícito direta ou indiretamente suas opiniões e posicionamentos, os quais nos fornecem uma nova percepção dessas guerras, principalmente no caso de frei Paulo do Rosário, devido ao seu teor religioso ser mais evidente.

No Capítulo Dois, será apresentada a narrativa de guerra das três invasões ou expedições holandesas à Capitania da Paraíba. Além do intuito de apresentar em pormenores a narrativa até onde se deu com base nos relatos de seus autores, procurou-se também compará-las a fim de perceber contrariedades, omissões, equívocos, dúvidas, etc., como também tecer alguns breves comentários sobre tais acontecimento, a fim de não apenas entender a batalha pela batalha, mas compreender o contexto em que elas se desenvolveram, poderíamos falar nos “bastidores da guerra”, ou seja, aquilo que não fica explícito nas fontes primárias, e para que tais “bastidores” fossem conhecidos, foi necessário uma pesquisa histórica.

Neste caso, Rosário e Richshoffer escreveram apenas sobre a primeira invasão ocorrida em dezembro de 1631; já Coelho e Laet se referiram as três invasões, e embora pudesse apenas trabalhar com suas obras, decidi acrescentar os outros dois livros por nos fornecer outros pontos de vista sobre a primeira invasão.

No Capítulo Três, procurou-se analisar as fortificações, a organização do corpo militar, as armas utilizadas, o recrutamento de soldados, as condições no campo de batalha, os problemas enfrentados pelos exércitos da WIC no Brasil, mas em particular no território paraibano. Sabe-se que uma particularidade das batalhas travadas durante o Brasil holandês foi a chamada “guerra brasílica”, conhecida pelo emprego de companhias de índios flecheiros, o uso de escravos e a realização de emboscadas. No entanto, teriam as guerras na Paraíba possuído tais características?

Para se realizar tal estudo, foi utilizado também como campo teórico os princípios da “nova história militar”⁴¹, a qual, surgida nos anos 70 (no caso do Brasil, ela chegou nos anos 90), época na qual, outras “novas histórias”, como a social, a cultural e a política também começaram a se desenvolver, marca, assim, como suas irmãs, uma “atualização” do saber histórico ou um “retorno”, como alguns chegaram a pensar na época.

Depois da Segunda Guerra Mundial, o conceito de História Militar se ampliou significativamente, passando de uma história das guerras, campanhas, batalhas e feitos dos grandes generais, para a história das instituições militares, na paz e na guerra e sua relação com a sociedade. Essa evolução não é um fenômeno isolado, mas coincide, e na verdade reflete, a ampliação da dimensão dos fenômenos militares e a democratização das sociedades. O fenômeno da guerra evoluiu de uma dimensão puramente militar para uma dimensão total [...], no qual as operações militares já não se restringem a um espaço limitado, conhecido como campo de batalha, mas afetam a toda a sociedade, incluindo a totalidade dos países ao alcance dos modernos meios de destruição e fazendo a população civil vítima de ataques indiscriminados. (PEDROSA, 2011, p. 2-3).

A “nova história militar” se diferencia da “história militar tradicional” por não mais se prender apenas à narração das batalhas, e aos feitos e vida dos grandes líderes e comandantes, mas passa a ser estudada no seu âmbito social, cultural e religioso (KEEGAN, 1995, p. 41-64). Assim como sua representação e estudo na história, na sociologia, psicologia, antropologia, filosofia, literatura, memória, pintura, cinema, imaginário social, etc. (ARON, 2002, p. 435-468).

Estudar as estratégias, táticas, logística, organizações, armamentos, estruturas defensivas, patentes, desfiles, etc. (PARENTE, 2009, p. 5-10); os conceitos de “guerra

⁴¹ Sobre o conceito de “nova história militar” ver algumas das seguintes obras: PARENTE, Paulo André Leira. A construção de uma nova história militar. *Revista Brasileira de História Militar*, edição especial de lançamento, 2009; PEDROSA, Fernando Vêlozo Gomes. A história militar tradicional e a “nova história militar”. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH, São Paulo, 2011; MANCUSO, Amanda Pinheiro. A história militar: notas sobre o desenvolvimento do campo e a contribuição da história cultural. *Revista Brasileira de História Militar*, ano II, n. 5, 2011. SOARES, Luiz Carlos; VAINFAS, Ronaldo. Nova história militar. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

justa”, “guerra santa”, terrorismo, banditismo, rebelião, revolta, violência, poder, também são temas que voltaram a ser estudados pelas perspectivas principalmente da nova história cultural (MANCUSO, 2011, p. 4). Repensarem-se, também, as causas das guerras e suas consequências, o papel dos diferentes lados envolvidos, a cronologia dos conflitos, o alistamento, as políticas armamentistas e pacifistas, são questões que receberam nova atenção nesse campo (BLACK, 2004, p.12-13).

Por esse viés da “nova história militar”, optou-se realizar o estudo das guerras luso-holandesas na Capitania da Paraíba analisando-se as fontes por uma perspectiva literária e de análise de discurso, assim como, também estudar aspectos de ordem social e cultural, além de como ocorreram às batalhas⁴², procurando conhecer seu desenvolvimento, nuances, bastidores, problemas e contrastes.

⁴² Acerca da aplicação da “nova história militar”, os livros do historiador britânico John Keegan ainda são referência, entre os quais: *A Face da Batalha* (1976), *A Máscara do Comando* (1986) e *Uma história da guerra* (1993). O livro *Rethinking Military History* (2004) do historiador americano Jeremy Black, o qual voltou a explorar esse campo por um viés teórico. No caso brasileiro temos o livro *Nova História Militar Brasileira* (2004) organizado por Celso Castro, Heindrik Kraay e Vitor Izecksohn; e no caso português, temos a coleção em cinco volumes da *Nova História Militar de Portugal* (2003) de Manuel Themudo Barata.

1. CAPÍTULO I: OS AUTORES E SUAS OBRAS

1.1 Um beneditino

“A vitória na guerra não depende da multidão de soldados, mas da força que vem do Céu”.

I Macabeus 3:19

Paulo do Rosário⁴³ (?-1655) nasceu em data incerta, mas faleceu com mais de 70 anos, tendo nascido na cidade do Porto em Portugal. Entrou para a Ordem de São Bento em 22 de agosto de 1601, no Convento de São Tirso. Antes do ano de 1613 se encontrava em visita ao Brasil, onde foi abade em duas capitanias da colônia, embora não saibamos as datas exatas de seus mandatos (LINS, 2014, p. 128-16).

Na Bahia foi abade no Mosteiro de São Bento em Salvador; em Pernambuco foi abade na Igreja e Mosteiro de São Bento em Olinda; por sua vez, na Paraíba, foi prelado do Mosteiro de Nossa Senhora de Monte Serrat, sendo o mosteiro conjunto à Igreja de São Bento, na capital Filipeia de Nossa Senhora das Neves (atual João Pessoa).

No caso da Paraíba, ele exerceu tal cargo entre os anos de 1613 e 1623, em data ainda não precisada. Depois de 1623 não se sabe seu rumo exato. Em 1628 seu nome foi escolhido para ser o próximo abade na Paraíba, mas frei Paulo do Rosário recusou-se a assumir o cargo⁴⁴. Mas no ano de 1631 ele se encontrava de volta à Paraíba, dessa vez como Comissário Provincial da Província Beneditina do Brasil, e na ocasião testemunhou à primeira invasão holandesa a capitania, em dezembro daquele ano.

Em setembro de 1632, já de volta a Lisboa, Paulo do Rosário publicou seu opúsculo acerca do relato da invasão holandesa à Capitania da Paraíba, intitulado *Relaçam Breve, e Verdadeira da memoravel victoria, que ouue o Capitão môr da Capitania da Paraiua Antonio de Albuquerque, dos Rebeldes de Olanda, que são vinte nãos de guerra, & vinte & sete lanchas: pretenderão ocupar esta praça de sua Magestade, trazendo nelas pera o efeito dous mil homens de guerra escolhidos, a fora a gente do mar*.

Depois da publicação de seu livro, Rosário permaneceu em Portugal, tendo sido nomeado para cargos em distintos mosteiros beneditinos no país, sendo abade no Mosteiro de São Miguel de Refojos de Basto (também chamado de Convento de

⁴³ As informações biográficas sobre frei Paulo do Rosário, como também dados acerca dos locais que ele visitou e serviu; além de informações bibliográficas, advieram de pesquisas realizadas por Guilherme Gomes da Silveira d'Ávila Lins, o qual desde os anos 90 vem estudando a vida e obra do frei.

⁴⁴ Frei Paulo teria dito que havia outros mais capacitados do que ele naquele momento.

Refóios), no Mosteiro de São Bento dos Apóstolos de Santarém e no Mosteiro de São Bento da Vitória no Porto. Isso nos revela que Paulo do Rosário foi um homem de considerável reputação entre a Ordem de São Bento em Portugal. Faleceu em 10 de janeiro de 1655 no Mosteiro de Bustelo, em Penafiel. (MACHADO, 1791, p. 533).

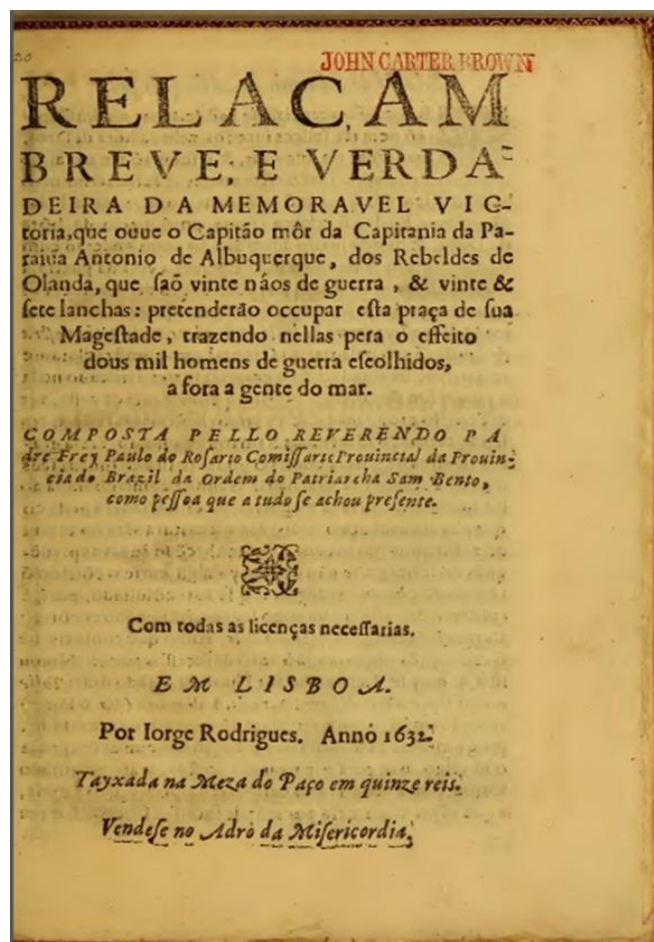


Figura V: Frontispício da *Relaçam Breve, e Verdadeira da memoravel victoria, que ouue o Capitão môr da Capitania da Paraiua Antonio de Albuquerque, dos Rebeldes de Olanda* de frei Paulo do Rosário. 1632.

Como foi mencionado anteriormente, das quatro obras foco desse trabalho, a obra de frei Paulo do Rosário ainda hoje é pouco conhecida, embora, que, desde o século XVIII, pode se encontrar seu livro mencionado na bibliografia de alguns livros portugueses e brasileiros, como no caso do vasto trabalho da *Bibliotheca Lusitana* (1741-1759) feito pelo abade Diogo Barbosa Machado (1682-1772), onde consta uma das menções mais antigas a obra de frei Paulo do Rosário, assim como, também consta alguns aspectos da vida do clérigo beneditino.

No livro de Jorge Cesar de Figanieri (1850, p. 151), *Bibliographia Historica Portugueza*, se encontra uma menção ao livro do frei e a informação que ele nasceu em

data desconhecida na cidade do Porto. Na primeira edição de *História Geral do Brasil* (1854-1857) Francisco Adolfo de Varnhagen menciona brevemente a obra de Rosário em uma nota de rodapé⁴⁵.

No livro *Os Varões Ilustres do Brasil durante os tempos coloniais – tomo II*, escrito por João Manuel Pereira da Silva e publicado em 1858, na página 352, consta o nome e o respectivo livro de Paulo do Rosário, como referência bibliográfica. O *Diccionario Bibliographico Portuguez* de Innocencio Francisco da Silva (1862, p. 352), fala brevemente da vida do frei e menciona seu livro, onde diz que havia um exemplar na *Biblioteca Nacional de Portugal*⁴⁶.

Adentrando ao século XX, outros historiadores brasileiros mencionaram a obra do frei, sendo José Honório Rodrigues (1913-1987) um dos principais nomes no campo dos estudos do Domínio Holandês, a mencionar essa obra (RODRIGUES, 1949, p. 191).

Entre os anos 60 e 70, a bibliotecária Rosimarie Erika Horch (1930-2008) uma das principais bibliotecárias da Fundação Biblioteca Nacional por muitos anos, realizou algumas organizações do inventário bibliográfico do acervo da Biblioteca Nacional do Brasil, e entre seus trabalhos destacou-se o *Catálogo dos Folhetos da Coleção Barbosa Machado*⁴⁷ (1974), onde há importantes menções bibliográficas sobre a obra do frei Paulo do Rosário, as quais Horch enumerou alguns autores e suas obras que faziam referências ao livro do beneditino, realizando um “levantamento” do século XVIII até a década de 60 do século XX.

Outra obra do século XX, que se destaca por sua profunda pesquisa em termos de catalogação bibliográfica foi o livro *Bibliografia das obras impressas em Portugal pelo tipógrafo Jorge Rodrigues entre 1598 e 1642* (2009), de Guilherme d’Ávila Lins, o qual o autor elencou um levantamento bibliográfico de dezesseis fontes que fazem menção a *Relaçam Breve e Verdadeira*, consistindo atualmente no levantamento mais completo que existe referente a esse livro.

No ano de 2013, os autores Tarcízio Dinoá Medeiros e Jorge Brito publicaram a transcrição do livro *Relaçam Breve e Verdadeira*, para a atual norma ortográfica, como

⁴⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*, t. I, p. 366. Varnhagen volta a fazer breves referências a Rosário na segunda edição de *História Geral do Brasil* e no livro *História das Lutas contra os Holandeses no Brasil*.

⁴⁶ Nas pesquisas para essa dissertação pôde-se confirmar que tal exemplar ainda existe no acervo da BNP, sendo que atualmente além de uma cópia impressa, há uma cópia microfilmada. Outro exemplar se encontra no acervo da Biblioteca Nacional do Brasil. E há um terceiro o qual pertence a John Carter Brown Library nos Estados Unidos. Conseguimos levantar apenas a existência desses três exemplares.

⁴⁷ *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 92, p. 235-236.

também disponibilizaram um *fac-símile* da obra original, além de trazerem uma introdução contando um pouco da vida e obra do frei, assim como, traçando um breve levantamento bibliográfico. A nova versão foi intitulada *Relato de 1632 de Frei Paulo do Rosário Sobre a Primeira Invasão Holandesa da Paraíba*.

Embora tal edição tenha sido lançada recentemente, para esse trabalho optou-se em trabalhar com uma cópia digitalizada da obra original, a fim de usar a linguagem do autor nas citações. Logo, esse estudo pôde se desenvolver graças à iniciativa da John Carter Brown Library⁴⁸ da Brown University, com seu programa de digitalização de obras raras, onde consta a seção *Portugal and Brazil Collection*, e a obra do frei Paulo do Rosário é um dos milhares de livros disponibilizados em formato PDF.

1.1.1 A relação breve de um frei

O relato de frei Paulo do Rosário, embora trate principalmente sobre a primeira expedição holandesa à Capitania da Paraíba, ocorrida no começo de dezembro do ano de 1631, estende-se para além desse acontecimento bélico, alcançando também o testemunho da primeira expedição holandesa à Capitania do Rio Grande, campanha essa ocorrida ainda em dezembro daquele ano, nas vésperas de Natal e se prolongando até os idos de janeiro, quando a armada neerlandesa decidiu abandonar a tentativa de ocupação da cidade de Natal, capital do Rio Grande.

Logo, no que diz respeito à invasão da Paraíba, as datas de 5 a 12 de dezembro correspondem ao período da campanha holandesa. Quanto à invasão do Rio Grande, na narrativa existe um lapso de datação de 13 a 21 de dezembro, período o qual WIC esteve se reorganizando até que se decidisse pelo ataque ao Rio Grande. Esse recorte é coberto pelos comentários do frei, antes de retomar a narrativa bélica potiguar que começa em 24 de dezembro e se encerra em 12 de janeiro.

Todavia para o intuito desse trabalho, não serão abordados os acontecimentos referentes à história da Capitania do Rio Grande, no entanto, fica a menção de que essa

⁴⁸ “A Biblioteca John Carter Brown é um centro de estudos avançados na área de Histórias e Humanidades, com administração independente e verba própria, fundada em 1846 e localizada no campus da Brown University, em Providence, Rhode Island, Estados Unidos, desde 1901. A missão essencial da biblioteca é reunir e preservar as fontes primárias do período colonial das Américas entre os anos de 1492 e 1825, aproximadamente. Nos últimos 160 anos, a biblioteca logrou reunir obras impressas sobre a época colonial desse continente, tornando-se o mais importante acervo sobre esse período hoje existente”. (FIERING in LAET, 2007, p. 11).

obra embora dedique cerca de cinco páginas a falar desse acontecimento, ainda assim, é uma fonte de estudo tanto sobre a Paraíba, quanto para o Rio Grande do Norte.

O livro de Rosário como o próprio título deixa bem claro, trata-se de uma relação e não de uma crônica, pois de acordo com o próprio autor, sua ideia era escrever os principais acontecimentos sobre essas duas invasões, sem decorrer em pormenores, logo, ele acabou optando por uma relação, a qual atendia sua iniciativa de um relato breve e objetivo, pois ele alegara que uma crônica consistia num relato mais amplo e profundo.

Crônica seria uma narrativa histórica ou literária na qual segue uma determinada cronologia. No caso de uma crônica histórica, normalmente dizia respeito ao governo e vida de reis, acontecimentos militares; no entanto, algumas crônicas eram feitas para descrever locais e fatos históricos em geral. As crônicas variavam de tamanho, podendo possuir centenas de páginas, e geralmente abordavam temas que embora comesçassem em épocas bem anteriores a de seus autores, a cronologia terminava no período de vida do autor ou próximo à sua época (BELLINI, 2011, p. 218-223).

No caso de uma relação, normalmente, tratava-se de assuntos de curta duração, como uma batalha, uma festividade, uma visita real, uma viagem curta. Uma relação não precisava seguir uma cronologia restrita como numa crônica. A chamada “relação curiosa” abordava temas sobre os costumes, fauna, flora, etc., questões de curiosidade para os europeus, logo, não possuíam uma cronologia determinada. Uma relação consistia, em geral, numa narrativa objetiva, logo, eram textos breves, possuindo normalmente entre 8 e 30 páginas⁴⁹, embora algumas excedessem as trinta páginas, como o caso da obra de Rosário.

Tendo optado por uma relação, seu livro consiste numa narrativa contínua sem divisões ou longas pausas, algo característico desse tipo de escrita, na qual visa à objetividade, como mencionado. A narrativa é fluida do começo ao fim, embora em alguns momentos ele interrompa os relatos sobre as batalhas, para apresentar seus comentários e opiniões. Embora não possua divisões internas, o livro traz um anexo no

⁴⁹ O acervo digital da BNP disponibiliza algumas dezenas de *relações* para download. Disponível em: <http://purl.pt/index/geral/title/PT/R.html>. A maioria possui entre 8 e 15 páginas, tendo sido escritas nos séculos XVI, XVII e algumas no XVIII.

qual consta uma lista das companhias militares participantes, seus capitães, e o levantamento de quem morreu e quem se feriu nestas companhias⁵⁰.

Além de trazer o nome de pessoas que participaram daquelas batalhas, sua obra também cita nomes bíblicos como Judas Macabeu, o patriarca Abraão e seu sobrinho Ló, os quais possuem um papel importante no seu sermão. Além deles, Rosário também fez menção a personagens históricos como São Bernardo, ao vice-rei da Índia, Afonso de Albuquerque (1453-1519) e o sultão indiano Hidalcão (1459-1511)⁵¹. Esses homens não viveram na sua época, mas são mencionados como exemplo de comparação por ele. O autor também alude aos deuses romanos, quando fala de Marte e Vulcano, uma característica legada pela literatura classicista.

Ainda que se percebam esses singelos traços do classicismo que aludem à cultura greco-romana, o livro *Relaçam Breve e Verdadeira*, não foi uma obra que se possa incluir nesse período, mas foi fruto da época da literatura barroca em Portugal. De acordo com Massaud Moisés (2008) o período barroco em Portugal compreendeu os anos de 1580 a 1756; advindo da Espanha ele adentrou Portugal durante a União Ibérica, e acabou por desenvolver características próprias nas terras lusitanas, das quais Moisés destacou: “No entender de alguns estudiosos, o Barroco tornou-se a arte da Contrarreforma, visto as características básicas do movimento estético servirem aos desígnios doutrinários e pedagógicos da Igreja na luta antirreformista”. (2008, p. 111).

Essa visão antirreformista⁵² se encontra presente na obra de Rosário, quando se nota sua oposição ao protestantismo e a forma na qual ele trata os holandeses, utilizando palavras depreciativas para designá-los, como os chamando de rebeldes e traidores. Embora que tais palavras também reflitam um aspecto político como já exposto na introdução.

No entanto, esse posicionamento não foi algo exclusivo da escrita de Rosário por ele ter sido um clérigo, mas de acordo com o historiador português Antônio José

⁵⁰ Embora não seja preciso esse levantamento como assinalado pelo autor, entretanto seu anexo é bastante interessante, pois consiste numa espécie de memorial aos homens, que segundo o autor, lutaram bravamente para defender a Paraíba dos rebeldes de Holanda.

⁵¹ A menção de Afonso de Albuquerque e Hidalcão se deve ao fato que ambos se enfrentaram pelo controle de Goa, no que resultou em 1510 na vitória das forças portuguesas. Faça essa que rendeu fama ao vice-rei Afonso, além de se tornar num acontecimento memorável a respeito da dominação portuguesa na Índia (MARTINS, 2010, p. 160).

⁵² O Barroco também se desenvolveu em países protestantes como a Inglaterra, Holanda e a Alemanha, logo, ele adquiriu características contrárias à antirreforma. No entanto, foi uma característica geral da cultura Barroca essa ligação com a religião cristã (MARAVALL, 2009, p. 54, 126).

Saraiva, a produção literária portuguesa do século XVII foi marcada por uma cultura religiosa propagandista que estava em alta.

A produção literária mais abundante em Portugal neste período foi certamente a de propaganda e edificação religiosa: sermões, hagiografias, tratados moralistas, etc. Prolonga-se a corrente que apontamos já no século XVI, porque permanecem as circunstâncias que lhe dão origem: importância numérica da população eclesiástica, controle dos meios de difusão da cultura pelas ordens religiosas, orientação neo-escolástica das universidades, rigidez hierárquica e ideológica ligada à repressão inquisitorial e a uma formalística devoção popular. (SARAIVA, 1993, p. 527).

Embora a obra de frei Paulo do Rosário não seja um sermão, uma hagiografia ou um tratado moralista, seguindo aqui os exemplos dados por Saraiva, sua relação sobre as invasões às capitanias da Paraíba e do Rio Grande possui características moralistas e edificantes que são esboçadas no seu discurso religioso pelo qual ele interpretou aquelas batalhas.

Frei Paulo não foi o único a redigir um relato de guerra com esse tom religioso. Frei Manoel Calado do Salvador (1584-1654) autor de *O Valeroso Lucideno e o Triunfo da Liberdade na Restauração de Pernambuco* (1648), assinalou logo no começo de seu livro, que entendia a conquista e destruição de Olinda, como tendo sido uma “punição divina” (CALADO, 1648, p. 8).

Para Manoel Calado, cujo pensamento era baseado nas interpretações bíblicas, os feitos, históricos ou não, eram, em sua ocorrência natural e mecânica, resultados de uma Providência divina. A identidade divina está presente enormemente nos esquemas alegóricos dos escritos seiscentistas. A religião ocupava um posto central para os homens do século XVII, fossem eles católicos ou protestantes. (BRITO, 2012, p. 73).

Da mesma forma que os mouros invadiram Portugal e Espanha ainda na Idade Média, e ali se estabeleceram ao longo de séculos, tendo a invasão moura sendo considerada uma praga aos católicos, as invasões holandesas foram tomadas por alguns como um acontecimento similar. Aqui se nota, tanto no relato de Calado, quanto no de Rosário, esse sentimento antirreformista, o qual Moisés e Saraiva assinalaram como fazendo parte do pensamento geral naquela época, em nações como Portugal e Espanha.

Além de Calado, outros como frei Antônio Rosado, Diogo Lopes de Santiago autor de *História da Guerra de Pernambuco* (1654), os padres Simão de Vasconcelos e Antônio Vieira e o frei Rafael de Jesus, autor do *Castrioto Lusitano* (1679), foram alguns dos quais compartilharam essa visão providencialista acerca das invasões holandesas no Brasil (MELLO, 2008, p. 220-236). No entanto, frei Paulo foi o único no quesito de ter escrito algo especificamente sobre a Capitania da Paraíba. Sua obra

apresenta dois tipos de discursos⁵³ principais: um discurso de caráter religioso e outro de caráter político.

No que se refere ao seu discurso religioso, é visível a sua antipatia ao protestantismo, e sua argumentação de que a primeira invasão contou com a “intervenção” divina de Nossa Senhora das Neves, a padroeira da capitania.

No segundo caso, nota-se um discurso de lealdade à coroa espanhola, uma vez que falar de patriotismo e nacionalismo seria anacrônico, pois tais noções não existiam naquele tempo, no sentido que hoje normalmente a entendemos. Entretanto, a ideia de lealdade se encaixa, pois ao longo do livro, Rosário não se refere aos invasores os chamando pelo gentílico de holandeses, flamengos, neerlandeses ou batavos, mas os chamava apenas de rebeldes, “os rebeldes de Holanda”, que parte de dois motivos: o primeiro, já foi retratado na introdução, no qual consistiu em cunho político, devido à insubordinação dos holandeses a Coroa Espanhola.

Embora Rosário fosse um português de nascença, ele se considerava um súdito leal do rei de Espanha, que na época era Filipe IV, e essa sua identificação com a soberania de um rei estrangeiro se revela no livro, nas várias referências que ele faz aos capitães e comandantes serem fiéis e devotos súditos de Sua Majestade, como também menciona que os holandeses enfrentariam a força da Armada de Espanha e a bravura dos “leões de Espanha”. Logo, ele toma para si essa desavença entre espanhóis e holandeses, englobada com a Guerra dos Oitenta Anos, mostrando que os portugueses eram súditos fiéis, ao contrário dos holandeses, que eram “rebeldes” e “traidores”.

O segundo motivo adveio de uma causa religiosa. Desde que Martinho Lutero em 31 de outubro de 1517, pregou suas 95 teses na porta da igreja do Castelo de Wittenberg, tornando público sua opinião contra os dogmas da Igreja Católica Apostólica Romana, iniciou-se o movimento da Reforma Protestante, que levou a uma nova cisão entre os cristãos europeus, os dividindo em católicos e protestantes (ou reformados). A Igreja Católica tentou contornar esse problema com a Contrarreforma, mas sua iniciativa acabou falhando, e a cisão se mantém até hoje.

No caso de frei Paulo, é visível essa sua indignação com os holandeses protestantes, os quais ele considerava como desviados da “verdade cristã”, “rebeldes da

⁵³ “Também não se deve confundir discurso com “fala” na continuidade da dicotomia (língua/fala) proposta por F. de Saussure. O discurso não corresponde à noção de fala, pois não se trata de opô-lo à língua como sendo esta um sistema, onde tudo se mantém, com sua natureza social e suas constantes, sendo o discurso, como a fala, apenas uma sua ocorrência casual, individual, realização do sistema, fato histórico, a-sistemático, com suas variáveis etc. O discurso tem sua regularidade, tem social e o histórico, o sistema e a realização, o subjetivo ao objetivo, o processo ao produto”. (ORLANDI, 2012, p. 21-22).

Igreja” e até mesmo os chamou de “seguidores da serpente”, uma alusão ao Pecado Original, onde Lúcifer enviara uma serpente para tentar Eva a comer do fruto proibido.

Aqui se confirmarão de todos a esperanças da victoria por orde[m] da Mãe de Deos, porq[ue] que veyo ao mundo a vencer a serpente infernal, a que a Virge[m] atr[o]pelleou, como o Spiritu Santo o tinha dito, *ipsa conteret caput tuum*, não permitindo que no seu dia nos fizesse algum dano os sequaces da serpente, nos assegurou na victoria que deles auíamos de ter com seu fauor, & ajuda. (ROSÁRIO, 1632, p. 12).

Na citação acima se pode notar tanto o posicionamento contrário aos protestantes, como também se pode ver o discurso religioso no que concerne numa espécie de “providência”, ou seja, que a primeira invasão holandesa segundo frei Paulo do Rosário, teria sido um tipo de “provação” enviada pelos Céus para testar seus fiéis.

Esse teor religioso é visível em sua escrita, na qual ele chegou a dizer que a vitória ocorrida no dia 8 de dezembro (dia de Nossa Senhora da Conceição) e a vitória no dia 10 de dezembro, foram alcançadas graças à fé dos portugueses e espanhóis, a qual foi respondida pelas bênçãos de Deus e de Nossa Senhora das Neves.

Além dessas duas datas específicas, ele também fez suas menções religiosas em outros momentos, dizendo que os soldados lutaram bravamente para defender sua terra, mas também lutaram e morreram servindo ao rei e a Deus. Tal menção é reflexo não apenas do seu ofício como religioso, mas também da cultura do Barroco, a qual procurava produzir um sentimento de devoção, independente se o autor fosse católico ou protestante, com essa identidade de ser um “guerreiro cristão”, o qual vivia pelo seu senhor e pelo seu Deus.

No que se refere ao motivo ou motivos que levaram frei Paulo do Rosário a redigir sua relação, não possuímos muitas informações e certezas, mas de acordo com Bellini (2011, p. 216), na Portugal dos séculos XVII e XVIII os clérigos e clérigas enxergavam como um de seus deveres o registro escrito.

El estrecho vínculo que existió entre misión y escritura viene a subrayar, por un lado, el papel que los miembros del clero pudieron llegar a desempeñar, mediante sus textos, en la construcción y configuración de uno y otro imperio. Al margen de la labor específica de evangelización, las propias funciones que desempeñaron en el campo misionero y en el seno de las nuevas sociedades constituidas en los espacios coloniales, les otorgaron a menudo una condición – no siempre puesta en valor por la historiografía – de “prácticos” o de “expertos” del imperio; condición que dejaron patente en memoriales, tratados políticos, cartas, crónicas, relaciones de misión, etc. (pero también en “textos” de naturaleza visual y cartográfica), por medio de los cuales trataron de articular proyectos político-religiosos, saberes, percepciones e intereses de las realidades locales, contribuyendo directa o indirectamente al desarrollo de aquellas dinámicas de naturaleza política, social y cultural que acompañaron y caracterizaron las experiencias imperiales de las monarquías peninsulares. (PALOMO, 2014, p. 12).

Sendo os religiosos os principais membros alfabetizados da população, ainda naquela época, e estando alguns envolvidos nas atividades missionárias que os levavam a ter que viajar para outros países e continentes, alguns desses religiosos como Palomo (2014) apontou, passaram a atuar como “diplomatas”, tratando de assuntos de ordem política e não apenas religiosa, como também o fato de serem letrados, acabaram se tornando cronistas, relatores sobre o que viram e ouviram nas terras que visitaram.

Febvre e Martin (2000, p. 232) também assinalam que nos séculos XV ao XVI a grande maioria de obras impressas, eram produzidas por clérigos, como trabalhos teológicos, traduções de obras da Antiguidade, trabalhos de filosofia e direito canônico, relatos históricos, crônicas, etc. No século XVII essa produção eclesiástica decaí um pouco, mas ainda se mantém até o XVIII.

Pelo fato da *Relaçam Breve e Verdadeira* ter sido escrita por um religioso, ela se encaixa nessa produção eclesiástica mencionada pelos dois historiadores, os quais também salientam que até o começo do XVII, livros produzidos por clérigos com temas religiosos eram garantia de venda certa, embora que a obra de Rosário não fosse necessariamente um trabalho de cunho teológico, mas mantinha um discurso religioso.

Não obstante, além dessa procura dos clérigos em difundir suas produções, eles viam como um dever preservar a história dos acontecimentos, logo, muitos clérigos escreviam crônicas, relações, histórias, anais ou compilavam outras obras. Isso fica evidente quando notamos que alguns livros como *História do Brazil* (1627) de frei Vicente do Salvador, além das crônicas sobre o período holandês, feitas por Manoel Calado, Rafael de Jesus e Simão de Vasconcelos, foram obras escritas por religiosos.

Clérigos y religiosos – cabe recordarlo – siguieron ocupando un lugar central en el campo de la cultura escrita altomoderna. No sólo se dedicaron afanosamente a la tarea de escribir y componer textos, como fueron también lectores ávidos de las obras que conservaban en las bibliotecas de cabildos, conventos y colegios; aquéllas ciertamente que en la época reunirían acervos más importantes. No faltaron siquiera hombres de Iglesia que se significaron por su erudición y su bibliofilia, reuniendo notables colecciones particulares de libros que, en ocasiones, funcionaron para sus coetáneos como referentes del conocimiento erudito y de la actividad literaria. El clero mantuvo una posición de particular relevancia en aquellos espacios que, como universidades y colegios, se erigían como lugares de producción de un saber escolástico e institucionalizado. Y, al mismo tiempo, sus miembros no dejaron de tener una presencia destacada en las academias y círculos eruditos que habrían de proliferar a partir del siglo XVII y que, muchas veces, se convirtieron en ámbitos en los que cultivar saberes alternativos. (PALOMO, 2014, p. 13).

Nesse sentido, se percebe o fato mencionado por Bellini (2011) e por Palomo (2014) ao dizerem que havia essa percepção entre os religiosos, de que havia uma

necessidade de registrar a História. Por esse viés, isso possa delinear-se como um dos motivos que levou frei Paulo a redigir sua relação, embora não seja uma explicação definitiva, pois como Rosário nos informa, havia outros clérigos naquele momento com ele durante a invasão, e, até onde se sabe não se conhece nenhum outro relato sobre tais batalhas escritos por esses outros clérigos. Talvez possa ter havido outros escritos sobre tais acontecimentos, mas que desconhecemos hoje.

De qualquer forma, embora houvesse essa percepção dos clérigos em registrar a história, pelo fato de não conhecermos a personalidade de frei Paulo do Rosário, não podemos identificar quanto de seu caráter influenciou na sua decisão de escrever sua obra, mas um fato pode ser dito: ele teve pressa em tornar público sua relação.

Dos quatro autores aqui estudados, Rosário foi o que levou menos tempo para publicar seu livro. Menos de um ano depois de testemunhar a invasão, em setembro de 1632 ele publicava seu livro na tipografia do impressor Jorge Rodrigues, passando a vender seu livro no Adro da Misericórdia em Lisboa, como é informado no frontispício da sua obra.

Mas no caso da *Relaçam Breve e Verdadeira* o fato de seu autor ter se empenhado em publicá-la em tempo curto conota que para ele tal acontecimento foi importante a ponto de ser não apenas registrado, mas se tornar público. E nesse sentido podemos enxergar alguns motivos para isso, os quais por sua vez revelam algumas das características da escrita desse livro.

Primeiro, por mais que ele diga que as batalhas foram difíceis como será visto adiante, no fim, as forças luso-espanholas triunfaram sobre o inimigo. Aqui se nota o discurso do vencedor. Uma vitória sempre é boa de ser contada, ainda mais, se pensarmos que Olinda estava há quase dois anos nas mãos dos invasores, mas Filipeia escapou desse mesmo destino. Então, temos nesse relato o sucesso de uma defesa que funcionou e a notícia que as capitâneas vizinhas de Pernambuco ainda estavam resistindo aos exércitos da WIC.

Segundo, seu discurso procurou transmitir ao leitor valores, algo que Orlandi (2012) e Foucault (1989) mencionam como sendo uma das características do discurso. Pois além de focar-se em relatar o desempenho das tropas portuguesas e espanholas na Paraíba e no Rio Grande, ele procurou transmitir valores morais, algo que consiste em uma das características literárias da escrita barroca daquela época. “O Barroco caracteriza-se pelo objectivismo, pela pompa, pelo exibicionismo material do poder e da fé”. (SARAIVA, 1993, p. 459).

Esse “exibicionismo material do poder e da fé” do qual Antônio Saraiva fez menção se encontra em ambos os casos na obra de Rosário. No caso da *fé*, essa é visível ao longo da narrativa, mas principalmente no começo dela, como será explicado adiante. No caso do *poder*, esse é representando nos valores da honra, coragem, força, disciplina, determinação e lealdade nas figuras dos comandantes e dos soldados. Por sua vez, ambas as características refletem a opinião de Saraiva (1993, p. 527), que um dos papéis da escrita barroca era de proporcionar uma “propaganda de edificação religiosa”.

Quando percebemos a menção do autor a Abraão, Judas Macabeu, São Bernardo e Nossa Senhora das Neves, observa-se esse discurso de “propaganda e devoção”, pois consistiu numa forma de reafirmar a identidade dos portugueses e espanhóis com a doutrina católica, ainda mais numa época de guerras entre católicos e protestantes, período bastante sangrento na história do continente europeu⁵⁴.

Por outro lado, a menção ao vice-rei da Índia, Afonso de Albuquerque, traz ao leitor, o exemplo de um homem honrado que serviu o seu rei, mas que também conquistou glória através das armas. Um herói de guerra, que por sinal confrontou a ameaça muçulmana na Índia, logo, um conflito com tendências também religiosas, as quais Rosário utilizou como fator de comparação.

Em ambos os casos, os valores religiosos e morais que frei Paulo do Rosário destacou em sua narrativa não apenas exprimem uma característica do Barroco, mas também expressam uma concepção antiga da “história como mestra da vida”, onde não bastava apenas narrar os acontecimentos, mas era preciso que tais acontecimentos transmitissem valores e lições de vida, para que fossem usados como aprendizado. Nesse sentido, a História teria um papel bastante pragmático para a vida (PALOMO, 2014, p. 13).

Pelo fato do livro não possuir divisões, preferimos criar uma esquematização organizada a partir dos assuntos abordados pelo autor, para tornar esse estudo mais fácil, conforme apresentando nos seguintes pontos:

- Sermão introdutório
- Festa de Nossa Senhora das Neves
- Preparativos para a batalha

⁵⁴ O historiador André Corvisier (1979, p. 4-6) comenta que as guerras religiosas europeias ocorreram ao longo de 1560 a 1660, perfazendo um percurso de um século de terríveis confrontos marcados por dezenas de batalhas, milhares de mortes, além de massacres de civis, invasões, saques, incêndios, etc. O massacre da Noite de São Bartolomeu (1572) ocorrido em Paris, foi um dos episódios mais sangrentos dessas guerras, vitimando milhares de pessoas.

- Batalha do dia 5
- Batalha do dia 6
- Batalha do dia 7
- Batalha do dia 8
- Batalha do dia 9
- Batalha do dia 10
- Batalha do dia 11
- Partida dos holandeses no dia 12
- Ameaça de uma segunda invasão
- Primeiro ataque ao Rio Grande no dia 24
- Assaltos aos currais rio-grandenses
- Interrogatório a um soldado francês da WIC
- Reforços da Paraíba e fuga dos holandeses
- 12 de janeiro de 1632: considerações finais
- Anexo sobre as companhias, capitães e nome dos mortos e feridos

Com base nessa divisão, daremos início à análise do livro, mas ressalvando que a análise se dará apenas com o conteúdo referente à invasão da Paraíba, logo, as divisões que dizem respeito à história do Rio Grande do Norte, não serão levadas adiante. Sendo assim, comecemos com o que foi chamado de “sermão introdutório”, algo que poderá causar opiniões contrárias para alguns historiadores, como já causou há mais de um século.

No século XIX, Francisco Adolfo de Varnhagen mencionou o livro *Relaçam Breve e Verdadeira*⁵⁵. Todavia, nessas sucintas menções que Varnhagen fez ao livro, em duas delas ele disse que se tratava de um livro escrito em forma de sermão, assim como, também se cogitou na época para o estilo do *Valeroso Lucideno* e do *Castrioto Lusitano*. Não sabemos se Varnhagen chegou a ler todo o livro de Rosário, ou apenas fez uma leitura superficial, pois as referências que ele utilizou em sua nota, se encontram no título e no anexo.

Entretanto, José Honório Rodrigues chegou a discordar da opinião de Varnhagen, quanto à obra de frei Paulo do Rosário ter sido escrita em forma de sermão (RODRIGUES, 1949, p. 191). Todavia, para esclarecer essa dúvida, é importante dizer

⁵⁵ Como foi comentado no tópico 1.1 dessa dissertação, mais especificamente na nota 45.

que ambos os historiadores não estavam errados, o problema jaz em como interpretar a ideia de sermão proposta por Varnhagen.

De fato, como foi apresentado, o livro possui um discurso religioso, mas não chega a ser um sermão em toda a narrativa, apenas no início da obra se localiza essa característica, pois o sermão trata-se de um discurso com intuito de pregação, doutrinação e edificação da fé. Por isso preferimos chamar de “sermão introdutório”. Por esse viés, Varnhagen não estaria totalmente errado.

O “sermão introdutório” o qual representa na obra original as duas primeiras páginas consiste numa ideia de *magistra vitae*⁵⁶, pela qual frei Paulo enumerou três virtudes que um grande general (cristão) deveria possuir:

Três cousas essenciais, se haõ de achar em hu[m] Capitaõ pera ter felices sucessos, zelo da hõra de Deos, madureza no discursar, & resolução em obrar no q[eu] ouuer discursado. Todas estas cousas se acharaõ no mais perfeito General, q[eu] relataõ as divinas letras. (ROSÁRIO, 1632, p. 1).

“Zelo da honra de Deus”, defender a palavra e a lei do Senhor e de sua Igreja. “Madureza no discursar”, ter sabedoria, maturidade e sensatez ao se pronunciar. “Resolução em obrar no que houver discursado”, saber agir como planejado, ter determinação, diligência e perspicácia em executar o que foi dito.

Essas três qualidades enumeradas por frei Paulo, eram a seu ver, virtudes que um “general cristão” deveria possuir. No restante da primeira página e da segunda, ele continuou com seu sermão, dessa vez apresentando três homens, os quais, cada um por si, foram detentores dessas virtudes: Judas Macabeu⁵⁷, o Patriarca Abraão e São Bernardo⁵⁸.

⁵⁶ Termo de origem romana referia-se que o principal papel da História seria servir de exemplo, apresentando lições de vida e de moral, positivas e negativas. Sobre o tema, ver KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*, capítulo 2.

⁵⁷ Judas Macabeu viveu no século II a.C, era o terceiro filho do sacerdote judeu Matatias, sendo irmão de Eleazar, João, Jonas e Simão. Por volta de 167 a.C, seu pai negou-se a aceitar as ordens do imperador selêucida Antíoco IV Epifanes, o qual pretendia proibir as práticas judias na Judeia, no intuito de forçar a população a aderir ao paganismo helênico. Judas Macabeu acabou aderindo à causa de seu pai e irmãos, então passaram a confrontar os selêucidas a fim de defenderem seus direitos. Em 164 a.C, ele conseguiu reaver a posse de Jerusalém ao povo judeu. Essa história é contada nos dois *Livros dos Macabeus*, obras essas que constam em algumas *Bíblias* católicas, mas foram retiradas das *Bíblias* evangélicas e do *Alcorão*, por serem considerados livros com um teor mais histórico, voltado a um caso particular, do que profético. Daí serem chamados de apócrifos ou deuterocanônicos. *BÍBLIA Sagrada: Edição da Palavra Viva*. Traduzida das línguas originais com uso crítico de todas as fontes antigas pelos missionários capuchinhos. Lisboa: D. Stampely Inc., 1974. p. 474-519.

⁵⁸ São Bernardo de Claraval (1090-1153) foi um doutor da Igreja, tornando-se um dos clérigos mais influentes no século XII, tendo escrito alguns livros, como também participado de questões públicas, políticas e religiosas em defesa da Igreja. Fundou vários mosteiros e conseguiu que a Ordem de Cister, baseada na regra beneditina, se oficializasse. São Bernardo também foi responsável por defender a oficialização da Ordem dos Templários, a qual foi reconhecida em 1128, pelo papa Honório II, dez anos

Tais homens representam a escolha do autor para servirem de modelos pelos quais os leitores poderiam tomar como referencial, pois, "com efeito, a literatura religiosa é em grande parte inspirada pelo propósito de edificar, persuadir, condicionar o público letrado, ou de municiar ideologicamente os pregadores e catequistas para obterem um efeito concertado junto ao público iletrado". (SARAIVA, 1993, p. 527).

Não falaremos do patriarca Abraão pelo motivo dele ser considerado o “fundador” das religiões abraâmicas (Judaísmo, Cristianismo e Islamismo) o que por si só lhe concede uma grande presença, todavia, Macabeu e Claraval foram pessoas mais ligadas à doutrina católica, os quais tiveram um importante papel no medievo estando associados à esfera da guerra.

Já vimos que Judas Macabeus combateu os persas selêucidas para reaver a cidade de Jerusalém no século II a.C, todavia, seus feitos acabaram ficando para a posteridade nos *Livros dos Macabeus*. Por sua vez, na Baixa Idade Média, Judas Macabeu ressurgiu personificado como um herói da cavalaria, como um integrante dos Nove Bravos.

O elemento cavaleiresco e o elemento renascentista estão igualmente confundidos no culto dos Nove Bravos (*les neuf preux*). A reunião de três pagãos, três judeus e três cristãos numa espécie de galeria de heroísmo encontra-se pela primeira vez numa obra dos princípios do século XIV, *Les Voeux du Faon*, de Jacques de Longuyon. A escolha dos heróis revela uma íntima relação com os romances de cavalaria. Lá aparecem Heitor, César, Alexandre, Josué, David, Judas Macabeu, Artur, Carlos Magno, Godofredo de Bulhões. (HUIZINGA, 1996, p. 51-52).

Embora a representação definitiva dos Nove Bravos tenha surgido no século XIV, já no século anterior, Macabeu já era reconhecido por alguns como um modelo de guerreiro que deveria ser emulado, pois ele era leal, honrado, bravo, destemido, mas acima de tudo, devoto a sua fé. E se fosse necessário morreria por ela (ARAÚJO, 2008, p. 117).

Logo a analogia entre passado e presente ficava clara, permitindo que os cavaleiros cristãos da Idade Média Central pudessem espelhar-se e modelar seu comportamento neste herói judeu. Sob a inspiração de Judas Macabeu e seus irmãos, os Templários, por exemplo, entregavam-se às batalhas com abandono e temeridade, confiando no apoio do Senhor e sem recear a morte que se aproximava. Os cronistas frequentemente citavam a famosa passagem bíblica: “A vitória do combate não se deve à importância do exército, mas a força que vem do Céu”. (I Mc. 3, 18-19). (ARAÚJO, 2008, p. 118).

após ter sido criada. Posteriormente, o papa Inocêncio III o incumbiu de reunir uma força militar, para empreender o que veio a ser a Segunda Cruzada (1147-1149). Foi responsável também pela difusão de um novo misticismo cristão. LUDDY, Ailbe J. *Bernardo de Claraval*. Tradução de Eduardo Saló. Lisboa: Editorial Aster, 1959.

No caso de São Bernardo de Claraval, embora não tenha sido um guerreiro como Macabeu, ainda assim, ele esteve associado à esfera militar por ter sido um ávido defensor da “guerra justa”. São Bernardo além de apoiar a oficialização da Ordem dos Templários e promover a Segunda Cruzada, ele também escreveu dois importantes tratados sobre a cavalaria, intitulados *De Laude Novae Militiae* (Elogio da Nova Cavalaria) e o *Novum Militiae Genus* (Nova Espécie de Cavalaria).

Ambas as obras apresentavam sua opinião e defesa quanto à cavalaria personificar a ideia do monge-guerreiro. São Bernardo pregava uma obediência quase que monástica as ordens de cavalaria, mas não retirando dessa sua principal função: assegurar a defesa dos cristãos e promover a propagação da fé (SALLES, 2008, p. 15-16).

Assim, Judas Macabeu representou o zelo da honra de Deus, ao defender a sua fé contra as ordens do imperador selêucida Antíoco IV. Abraão teve maturidade e sabedoria ao discursar sobre seu plano de resgatar seu sobrinho Ló, o qual foi sequestrado a mando dos reis Arioch e Codorlaomor, inimigos dos hebreus⁵⁹. Por fim, São Bernardo soube por em prática suas ações, e assim conseguiu legitimar suas propostas quanto à Ordem de Cister, à Ordem dos Templários e à Segunda Cruzada.

Embora não saibamos com exatidão, do porque da escolha de frei Paulo por esses homens, podemos conjecturar que tais escolhas representem o ponto de vista não apenas do autor, mas de seu “lugar social”, como tendo sido um clérigo beneditino que viveu na época barroca em Portugal.

Posto isso, pergunta-se: quais as características fundamentais da estética barroca? Primeiro que tudo corresponde à tentativa de fundir, numa unidade ambiciosa de simbolizar a suma perfeição, as duas linhas de força que conduziram o pensamento europeu ao longo do século XVI: o Barroco procurou conciliar numa síntese utópica a visão de mundo medieval, de base teocêntrica, e a ideologia clássica, renascentista, pagã, terrena, antropocêntrica. (MOISÉS, 2008, p. 111).

O fato de ter feito menção a Abraão, Judas Macabeu e São Bernardo representa essa ideia de “utopia” sugerida por Massaud Moisés, pois sendo uma das características da literatura barroca portuguesa, apresentar uma proposta antirreforma, a menção a tais personagens religiosos, especialmente Macabeu e São Bernardo conotava a intenção de reforçar o dogmatismo católico, pois ambos eram vistos como heróis, mesmo que quatrocentos anos após o auge da fama deles no medievo.

⁵⁹ Tal episódio bíblico (Gênesis 14: 1-12) é mencionado por Rosário.

Essa reafirmação da fé católica diante da fé protestante era uma questão que estava em alta devido às guerras religiosas dos séculos XVI e XVII, Rosário e Calado em seus relatos consideraram que as invasões neerlandesas possuíam um aspecto providencialista, um teste da Divina Providência aos seus fiéis, consistindo também num conflito entre católicos e protestantes. É importante salientar que naquela época, guerra e religião não são desassociadas, logo, por mais que ele tenha sido um religioso, não era incomum que o homem leigo não pensasse em providencialismo nas batalhas.

A cultura barroca acabou sendo uma resposta a esse período de crise e de transição, quando os antigos valores da nobreza europeia em choque com a ascendente burguesia. Contudo, em muitos aspectos, a monarquia clássica não rompeu com as doutrinas medievais no século XVII e a persistência da história providencialista, com sua tríade conceitual *pecado – castigo – redenção*, é um claro exemplo disso. (BRITO, 2012, p. 80).

Essa conceituação trina foi algo também considerado para as Cruzadas, por alguns clérigos, como São Bernardo, dentre os quais consideraram as Cruzadas um teste de Deus aos cristãos, aos quais foi delegada a missão de reconquistar Jerusalém e a Terra Santa, assim como propagar a palavra do Senhor aos infiéis.

Sendo o icônico santo uma das figuras de comparação usada por Rosário, percebe-se que a escolha dele reflete essa opinião de uma “história providencialista”, pois a perda da Terra Santa havia sido um castigo aos pecados dos cristãos e sua reconquista era a redenção.

Entretanto, o autor não mencionou esse sermão apenas no intuito de promover a fé católica, mas o utilizou como forma de enaltecer a pessoa de Antônio de Albuquerque Maranhão⁶⁰, capitão-mor da Paraíba durante a época das invasões holandesas. Aqui se percebe uma característica panegírica presente no discurso da obra.

A ideia da história que gira em torno dos “grandes homens” é uma característica antiga da narrativa histórica. E no caso da história da guerra, tais homens encarnavam as figuras dos “heróis de guerra” e dos “grandes generais”. Logo, Antônio de Albuquerque Maranhão, na opinião de Rosário teria sido esse “grande homem” que, com honra e

⁶⁰ Antônio de Albuquerque Maranhão (?-1667) era o filho mais velho de Jerônimo de Albuquerque, o Maranhão e D. Catharina Pinheiro Feio. Por parte desse casamento teve mais dois irmãos: Matias e Jerônimo. Tornou-se Cavaleiro da Ordem de Cristo, e passou a deter a Comenda de Santo André do Ervedal, a Comenda do Porto Santo, além de ter sido Senhor da Ilha Grande. Foi brevemente governador da Capitania do Maranhão entre 1618 e 1619, sucedendo o seu pai. Mas devido ao fato de ter sido considerado na época imaturo e impulsivo, acabou sendo retirado do cargo e enviado para a Paraíba. Foi nomeado em 09 de agosto de 1622 ao cargo de capitão-mor e governador da Paraíba, contudo tomou posse em data incerta por volta de 1627 e manteve-se no cargo até 1634, quando em dezembro ao ser derrotado pelos holandeses, acabou posteriormente deixando a capitania, retornando depois para Portugal. Foi casado com Joana Castelo Branco com quem teve dois filhos: Affonso e Antonia Margarida. (LINS, 2007, p. 51-54), (FONSECA, 1902, p. 128-129).

nobreza, conservou as três virtudes anteriormente mencionadas, e com elas conseguiu defender à Capitania da Paraíba.

Todas as cousas acima referidas, cõ q a poderosa mã de Deos enriq[ue]ceo & hõrou aos perfeitos Generais, assi Sãtos, como Ge[n]tios. Repartio liberalmente cõ o nosso Capitaõ mór Antonio de Albuquerque[ue], e cujo sugeito se acharaõ a hum tempo zelo da hõra de Deos & sua Mãy sãtissima, de que he mui devoto, virtude digname[n]te erdada de seu pay Ieronymo de Albuquerque[ue], cõ a qual sempre venceo inimigos de nossa S. Fê, se[m] nunca ser vencido. (ROSÁRIO, 1632, p. 2).

Essa exaltação à pessoa do governador indica-nos, também, ser uma prática panegírica, pois embora fosse comum enaltecer os grandes líderes, a *Relaçam Breve e Verdadeira* torna Antônio de Albuquerque seu herói máximo, quase como se esse fosse uma das propostas de seu discurso.

É importante observar que a *razão do louvor*, para os autores de panegíricos, nunca deve ser o simples desejo de louvor, que poderia desqualificar o seu discurso como adulação baixa, mas sim a produção de *exemplo* virtuoso para a *emulação* das pessoas, de modo que a *imitação dos melhores* servisse ao propósito de superação excelente da condição particular e de reforço da *concórdia* e da *saúde do organismo* do Estado. (PÉCORA, 2002, p. 48).

De acordo com os argumentos de Alcir Pécora podem-se identificar algumas dessas características, que estão presentes na *Relaçam Breve e Verdadeira*. Frei Paulo do Rosário não somente redigiu seu relato “breve e verdadeiro” a respeito de um acontecimento real, o qual foi a primeira invasão holandesa à Paraíba, mas também aproveitou para destacar em seu discurso elementos panegíricos que enaltecessem a figura do capitão-mor da Paraíba, Antônio de Albuquerque Maranhão.

Pécora diz que o panegírico produz um discurso virtuoso que sirva de exemplo, para que outros possam emular ou tomar como modelo. Logo, no começo da relação, Rosário já inicia a homenagem a Antônio de Albuquerque, comparando-o a outros ao que ele considera grandes homens.

Nesse ponto ele não apenas fornece ao leitor um exemplo, mas quatro exemplos, pois enquanto ele compara o governador às figuras de Judas Macabeu, Abraão e São Bernardo, ele também está afirmando que tais homens são dignos de exemplo, e por isso foram escolhidos para serem os modelos.

Não obstante, entre algumas das virtudes mencionadas por frei Paulo, das quais algumas voltarão a ser tratadas adiante, destacam-se o zelo, a prudência, a honra, a coragem, a confiança, a determinação, a diligência e a lealdade. Essas são algumas das virtudes das quais o autor procurou transmitir ao leitor. E de acordo com Leite (2009)

tais virtudes consistiam numa espécie de parâmetro, de senso comum, nos séculos XVI e XVII, algo que ele analisou em folhetos militares da época da ocupação holandesa no Brasil.

Todavia, o leque de valores transpunha frequentemente os limites dos movimentos bélicos, alcançando também virtudes cristãs e, particularmente, católicas. Guerra e religião, aspectos não desassociados naquele tempo. Dessa forma, a conduta exemplar exposta nos folhetos analisados apresentava um homem pleno, referência de honra, fama e glória a serem emuladas. Predominava o destaque das virtudes cardeais: a prudência (que incluía a providência, cuidado e conhecimento); a temperança (abrangendo honestidade, sobriedade e continência); o bom ânimo e a coragem (capazes de alcançar a paz); a constância e a paciência; e o senso de justiça (compreendendo liberdade, religiosidade, inocência, piedade, caridade, amizade, reverência e concórdia). Tais tributos surgiam explícita ou implicitamente no corpo dos relatos de guerra, produzindo neles um significado que ultrapassava a mera notícia dos últimos acontecimentos no campo de batalha. (LEITE, 2009, p. 108).

Da perspectiva apresentada por Jorge Leite, o qual comenta brevemente um pouco sobre os elogios tecidos a Antônio de Albuquerque Maranhão por frei Paulo do Rosário, podemos destacar dessa lista as virtudes da prudência, bom ânimo, coragem e senso de justiça, como as que melhor se identificam com as virtudes descritas por Rosário a respeito de Maranhão, mas também se identificam com as três virtudes que ele menciona no começo de seu livro.

Não obstante, Pécora (2002, p. 49) também diz que esse discurso possui a condição de reforçar a “concórdia” e a “saúde do organismo do Estado”. Maranhão é comparado a homens religiosos, como tendo sido um “general cristão” de valor, o qual zelou pelo catolicismo, tendo sido benevolente com a Igreja, ao doar presentes à padroeira. Além disso, ele era um homem que procurava manter a união e a moral em alta entre seus homens, segundo nos atestou o próprio Rosário.

No que diz respeito ao segundo aspecto mencionado por Pécora, em respeito ao Estado, Antônio de Albuquerque era governador da Capitania da Paraíba e um nobre. Ele era um homem do Estado e a serviço deste. Sua liderança nas guerras luso-holandesas na Paraíba expressam seu dever e lealdade em defender aquela capitania.

Aqui se nota que ele não é apenas o governante que zela pelo seu cargo, mas também é o súdito que procura defender as terras de seu senhor. Logo, tendo ele defendido a capitania com êxito nesse primeiro ataque, expressa que ele conseguiu manter bem a “saúde do organismo do Estado” para aquela capitania. E isso é um motivo a mais para que sua pessoa merecesse louvor.

Por tais características apresentadas por Pécora e usadas como item de comparação, podemos observar que a *Relaçam Breve e Verdadeira* (1632), em meio a sua narrativa, possui característica panegíricas. No entanto, algumas das referências a Antônio de Albuquerque são ímpares a essa obra, pois outros autores não deram o mesmo reconhecimento ao seu trabalho.

Duarte de Albuquerque Coelho em *Memórias Diárias* (1654), no seu relato sobre a primeira invasão disse que Antônio e os demais capitães fizeram um grande serviço⁶¹ em defender a Paraíba. Lembrando que os dois governadores eram primos, e mesmo sendo parentes, Coelho não lhe fez elogios extras.

De fato, Antônio de Albuquerque vivenciou as três invasões holandesas, tendo logrado êxito contra duas delas, mas na terceira, acabou sendo derrotado e fugiu. Possivelmente sua perda da fama, deva-se à derrota que lhe custou a sua capitania. Por mais que tenha vencido duas batalhas, ele acabou perdendo a guerra.

Por outro lado podemos também cogitar a hipótese que as características panegíricas da *Relação Breve e Verdadeira* quanto à pessoa do governador, possam ter sido motivadas por interesses secundários, os quais visariam tanto expectativas para a pessoa do governador quanto para o frei e sua ordem.

Nessa linha de pensamento, Antônio de Albuquerque Maranhão poderia ter financiado parte das despesas da publicação do livro de frei Paulo do Rosário, ou até mesmo o “contratado” para relatar aquele acontecimento. Pois, embora o frei tenha sido testemunha ocular, não sabemos quando ele começou a redigir sua obra.

Assim, esse possível “contrato” não seria uma hipótese a ser descartada, pois não era uma característica incomum naquele tempo. Por exemplo, as obras do *Valeroso Lucideno* e do *Castrioto Lusitano*, ambas exaltam a pessoa de João Fernandes Vieira (c. 1613-1681), senhor de engenho em Pernambuco, líder militar e depois capitão-mor de algumas capitanias. Sabe-se que as duas obras foram financiadas por ele⁶². Logo, elas possuem um discurso panegírico para enaltecerem os feitos desse homem que participou das guerras luso-holandesas.

Pécora (2002, p. 52-53) salienta que para que um panegírico seja respeitável e não seja considerada mera bajulação, seu autor deve ser alguém de respeito. O nome de frei Paulo do Rosário não é um nome famoso aos ouvidos de hoje, e parece que nem em

⁶¹ “O governador da Paraíba, Antônio de Albuquerque, e os demais capitães cumpriram tão eminentemente os seus deveres nesta ocasião, como bem se viu no sucesso e no valor com que o alcançaram”. (COELHO, 1982, p. 111-112).

⁶² Cf. Sylvia Brito, *A dialética do castigo*, capítulos 1 e 2, onde a autora debate tal fato.

sua época o foi. Mas se por um lado ele não teve fama, por outro, ele foi um homem de respeito. Como mencionado na parte biográfica sobre ele, frei Paulo do Rosário foi abade em alguns mosteiros de Portugal e do Brasil.

Embora não tenha subido nas posições hierárquicas da Igreja Católica, tendo permanecido como frei ou padre até o fim da vida, mas o fato de ter sido abade algumas vezes, já denota que ele era um homem de responsabilidade e de respeito. Além disso, no ano de 1631, ele havia retornado ao Brasil como Comissário Provincial da Ordem dos Beneditinos de Portugal, um cargo bastante importante. Mas tais condições dizem respeito a sua função na ordem beneditina, fora dessa, não sabemos como ele era visto.

Sendo assim, Rosário por mais que ainda consista numa pessoa pouco conhecida, em seu tempo, era um homem de respeito, duas condições que reforçariam sua pessoa como autor de um panegírico. Logo, segundo Pécora, é necessário que o autor seja alguém de credibilidade, Rosário aparenta ter possuído essa condição pelos cargos assumidos na ordem beneditina portuguesa.

Não obstante, o intuito do discurso panegírico também era reflexo da sociedade portuguesa do Antigo Regime, na qual os homens nobres ou não, procuravam ganhar recompensas do rei, as chamadas cartas de serviços ou mercês. A atribuição dessas mercês consistia num prolongamento das relações de suserania-vassalagem da Idade Média, onde os súditos para receberem algo do monarca deveriam mostrar sua lealdade a esse através de serviços, os quais seriam dignos de valor.

O próprio Rosário sugere que o governador procurava por fama, assim como, Judas Macabeu havia feito em seu tempo. Logo, essa busca por fama, elucida também a ideia dele buscar alguma recompensa, pois afinal, ele arriscou sua vida, fazendas e homens para defender as terras da Coroa.

Para se alcançar essas mercês, muitas vezes os homens tinham que realizar feitos heroicos, normalmente associados ao campo das armas. Próximo ao fim da sua narrativa, enquanto parabeniza o esforço dos capitães e dos soldados em se defender a capitania, ele faz menção que aqueles homens deveriam ser retribuídos por seus feitos, deveriam receber recompensas.

Lembrando que em alguns casos a defesa da terra foi feita por milícias locais, empregando colonos, escravos africanos e indígenas, pois o envio de tropas pela Coroa não era suficiente para contemplar todo o território em que as guerras luso-holandesas ocorriam.

Entretanto, o problema dessa hipótese sugerida para tal obra, é que não se possui provas de que Antônio de Albuquerque Maranhão poderia ter financiado frei Paulo do Rosário a escrever aquela relação. Embora o governador tenha recebido título de cavaleiro da Ordem de Cristo e de comendador, não podemos garantir que o livro influenciou nesse quesito.

Tão pouco, também, se pode dizer que a Ordem dos Beneditinos tenha recebido alguma doação na Paraíba, por parte do governador, estando relacionado a esse episódio da guerra; embora na *Relação Breve e Verdadeira* seja dito que o governador investiu recursos na igreja da padroeira da cidade, a qual não pertencia aos beneditinos.

Não obstante, outra linha de interpretação para essa exaltação do governador, consiste em considerarmos a admiração pessoal do frei por ele. Sendo a obra de frei Paulo do Rosário proveniente de seu testemunho, podemos propor que seu posicionamento quanto à pessoa do capitão-mor possa ter se dado também por esse fator, pois “a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo”. (BOSI, 1994, p. 54). No entanto, embora esse fator de admiração seja possível, é provável que tenha havido algo a mais por trás dessas homenagens prestadas.

Embora frei Paulo parabenize a ação do governador pela sua doação à padroeira da capitania e a celebração da sua festa, os demais elogios tecidos advêm da fase de conflito, ou seja, durante a batalha. Enquanto em outras obras panegíricas os autores memoravam aspectos familiares que envolviam os antepassados dos protagonistas de suas obras, como forma de traçar uma “genealogia honrada e nobre”, na *Relação Breve e Verdadeira*, o passado do governador é desconhecido, apenas se alude uma vez ao seu pai Jerônimo de Albuquerque Maranhão.

A admiração que é exposta pela pessoa do governador, teria advindo propriamente da convivência do frei com o mesmo durante a invasão. Pois as características que são destacadas referem-se ao exercício da guerra, onde Antônio de Albuquerque é ilustrado como um “grande general”.

Ao término do “sermão introdutório”, prossegue-se a “festa de Nossa Senhora das Neves”, onde o autor comentou a preocupação do capitão-mor em ofertar presentes para a Igreja de Nossa Senhora das Neves (atual basílica), assim como descreveu

algumas características do festival que durava uma semana, se iniciando em 5 de agosto⁶³.

Após o relato acerca da festa da padroeira da capitania, nas páginas seguintes de seu livro, frei Paulo do Rosário passa a abordar a primeira invasão holandesa, iniciando seu relato de guerra, algo que será retomado no próximo capítulo dessa dissertação.

⁶³ Neste caso sendo a Festa das Neves, o feriado religioso de maior repercussão na capital, decretou-se pela Lei Estadual 3.489/67 e a Lei 9.093/95 que a cidade de João Pessoa, teria sido fundada em 5 de agosto. *Jornal da Paraíba*, 02 de agosto de 2013. Embora que na prática, a cidade só começou a ser construída em 4 de novembro de 1585, quando começou a se erguer o Forte do Varadouro, o qual consiste de fato no marco zero da cidade, como nos atesta a crônica de guerra chamada *Sumário das Armadas* (1585), de autoria ainda indeterminada, mas que consistiu na primeira obra sobre a fundação da Capitania da Paraíba e da cidade de Nossa Senhora das Neves. (SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1996).

1.2 Um jovem aventureiro

“O interesse do diário é sua insignificância. Essa é sua inclinação, sua lei. [...]. Cada dia nos diz alguma coisa. Cada dia anotado é um dia preservado”.

Maurice Blanchot⁶⁴

Ambrósio Richshoffer (1612-?) nasceu em 15 de fevereiro em Estrasburgo, cidade que na época fazia parte do Sacro Império Romano-Germânico, embora dispusesse de certa independência administrativa⁶⁵. Seu pai era Daniel Richshoffer, o um comerciante razoavelmente próspero. Sua mãe chamava-se Catharina (VIEIRA, 2010, p. 13). Um de seus avôs chamava-se Ambrósio Trauschen o qual foi para guerra a serviço da Sereníssima República de Veneza⁶⁶.

Aos 15 anos Ambrósio Richshoffer viajou para Sedan na França, para estudar francês; depois retornou para casa após um ano de estudos. Posteriormente viajou para Frankfurt⁶⁷ (Alemanha) onde trabalhou no comércio como ajudante do senhor Nicolaus Schotten, mas acabou largando o emprego e se dirigiu para Amsterdã em 1628 (MIRANDA, 2014, p. 423).

Em fins de 1628 resolvi, com alguns bons camaradas adiante mencionados, empreender uma viagem à Índia Oriental, e achando-nos, seis meses mais tarde, na Feira da Páscoa de Francfurt, partimos para realizá-la. Descendo o Reno chegamos em paz a Amsterdam, não sem termos, durante o caminho, corrido grande perigo de corpo e vida, por causa das guarnições espanholas que ainda existiam em vários lugares. A nossa intenção era seguirmos para a Índia Oriental, mas, como não se nos oferecesse ocasião para fazê-lo, e a Companhia das Índias Ocidentais estivesse recrutando fortemente, fiz-me alistar junto com o meu camarada Felipe de Haus, por oito florins holandeses mensais, um shilling de arras e outro tanto de meio-soldo diário até sermos passados em revista. (RICHSHOFFER, 1978, p. 25).

Eles como outros jovens europeus da época, os quais procuravam por aventuras e fortuna; se alistaram em abril de 1629 em Amsterdã, no exército da Companhia das

⁶⁴ BLANCHOT, Maurice. *O livro por vir*. Tradução de Leyla Perone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 273.

⁶⁵ Hoje a cidade consiste na capital do estado homônimo, localizada na França.

⁶⁶ É possível que seu avô tenha lhe inspirado a se tornar um soldado, pois em seu livro, na introdução, ele exalta a figura de seu avô, dizendo que ele foi Intendente do Arsenal e membro do Grande Conselho ambos em Estrasburgo. Além disso, lutou bravamente a serviço da república veneziana na Batalha de Lepanto em 1571, liderada por D. João de Áustria (meio-irmão de Filipe II de Espanha) contra o Império Otomano. Além de combater nessa batalha onde se feriu, ainda viajou para Túnis na Tunísia, onde conseguiu espólios de guerra.

⁶⁷ “As aldeias pastoris da montanha, e, sobretudo as zonas subalpinas da Alemanha meridional, da Áustria e da Suíça, eram tradicionalmente o viveiro dos exércitos, e o século XVII não constitui exceção”. (PARKER, 1994, p. 38).

Índias Ocidentais⁶⁸, embora ele tenha dito que pretendia se alistar na VOC, mas na época que chegou à Holanda, a VOC não estava em período de recrutamento. Na ocasião Ambrósio ainda possuía 17 anos, mas acreditava que naquele momento de intensas mudanças, os Países Baixos se mostravam como uma terra de oportunidades.

José Antônio Maravall (2009, p. 162-163) salientou que o século XVII foi uma época na qual se acentuou o papel e a importância do mercado manufatureiro e da produção cultural, tornando as cidades novamente polos econômicos, políticos, sociais e culturais do continente europeu, algo que havia decaído durante a Idade Média.

Durante a fase do Barroco, seus governantes e, em geral, os indivíduos das classes dominantes não são senhores que vivem no campo, e, se fazem esforços para barrar a corrente de absenteísmo, ela não faz mais que aumentar: são ricos que habitam a cidade e burocratas que ali administram e enriquecem. (MARAVALL, 2009, p. 188).

Somando-se a esse crescimento econômico, o crescimento populacional urbano e por sua vez do consumo, acentuou o que Maravall chamou de um início de uma “massificação dos modos de vida e de ideias”⁶⁹. Por sua vez, a Holanda se apresentava nesse cenário de mudanças com um centro nevrálgico cultural e econômico do continente europeu, um local de muitas oportunidades.

No âmbito cultural, antes de 1629, época que Ambrósio Richshoffer chegou a Amsterdã, os Países Baixos já possuíam três universidades: Leiden (1575), Franeker (1585) e Groningen (1648). Grande parte da população era alfabetizada, e a leitura da Bíblia fazia parte dessa alfabetização. Por essa época, o famoso pintor Rembrandt van Rijn (1606-1669) já possuía um ateliê e uma relativa clientela, algo que aumentaria quando se mudasse para Amsterdã em 1631. Na literatura se destacavam os poetas Joost van den Vondel e Jacobus Revius. Nas ciências destacaram-se o matemático Christiaan Huygens e o cientista Antonie van Leeuwenhoek (inventor do microscópio); na filosofia, Hugo Grotius, René Descartes e Baruch de Espinosa, sendo que os dois últimos se mudaram para o país (SCHALKWIJK, 2004, p. 38-39).

No que se refere à economia, a grande oferta de empregos e bons salários (em alguns casos) tornou-se um dos principais atrativos para que estrangeiros migrassem para o país. A grande necessidade de mão de obra para atuar na agricultura, pecuária,

⁶⁸ Richshoffer na introdução menciona que um irmão seu, chamado Daniel também se alistou na WIC e viajou para Pernambuco, mas acabou morrendo de causas naturais. Ele não especificou o ano que ele morreu, apenas disse que Daniel se alistou posteriormente a ele.

⁶⁹ Cf. José Antônio Maravall, *A cultura do Barroco*, parte II, capítulos 3 e 4.

indústria manufatureira, mas principalmente no comércio neerlandês, abriu as portas dos Países Baixos para os jovens de muitos países europeus.

Pelo fato das Companhias das Índias disporem de direito de formar seus exércitos e marinhas, houve nesse período um recrutamento massivo, pois a população masculina do país era insuficiente, além do fato que parte dos holandeses não possuía interesse em trabalhar para as Companhias, pois consideravam um trabalho pesado, difícil e perigoso⁷⁰ (MIRANDA, 2014, p. 43).

Logo, com a necessidade de suprir esse problema, a VOC e a WIC iam buscar recrutas e empregados em outros países⁷¹, e, estando parte da Europa envolvida na Guerra dos Trinta Anos, havia muitos soldados à disposição, além do fato que os jovens não estavam interessados em trabalhar na terra ou em cargos menores, e alguns procuravam por dinheiro rápido, o que levava a um fluxo intenso da população jovem masculina a migrar do campo e das pequenas cidades, para as capitais.

Relatos da época assinalaram que esse grande fluxo de mão de obra que seguia para os Países Baixos, era formado na maioria por homens pobres e com baixo nível de instrução escolar, os quais saíram de suas terras e casas para conseguir melhores condições de emprego ou fugir da miséria e da destruição gerados pelas guerras (MIRANDA, 2014, p. 68).

De fato tal argumento não está errado, mas como assinalado por Bruno Miranda (2014), não pode ser tomado de forma generalizante. O caso de Ambrósio Richshoffer consiste numa exceção; Richshoffer era um rapaz instruído e proveniente de uma família de comerciantes; e ele não foi o único, houve outros casos parecidos com o dele. E como apontado por Tallet (2010, p. 85-88), muitos dos imigrantes necessariamente não eram homens que fossem desprovidos do conhecimento de algum ofício ou totalmente analfabetos.

⁷⁰ Além dos Países Baixos, outros países europeus como França, os Estados italianos, Espanha, Sacro Império, Inglaterra, Suécia, Dinamarca, etc., vivenciaram condições semelhantes em se haver falta de homens para o serviço militar, levando os Estados a contratarem cidadãos de outras nações, por tal motivo de escassez de mão de obra, e também pela condição de que mercenários seriam mais úteis em nações estrangeiras do que os soldados nativos de tais locais, pois no pensamento da época, o mercenário teria menos probabilidade de desertar em uma terra estrangeira (PARKER, 1994, p. 38-40).

⁷¹ Bruno Miranda (2014, p. 41-84) analisou as informações acerca do recrutamento militar pela WIC, apresentando tabelas, nas quais apontam que milhares de homens embarcaram para o Brasil entre os anos de 1630 a 1654. Dos quais a maioria era proveniente da Holanda, embora que de 40% a 60% do contingente militar era formado por estrangeiros provenientes do Sacro Império, Países Baixos do Sul, Inglaterra, Irlanda, Escócia, França, Suíça, Dinamarca, Suécia, Noruega, Polônia, etc. Sendo que tais homens estavam na faixa etária entre os 18 e 30 anos, mas havendo casos de gente mais nova e mais velha também a se alistar.

Outros motivos que atraíram imigrantes para o país foram devidos à política de tolerância religiosa, algo bastante cômodo numa época que guerras religiosas ainda ocorriam. Logo, o número de judeus sefarditas cresceu rapidamente, dos quais muitos advinham de Portugal, fugindo da Inquisição Portuguesa; e uma série de protestantes de diferentes igrejas e seitas, também migrou para a Holanda, pois lá, o Estado concedeu liberdade religiosa e tolerância moral⁷², como uma forma de atrair imigrantes para o país, para desenvolver a economia (POSTMA, 2008, p. 10).

Entre 1600 a 1800, mais de 2 milhões de imigrantes foram para regiões centrais no oeste da República, com o objetivo de residir, trabalhar temporariamente ou servir em suas tropas, navios e colônias. Nesse período, entre as muitas regiões da Europa Ocidental, a área da República era vista como a mais atrativa, por conta da sua prosperidade econômica, melhores salários e de maior liberdade religiosa. (MIRANDA, 2014, p. 42).

Mesmo com esse grande fluxo de imigrantes para a república holandesa, Braudel (1996, p. 167-168) chamou a atenção para o fato de que nem todas as oportunidades de emprego eram boas. Ele salienta que houve um crescimento no número de pobres, a maioria do proletariado composto por imigrantes, dos quais alguns acabavam se sujeitando a qualquer tipo de trabalho, em geral passavam a ocupar ofícios pesados e degradantes, como varrer as ruas, carregar mercadorias, limpar os portos, atuar como cocheiros, ceifeiros, lenhadores, pedreiros, mineiros, etc.

Por tal perspectiva, quando Richshoffer e seus amigos seguiram para Amsterdã, eles já tinham em mente em ingressar em uma das Companhias das Índias, pois acreditavam que ali os salários seriam melhores, além de haver a possibilidade de enriquecer no Novo Mundo, fosse através de meios lícitos ou ilícitos.

A propaganda fantasiosa também foi reproduzida em panfletos, mídia capaz de alcançar leitores de forma rápida e eficiente. No século XVII, impressos desse tipo foram capazes de atrair colonos neerlandeses para a Costa Selvagem – entre os rios Orinoco e Amazonas. A propaganda da Companhia das Índias Ocidentais também fazia o serviço no Brasil parecer algo muito vantajoso. (MIRANDA, 2014, p. 130).

Essa propaganda de incentivo ao alistamento nas duas Companhias foi bastante eficaz, ainda mais se pensarmos que grande parte da população neerlandesa era alfabetizada, o que favoreceu a difusão desses panfletos, permitindo que até mesmo homens provenientes das classes baixas pudessem ter conhecimento sobre as Américas

⁷² Simon Schama (1992) aborda ao longo de seu livro, questões de ordem moral e religiosa, mostrando que havia tolerância, mas também havia intolerância e crítica.

(ISRAEL, 1995, p. 688), e isso viesse a lhe interessar a ponto de procurar emprego em uma das Companhias das Índias.

Neste caso, as Companhias ofereciam vários tipos de empregos, mas o recrutamento militar era o que possuía o maior número de vagas, devido à constante necessidade de se manter as tropas, pois o número de baixas causadas por doenças e mortes em batalha era alto, além do fato de haver deserções e o contrato de tempo de serviço na WIC ser de três anos. Entretanto, mesmo com tais problemas, as forças armadas eram vistas como uma possibilidade de ascender socialmente. O próprio Richshoffer disse que se alistou no exército da WIC, porque acreditava que através das armas conquistaria fama e riqueza⁷³ (MIRANDA, 2014, p. 114-120).

Em 21 de maio, Richshoffer conta-nos que prestou seu juramento solene em servir a WIC, participando de um desfile numa praça em Amsterdã, como ditava os costumes da época. Posteriormente, no dia 25, sua companhia seguiu para Vohlwick, onde ele conheceu o major Diederik van Waerdenburch e outros comissários da Companhia. Na ocasião foram passados em revista, tendo sido Richshoffer e seus amigos enviados para a companhia do capitão Marten Petersen Day.

A 30 todos os soldados alistados foram conduzidos nos transportes para Texel, e ali embarcados nos grandes navios de guerra. Nossa companhia, forte de 184 homens, foi dividida em dois navios, ficando 100 homens no *Fama* e 84 no *De Salamander*, entre os quais eu e meus camaradas. (RICHSHOFFER, 1978, p. 26).

A bordo do navio *De Salamander*, ele e seus amigos faziam agora parte da primeira expedição que seria enviada ao Brasil desde o malogro ocorrido em 1625, no qual a WIC perdeu o controle de Salvador. Mas dessa vez a nova expedição possuía um novo alvo, ao invés de tentar-se retomar Salvador, o alvo agora era tomar Olinda, que fatidicamente também não estava devidamente guarnecida.

A nova expedição foi liderada pelo coronel Hendrik Corneliszoon Lonck e o major Diederik van Waerdenburch. No entanto, apenas quando haviam seguido viagem, é que os soldados, como Richshoffer informou, passaram a ter ciência da sua missão,

⁷³ Geoffrey Parker (1994, p. 39) aponta outros motivos para o alistamento militar no século XVII: oportunidade de emprego rápido; fuga de problemas familiares; fuga da justiça, caso o indivíduo estivesse com alguma pendência ou fosse um fugitivo; oportunidade de viajar; formação militar, no intuito de desenvolvimento pessoal ou para seguir carreira no exército ou na política; ideais de honra, orgulho, prestar serviço ao país ou para algum nobre, etc.

que seria atacar Olinda em Pernambuco. Tal informação foi guardada em sigilo, como ele prossegue dizendo⁷⁴.

Logo, ao terem liberado o alvo da expedição somente após a frota ter se reunido meses depois no arquipélago do Cabo Verde, na costa ocidental da África (pois os navios partiram de outras localidades, além do fato de ter ocorrido atrasos e a demora em se receber suprimentos para poder cruzar o Atlântico), sugere que a WIC evitou que nesse meio tempo, no traslado de seus navios de guerra, informações vazassem.

Finalmente, em fevereiro de 1630, a frota neerlandesa se encontrava na costa de Pernambuco, após uma jornada que demorou oito meses desde a saída dos primeiros navios de Texel, assim como contava também com uma baixa bastante significativa, pois durante esse tempo, algumas centenas de homens acabaram adoecendo e morrendo, mesmo assim, o contingente restante foi suficiente para conquistar a frágil defesa de Olinda⁷⁵.

Durante seu tempo de serviço no exército da Companhia das Índias Ocidentais, Richshoffer participou do primeiro ataque a Olinda e Recife, serviu em Itamaracá, participou do primeiro ataque à Paraíba, viajou na expedição de reconhecimento à costa do Rio Grande, a qual possuía o intuito de atacar Natal, embora os preparativos de guerra e as informações fornecidas por Antônio de Albuquerque Maranhão ao capitão-mor do Rio Grande, Cipriano Pita (que, com isso preparou as defesas do Forte dos Três Reis Magos), fez a expedição neerlandesa desistir de atacar o forte, mas não a impediu de explorar a capitania.

Todavia, Richshoffer passou mais tempo servindo em Pernambuco. E em abril de 1632 tendo alcançado o posto de sargento, foi designado pelo Conselho Político a se unir à expedição do almirante Marten Thyszoon que seguiria para as Antilhas, a fim de explorar algumas ilhas e locais para uma posterior ocupação. De lá, a expedição retornou à Holanda.

⁷⁴ As diretrizes dessa carta de comando, intitulada “Instruções secretas dadas ao general Hendrick Cornelissen Lonck, as quais deve abrir depois de ter partido [da ilha] de São Vicente e passado o Equador” (18 de agosto de 1629), pode ser consultada no “Secrete Notulen van de Vergaderinge van XIX in Middelburch”, disponível no Arquivo de Haia ou na Coleção José Higinio no IAHGP (MELLO, 2001, p. 42).

⁷⁵ Quando a frota da Companhia das Índias Ocidentais chegou à costa de Pernambuco, em janeiro de 1630, ela já apresentava uma baixa de cerca de 33,85% de seus marinheiros e soldados. Dos 3.780 marinheiros e 3.500 soldados enviados, ainda estavam disponíveis para o ataque à Capitania de Pernambuco, por não terem sido acometidos por enfermidades, por volta de 2.515 marinheiros e 2.300 soldados. Ou seja, apenas 66,15% do efetivo enviado podiam ser utilizados na operação de conquista (MIRANDA, 2014, p. 221).

No ano de 1633 alistou-se como sargento nas tropas francesas do rei Luís XIII, o Justo, onde seguiu carreira militar, tornando-se posteriormente capitão. Desconhece-se até que época permaneceu no Exército francês e quanto tempo passou fora de casa (MIRANDA, 2014, p. 432).

Embora a data de falecimento de Ambrósio Richshoffer seja ainda desconhecida, sabe-se que pela época da publicação de seu livro, ele ainda estava vivo. Uma das pistas que dispomos de que ele ainda estivesse vivo quando seu livro foi publicado trata-se de seu retrato, o qual foi pintado por J. C. Sartorius, cuja data consta o ano de 1677, estando esse retrato presente na primeira edição do seu livro.

Além disso, se ele tivesse morrido, provavelmente constaria alguma nota no livro indicando o falecimento do autor, mas ela não existe. Todavia, quando ele publicou seu livro no ano de 1677, Richshoffer se encontrava morando em Estrasburgo, tendo esposa e filhos. Foi na velhice que ele decidiu tornar público suas memórias; o motivo de ter feito isso, porém, é desconhecido.



Figura VI: Retrato de Ambrósio Richshoffer. Autor: J. C. Sartorius. Ano: 1677. Fonte: Bibliothèque Nationale Universitaire, Estrasburgo, França.

1.2.1 O diário de um soldado

O livro de Ambrósio Richshoffer só foi publicado mais de quarenta anos após ele ter servido na Companhia das Índias Ocidentais. Seu diário se inicia com a sua chegada à Holanda em 1629 e prossegue até o ano de 1632, quando ele retornou aos Países Baixos, onde pediu baixa da WIC e depois retornou para casa.

Embora tenha concluído seu relato no ano de 1632, seu livro só foi publicado no ano de 1677 em alemão, pelo editor Josias Stäedel (1627-1700). Na época a obra recebeu o título de *Ambrosij Richshoffers Brasiliannisch und West Indianische Reise Beschreibung*, ou seja, *Descrição de Viagem ao Brasil e às Índias Ocidentais por Ambrósio Richshoffer*.

Em um catálogo bibliográfico redigido por Paul Trömel, produzido para a *Biblioteca Americana* e escrito em francês, intitulado *Catologue Raisonné d'une Collection de livres précieux Sur L'Amerique, Parus depuis sa découverte jusqu'a l'na 1700*, além da informação bibliográfica sobre o livro de Richshoffer, também se encontra uma sinopse. No entanto, o interessante dessa obra é o fato que Trömel nos fornece a informação acerca da existência de imagens na edição original⁷⁶, algo que foi retirado das edições brasileiras⁷⁷.

⁷⁶ Trömel (1871) mencionou um retrato de Ambrósio Richshoffer, feito por J. C. Sartorius, um mapa intitulado “*Brasilia subregime Batavorum*” e três gravuras: uma representando Recife e Olinda, outra representando a Paraíba e o Rio Grande, e a terceira retratando Pernambuco e Rio Grande (sendo essa gravura repetida duas vezes).

⁷⁷ Alfredo de Carvalho responsável pela tradução e da primeira edição brasileira, considerou que os mapas e gravuras contidos no livro não estivessem em boa condição de legibilidade. Todavia, pode-se baixar pela internet uma cópia digitalizada da primeira edição e se conferir os mapas e gravuras.



Figura VII: Frontispício do livro *Ambrosij Richshoffers Brasilianisch und West Indianische Reise Beschreibung* (Descrição de Viagem ao Brasil e às Índias Ocidentais por Ambrósio Richshoffer), 1677.

Todavia, não será de nosso intuito explicar mais profundamente sobre sua obra como ocorreu no caso de frei Paulo do Rosário, pois o livro de Ambrósio Richshoffer é bem mais conhecido dos historiadores brasileiros do que a obra de Rosário como mencionado no capítulo anterior, pois Varnhagen, Wätjen, Netscher, J. A. Gonsalves de Mello, Evaldo Cabral entre outros já a utilizaram. Logo, apresentaremos uma visão geral do livro, para assim adentrar o relato que ele escreveu sobre sua campanha militar na Paraíba.

Foi apenas na primeira edição brasileira, feita pelo historiador, folclorista e engenheiro pernambucano Alfredo de Carvalho (1870-1916) em 1897, e publicado no Recife, que a obra foi intitulada *Diário de um soldado da Companhia das Índias Ocidentais*, título pelo qual se tornou mais conhecido no Brasil, chegando a receber mais duas edições, uma em 1978 organizada por José Antônio Gonsalves de Mello e a mais recente, datada de 2004, organizada por Leonardo Dantas Silva. Para o presente

estudo, foram utilizadas as edições um e dois, embora que, efetivamente a tradução ainda seja a mesma, pois J. A. Gonsalves de Mello e Leonardo Dantas não fizeram novas traduções, permanecendo a feita por Alfredo de Carvalho.

Mas entre se intitular *Descrição de viagem* para se intitular *Diário de um soldado*, algumas mudanças vêm à tona, embora para o autor fossem irrelevantes, pois ele mesmo comenta tal fato, mostrando que não havia para ele uma diferença clara no que regia uma *descrição de viagem* e um *diário de viagem*.

Descrição era um gênero literário comum na Idade Moderna, consistindo numa narrativa que cuja função era descrever o que o autor viu e ouviu. Logo, muitas *descrições* surgiram com base em viagens, sendo produzidas por religiosos, nobres, militares, viajantes, etc. No acervo da Biblioteca Nacional de Portugal há várias *descrições* disponíveis, abordando principalmente temas históricos e geográficos.

A *descrição* consistia num gênero associado ao real. O livro do viajante alemão Hans Staden, *História Verdadeira e Descrição de uma Terra de Selvagens, nus e cruéis comedores de seres humanos, situada no Novo Mundo da América...* (1557), como no próprio título aponta, tratava-se de uma descrição sobre uma história supostamente verídica, baseada nas viagens que o autor realizou.

No entanto, embora houvesse essa tendência de querer transmitir o real, lendas e mitos também faziam parte de algumas dessas obras, consistindo em elementos de curiosidade, mas também em elementos que expressavam o imaginário que os europeus possuíam acerca de outras terras, os quais, mesmo fantásticos, poderiam ser vistos como realidade. O Reino de Prestes João na Ásia ou África, o País da Cocanha, Eldorado e Cibola, ambos nas Américas, eram locais lendários, mas havia quem acreditasse que fossem reais⁷⁸.

Se comparado à obra de Staden e outras obras de *descrição* baseada em uma viagem, o livro de Richshoffer se encaixa nesse estilo, pois ele escreveu características sobre a fauna, flora, clima e os habitantes no Brasil e nas Antilhas. Como também abordou acontecimentos relacionados à expedição da WIC para se tomar Pernambuco e as capitanias do Norte, hoje considerados assuntos com teor histórico.

Escrito em forma de diário, o livro de Richshoffer, pelo seu estilo descuidado e pela sua caprichosa ortografia, revela-nos seu autor mais habituado ao manejo da espada que ao da pena. Fastidioso em alguns pontos, nos quais tem a monotonia de um livro de bordo, em geral a sua leitura deleita e interessa pela abundância de anedotas, episódios singulares e fatos típicos

⁷⁸ Sérgio Buarque de Holanda aborda esse imaginário europeu sobre o Brasil, em seu livro *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

que bem nos patenteiam a crueza dos costumes e hábitos militares da época, e, sobretudo o espírito de gananciosa rapinagem, e o baixo mercantilismo sem escrúpulos que presidia a celebre Companhia das Índias Ocidentais, cujo domínio ainda hoje mal avisados patriotas lamentam não se tenha perpetuado entre nós. (MELLO in RICHSHOFFER, 1978, p. 18-19).

José Antônio Gonsalves de Mello, quando escreveu a introdução do livro de Richshoffer para a publicação da segunda edição brasileira em 1978, afirmou como visto na citação acima, que a obra tratava-se de um diário, mas qual seria a implicação de apontar uma diferença em se chamar de descrição ou diário?

Na obra, em sua introdução, nomeada “benévolo leitor”, Richshoffer chamou seu livro de diário ou descrição de viagem, apresentando não haver uma distinção clara entre os dois estilos de escrita. Todavia, tentamos nesse estudo apresentar algumas características as quais permitem atribuir ao seu livro o caráter de um diário, já que a obra foi intitulada originalmente com o título de descrição.

Picard (1981, p. 115-117) assinalou que a escrita de diários originalmente não possuía o intuito de se tornar pública; o diário, desde sua origem, pelo menos no que se diz respeito ao “diário íntimo” como o autor se refere, consistia num escrito de cunho pessoal, no qual guardava segredos e detalhes de seu autor. Essa curiosidade por diários se tornou objeto de interesse público a partir do século XIX, quando os diários passaram a serem publicados, como também começou a se delinear o diário como gênero de ficção, algo que se tornou mais vigente no século XX (PICARD, 1981, p. 117).

Logo, tomando essa referência dada por Hugo Picard, no século XVII, o diário era um escrito sem interesse de ser tornado público, e quando olhamos para a obra de Richshoffer percebemos que tal aspecto esteve presente. Ele redigiu seus relatos entre 1629 e 1632, possivelmente voltou a rever o que escreveu posteriormente, pois ele menciona a morte do seu irmão sem dizer em que data este faleceu, mas de qualquer forma seu livro só foi publicado décadas depois. E por tal fato se percebe essa característica mencionada por Picard, de que antes do século XIX, os diários eram ainda uma literatura reservada, ao que se pode acrescentar:

Trata-se de um relato sincero, autêntico sobre a vida privada de uma pessoa. Por ser uma escrita de “intimidade”, pode conter revelações inusitadas, detalhes sórdidos, registros de um processo de auto-reflexão que acontecem longe dos olhos da sociedade. Ler um diário é olhar pelo buraco da fechadura, é testemunhar a dor e o prazer que fazem da existência humana uma contradição ambulante. (BARCELLOS, 2004, p. 106).

Tomando a citação de Barcellos, podemos identificar no livro de Ambrósio Richshoffer, as características auto-reflexivas, e momentos de dor e alegria. No entanto,

em sua obra não constam detalhes sórdidos, inusitados ou secretos. Essa ausência pode ser considerada para se indagar se tal obra seria um diário ou não, mas Amelia Calderón (1987) assinalou que existem mais de um tipo de diário, e tais tipos possuem algumas características específicas.

Diario puede considerarse cualquier obra sin trama argumental, escrita a lo largo de una época de la vida en la que el autor ha intentado reflejar su acción, pensamiento o ambas cosas. No es necesario ceñirse a la estricta jornada pues es posible detenerse a escribir por jornadas completas, o bien agrupar hechos en períodos más extensos cronológicamente. Consideramos válida para que pueda ser considerado diario la intención de contar su vida (sea física o psíquica) sin dejar pasar entre los hechos y la escritura un largo período de tiempo a la vez que esa escritura presenta la misma incertidumbre que el acontecer cotidiano, pues no se conoce su evolución. (CALDERÓN, 1987, p. 54).

Por mais que os diários possuam essas características em comum, a autora enumerou cinco tipos: diário de viagem, diário de trabalho, diário de pesquisa, diário íntimo e diário autobiográfico (CALDERÓN, 1987, p. 57-59). O que diferencia esses “tipos de diários” advém de seu intuito, de sua proposta; num diário de trabalho constarão ideias, reflexões, anotações, algo também visto num diário de pesquisa, mas num diário íntimo, estão pensamentos voltados para o cotidiano, reflexões, anotações, lembranças e comentários.

Já um diário autobiográfico consiste no relato de sua vida em determinada data, sendo esse tipo mais voltado para relatar a vida do que o diário íntimo, segundo a autora. Pois no diário autobiográfico, o autor está interessado em relatar pormenores da sua vida.

Todavia, desses cinco tipos apresentados por Amelia Calderón, o livro de Ambrósio Richshoffer se encaixa no primeiro tipo, o diário de viagem. Tal diário como o próprio nome sugere, eram escritos com base numa viagem, quando o autor decidia por algum motivo que seria interessante ou importante registrar os acontecimentos daquela viagem. A autora sugeriu como sendo alguns motivos para se escrever um diário: gosto pela escrita, onde escrever se tornava um entretenimento. Numa longa viagem de navio, não haveria muito que se fazer (desde que você viajasse como passageiro), então, escrever tornava-se um passatempo.

Outro motivo adviria da necessidade de relatar algo que se viu ou ouviu, e se considerou interessante. No caso de Richshoffer ele dedicou parágrafos para descrever a fauna e a flora, além de abordar algumas características dos indígenas brasileiros, os quais ele os chamava de “brasilianos”, termo comum usado pelos holandeses na época.

Ambrósio Richshoffer também chegou a escrever sobre a cana de açúcar e a comentar brevemente o fabrico do açúcar. Percebem-se por tais exemplos, assuntos que o interessaram a ponto de tê-los registrado.

Além disso, a escrita do diário também poderia constar de opiniões e reflexões. Por exemplo, quando Ambrósio se espantou com as dificuldades da travessia do Atlântico, informando que muitos morreram na ocasião, principalmente devido a doenças; relatou seu espanto com a severidade dos contramestres ao punir os marinheiros, com chicotadas, mesmo por desfeitas simples.

Ele relatou que o soldo não compensava pela dureza de seu trabalho (aqui se percebe que a propaganda da WIC era enganosa, quando falava em bons salários e possibilidades de obter outras formas de renda), que a ração era frugal, que o uniforme era único, logo, estava remendado várias vezes. Também escreveu sobre o perigo no campo de batalha e das doenças⁷⁹, além de relatar informações sobre a chegada e partida de navios, de tropas, ordens emitidas, etc. Ambrósio também escreveu sobre suas esperanças de conseguir subir de patente, algo que só ocorreu em 1632, quando se tornou sargento, embora ele esperasse mais do que isso.

De qualquer forma notam-se em tais exemplos motivos pessoais, que conferem ao diário de viagem uma característica também de intimidade e autobiografia (CALDERÓN, 1987, p. 60). Pois para Lejeune (2008, p. 14) a autobiografia consiste numa narrativa real em primeira pessoa, que alguém faz sobre si, onde o autor dialoga com o leitor, o convidando a conhecer a sua vida, pois a autobiografia possui o intuito de tornar-se pública e não ser um registro privado como o diário. Pelo conceito de Lejeune, o diário de Richshoffer não possuiria características de uma autobiografia, mas teria alguns traços autobiográficos por relatar impressões do seu autor durante aquele período de sua vida.

Calderón (1987, p. 65) também assinala que, diferente das memórias e autobiografias, as quais são relatos de vida com o interesse de se tornarem públicos, o diário não possuía esse intuito, daí, ela dizer que a escrita diarística era mais sincera e menos manipulada do que em uma memória ou autobiografia. Entretanto, não podemos afirmar que o livro hoje chamado *Diário de um soldado da Companhia das Índias Ocidentais*, consista na obra integral como o autor a escreveu em sua juventude. De qualquer forma independente de seu diário ter sido alterado ou não, o que nos interessa

⁷⁹ Bruno Miranda em *Gente de Guerra* (2014), capítulo 4, o autor dedica-se a abordar as doenças, ferimentos e o apoio médico aos quais os soldados da WIC estavam suscetíveis ao servirem no Brasil.

para o intuito dessa obra, diz respeito ao que ele escreveu sobre as campanhas militares das quais participou.

Embora seu livro possua mais de cem páginas e aborde vários assuntos, no que diz respeito à Capitania da Paraíba, sua narrativa é lacônica, logo, das quatro análises realizadas nessa dissertação, essa foi a mais sucinta em contribuição para esse estudo, mas nem por isso, menos importante, pois é a única que mostra o relato de uma dessas guerras do ponto de vista de um soldado, como será visto no capítulo seguinte.

1.3 O nobre donatário

“Contrariamente, vemos que os príncipes que se ocuparam mais dos seus deleites que das armas, perderam os seus Estados”.

Nicolau Maquiavel⁸⁰

Duarte de Albuquerque Coelho⁸¹ (1591-1658) nasceu em Lisboa, sendo o primogênito de Jorge de Albuquerque Coelho⁸² e de dona Anna da Silva. Ele era neto de Duarte Coelho Pereira, o primeiro capitão donatário de Pernambuco e fundador de Olinda (1534). Jorge de Albuquerque foi o terceiro donatário, seu filho assumiu como quarto donatário oficialmente no ano de 1603⁸³, sendo reconhecido por uma ordem régia do rei Filipe III de Espanha, e posteriormente por outra ordem em 1628 dada pelo rei Filipe IV de Espanha (COSTA, 1896, p. 20).

Duarte de Albuquerque casou-se com Joana de Castro, filha de D. Diogo de Castro, Conde de Basto e presidente da Junta Governante Real de Portugal. Deste matrimônio nasceram Jorge de Albuquerque Coelho e Maria Margarida de Castro e Albuquerque. Sendo que Jorge de Albuquerque faleceu em combate na Catalunha, ficando a sua irmã a herança da donataria de Pernambuco. Ela veio a se casar com D. Miguel de Portugal, sétimo Conde de Vimioso, assumindo como quinta e última donatária da Capitania de Pernambuco. Desse casamento ela não gerou herdeiros (COSTA, 1896, p. 24).

No ano de 1624, Duarte de Albuquerque Coelho ingressou na expedição da Jornada dos Vassalos a qual resgatou Salvador das mãos dos holandeses em 1625. O padre jesuíta Bartolomeu Guerreiro, que relatou sobre essa importante expedição, conta-nos que um dos navios de suprimentos pertencia ao governador pernambucano, como também ele levou trinta e sete criados, além de se reunir com trezentos vassalos de sua

⁸⁰ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Tradução de Antônio Caruccio-Caporale. Porto Alegre: L&PM, 2009. (Coleção L&PM Pocket, 110), p. 69.

⁸¹ Às vezes Duarte de Albuquerque Coelho é confundido com seu tio Duarte Coelho de Albuquerque (1537-1580), segundo donatário de Pernambuco.

⁸² Jorge de Albuquerque Coelho (1539-1596/7) casou-se duas vezes: a primeira em 1583, com sua prima dona Maria de Menezes da Cunha, filha de D. Pedro da Cunha, capitão-mor de Lisboa. Dessa união não houve filhos. Então ele se casou a segunda vez em 1587, com dona Anna da Silva (ou Anna Coutinho), filha de D. Álvaro da Cunha Coutinho, senhor de Almourol. Desta união nasceram Duarte, Matias, Brites e Paulo. (COSTA, 1896, p. 18).

⁸³ Jorge de Albuquerque Coelho faleceu em 1576. Desse ano até 1603, houve nove lugares-tenentes que o sucederam. Pereira da Costa lista tais nomes na edição 50 do RIAHGP.

capitania. Todavia, se desconhece a atuação de Duarte de Albuquerque Coelho nessa expedição (GUERREIRO, 1625, p. 7).

Foi durante o longo governo de Duarte de Albuquerque (1603-1658) que os holandeses invadiram a Capitania de Pernambuco em 1630, e Duarte praticamente perdeu sua autoridade sobre sua capitania, já que após os holandeses se estabelecerem de fato, só iriam embora em 1654. Duarte de Albuquerque nestes primeiros anos se esforçou para combater e expulsar os invasores neerlandeses, chegando a ser testemunha da história do Domínio Holandês em Pernambuco, Itamaracá, Paraíba, Rio Grande, etc.

Embora oficialmente a história registre 55 anos para o seu governo como capitão donatário, na prática o capitão-donatário não esteve presente em Pernambuco nem na metade deste período. De fato ele viveu vários anos em Portugal⁸⁴, vindo ao Brasil em 1631 após saber que sua capitania havia sido invadida pelos holandeses. Nesse entretempo de 1603 a 1631, ele nomeou lugares-tenentes para representá-lo em solo pernambucano, e entre esses representantes esteve seu irmão Matias de Albuquerque⁸⁵, o qual governou de 1620 a 1627, como também lhe auxiliou entre os anos de 1629 e 1635, atuando como general.

Em 21 de setembro de 1631, Duarte de Albuquerque chegava na mesma frota que vinha também o Conde de Bagnuolo. Enquanto parte da frota, comandada por D. Antônio de Oquendo seguiu para a Bahia, as embarcações nas quais se encontravam o capitão donatário e o conde aportaram na Barra Grande, trazendo soldados italianos, portugueses e espanhóis, munição, fazendas e peças de artilharia.

Após aportar, Coelho seguiu rumo ao Arraial do Bom Jesus, sua residência nos próximos anos. De setembro de 1631 a outubro de 1636, o governador de Pernambuco com auxílio de seu sogro, o Conde de Basto, supriu parte dos gastos com a guerra de

⁸⁴ “Residindo permanentemente em Lisboa ou Madri, aliado pelo casamento à alta aristocracia do Reino, o donatário podia sustentar seus direitos em posição mais cômoda do que fora a do velho Duarte, isolado no seu engenho de Beberibe ou na sua torre de Olinda”. (MELLO, 2001, p. 48).

⁸⁵ Matias de Albuquerque Coelho (1597-1647) foi o segundo filho de Jerônimo de Albuquerque Coelho e Anna da Silva, tendo nascido em Olinda. Diferente de seu irmão mais velho, Matias viveu vários anos no Brasil atuando não apenas como lugar-tenente de seu irmão, como também chegou a compor a Junta Governativa entre 1624 e 1625, ano da primeira invasão holandesa, ocorrida em Salvador. Nesse período, ele exerceu de forma interina o cargo de governador-geral do Brasil. Ao retornar a Portugal em 1638, foi culpado pelo fracasso de se recuperar a Capitania de Pernambuco, e acabou sendo preso no Castelo de São Jorge em Lisboa, permanecendo até 1640, quando o novo rei de Portugal, D. João IV lhe concedeu liberdade e lhe reintegrou as forças armadas lusitanas. Matias passou os anos seguintes servindo no exército. Acabou ficando gravemente doente e faleceu em 9 de junho de 1647. Foi o primeiro e único Conde de Alegrete (COSTA, 1898, p. 86-89).

resistência. A partir de outubro de 1636 até 1638, ano do seu retorno a Portugal, ele teve que suprir suas forças de combate apenas com sua fortuna (COSTA, 1896, p. 22).

Elle acompanhou todo o movimento do exercito desde 1631 até 1635, quando, perdida a esperança de recuperar a posse da capitania, emigrou para as Alagoas, d'onde depois de algum tempo de infrutíferas pelejas seguiu por terra para a Bahia com todo o exército, em longa e penosa travessia, e d'alli partiu para Portugal em dezembro de 1638, depois do revez sofrido pelo conde de Nassau, na ultima tentativa dos holandeses contra a capital do Brazil. (COSTA, 1896, p. 22).

No ano de 1640, Duarte de Albuquerque Coelho foi nomeado com os títulos nobiliárquicos de Marquês de Basto, sucedendo o seu falecido sogro; e 1º Conde de Pernambuco, ambos os títulos concedidos pelo rei Filipe IV de Espanha.

Todavia, após a Restauração Portuguesa (1640), seus títulos seriam contestados pela Coroa Lusa, onde não seriam reconhecidos e Duarte de Albuquerque seria considerado um traidor. Além disso, a perda de sua capitania para os holandeses lhe retirou o poder donatário, os seus rendimentos e até mesmo pôs em dúvida a manutenção desse modelo (MELLO, 2001, p. 48). Embora sua filha tenha herdado a capitania, na prática ela não passou a comandá-la.

A vida de Duarte de Albuquerque Coelho em Espanha passou por alguns problemas financeiros principalmente devido à perda dos rendimentos de Pernambuco, tendo que viver com um auxílio de 400\$ (quatrocentos reales) fornecido pelo rei Filipe IV, e mais o rendimento de uma mercê cedida por seu filho em 1642. (MELLO in COELHO, 1982, p. 11). Coelho passou o restante da vida na Espanha, onde faleceu em 24 de setembro de 1658 em Madrid, sendo sepultado na Igreja de Santa Bárbara dos Mercenários Descalços (COSTA, 1896, p. 23).

Foi a partir de sua vivência neste contexto beligerante que Duarte de Albuquerque Coelho decidiu escrever um livro intitulado *Memorias Diarias de la Guerra del Brasil, por discurso de nueve años, empeçando desde el 1630* (1654), no qual, com base em seu testemunho, no testemunho de seu irmão e de “homens de crédito” como se refere, ele decidiu redigir aquela crônica de guerra, uma das mais significativas e detalhadas sobre o período holandês.

1.3.1 As memórias de um governador

As *Memórias diárias de la Guerra del Brasil* constou em catálogos bibliográficos portugueses e espanhóis nos séculos XVII, XVIII e XIX, contudo, no Brasil foi traduzida a primeira vez para o português, pelo Dr. Alexandre José de Mello Moraes e o comendador Ignacio Accioli de Serqueira e Silva, publicada em 1855 no Rio de Janeiro. No entanto, uma questão peculiar marcou essa primeira edição brasileira: o fato de ela consistir numa seleção; em outras palavras, não consiste na obra integral, mas em trechos escolhidos pelos tradutores.

Além desse problema, no qual grande parte do texto original foi omitido para a publicação dessa obra, Durval Mendes, responsável pela primeira tradução integral do livro, assinalou 203 erros graves nessa edição. Daí J. A. Gonsalves de Mello sem sombra de dúvidas ter rejeitado totalmente essa primeira tradução (VANDERLEI in COELHO, 1982, p. 14).



Figura VIII: Frontispício das *Memórias Diárias de la Gverra del Brasil, por discvrso de nveve años, empeçando desde al de M. DC. XXX*. Escrito por Duarte de Albuquerque Coelho, publicado em 1654.

A primeira edição brasileira integral foi publicada em 1944 pela Secretária do Interior do Recife, constando de mapas e ilustrações feitas por Manoel Bandeira, com tradução e revisão de Durval Mendes. Após essa gratificante primeira edição, na qual veio de forma integral, anotada e complementada com mapas e ilustrações, mais duas foram publicadas: uma pela Fundação de Cultura da Cidade do Recife em 1982, e a mais recente em 2003, pela Editora Beca. As demais edições corrigiram alguns problemas da de 1944, principalmente referente à grafia dos nomes próprios de lugares e pessoas.

No entanto, para essa dissertação se escolheu trabalhar com uma versão digitalizada da obra original em língua espanhola, de forma a se manter mais próxima do linguajar da época do autor, além de usar a segunda versão integral, a de 1982, com revisão, notas e apresentação de José Antônio Gonsalves de Mello, um dos principais especialistas na área.

Pelo fato da obra de Duarte de Albuquerque ser mais conhecida e já ter sido alvo de estudos, será pouco comentado aqui acerca dela, visando mencionar alguns aspectos importantes sobre esse trabalho, para que assim se possa adentrar o seu relato.

Diferente de Ambrósio Richshoffer o qual não nos forneceu motivos para ter redigido seu relato, Duarte de Albuquerque, assim como, frei Paulo do Rosário, apresenta em seu livro seus motivos para ter escrito suas memórias. Primeiramente, ele o dedicou ao rei Filipe IV, como forma de homenageá-lo, de se apresentar como um súdito fiel, e mostrar seu serviço durante a época que esteve em Pernambuco.

Não obstante, além dessa breve dedicatória ao monarca espanhol, Duarte de Albuquerque no prólogo da obra diz o seguinte: “Recelando que falte quien escriba la guerra que se empeço en Pernambuco con los Olãdeses el año 1630, me parecia hazer memoria dela”. (COELHO, 1654, p. 10).

De antemão, o governador já mostra essa sua preocupação com a história, no sentido de que para ele aquelas guerras eram um acontecimento importante, e deveriam ser registradas, para serem recordadas e transmitidas àqueles que não estavam presentes nessas guerras, que assim possam tomar conhecimento daquela história.

Pierre Janet "considera que o ato mnemônico fundamental é o "comportamento narrativo" que se caracteriza antes de tudo pela sua *função social*, pois que é comunicação a outrem de uma informação, na ausência do acontecimento ou do objeto que constitui o seu motivo". (grifo do autor). (LE GOFF, 1990, p. 425 *apud* FLORES, 1972, p. 12).

Por outro lado, sua crônica não apenas serviu como forma de mostrar essa sua prestação de serviço à Coroa espanhola, mas também como forma de dizer que houve homens e súditos que se dedicaram a tais batalhas, até mais do que ele; dando suas fazendas, suor e sangue pela religião e pela pátria, algo que ele comenta no final do prólogo. Além disso, menciona que aqueles que tentaram caluniar seus relatos, não conseguem desmerecer o valor por parte de vários homens que viveram e morreram naquelas guerras.

Mas embora Coelho tenha dedicado o livro ao rei espanhol, exaltado em alguns momentos o apoio da Coroa, não significa que em todo o relato ele foi condizente com as medidas e reforços enviados pelo governo. Em alguns momentos, ele comenta que faltou interesse do rei em enviar e disponibilizar mais recursos e homens para aquelas guerras, algo que Evaldo Cabral de Mello chamou de “guerra lenta”, como tendo sido uma medida tomada pelo governo hispânico, no intuito de “exaurir” as forças holandesas, e assim, fazendo-os acabar desistindo, que na prática não deu certo (MELLO, 2008, p. 79).

Outro aspecto a se salientar quanto a este livro foi a sua demora em ser publicado. Apenas em 1654, quatro anos antes dele morrer, foi quando ele conseguiu publicar sua obra. É evidente que publicar livros naquele tempo era algo bastante caro, e em alguns momentos, o maior custo durante a publicação, curiosamente, advinha do preço do papel e não no gasto com a impressão e a encadernação (FEBVRE; MARTIN, 2000, p. 157-162).

Logo, a solução encontrada por alguns autores que não dispunham de grande quantidade de dinheiro para publicar sua obra, era arranjar um investimento, neste caso, o patrocínio monárquico era uma boa solução, ainda mais para ele que passava por problemas financeiros naquele tempo.

Mas esse patrocínio monárquico tardou a sair, embora que a censura da Inquisição Espanhola não chegou a ser um problema para a publicação das *Memórias Diárias*. Na obra constam as licenças permitindo a publicação do livro; a primeira delas foi fornecida pelo padre Agustin de Castro da Companhia de Jesus e predicador do rei, o qual autorizou a publicação das *Memórias Diárias* em 21 de julho de 1644, ou seja, dez anos antes da publicação efetiva do livro. Nessa sua autorização, o padre Castro louva a honra, elegância e virtude de Duarte de Albuquerque e seu zelo em ter redigido tão importante obra para a memória dos feitos daquela guerra.

A segunda licença também foi outorgada no mesmo ano, sendo concedida por D. Gabriel de Aldama, consultor do Santo Ofício e vigário-geral da Vila de Madrid, o qual confirmou que aquela obra não possuía conteúdo ofensivo contra a fé e a Igreja. A terceira licença foi emitida em 23 de agosto também daquele ano, sendo dada pelo bispo Geronimo Mascarenhas, de quem uma das funções era de presidir o Conselho de Sua Majestade. O bispo Mascarenhas também confirmou que a obra era de inteiro crédito, confiabilidade e não possuía nenhuma ofensa contra a fé, a Igreja e o reino.

Mesmo essas três licenças tendo saído ainda no ano de 1644, Coelho não conseguiu publicar seu livro. Os motivos para isso não são claros, mas possivelmente o fato do seu irmão estar em guerra naquela época contra a Espanha, e sendo Matias de Albuquerque um dos principais nomes das *Memórias Diárias*, isso possa ter causado algum embaraço para a nobreza espanhola.

Sob este aspecto as *Memórias diárias* eram um ataque à gestão do conde-duque de Olivares, que já caíra do poder quando da sua publicação, embora a Corte de Madri não pudesse aceitar que o autor; fidalgo português exilado na Espanha a quem o Rei Católico recompensara com favores patrimoniais e o título de conde de Pernambuco, viesse defender a conduta do irmão que se tornara, entretanto, um dos generais de D. João IV. (MELLO, 2008, p. 79).

Além desses motivos referidos por Evaldo Cabral, ele também salientou que houve boatos de que o Conde de Pernambuco teria deliberadamente alterado os relatos, no intuito de promover sua família e amigos, e isso teria sido usado como pretexto para que fosse adiada a publicação da obra, embora que no ano de 1644 foram expedidas todas as licenças autorizando sua publicação, como mencionado anteriormente.

Em junho e outubro de 1654, o Escrivão da Câmara, Francisco de Espadaña, deu as últimas autorizações para a publicação do livro. A primeira impressão constou de 72 exemplares, sendo impressos a quatro maravedis cada prelo. Parte dos exemplares foi enviada a livrarias em Madrid, e depois para outras cidades espanholas. Em Portugal houve uma resistência em se aceitar a venda desse livro em seu território, pois se tratava de uma obra escrita por um “traidor”. Posteriormente na própria Espanha, também surgiu um boicote contra esse livro, daí Evaldo Cabral (2008, p. 65) salientar que as *Memórias diárias* consistiram em obra rara, devido a ter possuído poucos exemplares e ter sofrido tal boicote nas vendas.

Devido a esse boicote, a obra passou desconhecida por muito tempo, embora constasse em alguns catálogos portugueses, como a *Biblioteca Lusitana*⁸⁶, mas a existência de exemplares era desconhecida. No entanto, no século XIX, ela passou a ser mais bem conhecida, embora fosse através de sua versão em espanhol e posteriormente pela edição resumida do Dr. Alexandre José e do comendador Ignacio Accioli.

Todavia, Evaldo Cabral (2008, p. 64) assinala que as *Memórias diárias* se tornaram uma das obras chave para se compreender a ideia de nativismo e o próprio Domínio holandês, mesmo que esse livro aborde apenas a primeira fase. Ainda assim, é mais notória do que os relatos contidos no *Valeroso Lucideno* (1648), *Nova Lusitânia* (1676) e *Castrioto Lusitano* (1679), pelo fato de se tratar de uma obra cujo autor foi testemunha de tais eventos, já que os autores dessas três obras não foram testemunhas *in loco*, no que diz respeito à primeira fase das invasões.

Além do fato, que eles próprios usaram as *Memórias diárias* como fonte para redigir suas obras. A qual também serviu de fonte para a obra de frei Antônio de Santa Maria Jaboaão, o qual redigiu o *Novo Orbe Seráfico* (1761).

Logo, por tal viés apresentado por Evaldo Cabral e J. A. Gonsalves de Mello é visível à importância desse livro para o estudo do Brasil holandês. Mas antes de prosseguir para a análise da sua narrativa, comentaremos um pouco acerca da redação do livro.

Embora Coelho tenha chegado a Pernambuco em 21 de setembro de 1631, seu relato não começa a partir dessa data, mas se inicia narrando os acontecimentos de 1624 e 1625, época da primeira invasão holandesa no Brasil. Acontecimento esse do qual ele foi testemunha. Posteriormente, ele começa a narrar à segunda invasão, iniciando com a conquista de Olinda, pois embora tenha chegado apenas um ano depois, seu irmão Matias de Albuquerque já se encontrava presente na colônia na época da segunda invasão neerlandesa.

Pelo fato de não ter estado presente em todas as capitâneas que foram atacadas pelos holandeses durante esses oito anos que esteve no Brasil, Coelho valeu-se dos relatos de outros homens, dentre os quais seu próprio irmão Matias de Albuquerque,

⁸⁶ Diogo Barbosa Machado (1741, p. 726) menciona as *Memórias Diárias* de Duarte de Albuquerque Coelho, embora não soubesse da localização de algum exemplar do livro. Mas o curioso é que ele informa também, que Coelho teria escrito outros dois livros: *Compendio de los Reys de Portugal* (1652) e o *Compendio delas Vidas delos Reys de Aragon, Navarra, Napoles, Sicilia, y Condes de Barcelona* (16??). Essas duas obras se encontravam em acervos particulares do Marquês de Valença e do Marquês de Abrantes. Todavia, há dúvidas se Coelho realmente teria sido o autor desses dois livros, ou Machado teria se equivocado ao creditá-lhe suas autorias.

então general das forças de resistência, a quem lhe era dirigido os relatórios de guerra, cartas e mensagens. O próprio Matias chegou a redigir algumas de suas memórias, das quais J. A. Gonsalves de Mello localizou alguns dos manuscritos, em arquivos de Portugal e Espanha (MELLO in COELHO, 1982, p. 9).

Além dos manuscritos do próprio general Matias de Albuquerque, Gonsalves de Mello também encontrou documentos assinados por Afonso de Albuquerque, nome que é mencionado várias vezes nas *Memórias diárias*. Na opinião de Gonsalves de Mello, Afonso deveria ter sido um dos “homens de inteiro crédito” a quem Coelho faz menção no prólogo, sendo estes homens, fontes sobre a guerra. Todavia, ele não diz o nome desses “homens de inteiro crédito”, cujas identidades ainda continuam desconhecidas.

No entanto, o que se esboça acerca das *Memórias diárias* é que elas não foram apenas resultado do que o autor viu e ouviu diretamente, mas também consiste no relato de outras testemunhas, tornando-se de certa forma um conjunto de memórias, as quais foram organizadas por um só autor. Além disso, a memória por si só:

Não está inteiramente isolada e fechada. Um homem, para evocar seu próprio passado, tem freqüentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade. Mais ainda, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as idéias, que o indivíduo não inventou e que emprestou de seu meio. Não é menos verdade que não nos lembramos senão do que vimos, fizemos, sentimos, pensamos num momento do tempo, isto é, que nossa memória não se confunde com a dos outros. Ela é limitada muito estreitamente no espaço e no tempo. A memória coletiva o é também: mas esses limites não são os mesmos. (HALBWACHS, 1990, p. 53).

Esse caráter memorialista se embasa principalmente em dois aspectos: o primeiro, pela condição de que o autor e suas fontes vivenciaram tais acontecimentos, logo, tais relatos são provenientes de suas memórias individuais e coletivas, algo que transparece na obra pelo fato dela ser narrada em terceira pessoa e não em primeira, como o livro de Richshoffer. Aqui se percebe que o autor teve a preocupação de mostrar que sua narrativa não foi composta apenas de suas memórias, mas contava com a de outros também.

O segundo motivo advém da proposta de Coelho de deixar redigidos os feitos de batalha, de alguns homens que mereciam ser lembrados; assim, sua obra garantiria que essas memórias seriam preservadas para a posterioridade. Todavia, é válido ressaltar o que foi comentado anteriormente neste capítulo: para além desse discurso memorialista de salvaguardar a história, esse livro também foi o resultado de interesses particulares de seu autor.

Não obstante, o livro por mais que tivesse tido o objetivo de relatar “diariamente” os acontecimentos dessa guerra, quanto à mobilização de tropas, ordens, batalhas, reforços, chegadas e partidas de exércitos, etc., o autor também forneceu outras informações sobre esse estado de guerra: “Repleta de nomes de famílias da área açucareira, de nomes de engenhos, de vilas e povoados, e de informações valiosas acerca das dificuldades da luta e do heroísmo de tantos dos seus moradores”. (MELLO in COELHO, 1982, p. 11).

A quantidade de nomes de pessoas, lugares, datas, além do detalhe sobre as batalhas, mobilização de tropas, contingente militar, descrição das fortificações, dos campos de batalhas, etc., revelam que Duarte de Albuquerque teve esmero em redigir seu livro, estando atento para vários detalhes, os quais também são indicativos de que ele teve acesso a uma grande quantidade de informações e talvez tenha ido buscá-las, solicitando documentos ou a presença de testemunhas. Dessa forma, seu livro, como já atestado por outros historiadores, consiste numa valiosa fonte desse período.

1.4 O mercador flamengo

“A guerra nada mais é que a continuação
da política por outros meios”.
Carl von Clausewitz⁸⁷

Joannes de Laet também conhecido pela versão aportuguesada, João de Laet (1581-1649) nasceu na cidade mercantil da Antuérpia (hoje na Bélgica), sendo filho do rico comerciante Hans de Laet. Após a queda da Antuérpia em 1585, conquistada pelo exército do rei Filipe II, várias famílias que não desejavam ficar sob o governo espanhol, deixaram a cidade, o que incluiu a família Laet, a qual se mudou para Leiden nos Países Baixos (do Norte).

Em 1597, com a idade de 15 anos, Laet foi matriculado na Universidade de Leiden, passando a estudar filosofia, geografia, literatura, gramática e outros saberes. Ele passou a morar na casa do reitor Franciscus Gomarus, o qual também havia deixado os Países Baixos do Sul após a conquista espanhola. Nos seus anos de universidade, Laet foi aluno de alguns importantes estudiosos da época como Grecian Bonaventura Vulcanius, o historiador Joseph Justus Scaliger, o teólogo Franciscus Julius, o Velho e o crítico literário Cláudio Salmasius (BREMME JR, 1998, p. 142).

Em 1602, Joannes de Laet se formou em Filosofia, defendendo sua tese intitulada *Thesis logicae de ordine et methodo*. No ano seguinte ele viajou para a Inglaterra, mudando-se para Londres. Laet continuou a manter correspondência com seu professor Scaliger, trocando várias cartas, como também enviando cópias de livros e documentos para este. Na Inglaterra Laet passou a trabalhar no comércio (BREMME JR, 1998, p. 143).

Nesse tempo que morou em Londres, ele se casou com Jacob-myntgen (ou Jacquemine) van Loor, filha mais velha do comerciante Pieter van Loor, o qual também era membro da Igreja Reformada Holandesa em Londres. O casamento ocorreu em 3 de julho de 1604. Posteriormente entre 1604 e 1605, após uma breve estadia na Inglaterra, Laet e sua esposa viajaram para Paris, lá ele passou a ter contato com alguns estudiosos por intermédio de Scaliger (o qual permaneceu na Holanda). Depois dessa viagem pela França, o casal retornou para Londres (BREMME JR, 1998, p. 145-146).

⁸⁷ CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*. Tradução de Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle. Princeton: Princeton University Press, 1989. p. 70.

Sua esposa faleceu precocemente aos 19 anos em 1606. No ano seguinte ele retornou para Leiden. Reencontrou seu professor Scaliger, e voltou a se dedicar a estudar outros idiomas, história, teologia e geografia. Em 1608, casou-se a segunda vez, agora tomando como esposa, Maria van Boudewijns Berlicum, filha de um comerciante de Rapenburg. A qual viveu ao seu lado pelo restante da vida. Do primeiro casamento ele não teve filhos, mas do segundo, gerou doze filhos.



Figura IX: Retrato de Joannes de Laet, o antuerpiano. Autor: Jan Gerritsz. van Bronchorst. Ano: 1642. Fonte: *História ou Annaes da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais*, ABN, vol. XXX, 1908 (1912), sem indicação de página.

No ano de 1618, devido ao seu interesse por teologia, e sua amizade e correspondência com importantes teólogos como Franciscus Gomarus, Joannes de Laet foi designado como presbítero de Leiden⁸⁸, indo atuar como um dos delegados no importante Sínodo de Dordrecht ou Sínodo de Dort (FLORIJN, 1998, p. 165).

O sínodo ocorreu entre 13 de novembro de 1618 a 9 de maio de 1619, tendo contado com a presença de vários teólogos, presbíteros, pastores e outros membros

⁸⁸ “The word — presbyterian, usually used to describe this kind of organization, comes from the Greek *presbyteros* (elder), and means to be governed by elders. Ministers, elders, and deacons looked after the Christian community at the local level. In Amsterdam, sitting consistory members chose new members, often giving a vote to anyone who had served in the past. Municipal rulers then had to approve their selections”. (NOORLANDER, 2011, p. 73-74).

indicados pelas igrejas reformadas da Holanda, Inglaterra, Sacro Império e de outros países, além dos membros do Arminianismo, chamados de remonstrantes.

O objetivo da convocação desse sínodo, foi se debater acerca da doutrina defendida pelo teólogo Jacob Arminius⁸⁹, que ficou conhecida como Arminianismo⁹⁰, e passou a ser considerada por parte da população holandesa, como um pensamento equivocado e subversivo, por destoar do pensamento calvinista da época. Pelo crescente número de adeptos ao Arminianismo, o governo e a Igreja Reformada Holandesa consideraram isso uma ameaça, pois Arminius punha em dúvida a doutrina calvinista, alegando uma revisão em seus fundamentos, o que gerou uma agitação no clero e na população⁹¹.

Lembrando que Joannes de Laet havia sido aluno e passou a ser amigo de Franciscus Gomarus, é evidente sua posição como “gomarista”, inclusive ele testemunhou contra os arminianos. Tendo o sínodo chegado a uma conclusão, Joannes de Laet retornou para Leiden e ainda no ano de 1619, segundo Bremmer Jr (1998, p. 150), os magistrados da cidade incentivaram Laet a participar dos planos para se fundar a Companhia das Índias Ocidentais, a fim de se tornar um dos sócios dessa nova empresa.

Noorlander (2011, p. 74) assinalou que a grande maioria dos diretores da WIC, eram homens provenientes da esfera laica da Igreja Reformada, pertencentes ao consistório de suas cidades.

Consistory membership was not necessarily evidence of principled, orthodox Calvinism. The Reformed Church was the public church, and being on the consistory had its perks, including status in the Reformed community, control over individual lives, and access to church funds. Membership also opened doors to advantageous marriages and better trading opportunities (through

⁸⁹ Jacob Arminius (1560-1609) estudou em Leiden e em Genebra, formando-se em teologia. Em 1588 foi nomeado pastor em Amsterdã e em 1603 foi nomeado professor de teologia na Universidade de Leiden. Considerado dono de ideias liberais e controversas para a época, começou a difundir vários trabalhos que questionavam os dogmas da Igreja Cristã Reformada ou Igreja Reformada Holandesa. (SCHALKWIJK, 2004, p. 39).

⁹⁰ Uma das críticas feitas ao arminianismo é que este estaria fundamentado na seita herética do Pelagianismo, doutrina que existiu no século V, defendida pelo monge bretão Pelágio. Tal doutrina negava o conceito do “pecado original”, e enfatizava o livre arbítrio, como resposta para a condição de que o ser humano era juiz de suas escolhas, logo, o ato de ser salvo, não seria uma dádiva divina concedida por Jesus Cristo, mas uma conquista do homem mediante boas ações. (FLORIJN, 1998, p. 167-168).

⁹¹ Duas convicções preocupavam a igreja de Amsterdã: as ideias de Arminius sobre a predestinação (que parecia diminuir a soberania de Deus) e sobre a soberania do governo (que parecia ameaçar a liberdade da Igreja). Os seus partidários na Igreja eram especialmente os da aristocracia governamental, liderados por Oldenbarnevelt e seu auxiliar Hugo Grotius, denominados “arminianos” ou “libertinos”. O líder da oposição a Arminius era o pastor Franciscus Gomarus, flamengo de Brugge, e seus seguidores eram cognominados “gomaristas” ou ortodoxos. (SCHALKWIJK, 2004, p. 41).

family connections). Serving as elder or deacon in Amsterdam revealed at least some measure of religious commitment, however, because government and consistory were so divided there. (NOORLANDER, 2011, p. 79).

No caso de Amsterdã pelo menos 45% dos diretores haviam sido membros de tais consistórios ou assembleias, como foi o caso de Laet. Tal aspecto reflete a condição de como o Estado holandês estava bastante atrelado ao Calvinismo. “A Igreja Cristã Reformada era uma “Igreja do Estado”. Todos os que ocupavam algum cargo público deviam ser membros dela”. (SCHALKWIJK, 2004, p. 40).

De fato a Igreja holandesa cooperou na luta de resistência e libertação contra o domínio espanhol; promoveu a união das sete províncias rebeldes; alavancou a alfabetização e instrução; promoveu mudanças sociais e culturais, assim como, interferiu na política e na economia (SCHALKWIJK, 2004, p. 30, 39-48). Mas essa interferência não se mostrou um empecilho se tratando de assuntos econômicos, pois o Calvinismo não se mostrou contrário à escravidão africana e indígena, embora houvesse alguns que se posicionaram de forma oposta. Além disso, ministros calvinistas foram enviados várias vezes ao Brasil, a fim de pregar e converter os habitantes da Nova Holanda, como nos atestam os registros da WIC⁹².

No ano de 1621, com a criação da WIC, Joannes de Laet, foi escolhido para ser um dos vinte diretores da WIC pela Câmara de Amsterdã⁹³, a maior das cinco câmaras⁹⁴, detentora de 4/9 da administração da Companhia, além de deter metade dos assentos do Conselho dos XIX (LAET, 1912, p. 10).

O fato da Câmara de Amsterdã deter a maior parcela da administração da WIC não se devia apenas pela discórdia que havia entre as províncias, algo que Braudel (1998, p. 175-177) chegou a dizer que, embora o país fosse chamado de “República das Províncias Unidas”, na prática os desentendimentos entre as sete províncias eram bastante recorrentes, mas a questão é que independente dessa rixa entre a Holanda e as demais províncias, Amsterdã tornou-se uma potência econômica, um lugar onde se podia comprar quase de tudo.

⁹² O próprio Joannes de Laet em seu livro sobre a WIC assinalou que a Companhia foi fundada sob os auspícios de Deus, para promover a “verdadeira religião”, o desenvolvimento da nação e combater os inimigos da Holanda (NOORLANDER, 2011, p.80).

⁹³ Joannes de Laet não foi apenas eleito ao cargo, ele também teve que se associar a WIC para poder assumir a diretoria. No artigo XIII da carta-patente da WIC, diz que os diretores indicados a Câmara de Amsterdã deveriam investir um capital de seis mil florins, e os diretores das demais câmaras investiriam quatro mil florins. (LAET, 1912, p. 10).

⁹⁴ A câmara de Amsterdã possuía originalmente vinte diretores, a da Zelândia que era a menor, possuía doze. As câmaras de Mosa, da Holanda Septrentional, da Frísia e da Groninga também possuíam quatorze diretores. (LAET, 1912, p. 10).

Amsterdã era a rota de chegada e de partida de mercadorias vindas de Portugal, Espanha, Inglaterra, França, do Sacro Império e da Escandinávia, sem contar as mercadorias advindas das Américas, África e Ásia. Por outro lado, havia a facilidade de se conseguir dinheiro na cidade: havia o Banco⁹⁵, a Bolsa de Valores⁹⁶, loterias, casas de câmbio, casas de leilões, além de haver grande disponibilidade de crédito e os juros serem mais baixos do que em outros países⁹⁷, como também havia a disponibilidade de se comprar imóveis, ações e títulos (BURKE, 1991, p. 81). Completando tais aspectos, o florim holandês tornou-se uma “moeda internacional”, assim como o dólar americano hoje em dia (CIVITELLO, 2008, p. 158).

No entanto, havia meios menos burocráticos e lícitos de conseguir dinheiro. Schama (1992, p. 344-345) fala da grande existência de agiotas, de apostadores e dos *musicos*, locais que atuavam como casas de jogos, tavernas e bordéis, onde se poderia fazer dinheiro ou perder tudo. Braudel (1998, p. 166, 172-174) também diz que além de ser um centro financeiro, Amsterdã era um lugar fácil para se conseguir navios, tripulação, mão de obra e informações.

Foi nesse cenário convidativo e favorável aos negócios, ao desenvolvimento financeiro, social e cultural, no qual Joannes de Laet passou os quatro primeiros anos trabalhando. No ano de 1625, Laet publicou seu primeiro livro sobre o Novo Mundo, intitulado *Nieuwe Wereldt ofte Beschrijvinghe van West-Indiën*⁹⁸ (A história do Novo Mundo ou Descrição das Índias Ocidentais). Além de ter sido seu primeiro livro acerca desse tema, até o fim da vida ele publicaria vários outros livros, abordando regiões e povos da Europa, África e Ásia (BREMMEER JR, 2008, p. 141).

Mesmo após deixar o cargo de diretor, Laet continuou como sócio da WIC e a participar de investimentos da empresa. Nos anos seguintes ele ficou bastante rico, chegando a participar no plano de se fundar uma pequena colônia nos Novos Países Baixos, próximo ao Rio do Norte (atual rio Hudson em Albany, no estado de Nova York). Além desses investimentos, ele também se dedicou aos estudos, indo várias

⁹⁵ “O banco era o guardião do capitalismo em Amsterdã. Seu maior interesse não era gerar fundos para empreendimentos, mas sim controlar as condições em que tais fundos podiam ser movimentados – sua razão de ser. Sua própria existência testemunhava uma determinação de neutralizar os piores males relacionados com o mundo ilimitado do dinheiro: usura, falta de pagamento, falsificação e outros tipos de fraude. Seu lema era probidade, não lucro”. (SCHAMA, 1992, p. 343).

⁹⁶ “A Bolsa de Amsterdã era a antítese moral do banco – tão arriscada quanto o banco era seguro. [...]. O banco era a igreja do capitalismo holandês; a Bolsa era seu circo”. (SCHAMA, 1992, p. 344).

⁹⁷ SCHAMA, Simon. *O desconforto da riqueza*, p. 260-261, 304-306.

⁹⁸ Laet lançou outras duas edições desse livro: uma em latim em 1633, e outra em francês em 1640. Devido ao fato de ter sido um hábil poliglota, ele pessoalmente traduziu suas obras.

vezes para a Inglaterra, para comprar livros ou copilar antigos manuscritos, de forma a enriquecer o acervo de sua biblioteca⁹⁹.

No ano de 1644, Joannes de Laet publicou seu primeiro e único livro sobre a WIC, intitulado *Historie ofte Iaerlijck Verhael van de verrichtinghen Geoctroyeerde West-Indische Compagnie, zedert haer begin tot het eynde van't jaer sestiehn-hondert ses-en-dertich* (História ou Annaes dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais, desde seu começo até o fim do anno de 1636), no qual consistiu num livro que narrava à história da Companhia ao longo de quatorze anos.

O livro sobre a história da WIC figurou por muito tempo apenas em língua holandesa, sendo que, no caso do Brasil, sua tradução se deu na segunda metade do século XIX, ocorrendo no ano de 1874, no qual José Hygino Duarte Pereira publicou a tradução dos quatro primeiros volumes de um total de treze. Vários anos depois, Pedro de Souto Maior revisou a tradução de José Hygino, e traduziu o restante dos livros, os quais foram publicados separadamente ao longo de quatro volumes dos *Anais da Biblioteca Nacional*¹⁰⁰, consistindo até hoje na única publicação integral dessa obra em edição brasileira.

Em 1648, Joannes de Laet organizou, editou e publicou outro importante livro relacionado ao Novo Mundo, mais especificamente ao Brasil, intitulado *Historiae Naturalis Brasiliae* (História Natural do Brasil). Na prática grande parte do que foi escrito para o livro adveio das pesquisas do alemão George Macgraf e do italiano Guilherme Piso, os quais viajaram ao Brasil a convite e patrocínio do Conde de Nassau, para realizar uma expedição científica ao lado da expedição artística também promovida por Nassau.

Com a morte de Macgraf em 1644, Nassau enviou seus escritos para Laet a fim que este os organizasse e os publicasse. O livro foi publicado quatro anos depois, embora Piso não tenha gostado dessa edição e publicou sua própria edição dez anos depois. De qualquer forma, a *Historiae Naturalis Brasiliae* foi o último importante trabalho que Laet participou, pois no ano seguinte ele faleceu (BREMNER JR, 1998, p. 151).

1.4.1 Os anais de um diretor

⁹⁹ Rolf Bremner Jr fala um pouco dessas viagens e da biblioteca de Laet, em seu artigo *Mine is Bigger Than Your* (2008).

¹⁰⁰ O livro foi publicado nos volumes 30, 33, 38 e 41 entre os anos de 1912 e 1925.

Durante seu mandato como diretor da WIC, Laet teve acesso a vários relatórios produzidos pelos membros da Companhia, como também relatos de viajantes, relatórios da Companhia das Índias Orientais, mapas, cartas náuticas, cartas trocadas com antiquários, geógrafos, historiadores, estudiosos, etc. Com esse imenso e rico material, Joannes de Laet se dedicou nos anos seguintes a geografia e a história natural, tendo escrito vários livros abordando aspectos geográficos, históricos e etnográficos da França, Lituânia, Prússia, Pérsia, Império Mogol, Países Baixos, Portugal, Espanha, Brasil, etc., (GUEDES in LAET, 2007, p. 45).

A *História ou Anais dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais* foi originalmente dividido em treze volumes, correspondendo a um volumoso trabalho que ocupou Laet por vários anos. Sua obra, como mencionado, é a única de sua autoria a contar a história da WIC, já que em seus outros livros ele se ocupou em contar aspectos geográficos e de história natural de diferentes lugares do mundo.



Figura X: Frontispício do livro *Historie ofte Iaerlijck Verhael van de verrichtinghen Geoctroyeerde West-Indische Compagnie, zedert haer begin tot het eynde van 't jaer sestiēn-hondert ses-en-dertich*, escrito por Joannes de Laet e publicado em Leiden no ano de 1644.

Os anais são um estilo de escrita surgido no Ocidente principalmente com os romanos por volta do século III a.C, quando estes começaram a escrever anais históricos acerca das Guerras Púnicas¹⁰¹, e tal estilo acabou marcando a literatura romana pelos séculos seguintes, tornando-se ao lado do ensaio, da biografia e das memórias, gêneros menores da narrativa histórica (QUEIROZ; IOKOI, 1999, p. 30).

Os anais seguiam um modelo de cronologia anuário, ou seja, retratar os acontecimentos importantes ocorridos ao longo de um ano ou mais anos, mas neste caso, ele presava por uma cronologia bem delineada, normalmente tinham início e fim associados aos mandatos políticos: na época republicana, o mandato dos cônsules, na época imperial, o governo dos imperadores (PROST, 2008, p. 98).

“O recorte periódico comporta sempre uma parcela de arbitrariedade. Em certo sentido, todos eles são ‘períodos de transição’”. (PROST, 2008, p. 107). Assim, com o advento do cristianismo e sua concepção de tempo linear, essa perspectiva de um tempo baseado no mandato de governantes não se perdeu, mas foi absorvida. Cronistas cristãos ainda faziam uso de tal datação, mas associando o governo de seus reis aos “anos do Senhor”. Na Idade Moderna tal concepção vai sendo abandonada (PROST, 2008, p. 102).

Todavia, se a concepção de tempo mudou desde a Idade Antiga, a noção de anais ainda preservou alguns de seus aspectos básicos. Os assuntos abordados tanto na Antiguidade como no medievo e na modernidade, em geral estavam relacionados a questões políticas, militares e extraordinárias como passagens de cometas, pestes, calamidades, milagres, etc. (QUEIROZ; IOKOI, 1999, p. 39).

O que leva alguém a escrever a história de seu tempo era a consciência de que os acontecimentos políticos e militares, por terem uma importância excepcional e incomparável ao passado, deveriam ser conversados na memória. Na Antiguidade, os termos história e memória eram, portanto, sinônimos. (CADIOU, 2007, p. 29).

No caso dos anais de Laet nota-se que as características antigas sobre política e guerra ainda se encontram presentes. Afinal ele narra a história da WIC por um ponto de vista da conquista militar, neste caso, a política econômica expansionista e agressiva da

¹⁰¹ “Durante a segunda guerra púnica surgem anais em prosa, como um instrumento de propaganda anti-cartaginesa. Remontando às fundações de Roma, os primeiros analistas como Fabio Píctor e Cincio Alimento escreviam em grego. Esta produção patriótica toma impulso com Catão (234 a.C. - 149 a.C.), que vê na história uma atividade apropriada à velhice e à aposentadoria. Nas *Origens* remonta à fundação de Roma e desenvolve sua história até o presente; apresenta a conquista romana como um feito do povo romano e não só das famílias aristocráticas. A tradição dos analistas sobrevive durante séculos”. (QUEIROZ; IOKOI, 1999, p. 26).

companhia holandesa em se adquirir mercados e terras nas Índias Ocidentais. Em suma, grande parte da narrativa feita por Laet segue um viés de história da guerra, ao narrar os feitos bélicos que permitiram a WIC realizar suas conquistas, neste caso, a conquista de quatro capitânias do Brasil que permitiram a fundação da colônia da Nova Holanda.

Entretanto, a obra de Laet por mais que possua essa particularidade de ser em parte uma narrativa de guerra, seu trabalho também possui outros pontos interessantes a serem conhecidos. Na época da publicação desse volumoso trabalho, Laet recebeu alguns privilégios da WIC.

Os Estados da Hollanda e da Frísia Occidental, pela presente deram e dão licença e concessão a Johan de Laet, morador em Leyde, para que, durante o prazo dos 12 seguintes anos, só elle possa no território da Hollanda e Frisia Occidental mandar imprimir e publicar a obra intitulada “Annaes dos Feitos da Companhia das Indias Ocidentaes”, contida em 13 livros e ornadas com gravura diversas gravuras para intelligencia da mesma obra ou História. (LAET, 1912, p. 6).

Além desse privilégio de exclusividade por longos doze anos, a obra de Laet também recebeu a proteção de “direitos autorais”, algo peculiar, pois na época não havia ainda a noção de uma legislação para proteger os autores de plágio e uso indevido do seu trabalho.

E prohibimos a todo e a cada um dos habitantes destes paizes que façam imprimir e publicar directa ou indirectamente, no todo ou em parte, em grande ou pequeno formato e em qualquer língua, ou que a tragam impressa de qualquer outra parte para os nossos territórios da Hollanda e da Frisia Occidental a fim de ser vendida ou publicada, sob pena de confiscação de taes exemplares impressos ou livros, além do pagamento de uma somma de 300 libras flamengas, da qual se applicará uma terça parte em beneficio do official que intentar o processo, outra em favor dos pobres e a restante em beneficio de Johan de Laet. (LAET, 1912, p. 6).¹⁰²

Não obstante, esse dois privilégios cedidos a Laet revelam o prestígio e autoridade que ele dispunha na Companhia, como se fosse um “historiador” a serviço da WIC. Pois como será visto adiante, os *Anais da Companhia* não foram apenas uma obra com o intuito de narrar à história da WIC ao longo de quatorze anos, mas também foi uma forma de promover a Companhia perante o Estado e a sociedade.

Pois embora a maior parte dos treze livros abordem relatos históricos, seu conteúdo também fornece outros assuntos além do relato dos feitos da Companhia. Laet

¹⁰² A descrição desta “proteção autoral” lembra o que vemos hoje em dia com a lei de direitos autorais em vários países. O básico da atual legislatura parece que não mudou muito em quatro séculos. Outro ponto interessante diz respeito que um terço da multa arrecadada contra aqueles que desobedecessem ao direito de privilégio, seria doado aos pobres, uma medida altruísta que não se vê hoje em dia.

inicia seu livro com uma dedicatória as Nobres e Altas Potencias do Estado, aqui se percebe uma dedicatória ao governo, pois embora a WIC e a VOC fossem empresas de capital misto, sua administração era privada, mas ambas dispunham de privilégios legais cedidos pelos Estados Gerais.

Em seguida, é apresentado o privilégio de publicação do livro e os direitos autorais resguardados a Laet, como mencionado anteriormente. Após a breve dedicatória ao governo e o privilégio ao autor, Joannes de Laet dá início ao conteúdo do livro. Num primeiro momento ele apresenta a carta-patente ou carta de fundação, documento pelo qual os Estados Gerais concediam os privilégios para fundação da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais.

Ao todo nessa carta-patente constam os quarenta e cinco artigos que legitimam os direitos políticos da WIC, como também regulamentam sua organização administrativa e sua estrutura de funcionamento. Seguindo-se a carta-patente, Laet apresenta outros três documentos publicados em 1622 e 1623 que complementam os privilégios dados a Companhia pelo governo.

Após apresentar a parte legal da fundação e formação da WIC, Laet apresenta uma lista com o nome de todos os diretores das seis câmaras da Companhia, que serviram entre 1621 até o ano de 1636.

Concluído essa apresentação dos diretores, tem início a narrativa dos feitos realizados pela WIC, do ano de 1623 até 1636, tendo como foco as guerras luso-holandesas no Brasil, embora a obra narre eventos ocorridos na África e em outros locais das Américas. Tais narrativas sobre os feitos da Campanha englobam a maior parte dos treze volumes, mas após concluir os acontecimentos em 4 de dezembro do ano de 1636, Laet apresenta uma conclusão ao seu livro, falando o seguinte:

Respeitável e benigno Leitor. Tendo continuado os Annaes dos feitos da Companhia das Índias Occidentaes até o anno de 1637 e não sabendo se o Senhor me concederá vida para prosseguir até esse anno ou mesmo mais tarde, achei conveniente dar um resumo do que foi produzido por esta Companhia em benefício dos Paizes Baixos Unidos, nossa querida pátria, e tanto mais porque alguns talvez pouco se recordem, muitos avaliem em pouco e outros fallem disso um tanto maliciosamente. (LAET, 1920, p. 187).

A conclusão fornecida por Joannes de Laet não se trata de uma conclusão sobre a história por ele narrada ou algum tipo de considerações finais, mas consiste numa apresentação econômica dos investimentos, despesas e lucros que a WIC realizou em suas campanhas até o ano de 1636. E ele complementa que embora tenha havido altos e baixos, nos quais a Companhia teve muitos problemas para conquistar as quatro

capitanias brasileiras de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, o esforço, os investimentos e as despesas compensaram todas as dificuldades pelas quais tiveram que passar.

Aqui se percebe um discurso para enaltecer a Companhia, mas também um discurso propagandístico, embora o termo propaganda inexistisse naquela época, utilizaremos tal conceito para nos referirmos ao fato de que ao se apresentar os lucros e o sucesso obtido pela Companhia, principalmente no Brasil, isso servia de forma a alavancar a Companhia perante os Estados Gerais, assim como, servir de propaganda para que novos investidores e acionistas se interessassem em se unir a WIC.

Não obstante, os números apresentados por Laet mostram como eram grandes os valores envolvidos nessa expedição, tanto em despesas, quanto em investimentos e lucros, tudo girava na casa dos milhões de florins. Realmente foi muito dinheiro em jogo como será visto adiante, daí os altos riscos que a WIC correu justificavam-se pela garantia de um bom retorno. Em outras palavras, eles investiram muito dinheiro nessa guerra, mas o retorno compensaria tal investimento.

De qualquer forma, os pontos econômicos abordados por ele nessa conclusão foram: listagem de todos os navios adquiridos e empregados pela Companhia entre os anos de 1621 a 1636, relacionando o número de lastros, canhões, pedreiros e tripulantes, além de assinalar que foi um total de 806 navios empregados e uma tripulação estimada em 67.010 homens enviados para as Índias Ocidentais (LAET, 1920, p. 194).

Posteriormente, ele prossegue listando os navios que foram capturados, o que totalizou 547 embarcações apreendidas entre 1623 e 1636, no que rendeu toneladas de carga, as quais foram usadas para cobrir gastos da Companhia. Tais produtos que iam desde pau-brasil, açúcar, tabaco, especiarias até mesmo escravos, renderam aos cofres da Companhia um lucro estimado de 30.309.736 florins (LAET, 1920, p. 211).

Em seguida ele apresentou uma relação dos prejuízos sofridos pelo rei de Espanha ao perder vilas, engenhos e fortes no Brasil. Mais adiante ele apresenta a soma estimada de todos os prejuízos que o rei de Espanha sofreu em 14 anos de conflitos entre a WIC e o governo espanhol, no que resultou num prejuízo de 118.283.166 florins para o governo ibérico (LAET, 1920, p. 215). Um número que, embora não seja totalmente preciso, como o próprio autor assinala, é ainda assim, assombroso.

The expansion of Holland and the creation of its far-flung overseas empire during the early seventeenth century were part of a broader international development that involved the weakening of the Spanish and Portuguese empires and the growth of the Dutch, French, and English maritime empires at the expense of the Iberian empires. (POSTMA, 2008, p. 14-15).

Tendo apresentado o exorbitante prejuízo que o governo espanhol teria sofrido com os conflitos com a Companhia, Joannes de Laet prossegue apresentando os gastos com navios, para comprá-los, repará-los, alugá-los, equipá-los, pagar funcionários e abastecê-los com suprimentos, armas e munição. No entanto, ele para fornecer contraponto, apresenta uma listagem parcial dos lucros conseguidos com as mercadorias e produtos advindos da Guiné, África e da Nova Holanda, chegando a um total de 44.968.748 florins de lucro para a WIC (LAET, 1920, p. 221).

Laet complementa sua descrição quanto aos lucros obtidos no Brasil pela Companhia, assinalando que entre os anos de 1637 a 1644 (data da publicação do livro), os holandeses haviam levado do Brasil um total de mais de 1,5 milhão de arrobas de açúcar dos tipos branco, mascavo e de panela, o que rendeu apenas nesse período um lucro de 20.303.478 milhões de florins para a Companhia (LAET, 1920, p. 222).

Tudo isso augmentando as rendas deste paiz, além do grande damno ainda causado ao rei da Hespanha e aos súbditos, como será referido mais amplamente se houver tempo de descripção dos feitos da Companhia nos anos seguintes, para que evidencie completamente o proveito que os bons habitantes deste Estado gosaram e os grandes serviços que as Províncias Unidas receberam da Companhia Privilegiada das Índias Occidentaes, pelo que só se tem de agradecer e louvar ao bom Deus. (LAET, 1920, p. 222).

Nesse desfecho da conclusão, percebe-se claramente o discurso enaltecedor e de promoção da WIC para o governo holandês, como também, tratar-se de uma espécie de “prestação de contas”, apresentando, embora de forma parcial, como o autor indica as despesas nessa ousada empresa, as quais renderam grandes lucros aos Países Baixos e prejuízos ainda maiores ao governo espanhol.

Todavia, as principais informações de seu livro que nos interessa para esse estudo, são alguns valores por ele apresentado na conclusão, mas principalmente na narrativa sobre as três campanhas de conquista à Capitania da Paraíba.

Pelo fato de se tratar de anais, Laet procurou relatar com regularidade os acontecimentos ocorridos ao longo de um ano, assim, para cada ano que ele narrou, ele começou a contar o que se sucedeu do começo de janeiro até o final de dezembro de cada ano.

Mas embora sua estrutura cronológica permitisse fornecer detalhes sobre diversos acontecimentos ao longo dos anos de 1623 a 1636, o próprio autor comenta que o que ele narrou consistiu numa seleção de acontecimentos¹⁰³:

Como houvesse grande numero de diários e o tempo, devido a muitas outras ocupações, me fosse tão curto, não pude tudo referir na História que se vae ler. Algumas vezes também pelas falhas que se encontram em vários escriptos não me foi possível fazer um registro tão completo e exacto como desejara e o leitor talvez esperasse. Pode sobretudo haver succedido que fossem omittidos os nomes de algumas pessoas que houvessem estado durante os annos a serviço da Companhia e alguns feitos praticados pelas mesmas ou que não fossem estes descriptos minuciosamente. Quem quer que se encontre nesse caso, queira acreditar que não o fiz propositalmente nem para desmerecer o seu valor e as suas virtudes, mas sim por falta de dados. (LAET, 1912, p. 31).

Essa advertência dada ao leitor apresenta principalmente a preocupação de Joannes de Laet em, primeiro, avisar que sua narrativa estava incompleta; segundo, ele justifica o motivo dessas lacunas; terceiro, ele salienta que se não fosse à falta de dados, teria feito um trabalho mais detalhado e longo.

De qualquer forma, ele prossegue sua advertência assinalando que caso um dia viesse lançar outra edição daquele livro, faria questão de corrigir os erros que os leitores viessem por acaso encontrar, além de acrescentar novos dados, mas infelizmente sua obra só teve uma única edição, além do fato de não ter havido uma continuação, pois na conclusão do livro ele deixa mencionado que se fosse possível faria um segundo anais, contando a história da Companhia a partir de 1637.

Ainda que haja essas lacunas apontadas pelo próprio autor quanto à sua narrativa, os dados fornecidos por ele são bastante pertinentes para se conhecer as guerras luso-holandesas na Capitania da Paraíba pelo lado holandês, pois enquanto Ambrósio Richshoffer apenas relatou acerca da primeira invasão, Laet tratou das três expedições e com mais detalhe.

Ainda assim, percebemos algumas características peculiares dessas quatro narrativas: o discurso religioso de frei Paulo do Rosário, o qual procurou conceder outro fator que estava presente naqueles conflitos, além do fator político-econômico o qual consiste no grande motivador destas guerras.

¹⁰³ A diferença entre crônica e anais estava no fato de que nas crônicas, os autores tendiam a se aprofundar mais em aspectos políticos, sociais, culturais, naturais e religiosos, pois embora os anais procurassem proporcionar um panorama dos principais eventos ocorridos ao longo de um determinado ano, em seu estilo necessariamente não cabiam os pormenores de tais assuntos ou a análise destes, algo feito nas crônicas (QUEIROZ; IOKOI, 1999, p. 39).

Por sua vez, Ambrósio Richshoffer nos fornece o olhar do viajante e do soldado, mostrando particularidades do serviço militar no Brasil. Já Duarte de Albuquerque concentra suas memórias em narrar pormenores os acontecimentos daquela “Guerra do Brasil”, e no caso de Joannes de Laet, embora ele também aborde em pormenores essa história da guerra, ele também apresenta-nos um lado econômico, no qual registra os investimentos e gastos feitos pela Companhia.

2. CAPÍTULO II: AS INVASÕES HOLANDESA À CAPITANIA DA PARAÍBA

Neste capítulo será apresentada a narrativa sobre as três expedições holandesas à Capitania da Paraíba em 1631 e 1634, tendo como base os relatos de frei Paulo do Rosário (1632), Ambrósio Richshoffer (1677), Duarte de Albuquerque Coelho (1654) e Joannes de Laet (1644). Mas além de narrar tais batalhas, procurou-se comparar os relatos confrontando-os, de forma que nos revelasse semelhanças, omissões, contradições e discordâncias, como também procuramos enxergar os bastidores de tais conflitos, algo que nas fontes não fica tão explícito, ou consta de forma isolada.

Neste caso, os bastidores dizem respeito a como as três expedições ou invasões ou campanhas foram planejadas pela WIC, quais foram as opiniões dos comandantes e chefes políticos da Companhia acerca de se atacar a Capitania da Paraíba; as decisões tomadas por Antônio de Albuquerque Maranhão e Matias de Albuquerque Coelho para defender a Paraíba. De onde os portugueses e holandeses foram buscar apoio para mobilizar as tropas para as batalhas, quais foram as consequências que tais conflitos proporcionaram, tanto para os defensores, quanto para os atacantes.

Quem foram os homens que se destacaram nestes conflitos, como foi a participação das milícias, dos indígenas e dos africanos nestes conflitos. Os problemas associados com a deserção, desconhecimento do terreno (no caso dos holandeses); problemas com o clima e com a quantidade de recursos disponíveis, assim como, os êxitos e falhas nas estratégias de combate.

2.1 A Batalha do Cabedelo: 05-12 de dezembro de 1631

No ano de 1629, o tenente-coronel Hendrik Cornelissen Lonck, o qual liderava a nova expedição neerlandesa ao Brasil, entre as ordens delegadas pelo Conselho dos XIX se encontrava o plano de atacar a Capitania da Paraíba, caso houvesse malogro na tentativa de se tomar Olinda, capital da Capitania de Pernambuco. O ataque a Olinda se sucedeu em 1630, e o exército holandês saiu-se vitorioso, todavia, demorou mais um ano para que fosse decidido atacar a Paraíba.

Embora a invasão holandesa tenha ocorrido em dezembro de 1631, meses antes de se oficializar a expedição, tanto os holandeses quanto os portugueses já vinham se preparando para um eventual conflito. Frei Paulo do Rosário, testemunha ocular dos

eventos bélicos ocorridos na Paraíba naquele ano, nos relata que o capitão-mor e governador Antônio de Albuquerque Maranhão preocupado com a defesa da sua capitania, especialmente no que dizia respeito à barra do rio Paraíba, principal rio e rota fluvial até a capital, decidiu reforçar suas defesas.

Não parou aqui o zelo do prudente Capitão, antes vendo q[ue] a força do Cabedelo era tão pequena, & limitada & q[ue] a artilheria q[ue] tinha da conta, era só aq[ui] sua indústria ahvia alcãsado del Rei, tornou de novo a importunar Sua M. que prove-se esta praça cõ mais artilheria & munições no entre tanto q[ue] vinhaõ, segundo já tinha auizo de Sua M. se resolueo & determinou e fazer hum forte nouo de 4 baluartes fabricado de torraõ & faxina. (ROSÁRIO, 1632, p. 3).

Na ocasião, a barra do rio Paraíba dispunha apenas do Forte do Cabedelo, construção existente desde o final do século XVI, tendo passado por várias reformas desde então. No entanto, o forte que hoje conserva suas muralhas de pedra, naquele tempo das invasões ainda possuía suas muralhas feitas de torrão e faxina, nos dizeres do frei, o que significava que era feito de terra e revestido de madeira.

De qualquer forma, a ordem para se construir uma nova fortificação para auxiliar o forte do Cabedelo foi uma medida urgente, pois, como salientado por Rosário, a defesa do Cabedelo não seria suficiente para proteger a entrada do rio. Assim, em setembro de 1631 estavam parcialmente concluídas as obras do Forte de Santo Antônio, construção erguida na margem oposta ao Cabedelo, no que hoje é o distrito de Costinha em Lucena.

Originalmente o novo forte deveria dispor de quatro baluartes, mas devido à pressa para se realizar as obras, apenas dois baluartes ficaram concluídos para aquele ano. Todavia, tanto o forte do Cabedelo quanto o de Santo Antônio eram feitos de “torrão e faxina”, e seguiam o modelo arquitetônico vigente da época: o baluarte fortificado ou bastião angular.

O novo sistema de fortificação teria de incorporar características que resistissem ao bombardeio e, ao mesmo tempo, mantivessem a infantaria do inimigo à distância. A solução para esse problema de diminuir a altura e aumentar a espessura foi o bastião angular, que se projetava dos muros, dominava o fosso e era suficientemente forte para não ser destruído por uma concentração de fogo inimigo. (KEEGAN, 1995, p. 334).

Mas além de construir um novo forte, o governador Antônio de Albuquerque ordenou que o Reduto da Restinga, pequena fortificação localizada na ilha da Restinga, fosse reforçado para fornecer apoio aos dois fortes, criando assim um “triângulo defensivo” na foz do rio Paraíba.

Frei Paulo do Rosário (1632, p. 4) prossegue assinalando que ainda no mês de setembro chegou uma caravela do Reino, trazendo o capitão Antônio Figueiredo de Vasconcelos, o qual trazia uma companhia de soldados, munição, armas e oito peças de bronze, as quais foram postas no novo forte. Mas, além da companhia portuguesa de Vasconcelos, veio também uma companhia espanhola, mas comandada pelo capitão português Manoel Godinho, homem de baixa estatura, mas que a fama lhe tornou grande¹⁰⁴.

Estando o “triângulo defensivo” pronto, o governador Antônio de Albuquerque ordenou que os fortes do Varadouro (localizado na cidade), Cabedelo e Santo Antônio, assim como, o reduto da Restinga fossem munidos de mantimentos, armas, munição e homens, ao mesmo tempo em que ordenou que as companhias¹⁰⁵ de Vasconcelos e Godinho se aquartelassem no Cabedelo, comandado na ocasião por João de Matos Cardoso. Devendo ficar todos em estado de alerta, pois uma nova mensagem enviada pelo general Matias de Albuquerque informava que muitos navios holandeses se encontravam pelo porto do Recife, e havia uma grande movimentação de tropas por lá.

Pelo mês de novembro o número de navios e tropas aumentava no Recife, Joannes de Laet (1920, p. 216-217) informou que no dia 14 daquele mês, um escravo africano que havia fugido da Paraíba chegou aos quartéis holandeses no Recife, solicitando proteção em troca de passar informações que deveriam interessar seus comandantes. O escravo teria dito:

Declarou que havia 16 companhias, mas cada uma tinha apenas 30 ou 40 homens, e uma de milícias; que a vila era tão grande como o Recife e situada a três leguas do mar; que na foz do rio havia um forte sem obras externas, com um fosso secco ainda em obras, e guarnecido com 25 canhões e duas companhias de soldados; que perto dali não havia boa água, mas a meia legua de distancia havia-a excelente; que havia outro fortim no rio, mas sem importância. [...]. que ao redor da cidade não havia reductos, mas as entradas do rio para a cidade estavam defendidas com três fortificações, tendo a do meio 9, a outra 6 e a terceira 4 canhões; que havia 40 ou 50 cavalleiros. (LAET, 1920, p. 217).

Pelo relato desse escravo se percebe que o Forte de Santo Antônio ainda estava inacabado, que o Reduto da Restinga (chamado por ele de fortim), não parecia ser uma ameaça; e embora a capitania possuísse dezesseis companhias, algo em torno de 480 a

¹⁰⁴ Além de frei Paulo do Rosário, outros autores da época como Duarte de Albuquerque, exaltaram a bravura de Manoel Godinho, o qual acabou morrendo durante essa primeira invasão.

¹⁰⁵ É importante mencionar que no período colonial não houve um exército regular no Brasil antes da Restauração Portuguesa de 1640. As forças armadas eram compostas por milícias formadas nas capitânicas e pelas tropas enviadas do Reino.

640 homens¹⁰⁶, isso sem contar a milícia. Tais valores também não eram vistos como uma grande ameaça.

O tenente-coronel Diederik van Waerdenbuch, conta que um índio vindo da Paraíba, lhes forneceu informações sobre as tropas paraibanas, o que ajudou no planejamento do ataque de 1631 (XAVIER, 2007, p. 145). Aqui se percebe que além de um africano, como mencionado por Joannes de Laet, um indígena também se debandou para o lado neerlandês, embora não foram os únicos. No restante da narrativa veremos outros casos de deserção de ambos os lados.

Por outro lado, ainda no mês de novembro, os portugueses tentavam reaver Olinda, ocupada desde o ano anterior. Neste caso, Antônio de Albuquerque havia enviado seu irmão Matias¹⁰⁷ para fornecer apoio às tropas do Arraial do Bom Jesus, o quartel-general das forças de resistência luso-brasileiras (COELHO, 1654, p. 63).

Todavia, mesmo com o apoio paraibano enviado, os portugueses não conseguiram reaver a Vila de Olinda, e no dia 23 de novembro ela foi incendiada. A Companhia das Índias Ocidentais havia decidido que a localização e estrutura da vila não favoreciam sua defesa, e o melhor seria abandoná-la e concentrar a ocupação no Recife.

¹⁰⁶ Dependendo da época e do país, o número de efetivos que compunha uma companhia variava. No caso de Portugal no século XVII, as companhias variavam de 100 a 250 homens, embora que houvesse casos de terem menos homens (SOUSA, 2013, p. 113), (LÓPEZ; LÓPEZ, 2012, p. 13). No exemplo da Paraíba, visivelmente as companhias disponíveis estavam bem abaixo do contingente recomendável, o qual no caso português era baseado no terço, o qual dispunha de 1.500 a 2.500 soldados.

¹⁰⁷ Matias de Albuquerque Maranhão (?-1685) foi o segundo filho de Jerônimo de Albuquerque Maranhão e Catharina Feio. Lutou ao lado de seus irmãos durante as invasões holandesas à Capitania da Paraíba. Chegou também a viajar para Pernambuco e Rio Grande durante esse período. Após 1634 com a captura da Paraíba, retirou-se com seu irmão Antônio, indo posteriormente para Bahia, de onde retornou para Portugal. Em 1656 voltou ao Brasil, passando a morar brevemente no Rio de Janeiro, onde se casou com D. Izabel de Oliveira, filha de importante família carioca. Em 1657 foi nomeado governador da Paraíba, assumindo o cargo naquele ano, e governando até 1663. Mudou-se para o Engenho do Cunhaú no Rio Grande, onde permaneceu o resto da vida. Recebeu títulos de cavaleiro e comendador. Teve 11 filhos: Antonio, Jerônimo, Lopo, Pedro, Catharina Simôa, Affonso, Joanna, Barbara, Marianna, Anna Maria e Apolonia (FONSECA, 1902, p. 131-132).

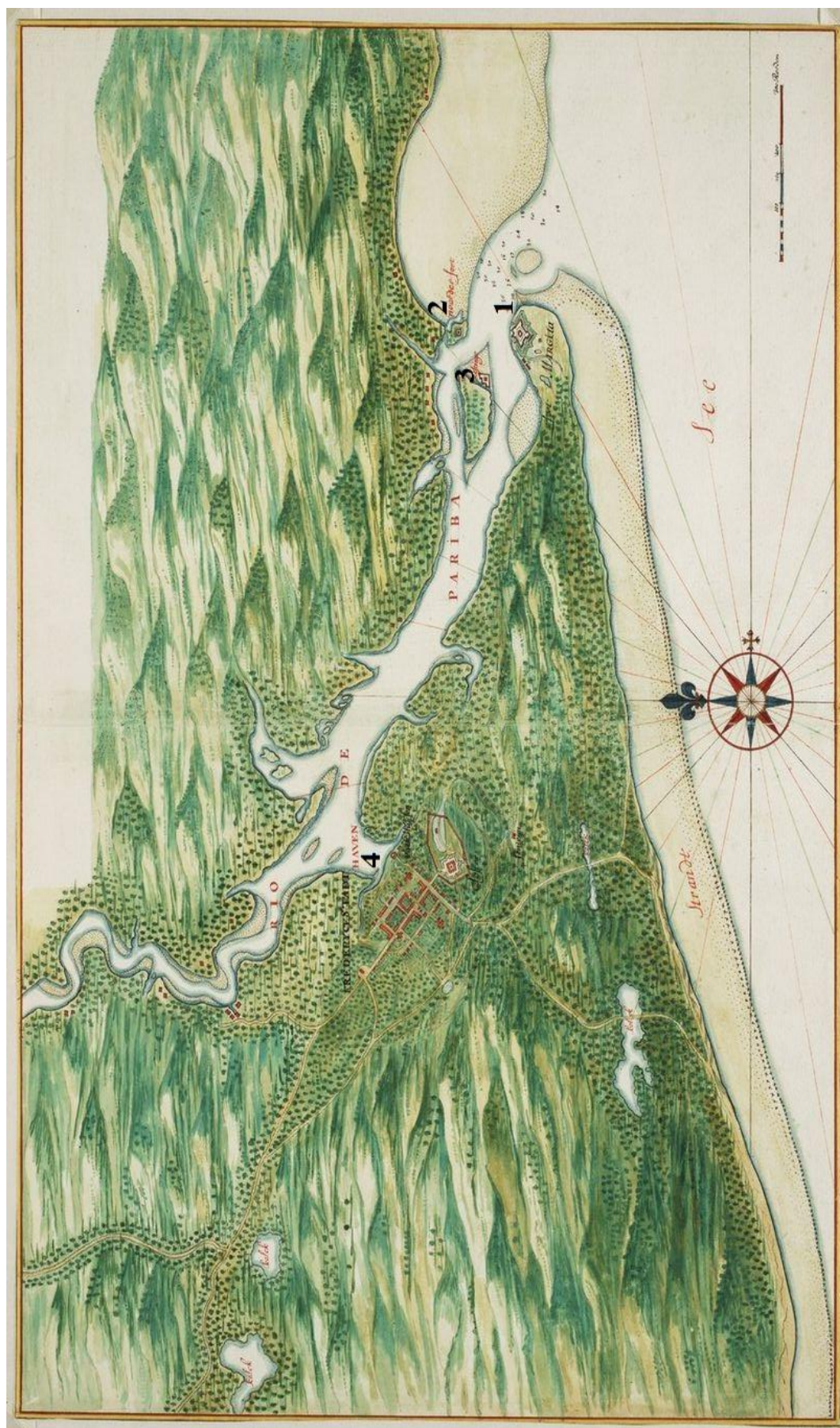


Figura XI: Mapa *Frederyce Stadt* (Cidade Frederica). Autor: Johannes Vingboons. Ano: ca. 1665. **Fonte:** Mapa manuscrito, aquarelado, do Atlas de J. Vingboons, existente no Algemeen Rijksarchief, Haia, Países Baixos. Ilustração com 63 X 42 cm. **Legenda:** 1) Forte do Cabedelo; 2) Forte de Santo Antônio; 3) Reduto da Restinga; 4) Cidade de Frederica.

Tendo Olinda sido abandonada e incendiada pelos holandeses, Laet (1920, p. 217) informa que começou a se planejar o próximo grande ataque no dia 26 de novembro de 1631, quando o Conselho de Guerra da WIC se reuniu para deliberar a escolha entre dois alvos em potencial: o Arraial do Bom Jesus e a cidade da Paraíba. Ele informa que não houve uma unanimidade na votação, pois parte dos comandantes defendiam atacar o Arraial, o qual era o quartel-general, mas outros alegavam que o Arraial estava bastante provido de suprimentos, armas, munições e homens, e que seria mais fácil atacar os fortes paraibanos.

Por outro lado, havia quem defendesse a opinião de que enviar uma expedição à Paraíba naquele momento, não seria algo favorável para os planos de guerra da Companhia.

A conquista do forte da Parahyba não julgavam pudesse ser vantajosa á companhia, mas antes prejudicial, pois, apoderando-se daquela praça, estariam situados numa ponta de areia, sem refresco algum e como que separados da terra firme, e dahi só grandes despesas de fortificação e nenhuma utilidade era licito esperar. (LAET, 1920, p. 218).

Nessa indecisão entre se atacar o Arraial do Bom Jesus ou os fortes paraibanos, surgiu uma terceira opção, realizar novo ataque à Vila de Itamaracá. No entanto, Joannes de Laet informa que, enquanto as votações seguiam sem uma decisão, no final de novembro foi decidido realizar o ataque à Paraíba.

Tal fato é interessante, pois nos revela que a WIC não estava segura em se atacar a Capitania da Paraíba naquele momento, pois embora fosse um alvo cogitado desde 1629, ainda havia indecisão quanto à hora certa de se investir recursos para tomá-la. De qualquer forma, o Conselho de Guerra decidiu atacar à Paraíba em dezembro de 1631. Laet informa que no dia primeiro daquele mês foi realizado um culto no Recife, para se pedir proteção e sorte no ataque que estava por ser realizado. No mesmo dia, o general Matias de Albuquerque ordenou que quatro companhias espanholas marchassem na ocasião para a Paraíba.

O capitão Matias Maranhão já havia retornado à Paraíba, tendo seguido com a companhia espanhola do capitão D. Aleixo de Aza, mas prevendo que tal apoio não seria suficiente, Matias de Albuquerque enviou às pressas novos reforços, os quais totalizariam cerca de 200 homens. As quatro companhias espanholas foram lideradas pelo capitão D. Juan de Xereda (COELHO, 1654, p. 64).

Matias de Albuquerque ainda comunicou em carta ao governador Antônio de Albuquerque, que, se fosse necessário, ele próprio ou o Conde de Bagnuolo seguiriam com suas tropas para reforçar as frentes de batalha na Paraíba (COELHO, 1654, p. 64).

Duarte de Albuquerque Coelho (1654, p. 63) expressou em seu comentário que, caso a Paraíba fosse tomada pelos holandeses, os portugueses sofreriam uma nova grande derrota, pois a capitania era um importante lugar a ser defendido, por ser estrategicamente necessária para o apoio a Pernambuco, tanto em quesito de fornecer homens e alimentos quanto por ser uma “barreira” ao avanço dos holandeses às capitanias do Maranhão e do Ceará, pois por rota marítima os ventos em grande parte do ano não eram favoráveis, sendo mais rápido uma viagem por terra. Além do fato de que, a Paraíba já havia ultrapassado a produção açucareira de Itamaracá, como também possuía um açúcar de ótima qualidade, assim como atestado pelos holandeses após a conquista¹⁰⁸.

Mas, além de tais fatores, Evaldo Cabral (2007, p. 87) aponta que após a tomada de Olinda e Recife, parte do açúcar pernambucano era transportado para a Paraíba, embora que o porto do Cabo de Santo Agostinho fosse mais próximo, no entanto, era mais arriscado devido à proximidade com a base dos holandeses, sendo assim, optava-se por um trajeto mais longo até a Paraíba. No ano de 1633 quase toda a produção açucareira dos engenhos da várzea do Capibaribe eram escoados para a Paraíba, assim como também parte da produção de Itamaracá.

Assim notamos que atacar a Capitania da Paraíba devia-se principalmente aos seguintes motivos: apoio militar e de recursos fornecido a Pernambuco; produção de açúcar de boa qualidade; porto de escoamento do açúcar produzido em Pernambuco e Itamaracá. Logo, no dia 2 de dezembro a frota holandesa de dezesseis navios deixou o porto do Recife a caminho da Paraíba. Joannes de Laet nos forneceu os seguintes dados a respeito dessa primeira expedição:

Foram nomeados para dirigir essa expedição o tenente-coronel Steyn-Callenfels e os conselheiros políticos Carpentier e van der Haghen; foram mandadas 13 companhias, a saber: as do coronel, as dos majores Redinchoven e Berstet, dos capitães Meppelen, Cloppenburgh, Hellingh, Baron Schenck, Everwijn, Bijma, Huyghens, Levin, Palmer e Koeck, sommando ao todo cerca de 1.600 homens. Para transportá-los foram escolhidos os seguintes navios: *Amsterdam*, *de Geunieerde Provintien*, ‘t

¹⁰⁸ Além dos relatórios de Servaes Carpentier e Elias Herckmans os quais mencionados na introdução, outros relatórios holandeses atestaram a qualidade do açúcar paraibano. E em 1638, quando João Maurício de Nassau atribuiu brasões de armas as capitanias conquistadas, para a Paraíba foi atribuído um brasão com seis pães de açúcar, os quais simbolizavam a qualidade do açúcar ali produzido (LUZ, 2005, p. 108).

Wapen van Delft, Groot Horn (no qual ia o coronel). *Omlandia, Goude Leew, den Hollandschen Thuyn, de Fortuyn, Maeght van Dordrecht, Munnickendam, t' Wapen van Medenblick, Groeninghen, Pinas, Windthondt, Maeght van Enchuysen* e o *Vriessche Jagher*. (LAET, 1920, p. 218).

O relato de Laet é o único que nos informa que foram enviados 16 navios e não 20 navios como apontados por Rosário (1632, p. 6), ou os 19 navios assinalados por Richshoffer (1978, p. 99), ou os 26 navios como visto no relato de Coelho (1654, p. 64). Embora seja preciso lembrar que a margem de erro para mais ou para menos sempre foi algo comum nos relatos de guerra, o próprio Laet informa que os dados eram aproximados.

Não obstante, Laet indica que o contingente de soldados enviados naquela expedição era em torno de 1.600 soldados, um valor que destoa dos 2.000 soldados apontados por frei Paulo do Rosário (1632, p. 6), dos 1.900 soldados indicados por Ambrósio Richshoffer (1978, p. 99), embora que a margem de diferença não seja tão grande nesse sentido. No entanto, no caso do relato de Duarte de Albuquerque Coelho (1654, p. 64) a diferença é bem mais significativa, pois ele relata que o exército holandês naquela ocasião era formado por 3.000 soldados, um valor que expressa quase o dobro do valor fornecido por Laet.

No dia 4 de dezembro já na altura da costa de Itamaracá, o tenente-coronel Steyn-Callenfels convocou ao seu navio, o *Groot Horn* (Grande Chifre) todos os seus capitães de terra e mar para que se abrissem as cartas com as ordens, algo que foi feito pelo conselheiro Servaes Carpentier¹⁰⁹, nome importante na história administrativa da Nova Holanda. Além de se ler as ordens, também se debateram duas questões importantes quanto aos preparativos da invasão: como realizar o desembarque e como transportar o exército de forma eficiente para terra.

Foi decidido que os navios seguiriam todos juntos e atracariam o mais próximo possível da barra do rio. Para realizar o desembarque das tropas, decidiu dividir as 13

¹⁰⁹ Servaes Carpentier (1599-1645) era formado em Filosofia pela Universidade de Leiden em 1621, embora viesse a formar-se em Medicina depois. Trabalhou como médico e se envolveu com o comércio ao se casar com Agatha Hamel em 1628, irmã do comerciante Hendrik Hamel, o qual era associado à WIC. Carpentier associou-se a WIC e viajou ao Brasil, onde foi nomeado para o cargo de Conselheiro Político (1630-1636). Foi diretor da Paraíba e do Rio Grande (1635-1636), tendo escrito em 1635 um breve relatório sobre as condições naturais e econômicas da Paraíba. Consistindo no primeiro relatório holandês do tipo. Atuou como médico e exerceu outros importantes cargos administrativos na Nova Holanda até 1641, quando se retirou para um de seus engenhos em Pernambuco. Faleceu no Recife. Dois irmãos seus Gerard e Johannes trabalharam pela Companhia no Recife por volta de 1634 (MELLO, 2001, p. 63), (SELLERS, 1909, p. 25-31).

companhias em seis divisões, assim como, estabelecer o número máximo que cada chalupa e iate¹¹⁰ transportariam de homens.

Os chefes militares, reunindo-se para deliberar somente sobre o desembarque, decidiram formar com as 13 companhias 6 divisões: na 1ª devia estar a companhia do coronel com as dos capitães Meppelen e Cloppenburgh, sendo as duas últimas de arcabuzeiros; na 2ª, o major Redinchoven e Hellingh; na 3ª Wolfart Schenck e Everwijn; na quarta o major Berster e Bijma; na 5ª os capitães Huyghens e Palmer; na 6ª os capitães Levijn e Coeck. (LAET, 1920, p. 219).

Tendo determinado esse plano de divisão das tropas, os capitães de terra e mar e os conselheiros políticos retomaram aos seus navios. Duarte de Albuquerque (1654, p. 64) informa que no entardecer do dia 4 de dezembro, a frota neerlandesa chegou ao Cabo Branco¹¹¹. O tenente-coronel Steyn-Callenfels e o major Hugo Wirich von Berstedt responsáveis por comandar a invasão, ordenaram pela manhã do dia 5 de dezembro que seu exército desembarcasse.

Na ocasião, os holandeses evitaram prosseguir com seus navios até a entrada do rio Paraíba, por causa dos dois fortes, embora tenham enviado alguns barcos menores para sondar o local. A decisão tomada foi desembarcar parte do exército ali na praia do Cabo Branco, e formar acampamento.

Todavia o trecho da praia que eles escolheram estava ocupado por um pequeno reduto escavado na areia, tratava-se do Reduto do Cabo Branco, posto avançado que o governador Antônio de Albuquerque havia ordenado a construção, possivelmente prevendo que as tropas inimigas optassem em desembarcar naquela área, pelo fato de ao longo da costa do Cabedelo se encontrarem alguns arrecifes¹¹², havendo algumas

¹¹⁰ Chalupas e iates eram embarcações menores do que uma caravela, sendo mais leves e ágéis. Ambas possuíam de uma a duas velas latinas (triangulares). Neste caso, a chalupa era menor do que o iate, possuindo menos de dez metros de comprimento. (DOMINGUES, 2004, p. 284), (HARDING, 1990, p. 50).

¹¹¹ A praia do Cabo Branco referida naquela época, não corresponde a atual praia do Cabo Branco, mas a toda zona litorânea que ia do atual Cabo Branco até o Cabedelo, na barra do rio Paraíba. O local que os holandeses aportaram na época, corresponde ao litoral do atual município do Cabedelo. De acordo com o relato das quatro obras o acampamento ficava “a um tiro de canhão” do forte. Se tomarmos um mapa do Cabedelo, e traçarmos uma linha reta do forte até a praia, a distância é de cerca de dois quilômetros (2 km).

¹¹² “De ambos os lados do rio, a costa é suja e não se deve aproximar delas a menos de três léguas, até que o rio se abra, aparecendo um bosque no meio do estuário. Fique a oeste do mesmo e aprobe, a seguir, direto por entre o recife ao norte e as rochas ao sul, que são fáceis de evitar por estarem bem acima da água. Dentro pode-se ancorar a vontade”. (RUITERS, 1965, p. 75-76). Dierik Ruiters foi um piloto holandês que esteve no Brasil entre 1616 e 1618, publicando em 1624 um breve relatório sobre a geografia costeira da colônia portuguesa.

brechas que permitiriam que os navios, iates e fragatas¹¹³ pudessem se aproximar da costa. Mas foi diante de uma dessas brechas que o reduto foi instalado.

Soldados portugueses, espanhóis e indígenas se encontravam no reduto praiano, e receberam os holandeses aos disparos como assinalam os quatro autores, mas mesmo sob essa recepção de fogo, as ordens para o desembarque foram mantidas. E dos próprios barcos, os soldados da WIC revidavam o fogo inimigo.

Não há descrições de detalhes desse primeiro confronto da “Batalha do dia 5”, mas Laet (1920, p. 219) informa que o inimigo teve entre mortos e feridos pelo menos quarenta homens, e devido a tais baixas as forças de defesa acabaram por abandonar o reduto, primeiro recuando até a floresta, de onde continuaram com os disparos, e à medida que mais soldados holandeses desembarcavam, as forças luso-espanholas acabaram abandonando o posto na praia e recuaram ainda naquela manhã, até o forte do Cabedelo.

Enquanto o conflito na praia prosseguia, o coronel Steyn-Callenfels designou o engenheiro Drevis e o major Berstedt para averiguarem a localização do forte do Cabedelo. Os dois homens caminhando pela praia conseguiram avistar ao longe o forte do Cabedelo, com três baluartes, construído de terra e madeira, possuindo 25 ou 26 canhões.

Ao relatarem ao coronel a situação do forte, esse convocando o conselho de guerra, deliberou que optariam por uma estratégia demorada, já que constatou que seria inviável tomá-lo de assalto naquele momento, pois a força de ataque que dispunham era pequena. Então foi dada a ordem para se montar acampamento e escavar as trincheiras de defesa e depois as trincheiras de ataque.

Os holandeses estavam seguindo um caminho mais lento, algo como Keegan (1995, p. 337) apontou como sendo uma prática recorrente no assédio de fortes e fortalezas. Essa guerra lenta se dava mais em se atacar o inimigo, não diretamente com vários homens, mas vencê-los a partir do cansaço e do esgotamento de seus recursos.

Pela tarde, por volta das cinco horas de acordo com Duarte de Albuquerque (1654, p. 65), as tropas da WIC ainda continuavam a desembarcar, o acampamento ainda estava sendo preparado e as trincheiras estavam sendo escavadas, no entanto,

¹¹³ Navio de médio porte, com duas velas, possuindo duas cobertas para se posicionar canhões. Seu tamanho variava, mas possuía mais de 100 tonéis de capacidade de carga (c. 85 toneladas). Foi utilizado entre os séculos XVI e XVII com funções similares de uma caravela. Na segunda metade do XVII e no XVIII, a fragata tornou-se uma embarcação de segunda linha, fornecendo suporte para os navios de guerra, os quais eram maiores. (DOMINGUES, 2004, p. 284-285). As fragatas eram menores do que algumas caravelas, mas eram maiores do que os iates.

enquanto tais atividades de estabelecimento prosseguiram, o governador Antônio de Albuquerque enviou alguns homens para atacar os holandeses naquela tarde. Ambrósio Richshoffer (1978, p. 100) disse que ele pessoalmente participou desse confronto, tendo chegado bem próximo de seus inimigos.

O número de feridos e mortos desse segundo confronto do dia 5 é desconhecido, mas frei Paulo do Rosário (1632, p. 7) diz que entre os feridos do lado luso-espanhol esteve o capitão Cosmo da Rocha, o qual foi substituído no comando da sua companhia, pelo seu irmão André.

À noite, uma terceira investida ocorreu. Dessa vez liderada pelo capitão espanhol D. Aleixo de Aza, o qual comandou cinquenta homens num ataque ao acampamento inimigo, tendo disparado três rasadas de fogo sobre eles, e batido em retirada. No entanto, nos relatos de Richshoffer e Laet não há menção a tal ataque noturno no dia 5, mas Rosário confirma que tal ataque ocorreu.

Além disso, o autor informa que foi dada a ordem para que os canhões disparassem em direção ao acampamento holandês, mesmo não se possuindo mira precisa, pois a ideia era que o barulho deixasse os inimigos em alerta e pavorosos para que os disparos viessem acertar as tendas e os homens.

Na manhã do dia seguinte, na “Batalha do dia 6”, batedores descobriram uma trincheira dos holandeses tendo sido escavada a 50 passos do forte do Cabedelo (COELHO, 1654, p. 66). Os holandeses haviam aproveitado a noite para escavar tal defesa, e as sentinelas do forte nada perceberam.

Diante dessa notícia, Antônio de Albuquerque ordenou que uma companhia fosse destacada para se atacar a trincheira inimiga. Na ocasião ele pessoalmente liderou esse ataque, sendo acompanhado pelos seus irmãos Matias e Jerônimo Filho, na tentativa de repelir os inimigos, mas o ataque não ocorreu com eficácia, levando os portugueses a terem que recuar. Jerônimo Filho e o capitão André da Rocha foram alguns dos mortos na ocasião.

De acordo com frei Paulo do Rosário (1632, p. 7), as mortes sofridas pelo lado luso-espanhol levaram os soldados a buscarem por vingança. Por sua vez, Duarte de Albuquerque (1654, p. 66) não faz menção a tal “sede de vingança”, mas confirma as mortes de Jerônimo Filho e André da Rocha, e informa que o sargento André de Barros e outros sete soldados morreram também. Na perspectiva de Coelho, o ataque naquela ocasião foi frustrante, diferente da opinião de Rosário que disse que o inimigo teve muitos feridos.

No lado holandês, Ambrósio Richshoffer (1978, p. 100) informou que os canhões instalados na trincheira trocaram tiros com a tropa do capitão-mor e também com o forte. Richshoffer também menciona que alguns portugueses foram feitos prisioneiros, informação que Joannes de Laet (1920, p. 219) confirmou em seu livro dizendo que um português foi feito prisioneiro, e ele informou que havia quatro companhias espanholas que estavam a caminho para reforçar as tropas de defesa, além de haver 600 ou 700 índios compondo as tropas flecheiras. Não dispomos de dados quanto à quantidade de indígenas que participaram daquela batalha, mas sabemos que as quatro companhias espanholas referiam-se às companhias de D. Juan de Xereda, as quais estavam a caminho.

O prisioneiro também lhes relatou que o forte do Cabedelo havia recebido o reforço de oito canhões de bronze, os quais atiravam balas de 16 libras (7,2 kg), além de possuir dez canhões que disparavam balas de 10 libras (4,5 kg). Pelo menos 30 homens ficavam alojados no forte.

Na cidade, ele fez menção a uma caravela e um patacho¹¹⁴ que estavam no porto, os quais aguardavam carregamento de açúcar; ele mencionou o forte do Varadouro e uma companhia de 80 milicianos. Não obstante, o prisioneiro também informou que eles já estavam cientes do ataque, pois há 16 dias, dois desertores contaram a eles que haveria possibilidade da Paraíba ser atacada até o fim daquele ano. Nota-se aqui a existência de deserção tanto do lado luso-espanhol quanto do lado holandês.

Ainda continuando o relato sobre o prisioneiro, Joannes de Laet informa que os dois desertores, além de avisar sobre um possível ataque, também entregaram a localização das defesas e forças que a Companhia possuía em Antônio Vaz, em Pernambuco. Além disso, o português disse que dois dias antes deles chegarem, uma caravela havia partido carregada com açúcar e com a mensagem de pedir reforços na Metrópole para a Paraíba.

Para completar, o lusitano fez menção que se aguardava a chegada de novos reforços vindos do Arraial, sendo tropas formadas por espanhóis e napolitanos (tratava-se do terço do Conde de Bagnuolo), além de informar que nos arredores do acampamento holandês não havia disponibilidade considerável de frutas (refrescos

¹¹⁴ O patacho era uma embarcação de médio porte usada por alguns países europeus. No caso português o patacho era menor do que uma caravela, possuindo de um a dois mastros, de vela latina (em formato triangular) ou vela redonda. Capacidade de carga inferior a 100 tonéis (c. 85 toneladas). Por serem embarcações leves, eram usadas para viagens de curta e média distância, transporte de carga e para uso militar. (DOMINGUES, 2004, p. 266).

como eles se referiam na época), havendo alguns poucos cajus e bananas. O próprio Ambrósio Rischshoffer também comentou esse aspecto de haver poucas frutas nas cercanias, já que seria útil como alimento, para complementar a ração frugal que eles recebiam.

Na “Batalha do dia 7”, frei Paulo do Rosário quase nada comenta sobre esse dia, limitando-se a dizer que foram disparados tiros de canhões contra os holandeses que cavavam suas trincheiras em meio à floresta. Fora isso, ele não nos fornece mais informações sobre esse dia. Ambrósio também não nos forneceu informações sobre esse dia.

Por sua vez Duarte de Albuquerque Coelho (1654, p. 68) registrou que a “Batalha do dia 7” foi bem acirrada, tendo reforços dos holandeses desembarcados na ocasião para participar daquele confronto. Embora estando em menor número, às forças luso-espanholas lutaram bravamente, e o inimigo sofreu uma perda de mais de cem homens. Joannes de Laet corrobora o relato de Coelho, dizendo o seguinte sobre os reforços:

No dia 7 foram desembarcados 300 marinheiros com as suas armas, acampando á parte, protegidos por um parapeito, seguindo o almirante com alguns capitães de navio para lá. Durante o dia, tiveram alguns mortos por tiro de canhão; á noite foi colocada junto ao ultimo corpo de guarda uma bateria para duas peças, atirando balas de 12 libras, e junto a ella construíram uma linha com um corpo de guarda do quartel e os approxes. (LAET, 1920, p. 220).

Se a batalha naquele dia foi bastante disputada, a “Batalha do dia 8”, também o foi, mas com o diferencial de que a balança de guerra pendeu em favor aos portugueses. O amanhecer do dia 8 de dezembro foi visto por frei Paulo do Rosário como um dia de bênçãos divinas, as quais mudariam o rumo daquela guerra em solo paraibano.

Veyo o dia felice da Conceição da Virgem Raynha dos Anjos, & se este foy alegre ao mundo, quando foy concebida no ventre de Sancta Anna sua mãy, não menos o foi ao nosso quartel pella nova da Caravella de socorro de poluora & muniçoens, auer escapado ao inimigo, & serentrada no Mâmãgope Rio, que está sinco legoas do nosso quartel, porque se vestiraõ todos de esperanças muy certas, de que a Virgem que a guardara, era pera nos dar vïctoria incrível. (ROSÁRIO, 1632, p. 8).

8 de dezembro é o dia de Nossa Senhora da Conceição¹¹⁵, sendo Nossa Senhora das Neves um dos hiperdúlios das várias manifestações de Maria. Frei Paulo do Rosário tomou tal dia como sendo uma benção dada por Nossa Senhora das Neves aos seus

¹¹⁵ O dia de Nossa Senhora da Conceição é feriado municipal em várias cidades no Brasil, o que inclui a capital da Paraíba, João Pessoa.

devotos fiéis¹¹⁶. Essa atitude do frei não é a única registrada na historiografia sobre o período holandês¹¹⁷.



Figura XII: *Imaculada Conceição*. Autor: Peter Paul Rubens (1577-1640). Ano: c. 1628. Óleo sobre tela, 198 x 137 cm. Fonte: Museo del Prado, Madrid. Nesta imagem se vê Nossa Senhora pisando sobre a serpente, alegoria aludida por Rosário em sua obra.

Naquele dia, quatro caravelas portuguesas haviam ancorado no rio Mamanguape, distante cerca de 35 km a norte do forte do Cabedelo. Coelho menciona que o capitão daquela pequena frota era Luiz Pinto Matos, o qual havia chegado em segurança ao rio Mamanguape, embora tenha sido ameaçado por seis navios holandeses que os perseguiram por parte do trajeto. A caravela trouxe suprimentos, munições e medicamentos, algo que Coelho destacou, pois segundo ele, os medicamentos nos fortes haviam acabado.

¹¹⁶ Maravall (2009, p. 126-127) salientou que era uma característica do discurso religioso do Barroco, o apelo ao divino para se solucionar calamidades. Entre os católicos recorria-se aos santos, Nossa Senhora e a Jesus, já os protestantes recorriam diretamente a Deus.

¹¹⁷ Evaldo Cabral de Mello, em *Rubro veio* (2008), dedicou o capítulo oito a abordar essas manifestações religiosas promovidas por importantes figuras da época como Manoel Calado, Rafael de Jesus e Diogo Lopes Santiago, os quais relatam em suas obras, manifestações e aparições divinas da Virgem Maria e de santos nos campos de batalhas.

Este proprio dia de 8 llegaron quatro cõpanias Castellanas de socorro, con los Capitanes don Juan de Xereda, Governador dellas, don Juan de Orellana, Sebastian de Palacios, i la de D. Fernando de Riba-Aguero, governada por su Alferez don Nicolas de Plaçaola, aviendo el quedado muy enfermo en el Real. Llegada esta gente (seria a las dos de la tarde) luego diez soldados, con mais bizarria que orde(m), se quisieron adelantar azia el inimigo; i dando con sus ce(n)tinelas tocaron arma, com q(ue) unos, i otros fuero(n) disparando las suyas; i nuestros Capitanes tratarõ de acudir a sus dies soldados. (COELHO, 1654, p. 67).

De acordo com os relatos de frei Paulo do Rosário e Duarte de Albuquerque Coelho, no dia 8 chegaram tanto os reforços vindos de Portugal na frota do capitão Luiz Pinto de Matos, e os reforços espanhóis liderados por D. Juan de Xereda. Rosário (1632, p. 9) informa que o governador despachou o capitão Duarte Gomes da Silveira para ir buscar os reforços no Mamanguape. Silveira partiu do forte de Santo Antônio e retornou no mesmo dia com os reforços, suprimentos, munições e remédios. Não obstante, pela tarde as tropas espanholas chegaram ao Cabedelo, e logo ingressaram nos conflitos que ocorriam na ocasião.

Na mesma ora que chegarão os valerosos hespanhoes cõ a corage[m] q trazião, & desejosos de pelejar, se forão ao inimigo q estava muy vizinho nosso, travando cõ eles hu[m]a escaramuça & bateria tam renhida, q empenhou todo o quartel: acudirão todos á briga cõ determinada resolução & pelejarão cõ tal corage[m], q foy forçado ao inimigo retirarse a suas trincheiras, com perda de muita ge[n]te, se q da nossa ouuesse alguma ferida, ou morta. (ROSÁRIO, 1632, p. 9).

Embora frei Paulo do Rosário diga que os reforços chegados tiveram em muito a contribuir nos confrontos daquele dia, isso não foi o bastante para fazer o inimigo recuar, pois em seu relato ele prossegue dizendo que os holandeses mantiveram seus ataques, principalmente usando os canhões nas trincheiras para bombardear o forte, enquanto seus soldados defendiam seus postos de ataque.

O capitão-mor Antônio de Albuquerque ordenou que reparos às defesas do forte fossem feitos, além da construção de uma nova trincheira e de um hornaveque¹¹⁸, os quais tiveram a construção supervisionada por Diogo Paes, o qual havia chegado com as companhias espanholas naquele dia. Ambas as estruturas eram reforços para defender o forte, o que retardava os ataques inimigos.

O assalto de infantaria a um bastião, por mais que este tivesse sido danificado, era sempre um negócio desesperado. Uma prática defensiva

¹¹⁸ O hornaveque (do alemão *hornwek*), também chamado obra cornuda ou cornas, etc., surgiu no século XVI, consistindo numa fortificação exterior a um forte, fortaleza ou muralha. O hornaveque era formado de dois lados chamados de *ramais* os quais na ponta terminava em dois meios baluartes, formando um triângulo. A estrutura consistia em muros, que poderiam ser reforçados por fossos (PIMENTEL, 1680, p. 16, 80). O hornaveque foi erguido diante da entrada do forte.

universal mandava ter à mão materiais – cestas cilíndricas para encher de terra, chamadas de gabiões, postes, trilhos e barricadas de madeira – com os quais fosse possível improvisar uma defesa interna atrás de uma brecha, ao mesmo tempo em que mosqueteiros e canhoneiros de um bastião vizinho podiam sempre atirar sobre grupos de assalto que atravessassem o fosso ou mesmo chegassem à esplanada inclinada do lado de fora. (KEEGAN, 1995, p. 337).

A “Batalha do dia 8” seguiu-se acirrada pelo restante da tarde, estando as duas frentes inimigas lutando quase em pé de igualdade, embora que Rosário e Coelho digam que a vitória naquele dia foi para o lado luso-espanhol.

No dia seguinte, frei Paulo do Rosário prosseguiu dizendo que as obras de reparos, da escavação de uma nova trincheira e da construção do hornavaque prosseguiram rapidamente:

Muito se enganarão os Rebeldes cõ os leões de Espanha, q[ue] não costumão a empre[n]der cousas, se[m] q[ue] as leve[m] ao devim fim. Começou a crescer a obra q[ue] se fez cõ grande calor, & não menos alegria, de ver q[ue] o inimigo se ressentia tanto dela: & asi toda a ge[n]te do quartel se[m] se reparar em grao estado, ou calidade, acarretarão faxina pera a obra crescer em breue, em q[ue] deu notáveis exe[m]plos o nosso Capitão mór; porq[ue] cõ andar em hu[m]ja viuia roda de negócios, & diuirtido em tam varias cousas como a guerra tras consigo, não faltou em ser o primeiro que nos deu exemplos raros de zelo do serviço del Rei, com que obrigou até aos Sacerdotes, & Religiosos que assistissimos a imitar tam raro exemplo. (ROSÁRIO, 1632, p. 9).

Esse trecho da *Relaçam Breve e Verdadeira*, por um lado, mostra algumas das ordens dadas por Antônio de Albuquerque quanto à “Batalha do dia 9”, mas por outro, revelam, segundo frei Paulo, a postura e a perspicácia da palavra do general: “É pelo poder específico do Verbo que se opera, com efeito, essa estranha comunhão que faz com que, dirigindo-se o chefe político à multidão, seja igualmente a multidão que se exprima nele, com ele”. (GIRADERT, 1987, p. 79).

Essa passagem da obra de frei Paulo do Rosário mostra um dos momentos no qual Antônio de Albuquerque é valorizado pelo frei como tendo sido um “grande comandante”, discurso esse que ele desenvolve ao longo do seu livro, como já apresentado no capítulo 1 desta dissertação. Por outro lado, é nessa determinação do governador que motiva os homens a darem o máximo de si, que se percebe no discurso da obra, a invocação da ideia de “herói”. Pois de certa forma, a pessoa de Antônio de Albuquerque, representa essa concepção.

Essa sentença remete uma ideia semelhante presente em *O soldado patriótico*, quando Diogo de Couto afirma que o que animava o soldado era reconhecer em seu capitão as virtudes de se realizar aquilo que discursava. [...]. O exemplo de seu capitão contagiava os soldados com o mesmo ímpeto. (LEITE, 2009, p. 112).

Logo, sendo uma das características da escrita histórica dessa época, a exaltação dos líderes, não seria por menos que o comandante fosse exaltado, além do fato dele encarnar vários dos valores que o discurso de Rosário transmite, e graças a tal empenho, as defesas foram erguidas a tempo de resistir ao ataque holandês naquele dia.

Neste ponto os relatos sobre a “Batalha do dia 9” são omissos e até contraditórios. Duarte de Albuquerque Coelho (1654, p. 67) pouco relatou sobre este dia, apenas falando que além da construção da trincheira e do hornaveque, os conflitos continuaram.

Por sua vez, frei Paulo do Rosário (1632) destacou o empenho e a virtude do capitão-mor Antônio de Albuquerque em incentivar a moral do exército, no que conseguiu preparar o forte para o segundo ataque das tropas inimigas naquele dia. De acordo com a *Relação Breve*, mesmo o inimigo tendo sofrido algumas baixas devido ao fogo dos canhões, ainda assim, eles estavam determinados a não recuar novamente. O autor relata que essa batalha foi acirrada e agressiva.

O relato de Ambrósio Richshoffer também nos sugere essa difícil luta, pois o jovem soldado nos diz que tiros de canhão vindo do outro forte, acertaram a esplanada do Cabedelo, além do fato, de que houve a tentativa de se tentar escalar os muros do forte.

Chegamos até debaixo dos canhões e com as escadas às estacadas, porém o inimigo defendeu-se tão briosamente, dentro e fora da trincheira, e do reduto fizeram-nos através do rio tão mortífero fogo com os canhões que fomos obrigados a retirar-nos. Novamente ficaram de ambos os lados muitos mortos e feridos. (RICHSHOFFER, 1978, p. 101).

Nesse ponto, o relato de Rosário confirma o de Richshoffer em relação à condição de que os ataques foram agressivos, mas os portugueses conseguiram se defender com maestria. Entretanto, os portugueses não apenas se defenderam naquele dia, eles também atacaram. Joannes de Laet (1925, p. 221) informou que durante a manhã, enquanto os soldados holandeses faziam reparos nas trincheiras e nos postos, os portugueses em pequenos grupos os atacaram, o que levou o coronel Steyn-Callenfels a ordenar que o capitão Cloppenburgh, avançasse com 50 homens para defender aquele posto. No entanto, desobedecendo às ordens de permanecer na trincheira, Cloppenburgh avançou de encontro ao inimigo, sendo morto por tiros de mosquete ao lado de três de seus homens.

Os conflitos prosseguiram pela tarde e no começo da noite, travando-se combates entre trincheiras. Por outro lado, Laet menciona que surgiu o boato de que o

inimigo possuía um exército maior do que se supunha. E tal informação gerou dúvida e receio entre as forças holandesas. Então o coronel Steyn-Callenfels convocou urgentemente seu conselho de guerra, para deliberar acerca dos problemas que eles vivenciavam.

1º Visto que o inimigo se encontra em tão grande numero e vem ao encontro dos nossos com seus approxes, é de crêr que procura cortar nossas linhas; 2º Que não é possível por meio desses approxes (pois o inimigo os impedia) acercar-se da porta do forte, visto estar provida de bom hornaveque. Também precisavam, para a ocupação e conservação dos approxes, baterias e corpos de guarda, empregar continuamente seis ou sete companhias (o que era impossível) e atacar igualmente o inimigo com approxes de ambos os lados, enquanto os mesmos julgam obter reforços, como realmente recebem todos os dias, pelo rio, em botes; 3º Demais, o inimigo tem tão grandes canhões de bronze e ferro, que é de presumir que não possamos desmontar com nossas peças; 4º Compondo-se a nossa força de apenas 1.500 soldados, não é possível continuar em clima tão quente como tal fadiga de guardas e outros inconvenientes (que não eram poucos), e, além disso, não há outros refrescos a não ser alimentos em conserva e salgados; 5º Havendo tido em quatro dias mais de 200 baixas, entre mortos, feridos e doentes, as tropas naturalmente enfraqueceram. (LAET, 1920, p. 221).

Esse parecer de cinco pontos informado por Joannes de Laet revela-nos alguns dos problemas, que o exército holandês havia se deparado nesses quatro dias de batalhas no Cabedelo. O hornaveque construído diante do portão tornou-se uma verdadeira barreira para o avanço da trincheira holandesa; os canhões de grosso calibre eram uma grande ameaça, inibindo ataques diretos.

Somando-se a isso, estavam as 200 baixas sofridas, a impossibilidade de manter sete companhias para defender as trincheiras; a falta de alimentos e o boato de que as tropas inimigas eram superiores numericamente, mas como visto nos relatos de Rosário e Coelho, isso não era verdade. Richshoffer também menciona esse fato de se acreditar que o inimigo estivesse em maior número.

Por volta do meio-dia, de acordo com frei Paulo do Rosário (1632, p. 12), o forte do Cabedelo foi atacado por três frentes de batalha, uma de cada lado. O frei narra que os portugueses e espanhóis lutaram com vivacidade e bravura, como se fossem touros encurralados entre seus muros de madeira e terra, determinados a arriscar tudo contra seus algozes.

E no caso daquela batalha onde o inimigo contava com mais armas e mais homens, detendo a vantagem numérica, frei Paulo escreve que os soldados estavam dispostos a sacrificarem suas vidas pelo Rei e por Deus, combatendo aqueles rebeldes e hereges, lutando até a morte, aqui se percebe novamente seu discurso de valorização do exército luso-espanhol. Não sabemos se havia esse pensamento por parte dos soldados,

ou trata-se de exagero da escrita do frei, como forma deliberada de acentuar a valentia deles:

Incrédível foy o valor com que se teue o encontro a raro puxante inimigo, & em tam repentino assalto; porque com estarem desarmados os mais dos nossos, se batalharão com os Rebeldes de maneira que mais parecião leões desatados do que homens que pelejavão, com tal desigual partido de gente, armas, & munições. Se ouuer de dizer as particulares valentias que nesta orã se obrarão, mais ouuera fazer Chronica que Relação abreuiada. (ROSÁRIO, 1632, p. 12).

Duarte de Albuquerque Coelho (1654, p. 67) não forneceu detalhes sobre os conflitos, mas relatou que muitos tiros foram disparados, e houve muitos feridos e mortos. O capitão Manoel Godinho morreu naquele dia, enquanto gritava do alto da muralha do forte dizendo ao inimigo que eles não o acertariam, devido a ser pequeno, mas um dos disparos o acertou e o teria feito em pedaços, de acordo com Coelho.

Com a morte de Godinho, lhe sucedeu no comando da sua companhia o alferes Bernardo Soares de La Xara, e a bandeira foi incumbida ao sargento Domingos de Arriaga. Morreram naquele dia também dez soldados e um sargento. Entre os feridos estavam João Garcia Peyteyra, Vicente de Paiva e André Salon, da companhia de Riba Agüero, e o sargento Atilano Gonçalves de Orejon, o qual pertencia à companhia de Juan de Xereda.

A trincheira projetada por Diogo Paes foi intensamente atacada naquele dia, sendo defendida pelas companhias de Juan de Xereda, André de Melo e Albuquerque, Belchior de Valadares e Francisco Lopes, o qual possuía uma tropa de índios flecheiros. A trincheira embora sob forte ataque, resistiu bravamente, e pelo menos 19 inimigos foram degolados e 7 foram mortos (COELHO, 1654, p. 68).

No caso de Ambrósio Richshoffer (1978, p. 100), este não nos forneceu detalhes acerca dessa batalha, pois acabou sendo ferido enquanto se encontrava em meio à floresta, disparando contra os inimigos. Devido ao ferimento foi levado para ser tratado nos navios, não voltando a atuar na batalha pelo que parece.

Mas, se por um lado, Richshoffer não nos forneceu detalhes sobre a “Batalha do dia 10”, Joannes de Laet confirma que foi um ataque bastante ousado e de certa forma desesperado, pois como ele assinalou, havia a dúvida de que o exército português fosse maior do que se supunha, logo, existia a ameaça de que pudesse haver outras tropas escondidas na capitania e pudessem estar a caminho do Cabedelo, além do fato de que ele informou que o contingente militar holandês não era suficiente para capturar aquele forte.

De acordo com os dados fornecidos pelos relatórios da WIC, o número de soldados disponíveis para a invasão de Pernambuco em 1630, era de 2.515 homens, após descarta-se as perdas sofridas durante a viagem. Posteriormente em outubro de 1631, a Companhia enviou 3.819 militares para reforçar as perdas sofridas no último ano, as quais não são totalmente conhecidas (MIRANDA, 2014, p. 50). Desse contingente chegado em outubro, somado ao que já estava presente em Olinda e Recife, foi destacado cerca de 1.500 a 1.600 militares para serem enviados a Paraíba (LAET, 1920, p. 218).

O historiador António Duarte (2006, p. 295) salientou que dois aspectos fundamentais envolviam a realização de um cerco: *tempo* e *homens*. Dependendo dos suprimentos que o forte inimigo dispusesse, ele poderia prolongar sua resistência por semanas ou meses. Por outro lado, o exército atacante, deveria dispor de um enorme número de soldados, não necessariamente para atacar de forma direta a fortificação inimiga, mas para resistir às perdas geradas por doenças, ferimentos, escassez de suprimentos e até de deserção (PARKER, 1994, p. 43).

Mesmo alegando que o número de homens não era o suficiente, Laet encerra o relato do dia 10, referindo-se ao que parece ter sido o último ataque realizado naquele dia, um ataque noturno. Por volta das 11 horas foram enviadas seis companhias: as dos capitães Meppelen, Cloppenburg, Schenck, Bijma e Coeck. As quais foram separadas em duas divisões, tendo seguido os capitães Meppelen e Coeck sob comando do major Redinchoven, indo atacar as forças inimigas pela retaguarda, o que acarretou surpreenderem um acampamento erguido nas cercanias do forte.

Ao surpreenderem o acampamento português, os homens dali recuaram as trincheiras, sendo perseguidos pelos holandeses. Do outro lado, a segunda divisão, comandada pelo major Berstedt, atacou as trincheiras inimigas. Os holandeses pressionavam as tropas de defesa a partir de dois pontos. Os ataques foram tão repentinos na calada da noite, que as tropas de defesa começaram a abandonar seus postos e recuaram para o forte, mas com a aproximação do exército invasor, o portão foi fechado, e os que ficaram no lado de fora, tentaram subir os muros em desespero.

Alguns correram em direção ao rio e se jogaram nesse, na tentativa de nadar até a outra margem, mas alguns se afogaram no caminho. Laet informa que alguns dos holandeses também tentaram escalar os muros, mas fracassaram no intento. É preciso lembrar o fato de que o forte do Cabedelo possuía um fosso, mas ele era seco e raso, daí

tanto soldados do lado luso-espanhol quanto do lado holandês haveriam tentado escalar seus muros.

O forte estava sendo cercado, mas aquelas seis companhias não possuíam poderio para tomá-lo, então foi ordenado que recuassem. Joannes de Laet (1920, p. 222) informa que pelo menos 100 inimigos morreram, 20 homens do exército holandês morreram, o que incluiu dois tenentes, e 50 ficaram feridos. Duarte de Albuquerque Coelho (1654, p. 69) confirma que tal ataque pela retaguarda ocorreu, ao ponto de que as tropas luso-espanholas acabaram abandonando seus postos e recuaram em direção ao forte. No entanto, ele não informa que o ataque holandês teria ocorrido pela noite.

Percebendo que os invasores se aproximavam da esplanada, disparos de canhões foram feitos, sendo usadas balas de mosquete nos canhões, o que sugere que a munição já havia acabado. Mas mesmo tendo que usar munição não apropriada para os canhões, a artilharia do forte conseguiu repelir os ataques, deixando segundo o relato, um saldo de 140 mortos para o inimigo (COELHO, 1654, p. 69). A noite do dia 10 encerrava-se com um campo de batalha cheio de mortos, muitos tiros disparados, e as seis companhias holandesas tendo que recuar.

No dia seguinte, a “Batalha do dia 11” não foi tão agressiva como a do dia anterior, além do fato de que os autores pouco comentam acerca dela, dizendo que as escaramuças se prosseguiram ao longo do dia, tendo vitimado os capitães Aleixo de Aza, Juan de Xereda, Sebastião de Palácios, Belchior Valadares, o alferes Nicolau de Plaçaola, frei Manoel da Piedade¹¹⁹, e outros vinte e nove homens morreram, segundo Coelho (1654, p. 69).

Pelo menos 42 ficaram feridos naquele dia, entre eles o capitão D. Juan de Orellana, seu alferes Gabriel de Maella, o alferes Tomás de Vibanco, o sargento Manuel de Cuenca e os cabos D. Jerônimo de Santander e Bartolomeu Velasco, os quais posteriormente se tornaram capitães.

Enquanto as lutas se desenrolavam, a notícia que a tropa do Conde Bagnuolo estava a caminho, avivou o ânimo dos combatentes portugueses e espanhóis, no entanto, o conde não chegou a tempo de lutar. Duarte de Albuquerque (1654, p. 70-71) informou

¹¹⁹ Rosário e Coelho enaltecem a bravura, humildade e dedicação do frei franciscano Manoel da Piedade. Segundo Rosário (1632, p. 13) o frei Piedade costumava sair do forte e andar em meio às tropas com um crucifixo em mãos, proferindo palavras de motivação e conforto. Em uma dessas suas andanças pelo campo de batalha ele foi morto por lanças. Rosário criticou tal ato, alegando ser uma questão religiosa, pois pelo fato dos holandeses serem protestantes eles teriam agido de forma cruel ao matar um clérigo católico que estava desarmado.

que um dos soldados do capitão Sebastião de Palácios havia sido capturado naquele dia, e teria contado aos holandeses que a tropa do Conde Bagnuolo já havia chegado.

Não sabemos se o soldado equivocou-se, pois pela manhã havia chegado à tropa o capitão João Vásques de Dueñas, o qual chegou com 80 homens, tendo sido enviado por Francisco Serrano na frente, que por sua vez ainda estava a caminho do Cabedelo, vindo em companhia de Bagnuolo. A tropa de Duenãs chegou à cidade de Filipeia, de onde embarcou a caminho do forte do Cabedelo (COELHO, 1654, p. 69). Ou, o soldado considerou a condição de que Dueñas vinha em companhia de Serrano e Bagnuolo, logo, faria parte do terço do capitão napolitano.

Se tal informação do soldado surtiu efeito ou não, o que sabemos é que o Conde de Bagnuolo não precisou combater naquele dia, não apenas pelo fato de ainda estar na estrada, mas pela condição de que os holandeses haviam decidido abandonar aquela campanha. Joannes de Laet e Ambrósio Richshoffer informaram que, pela tarde, havia sido dada a ordem de evacuação, após o anoitecer começou-se a retirada.

La noche deste mismo dia de once de Diziembre se resolvio el enemigo, por lo que avia dicho a quel muchacho, a levantar el sitio: i tambien obligò a ello la mucha gente que avia perdido: considerando el empeño en que estavan con tener su artilleria en tierra, juzgando que mal podrian recoger sin gran riesgo, por estar tan cerca de nuestros quarteles, i teniendo por mayor el de no levantar el sitio, se resolvieron en hazerlo. (COELHO, 1654, p. 70).

Os canhões foram untados com azeite e removidos para os navios; tochas e fogueiras foram acesas por toda a área do acampamento, no intuito de indicar que tudo transcorria normalmente naquela noite (RICHSHOFFER, 1978, p. 101).

As companhias dos coronéis e dos majores foram as primeiras a retornarem aos navios, depois se seguiu a companhia do barão Schenck, e as dos capitães Hellingh, Cloppenburgh, Bijma e Coeck. As companhias de Huyghens, Levijn e Everwjin permaneceram nas trincheiras, armando o engodo, em se acender tochas. Já as últimas companhias, de Meppelen e Palmer se encontravam no acampamento, acendendo fogueiras, tochas e recolhendo o que podia ser levado às pressas (LAET, 1925, p. 222). Ambrósio Richshoffer informou que a companhia dele foi à última a retornar aos navios, embora não saibamos em qual companhia ele se encontrava nas quatro que haviam ficado em terra.

Pela madrugada do dia 12, o exército holandês já havia deixado o acampamento, se encontrando de volta aos navios. Na manhã do dia doze, Ambrósio Richshoffer

informou que se ouviram disparos de canhões do forte, os holandeses responderam de seus navios, disparando alguns tiros.

Em terra, alguns batedores portugueses perceberam o silêncio no acampamento inimigo, então retornaram ao forte e avisaram ao governador Antônio de Albuquerque sobre o ocorrido. O governador reuniu uma tropa e seguiu com essa até o acampamento holandês. Lá ele constatou que o local havia sido abandonado na calada da noite, tendo os holandeses agidos de forma silenciosa e rápida como salientou frei Paulo do Rosário. A areia estava revirada devido à intensa movimentação. Os holandeses deixaram munição, balas de canhão, pás, enxadas, mantimentos e outros objetos ficaram para trás (ROSÁRIO, 1632, p. 14).

A frota neerlandesa ainda estava ancorada diante do Cabo Branco, então Antônio de Albuquerque ordenou que o que podia ser aproveitado das sobras deixadas pelos holandeses fosse levado, e o restante fosse incendiado. Rosário e Richshoffer são os únicos a confirmarem que o acampamento foi incendiado, pois nos relatos de Duarte de Albuquerque e Joannes de Laet eles não fizeram menção a tal acontecimento.

A frota permaneceu ali ancorada pelo restante do dia, aguardando ventos favoráveis para seguir viagem. Pela tarde, eles partiram, no entanto, sem deixar de tentar um último ataque. Três navios e duas lanchas¹²⁰ foram despachados em direção ao rio Mamanguape, segundo informou frei Paulo do Rosário (1632, p. 14). Duarte de Albuquerque Coelho (1654, p. 71) informou que foram três navios e seis barcas enviadas com o intuito de atacar as caravelas do capitão Luiz Pinto de Matos. Havendo percebido que tais embarcações se dirigiam ao norte, o capitão-mor decidiu tomar medidas urgentes:

Com incrível presteza: acudio o Capitão mór Antonio de Albuquerque, ordenando ao Capitão Pedro Marinho de Cubera, que lhe fosse estrouar o intento. Esteue este Capitão de outra banda fronteiro ao Cabedelo com artilheria & gente em hum reduto que o Capitão mór Antonio de Albuquerque ordenou que fizesse. [...]. Acudio logo com muita pressa como fica dito, o Capitão Pedro Marinho a resistir aos inimigos que se foy sem nenhum fruto pera o Recife de Pernambuco, & sem leuar nenhum despojo. (ROSÁRIO, 1632, p. 14).

¹²⁰ Nos relatos portugueses daquele tempo, a palavra navio era usada de forma generalizante, para designar distintos tipos de embarcações, podendo ser caravelas, galaões, urcas, fragatas, iates, etc. Por sua vez, a palavra lancha também era usada de forma generalizante para se referir a pequenas embarcações movidas a remos ou por uma vela (DOMINGOS, 2004, p. 269, 276-277). Como boa parte da frota militar holandesa era composta por fragatas e iates, acreditamos que os navios mencionados pelo frei, tenham sido alguns deste tipo.

Rosário e Coelho não nos fornecem mais detalhes sobre tal acontecimento, mas os holandeses acabaram desistindo de atacar a pequena frota do capitão Matos, todavia, existem um, porém neste caso: Richshoffer e Laet não fizeram nenhuma menção ao envio de tais embarcações, não obstante, também não temos certeza se o alvo deles era atacar o capitão Matos e seus navios ou talvez seguir para a Capitania do Rio Grande.

Com o fim da primeira invasão à capitania da Paraíba, de acordo com os relatos de Rosário e Coelho, o saldo de feridos e mortos ficou abaixo de 200 homens. Por sua vez, Ambrósio Richshoffer (1978, p. 100) disse que os holandeses tiveram entre mortos e feridos, 500 homens, já Joannes de Laet (1920, p. 220) diz que o valor oscilou entre 180 e 200.

Embora a primeira expedição holandesa à Capitania da Paraíba houvesse fracassado, nos dias seguintes, o capitão-mor Antônio de Albuquerque manteve-se em cautela, pois se suspeitava que um novo ataque pudesse ocorrer. No dia 21 de dezembro avistou ao longo da costa do Cabo Branco uma nova armada holandesa, a qual já era aguardada, pois de acordo com frei Paulo do Rosário (1632, p. 14), Matias Maranhão havia recebido a informação de um desertor francês, o qual contou que no Recife estava-se preparando uma nova expedição.

O governador da Paraíba foi avisado entre onze e meia-noite, então ordenou que quatro disparos de alerta fossem dados. O silêncio noturno foi rompido com o trovejar das peças de artilharia, pondo os fortes e o reduto da Restinga em prontidão. Na tarde do dia 21, avistou-se a frota inimiga. Ambrósio Richshoffer (1978, p. 101) o qual participou daquela expedição, conta-nos que ela era liderada novamente pelo coronel Steyn-Callenfels e o major Berstedt, dispondo de 19 companhias e 14 navios.

A nova armada neerlandesa era avistada na costa do Cabo Branco. A tensão dos dias anteriores retornou, no entanto, a missão da nova armada era atacar a cidade de Natal, capital do Rio Grande. Antônio de Albuquerque Maranhão tendo notado que os holandeses não pretendiam atacá-los novamente, mas cogitando que o alvo seria a capitania vizinha no norte, enviou seu irmão Matias Maranhão para lhes fornecer apoio. A tropa de Matias Maranhão chegou poucos dias depois para reforçar as defesas do forte, embora que os holandeses acabaram desistindo de atacá-lo antes disso.

2.2 A Batalha do Forte de Santo Antônio: 26-28 de fevereiro de 1634

No começo do ano de 1634, as capitanias de Itamaracá e do Rio Grande haviam sido conquistadas no ano anterior, Pernambuco e Paraíba ainda resistiam. Desde o último e único ataque ao Cabedelo em dezembro de 1631, mais de dois anos haviam se passado, e agora nos idos de 1634, a WIC planejava um novo ataque.

Varnhagen (1871, p. 76) disse que com o sucesso da capitulação do Forte dos Três Reis Magos em Natal¹²¹, a fortificação mais poderosa da Capitania do Rio Grande, a qual em poucos dias foi conquistada pelos exércitos da WIC em dezembro de 1633, os comandantes, soldados e as autoridades da Nova Holanda sentiram-se motivados a empreender o quanto antes um novo ataque à Paraíba, algo que se deu em fevereiro do ano seguinte.

Todavia, Joannes de Laet nos apresenta outro ponto de vista; enquanto Varnhagen disse que foi intuito da WIC atacar o quanto antes a Capitania da Paraíba, Laet diz que houve novamente uma votação para se escolher dentre três alvos a onde se realizaria o próximo ataque.

O Snrs. Directores Delegados puzeram-se a deliberar contra qual das tres praças, que o inimigo ainda possuía e com as quaes nos embaraçava, a saber: o forte no Cabo, o Arrayal ou a Parahyba, devia-se emprehender um ataque, porque o verão, que já estava adiantado, obrigava a apressarem-se a tentar qualquer cousa em uma dessas tres praças, para aperta-los mais e tornar os portos impraticáveis ao inimigo, se o tempo e as circunstancia não permitissem apoderar-se deles. Também tomaram em consideração que não tinham mais que esperar reforços por um bom espaço de tempo e que o inimigo de quando recebera reforços de gentes e viveres e era de esperar que ainda recebesse; pelo que havia mais probabilidade que se tornasse mais forte do que mais fraco, e convinha aproveitar essa tropa fresca o mais depressa possível. (LAET, 1925, p. 11).

Pela explicação dada por Joannes de Laet, embora fosse necessário atacar esses três polos de resistência, a ocasião não era propícia para isso. As tropas disponíveis não eram suficientes para se atacar os três locais, tendo que se optar por um. O problema da chegada do inverno se dava mais por uma questão tática: os ventos mudam nessa época,

¹²¹ “No dia 5 de dezembro saiu do Recife o commissario Van Ceulen, com quatro companhias de fuzileiros e quatro de mosqueteiros, sob o mando superior do tenente coronel Byma, em uma esquadilha dirigida por Lichthardt, que depois de deitar as tropas junto do Cabo-Negro, três léguas do sul da foz do Rio-Grande, seguiu a forçar a barra, e a desembarcar pelo rio acima alguns marinheiros armados, os quaes logo, protegidos pela infantaria, que atravessava os médãos a marcha forçada, combinariam o ataque do forte dos Reis-Magos. Aberta a brecha, e ferido o capitão Pedro Mendes de Gouvea, a guarnição veio a capitular, no dia 12 de dezembro, com as honras da guerra. A participação official do inimigo, que hoje conhecemos, não nos autorisa a crer que houvesse na entrega o menor assomo de traição. Ao forte dos Reis-Magos passou o inimigo a denominar de *Ceulen*”. (VARNHAGEN, 1877, p. 527).

o que atrasaria as navegações e a conexão entre Pernambuco e Holanda. Logo, o envio de homens, munição, armas e suprimentos retardar-se-ia; daí Laet dizer que deveriam agir sem ter que esperar reforços.

Por outro lado, ele aponta que se o ataque não obtivesse êxito, pelo menos se tentaria causar danos a navios inimigos ou bloquear seu acesso ao mar, o que interromperia sua rota de comunicação com a metrópole, e assim evitando que se pudesse solicitar socorro à Coroa, como também impediria que o carregamento de açúcar proveniente tanto da Paraíba, quanto de Pernambuco e Itamaracá continuasse a ser enviado para o Reino.

Joannes de Laet (1925, p. 11) segue informando alguns motivos por não terem tentado atacar o Arraial e o Cabo de Santo Agostinho em fevereiro daquele ano. Ele diz que, embora o Arraial ficasse próximo do Recife, era um local bem guarnecido e provido, podendo facilmente resistir a um cerco prolongado. Atacar o Cabo também era problemático, pois também estava bem guarnecido, provido e equipado. Enviar navios era risco de afundá-los, movimentar armas, tropas e suprimentos era perigoso devido às defesas espalhadas em torno do forte. Além disso, o Arraial poderia enviar apoio que chegaria de acordo com o relato, em questão de 24 horas.

Diante dessas adversidades, Laet informa que os Conselheiros, Diretores e Comandantes optaram em atacar a cidade da Paraíba, acreditando que dentre os três alvos, esse fosse o local mais fraco, algo já cogitado para a primeira invasão. E para se realizar essa segunda expedição optou-se em se atacar o forte do Santo Antônio, considerado mais vulnerável do que o do Cabedelo. Além disso, se tinha em mente também apoderar-se do reduto da Restinga, de forma a bloquear o envio de navios e barcos pelo rio, o que fornecia apoio da cidade aos dois fortes. Se tais planos dessem certo, seria apenas questão de tempo até subjugar o Cabedelo e depois partir para a cidade.

No dia 5 de fevereiro de 1634, uma caravela a cargo de Pedro de Almeida Cabral, a qual trazia socorro e avisos, aportou no Cabo de Santo Agostinho. Outras duas seguiram para a Paraíba, sendo capitaneadas por Domingos Paulo da Silva e Manuel Coelho de Figueiroa. Ambos os capitães traziam a notícia de que os holandeses haviam enviado um exército de três mil homens¹²², para reforçar suas frentes de batalha,

¹²² Os números fornecidos pelos capitães Silva e Figueiroa, quanto aos reforços enviados da Holanda para o Brasil, possuem certa precisão. Miranda (2014, p. 49) informa que para o ano de 1634, foram enviados 3.519 soldados para o Brasil.

enquanto que o socorro português chegado com aqueles três navios, era de apenas 120 soldados (COELHO, 1654, p. 131).

Para piorar a situação, o general Matias de Albuquerque ainda naquele dia, recebeu a notícia que um novo exército se reunia no Recife. Temendo que se preparasse para uma nova expedição provavelmente contra a Paraíba, o general ordenou que Lourenço Cavalcanti, que estava a encargo da população da Vila de Goiana, na Capitania de Itamaracá, levasse alguns homens para a Paraíba. Do Arraial, o general enviou os capitães D. José do Souto Ponce de León e Martim Munoz, com o apoio de mais 80 homens, chegados entre as caravelas de socorro anteriormente mencionadas.

Não obstante, Duarte de Albuquerque informa que seu primo, o capitão-mor Antônio de Albuquerque, ao receber uma carta de Matias de Albuquerque tratou de providenciar os preparativos para um eventual ataque dos holandeses.

En recibiendo este aviso el Governador de la Parayba, empeçò a prevenirse. Hizo una fortificacion en la Isleta que haze el proprio de la Parayba, q(ue) llaman de los Frayles Benitos; i en una restinga de arena q(ue) està en ella, enfrente de la Barra, a media légua, i en medio casi del rio, i de los Fuertes de Cabedelo, i San Antonio. En este Parage empeçò el Governador, por ser muy a proposito para mejor defensa de todo, a hazer una vateria de siete piezas, encargadola al Capitan Pedro Ferreyra de Barros. (COELHO, 1654, p. 131).

Nesse parágrafo, o governador de Pernambuco claramente se refere ao Reduto da Restinga, no entanto, o reduto já existia antes de 1631, claro que de forma mais simples e com pouca artilharia. Nesse caso, ele destaca que o reduto havia sido “construído” e equipado com sete canhões. Além de falar do reduto da Restinga, ele também menciona que o forte de Santo Antônio que havia sido construído em 1631, mas estava inacabado no tempo da primeira invasão, agora se encontrava totalmente concluído.

Ainda em respeito ao relato do dia 5 de fevereiro, Coelho informa que o capitão Lourenço de Brito Correia, que havia sido feito prisioneiro pelos holandeses, mas conseguiu ser liberto, se encontrava na ocasião em Filipeia, e sabendo dos preparativos tomados pelo governador Antônio de Albuquerque, apresentou-se para prestar seus serviços. O governador encarregou Correia de comandar o forte de Santo Antônio, provendo-o de duas companhias com 80 soldados cada. Ambas as companhias pertenciam a Álvaro Fragoso de Albuquerque e Domingos de Almeida. Além dessas duas companhias, também foi enviada uma terceira tropa, comandada por Simão Soares (COELHO, 1654, p. 131).

O forte do Santo Antônio dispunha de dois baluartes de artilharia, era cercado por um fosso, possuía uma trincheira guarnecida com uma paliçada, a qual era guardada pela tropa do capitão Domingos de Almeida, sendo apoiado pelo alferes Antônio Silva Lobo e pela tropa de índios de Simão Soares. Para se chegar ao forte, tinha-se que seguir por um caminho estreito que de um lado dava para o mar e outro para uma área de mangue (o autor utiliza a palavra pântano). Esse caminho estreito foi de bastante serventia táctica.

No período *ante bellum*, assinalava-se que “o melhor meio para se fortificarem a pouco custo essas capitâneas (Pernambuco, Itamaracá e Paraíba) é mandar poupar os mangues, que lá são árvores quase como salgueiros, mas de pau muito duro”, propondo-se que fossem plantados ali onde não existissem, pois em dois ou três anos proporcionariam um baluarte de trás do qual “as espingardas e flechadas seguramente defenderão os moradores”. (MELLO, 2007, p. 265).

Os relatos de Duarte de Albuquerque Coelho e Joannes de Laet não nos fornecem mais detalhes sobre o que se sucedeu ao longo do mês de fevereiro, pois embora os preparativos na Paraíba tenham se iniciado no dia 5, apenas no dia 23 é que os holandeses partiram para o ataque, dispondo de 12 companhias com cerca de 1.500 soldados, divididos em 21 navios.

Os navios destinados para ella foram repartidos em duas divisões. A primeira compor-se-hia dos yachts: *’t Wapen van Hoorn*, como capitanea, no qual tinha de ir o Commandeur Lichthart, *Ter-Veere*, como vice-almiranta, *de Vos*, como sota-almiranta, e o *Sout-bergh, den Haring, Windt-hondt*, de *Hoorn*, *Zee-Ridder, Kempchaen* e o *Ceulen*, transportando as companhias dos capitães Fredrick Maulpas e Jan Talboom, chamado Duykerckez. (LAET, 1925, p. 12).



Figura XIII: Forte de Santo Antônio. Detalhe da pintura *Ostium Fluminis Paraybae* (Foz do rio Paraíba). Autor: Frans Post. Ano: 1647.

A primeira divisão estava incumbida de tentar invadir o rio Paraíba e tomar o controle da ilha da Restinga. Primeiro atacando o reduto, depois bloqueando a passagem do rio. No entanto, havia um grande problema para esse plano: para poder avançar com tais navios e barcos, era preciso tomar os dois fortes na barra, caso contrário, seus canhões afundariam alguns dos navios e deixaria outros avariados. Entretanto, Joannes de Laet informa que mesmo estando diante desse risco, os comandantes estavam determinados a corrê-lo, enviando alguns iates.

A segunda divisão compunha-se dos seguintes navios: *Overijssel*, como capitanea, na qual devia ir o Sr. Jean Gijsselingh, Director Delegado, o Sr. Sigismundo van Schuppen, Coronel, Servaes Carpentier, Conselheiro Político, além do *Swol*, como almirante, *Fortuyn*, como vice-almiranta, *Deventer*, como sota-almiranta, *Campan*, *Domburgh*, *Mercurias*, *Gondt-Vinck*, *Phoenix*, *Nachtegael* e *Spreeuw*. (LAET, 1925, p. 12).

A missão da segunda divisão era aportar na Ponta de Lucena e organizar um ataque ao forte de Santo Antônio. Se o forte fosse tomado, haveria mais chance dos barcos cruzarem a barra do rio até a Restinga. Essa divisão levava as companhias que estavam sob comando do tenente-coronel Bijma, o mesmo que havia participado durante a primeira expedição. O coronel dessa vez não estava presente no ataque, tendo ficado no Recife.

Estando tudo pronto, a esquadra partiu no dia 24 de fevereiro, chegando na manhã do dia 27 (Coelho diz que foi no dia 26) em frente à foz do rio Paraíba. A segunda divisão prosseguiu adiante, indo desembarcar suas companhias em Lucena, enquanto a primeira divisão permaneceu ancorada diante da foz, a distância segura dos tiros de canhão dos fortes. O vento se tornara desfavorável, o que impedia que os iates navegassem pelo rio velozmente, os deixando ainda mais vulneráveis aos canhões dos fortes.

Devido a mar agitado, o desembarque das tropas demorou vindo a ocorrer apenas pela tarde. Mas, já estando em terra firme, o coronel Sigismund von Schkoppe liderou uma companhia de 150 homens, no intuito de sondar as cercanias do forte do Santo Antônio. Antes de partir o coronel incumbiu o major Steven de Vries, que seguisse com seus homens. O senhor conselheiros Gijsseling e Carpentier desembarcaram depois.

De acordo com Duarte de Albuquerque Coelho (1654, p. 131) era de noite, quando as tropas do coronel Schkoppe decidiram seguir pela estrada que conduzia até o forte. Devido a tal fato, isso dificultou o combate naquele dia. No entanto, Laet em momento algum informa se era de noite quando os conflitos se iniciaram, embora diga que as tropas começaram a desembarcar pela tarde.

Devido à disposição do forte entre o mangue e a margem do rio, os holandeses não tinham outra opção segura de prosseguir, tendo que avançarem pela estrada. Enquanto avançava rumo ao forte, o coronel Schkoppe enviou alguns batedores adiante, os quais relataram que havia uma trincheira com paliçadas. Segundo o relato de Coelho, os holandeses foram surpreendidos pela existência da trincheira com paliçada, mas Laet nos informou que não teria havido essa surpresa, pois o coronel foi prudente em enviar batedores para averiguar o caminho até o forte. Então quando ele surge diante da paliçada, já estava ciente da sua existência.

Ao avistarem a tropa holandesa, a companhia do capitão Almeida e a tropa de índios de Simão Soares começaram a atacar com balas e flechas. Vendo que não daria para avançar pela paliçada sem dificuldade, o coronel Schkoppe ordenou que recuassem.

Algum tempo depois, eles retornaram munidos com machados e enxadas para destroçar a paliçada. No entanto, ao voltarem a se aproximar da trincheira foram recebido com novos disparos, o que incluiu o reforço dos homens enviados pelo capitão Lourenço de Brito, o qual tendo ouvido todo o barulho do combate anterior, tratou de

encaminhar reforços para a trincheira. De acordo com Coelho (1654, p. 131), 32 inimigos foram degolados e outros ficaram feridos. No entanto, as forças de defesa só tiveram sete feridos.

Coelho informa que após esse infrutífero segundo ataque, o coronel decidiu recuar, mas voltou a atacar na madrugada do dia 27. Enquanto o ataque prosseguia, duas companhias de reforço comandadas pelos capitães Domingos de Arriaga e D. Gaspar de Valcaçar vieram do Cabedelo em auxílio.

No entanto, Joannes de Laet não menciona esse terceiro ataque, dizendo que após perceber que o ataque não resultaria em êxito, o coronel Schkoppe ordenou retirada e retornou para o acampamento montado na praia, aguardando o dia amanhecer para se realizar nova tentativa. Não obstante, Laet (1920, p. 13) diz que os holandeses tiveram apenas dois mortos e alguns poucos feridos, valor que destoia dos 32 mortos informados por Duarte de Albuquerque Coelho.

No amanhecer do dia 27 ou 28 (pois há conflito nas datas) o acampamento holandês despertou ao som de disparos de canhões. Os tiros segundo Coelho, era mais para assustar, pois não havia mira livre para acertar o acampamento inimigo. Não obstante, o próprio Antônio de Albuquerque prosseguiu para o forte de Santo Antônio, acompanhado de quatro companhias formadas pelos moradores.

Al amanecer deste dia 27 se vio bien como el enemigo avia levantado una trincheira, a tiro de arcabuz de la nuestra, con sus cestones, que parecia esperavan artilleria: mas como la avian de traer desde sus naos que estavam mas lexos, pudimos nosotros con mas brevedad traer una pieza do Fuerte de S. Antonio. Pusimosla como se pudo en nuestra trincheira, con que les hizimos grande daño, aunque nos mataron de vn mosquetazo al Condestable Andres de Amburg, i hirieron quatro hombres. (COELHO, 1654, p. 132).

Os holandeses vendo que não teriam chance de prosseguir com as investidas, tendo sofrido três reveses durante a noite, optaram por escavar uma trincheira e prosseguir com um combate entrincheirado, o qual era uma tática mais demorada, mas naquele momento foi uma decisão imediata, até que outra estratégia fosse tomada. Todavia, a tropa de apoio vinda com o capitão-mor da Paraíba, foi avistada atravessando o rio em barcaças, o que levou o coronel Schkoppe a solicitar ao conselheiro Carpentier que enviasse mais homens dos navios, para reforçar a frente de batalha na trincheira.

O governador Antônio de Albuquerque tendo em mente atacar o acampamento inimigo, ordenou que 500 homens dos quais 200 eram indígenas, prosseguissem pelo manguezal, a fim de atacar o acampamento inimigo pela retaguarda. Os holandeses

perderam pelos menos 150 homens, antes de abandonarem a posição, correndo em direção à praia e voltando a embarcar para os navios (COELHO, 1654, p. 132).

Joannes de Laet não detalha a segunda invasão como fez acerca da primeira e da terceira. Seu relato se encerra dizendo que o coronel Schkoppe vendo que não haveria possibilidade de manter os ataques e suspeitando que o inimigo dispusesse de mais homens, ordenou que as companhias em terra começassem a recuar até o acampamento e de lá voltassem a embarcar. Ele não chega a mencionar as derrotas sofridas diante da trincheira ou o ataque sofrido no acampamento.

Na madrugada do dia 28 de fevereiro de 1634, os últimos integrantes do exército holandês que ainda estavam no acampamento, os quais eram um sargento com 28 soldados ao seu comando, abandonaram o local e retornaram aos navios. No dia 1º de março, quando os ventos estavam favoráveis, à frota seguiu de volta para Pernambuco. Nota-se que mesmo as tropas neerlandesas tendo retornado aos seus navios, a frota inimiga ainda permaneceu quatro dias ancorada diante da ponta de Lucena, aguardando bons ventos. Todavia, essa demora deles partirem manteve as tropas paraibanas em estado de alerta.

Essa retirada descontentou muito aos nossos e não quiseram depois das despesas feitas, voltar com uma esquadra tão bem provida sem realizar alguma cousa de vantagem; julgaram que o inimigo tendo ouvido que os nossos se dirigiram á Parahyba, houvesse retirado gente do forte do Cabo para mandar a Parahyba e que assim achariam agora aquella praça muito fraca. (LAET, 1925, p. 14).

A “Batalha do Forte de Santo Antônio” havia durado menos de dois dias, tendo sido um malogro ainda maior do que a “Batalha do Cabedelo”, pois enquanto naquela invasão notou-se o empenho do exército neerlandês em lutar pela conquista, nessa segunda invasão, parece que realmente os dizeres de Joannes de Laet fazem sentido, pois ele alegou que essa segunda expedição se tratou mais de uma medida paliativa para manter-se o inimigo ocupado e tenso, do que uma medida cujo intuito fosse realmente se dedicar a conquista.

2.3 A Batalha da Paraíba: 02-23 de dezembro de 1634

Nos meses que se seguiram à frustrada expedição à Paraíba, os exércitos da WIC ficaram quase que exclusivamente ocupados com assuntos em Pernambuco e alguns em Itamaracá. Conquistar o Arraial do Bom Jesus e o Cabo de Santo Agostinho eram objetivos mais importantes do que tomar a capitania paraibana; no entanto, tão difícil quanto. Ambos só seriam conquistados no ano de 1635, mas no caso da Paraíba, a capitania se renderia antes.

Duarte de Albuquerque Coelho^O (1654, p. 151) informa que, nos meses que se seguiram à derrota da segunda invasão holandesa à capitania paraibana, isso não significou que o governador Antônio de Albuquerque Maranhão tivesse relaxado na guarda de sua capitania, mas manteve-se em vigília constante, pois Rio Grande e Itamaracá haviam sido subjugados, além do fato que o quartel-general no Arraial do Bom Jesus em Pernambuco dependia no momento de dois pontos de apoio: o Cabo de Santo Agostinho e a Paraíba.

Para se evitar que tropas holandesas estabelecidas no Rio Grande e em Itamaracá pudessem acometer a Paraíba novamente, decidiu manter-se as tropas portuguesas em alerta ao longo do ano, ao mesmo tempo em que Antônio de Albuquerque recebia do general Matias de Albuquerque relatórios sobre a movimentação das tropas inimigas no Recife. Ambos acreditavam que um terceiro ataque ainda estaria para ocorrer naquele ano.

Joannes de Laet (1925, p. 50) informa que no dia 8 de novembro, quase um mês antes da terceira campanha se iniciar, foi deliberado pelos comandantes, conselheiros e delegados que seria realizada uma nova expedição à Paraíba. Nos dias seguintes navios que se encontravam entre o Rio Grande e a Bahia foram convocados ao Recife; tropas foram deslocadas para lá, suprimentos, munição e armas foram estocados.

Para liderar essa nova expedição o coronel Sigismund von Schkoppe foi eleito novamente, mas dessa vez seria acompanhado pelo coronel polonês Crestofle d'Artischau Arciszewski¹²³, o qual havia chegado no começo de novembro, na frota de reforço enviada anualmente a Pernambuco.

¹²³ Sobre o coronel Arciszewski, existe um antigo livro publicado por FISCHLOWITZ, Estanislau. *Christoforo Arciszewski*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1959.

O Conselheiro Político Servaes Carpentier novamente participaria dessa expedição. Em sua companhia ia também o conselheiro Jacob Stachouwer. Essa expedição seria a maior de todas as três em número de navios, embarcações de apoio e quantidade de soldados. Tais dados nos revelam que dessa vez a WIC estava mais comprometida em empreender um ataque sério.

A força compunha-se de 22 companhias, a saber: 15 do regimento do Coronel Shuppe e sete do de Artichofski, montando ao todo 2.354 homens. [...]. A esquadra compunha-se de 29 velas sob o commando de Jan Cornelisz. Lichart, e foi repartida em duas divisões: n'uma, hasteando o pavilhão do Príncipe, iam os seguintes navios: *Salamander* como capitanea, *Domburgh* da Zelandia como vice-almiranta, *Enchuysen* da Hollanda Septentrional como sota-almiranta, e mais o *Amsterdan* e os yachts: *Katte*, *Mauritius*, *Spreeuw*, *Gondt-Vinck*, *Leeuwerck*, *Schuppe*, *Ceulen*, *Lichthart*, *Spieringh*, *Vliegende Sparwer*, *de Maegh van Dordrecht*, *Meerminne*, *Graef-Ernest*, *Zudyt-Sterre* e *Kemp-haen*, nos quaes iam embarcados 1.945 soldados. Na outra, hasteando o pavilhão vermelho, iam os seguintes navios e yachts: *Pernambuco* como almirante, o *Goude Sonne* como vice-almiranta, Erasmus como sota-almiranta e mais *Goude Leeuw*, *Windt-hondt* de Amsterdam, *Windt-hont* de Hoorn, *Spreeuw* da Zelandia, *Sparwer* de Dordrecht, *Soutbergh*, *Vleer-muys* e o bote *Elburgh*; nos quaes estavam embarcados 409 homens. (LAET, 1925, p. 50).

A armada neerlandesa partiu no dia 25 de novembro do Recife, mas devido alguns dias de ventos contrários, a armada chegou à costa do Cabo Branco no dia 4 de dezembro, em um número bem menor do que o mencionado por Duarte de Albuquerque (1654, p. 152), o qual em suas *Memórias Diárias* relatou serem pelo menos seis mil soldados e quarenta embarcações.



Figura XIV: Crestofle d'Artischau Arciszewski, Tenente-coronel no Brasil. Autor desconhecido. Ano: 1639. Fonte: Biblioteka Narodowa, Polônia.

A situação das defesas paraibanas de acordo com Duarte de Albuquerque Coelho era a seguinte: O forte do Cabedelo naquele momento estava sob o comando do capitão João de Matos Cardoso, auxiliado por seu genro Simão de Albuquerque e Melo, e o capitão D. Jacinto Arias de la Serna, o qual possuía o comando de uma companhia de artilheiros.

O forte de Santo Antônio estava sob o comando do capitão Luiz de Magalhães, com disposição de 60 homens. Ambos os fortes se encontravam totalmente abastecidos de suprimentos e munições, o que significava que já estavam prontos para uma guerra. O reduto da Restinga estava sob o comando do capitão Pedro Ferreira de Barros, o qual dispunha de 40 homens ao seu serviço.

Coelho também informa que trincheiras e pequenos redutos foram erguidos para o sul do Cabedelo indo até a foz do rio Gramame. Outro reduto foi erguido nas terras da família francesa Boisson, local que ficou conhecido como Fazenda Boi Só¹²⁴, e que ainda conserva esse nome nos dias de hoje. O reduto estava ao encargo do capitão Antônio Ferreira de Lemos, o qual contava com alguns canhões e uma milícia formada pelos moradores da fazenda.

No caso da capital Filipeia, foram escavadas trincheiras defensivas no perímetro da pequena cidade, como também se reforçou as defesas no forte do Varadouro, o qual estava a encargo do capitão Manuel Peres Correia, senhor de engenho. Na cidade também se encontrava o sargento-mor Antônio de Madureira Trigo, incumbido pelo governador de formar a força de socorro. O engenheiro Diogo Paes também se encontrava presente na capitania.

La gente que avia para defender esta plaça eran 800 hombres, con los moradores, en las compañías de los Capitanes do Gaspar de Valcaçar, Domingo de Arriaga, Luis de Magallanes, don Jacinto Ayres de la Serna, Cosme de Rocha, Miguel de Padilla, Manuel de Quiros y Siqueyra, con su compañía, que era de la gente de la ciudad; Domingo de Almeyda, Antonio Ferreyra de Lemos, i Rui Calaça Serpa. Las de Leonardo de Albuquerque, i Juan de Silva i Azevedo, que aun estavã con Martin Suarez en Cuñau, tambien vinieron. (COELHO, 1654, p. 153).

Além dessas defesas locais, o general Matias de Albuquerque enviou três companhias de reforço. Foram designados para tal missão os capitães Simão Caieiro, Gregório Guedes de Souto Maior e Jerônimo Pereira, os quais se uniram a tropa do capitão Lourenço Cavalcanti de Albuquerque.

¹²⁴ Originalmente as terras da fazenda dos Boisson eram imensas, englobando hoje o Bairro dos Estados e os bairros vizinhos.



Figura XV: Retrato de Matias de Albuquerque Coelho. 1º Conde de Alegrete, lugar-governador de Pernambuco, governador-geral do Brasil, general das forças de resistência luso-brasileira. Autor: desconhecido. Ano: desconhecido. Fonte: Galleria degli Uffizi, Florença, Itália.

Ao chegarem à Paraíba, o capitão-mor Antônio de Albuquerque tratou de dividir as três companhias, pelos vários postos erguidos ao longo da costa entre o Cabedelo e a foz do rio Gramame¹²⁵. Duarte de Albuquerque (1654, p. 152) listou tais localidades:

As companhias de Caieiro, Souto Maior e Pereira foram enviadas para a enseada chamada de Manuel Álvares¹²⁶, ao sul do Cabedelo, a uma distância de quatro léguas (26,4 km). O capitão Manuel de Queiroz Siqueira foi enviado com sua milícia para o posto chamado de Nicolau dos Reis, ficando uma légua¹²⁷ ao norte da enseada de Manuel Álvares.

O governador Antônio de Albuquerque se reuniu com o capitão Lourenço Cavalcanti no posto de Jácome de Oliveira, ao norte da enseada do rio Jaguaribe,

¹²⁵ Do forte do Cabedelo até a foz do rio Gramame são cerca de 35 km de distância, o que conota uma grande extensão de território a ser defendido.

¹²⁶ Tal enseada ficaria localizada entre a Ponta dos Seixas e a Penha, o que dista mais de 26 quilômetros do forte.

¹²⁷ Cruz (2009) salienta que a medida de comprimento chamada de léguas não teve um valor fixo entre os países que a adotavam, logo a légua portuguesa era ligeiramente diferente da légua espanhola e holandesa. Todavia, em Portugal o valor médio da légua era de 6.600 km. Logo, adotamos tal valor para este estudo.

distando uma légua e meia deste¹²⁸. Do posto de Oliveira até o Cabedelo havia outros dois postos. Dentre os quais, o posto da Rede de João de Matos, onde encontravam os capitães D. Gaspar de Valcaçar e Domingos de Arriaga.

Em Lucena, ao norte do Cabedelo, a localidade estava sob a guarda do capitão Domingos de Almeida e de Duarte Gomes da Silveira. Os quais ocuparam a costa que outrora os holandeses usaram para aportar e montar acampamento durante a segunda expedição.

No amanhecer do dia 4 de dezembro de 1634 os maiores navios holandeses fundearam suas âncoras próximas da costa, enquanto as tripulações iniciavam o dia com uma prece, e depois quebraram o jejum. Enquanto isso, as demais embarcações atracavam próximas aos navios; os iates e chalupas foram usados para desembarcar as tropas, pois segundo Joannes de Laet (1925, p. 50) os ventos estavam fortes naquele dia.

O iate *Phenix* foi enviado para encontrar um local adequado ao desembarque. Talvez o *Phenix* tenha sido o “patacho”¹²⁹ que Duarte de Albuquerque Coelho mencionou que havia ancorado na enseada do Jaguaribe, tendo sido a primeira embarcação inimiga a atracar e iniciar o desembarque, pois outros barcos se aproximaram dali e começaram a levar as tropas para terra.

Recebendo a notícia que o *Phenix* havia encontrado local apropriado e seguro para o desembarque, o coronel Schkoppe ordenou que mais companhias se dirigissem para lá. Laet (1925, p. 50) informa que em pouco tempo já havia 600 homens em terra. Recebendo a notícia de que o inimigo desembarcava suas tropas, o capitão-mor Antônio de Albuquerque reuniu-se com as companhias dos capitães D. Gaspar de Valcaçar e Domingos de Arriaga e marcharam em direção à enseada do Jaguaribe.

Não era uma marcha que seria feita em pouco tempo, mas levaria mais de uma ou duas horas, dependendo do ritmo da marcha, pois do forte até a enseada a distância é de quase 10 km. E tal demora repercutiu no fato de que, quando eles chegaram à enseada, o exército inimigo já havia desembarcado e já estava sendo organizado em fileiras na praia.

¹²⁸ A enseada do rio Jaguaribe se localiza na costa dos atuais bairros do Bessa e Intermares, municípios de Cabedelo. Sendo mais conhecida atualmente como manguezal de Intermares. O posto de Jácome de Oliveira distava dessa enseada cerca de uma légua e meia, o que equivale a 9,9 km. O que significa que o posto não ficaria tão distante do forte, mas ficaria a uma distância considerável da enseada.

¹²⁹ Evaldo Cabral (2002, p. 204) assinala que no século XVII, os portugueses e espanhóis ainda não possuíam uma tradução ou termo para definir o iate holandês. Daí encontrarem-se distintas palavras para se referir a ele.

Foram organizadas três fileiras: uma na direção de onde vinha o governador (provavelmente no sentido norte), outra voltada para a direção do mar (leste), e a terceira já em direção à floresta (oeste). Cada fileira possuía um canhão consigo. Três barcas e uma lancha naufragaram devido à ressaca do mar naquele momento, mas a perda teria sido ínfima (COELHO, 1654, p. 152).

Três navios da frota continuaram a seguir caminho, indo ancorar diante da Ponta de Lucena. O governador da Paraíba ordenou que o capitão Miguel de Padilha que estava com ele, destaca-se 50 dos 500 homens que estariam presentes ali, e seguisse até Lucena, a fim de reforçar as companhias de Domingos de Almeida e Duarte Gomes. Tendo partido a tropa de Padilha, o restante se pôs a entrar em conflito com as companhias que haviam desembarcado.

Enquanto o confronto se desenvolvia em torno da enseada do Jaguaribe, o mar ficou agitado na ocasião, então o coronel Schkoppe ordenou que o coronel Arciszewski desembarcasse duas de suas companhias mais para o sul dali. Arciszewski prosseguiu com a ordem para desembarcar as tropas.

Não obstante, o capitão-mor Antônio de Albuquerque vendo que a vantagem não lhe era favorável, ordenou retirada. De acordo com Duarte de Albuquerque Coelho (1654, p. 155), o capitão-mor teria sido ferido na ocasião, tendo levado um tiro de mosquete, no peito, no entanto, graça a couraça que usava, à bala não lhe perfurou¹³⁰.

Joannes de Laet (1925, p. 50) relata que os portugueses tiveram nove mortos e vários feridos, o que os obrigou a fugir. Depois conta-nos que o saldo de mortos foi de 18 ou 20. Coelho (1654, p. 157) informa que foram 15 mortos e pelo menos 23 feridos, sendo que os holandeses tiveram mais perdas, sendo que mais de 40 foram mortos.

No entanto, além desse saldo de mortos e feridos, durante a fuga dos portugueses, alguns destes acabaram sendo capturados. Coelho relata que três soldados e um alferes foram feitos prisioneiros. Laet confirma a informação que houve prisioneiros, embora não diga quantos haviam sido, mas fale que um deles era morador da capitania, chamado Bento do Rego¹³¹, o qual teria oferecido informações em troca de sua liberdade.

¹³⁰ Além da couraça, Antônio de Albuquerque deve também ter contado com a sorte, pois de acordo com Parker (1996, p. 17), disparos de arcabuzes e de mosquetes conseguiam penetrar uma armadura facilmente até uma distância de 100 metros.

¹³¹ Segundo o relato das *Memórias diárias* (1654, p. 157), Bento do Rego havia falecido durante o combate. Porém nos *Anais da Companhia* (1925, p. 61), é dito que Rego estava vivo durante a capitulação da capitania. Ele teria falecido posteriormente? Ou Coelho se equivocou?

Posteriormente o comandante Lichthart, seguindo com seus navios tentaram adentrar o rio Paraíba, mesmo correndo risco de ser atingido pelos canhões dos fortes. No entanto, ventos desfavoráveis o fizeram desistir do intento. Em sua retirada o governador Antônio de Albuquerque decidiu retornar ao forte do Cabedelo. Pelos relatos de Coelho e Laet parece que não houve novos conflitos naquele dia, restando aos holandeses desembarcar as tropas e montar os acampamentos.

No dia 5 de dezembro, o capitão-mor da Paraíba ordenou que as companhias dos capitães D. Gaspar, Arriaga e Pereira as quais estavam estacionadas no posto de Manuel de Álvarez, deveriam seguir para o forte do Cabedelo. As três companhias seguiram caminho ao longo da margem do rio Paraíba. Enquanto seguiam marcha, em dado momento, eles foram pegos numa emboscada feita pelos holandeses.

Um alferes reformado e dois soldados foram presos. O restante que não foi preso ou morto conseguiu fugir, indo se agrupar no Porto do Jacaré (atualmente a Praia do Jacaré, no município de Cabedelo), onde embarcaram em algumas chalupas e foram levados rio acima até o forte. O capitão Diogo Paes, que estava na cidade, também chegou ao forte neste mesmo dia (COELHO, 1654, p. 156).

Os coronéis Schkoppe e Arciszewski decidiram realizar uma investida ao forte do Cabedelo. Schkoppe comandava na ocasião três companhias e Arciszewski duas, sendo elas responsáveis pela vanguarda e a retaguarda. Cada uma levava consigo um pequeno canhão de bronze. As cinco companhias seguiram caminho pela praia até chegarem a um lugar chamado Camboinha (atualmente no município de Cabedelo). De lá, enviou alguns homens até o rio, de onde avistaram os dois fortes e o reduto na Restinga.

Os prisioneiros feitos naquele dia e no dia anterior informaram que havia uma estrada que conduzia até o forte do Cabedelo. O capitão Gaspar van Ley foi incumbido de levar três companhias por aquela estrada, e as outras duas seguiriam próximo à margem do rio. Segundo o relato, eles se depararam com trincheiras pelo caminho, mas estavam sem homens, no entanto, à medida que se aproximavam o pessoal do forte começou a disparar, mesmo não possuindo visibilidade de alvo, pois as árvores e o mato ocultavam a tropa inimiga.

Todavia, o intuito naquele momento não era se atacar o forte, mas fazer reconhecimento de suas defesas e montar acampamento nas proximidades. Segundo Coelho (1654, p. 156), um dos acampamentos foi erguido no mesmo local em que havia sido montado o primeiro acampamento durante o ataque de 1631. Por sua vez, o capitão

Ley encontrou um posto seguro e estratégico atrás de uma colina, a distância de “um tiro de arcabuz do forte”. A colina os protegeria dos tiros de canhões e poderia ser usada para montar uma bateria (LAET, 1925, p. 55).

Foi ordenado que os iates que pudessem cruzar os arrecifes fundeassem próximo ao acampamento. Os navios de grande calado deveriam encaminhar suprimentos para oito dias, e depois deveriam fundear diante da barra. Os acampamentos holandeses e as baterias começaram a ser montados.

Três acampamentos (figura XVI) foram erguidos nas cercanias do forte do Cabedelo, um pertencente ao coronel Schkoppe; o segundo, o qual ficava localizado próximo ao mar, pertencia ao coronel Arciszewski, o qual ficava menos protegido do que os demais, mas possuía uma boa visão do forte, e o terceiro estava com o capitão de Ley (LAET, 1925, p. 52).

Ainda naquele dia, o governador ordenou ao capitão Lourenço Cavalcanti que fosse para o Passo do Boi Só, no intuito de reforçar aquela região, que era caminho tanto para o Cabedelo e para a cidade. Sua preocupação era que o inimigo pudesse usar tais estradas para se espalhar pelo território. O capitão-mor optou em se estabelecer no Forte de Santo Antônio, por considerá-lo melhor estruturado (COELHO, 1654, p. 156).

No dia 6, a bateria do capitão Gaspar van Ley estava pronta, estando munida com duas peças de artilharia. Graças à altura do monte, isso ajudava no posicionamento dos disparos. Por sua vez, o coronel Arciszewski ainda concluía a montagem de seu acampamento, o qual não dispunha de trincheiras no momento. Todavia, o capitão Ley ordenou que algumas trincheiras dos portugueses, que estavam abandonadas fossem ocupadas por suas tropas e ali posicionassem canhões.

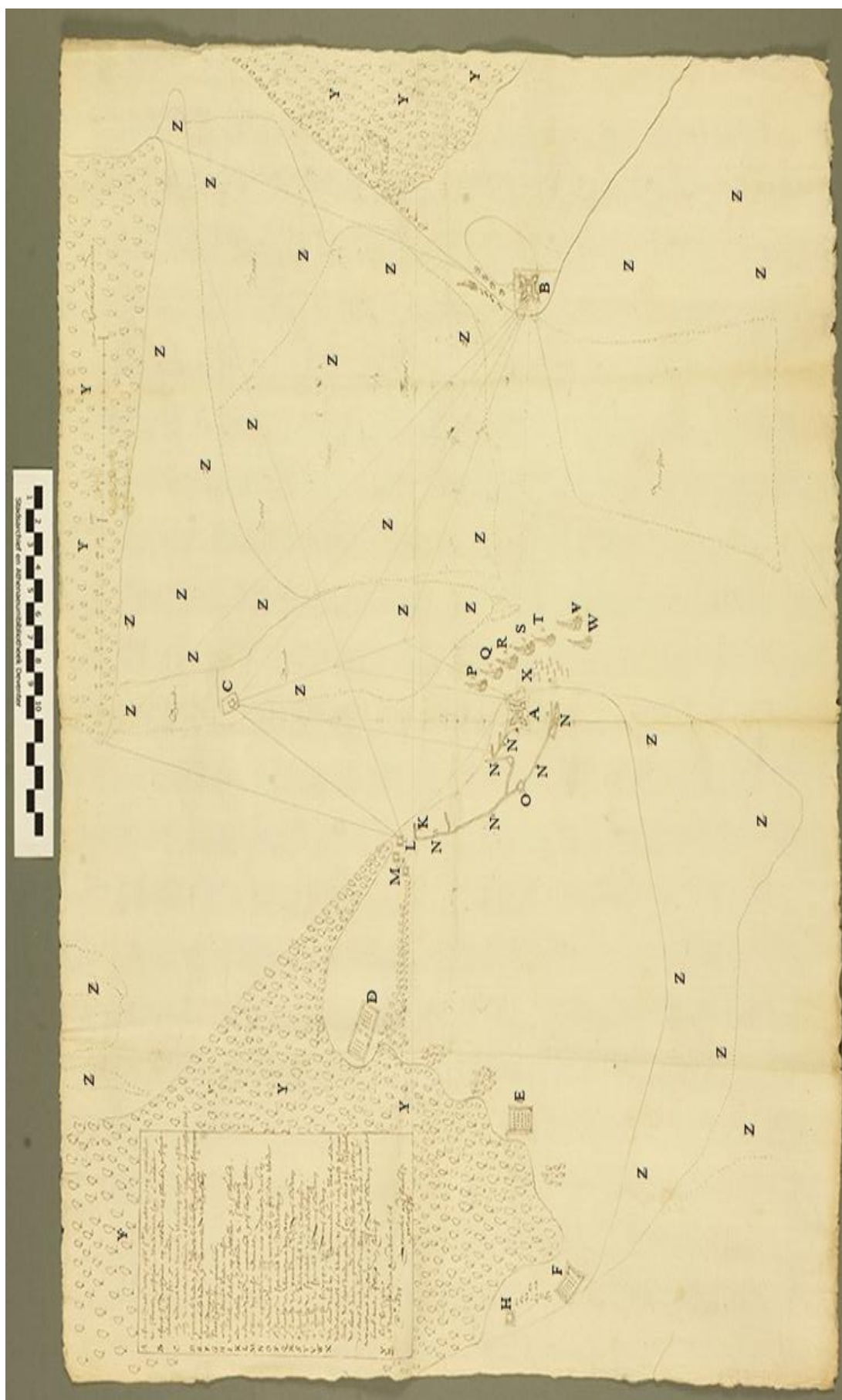


Figura XVI: *Cabodelo ad monding vl rivier Parahyba met de fortē St. Catharina en St. Antonio, alsmede redouten, batterijen, kwartieren en magazijnen Ligging* (Cabedelo e a foz do Rio Paraíba com os fortes Santa Catarina e Santo Antônio, bem como redutos, baterias, quartéis e armazéns). Autor: Cornelis Bastiañez Goliaht, 1634. Dimensões: 57 x 47 cm. Fonte: Stadsarchief Deventer, Países Baixos. A legenda deste mapa foi traduzida para esse estudo, pelo prof. Dr. Bruno Romero Ferreira Miranda (UFPE).

Legenda:	
A. O Forte Cabedelo ou Santa Catarina, de 22 peças de artilharia, das quais seis são de metal.	N. Nossos entrincheiramentos [aproches] com redutos.
B. O Forte Santo Antônio, de 24 peças de artilharia, das quais 5 são de metal.	O. Um reduto no qual foi instalado um morteiro.
C. Um reduto do inimigo, no qual estão 5 peças de ferro e 2 de metal. É chamado de Restinga [ou] Cabeça Seca.	P. O iate O Estorninho, de Midelburgo.
D. O quartel do Senhor Governador Sigismundus Schoppen.	Q. O iate O Galdo, de Hoorn.
E. O quartel do Senhor Coronel Arciszewski.	R. O iate O Tentilhão Dourado, de Amsterdã.
F. O Armazém.	S. O iate O Morcego, de Enkhuizen.
G. O quartel dos marinheiros.	T. O iate O Gavião, de Midelburgo.
H. Um reduto nosso.	V. O iate O Estorninho, de Amsterdã.
I. A nova bateria, de três peças.	W. O iate Schoppe, de Amsterdã.
K. Bateria velha de 2 peças.	X. O barco onde o senhor comandante estava e os outros barcos, a saber: o barco do iate Pernambuco, o barco do Sol Dourado, o barco do Erasmus, o barco do Leão Dourado, o barco do Montanha de Sal, o barco do iate Drilborg e o barco do Galdo, de Hoorn. O último [do barco] Amsterdã, não o barco do filibote O Arenque.
L. Reduto onde estão os morteiros.	Y. Floresta.
M. Dois de nossos redutos.	Z. É seco, que pode ser visto (águas com baixios).

Percebe-se que nestes três primeiros dias, as batalhas não foram tão intensas como na primeira invasão, pois os holandeses procuraram focar-se no seu estabelecimento no campo de batalha, o que revela uma mudança de estratégia, pois a fundação de distintos acampamentos de guerra mostra não apenas que essa expedição era maior do que as anteriores, mas que os comandantes dessa campanha estavam se preparando para um conflito mais longo.

A guerra de assédio era demorada e trabalhosa porque os meios de trazer fogo suficiente para acostrar uma fortaleza com bastião exigiam um enorme esforço de escavação. A fortaleza com bastião era uma construção “científica”, o que significava que seu projeto era feito com base em cálculos matemáticos para minimizar da melhor maneira a área da muralha que o tiro podia atingir. Portanto, o ataque tinha de ser “científico” também. Os engenheiros de assédio logo estabeleceram os princípios. Era preciso cavar uma trincheira paralela a um dos lados do traçado do bastião, onde se pudessem colocar canhões para iniciar o bombardeio. Sob a proteção desse fogo, trincheiras “de aproximação” eram então cavadas adiante, até que uma nova “paralela” mais próxima pudesse ser cavada, para onde eram levados os canhões, a fim de continuar o bombardeio a distância mais curta. (KEEGAN, 1995, p. 337).

Na manhã do dia 7 de dezembro de 1634, o governador Antônio de Albuquerque quando soube da existência desses três acampamentos, ordenou que os canhões do Cabedelo bombardeassem tais locais, inclusive as peças de artilharia na Restinga chegaram a atingir o posto à beira-rio, sob comando do capitão Ley. Coelho (1654, p. 157) também informou que uma pequena tropa foi enviada para atacar um dos acampamentos, embora não especifique qual foi. Ele relata que dezesseis inimigos foram degolados, e apenas três soldados do lado português ficaram feridos naquele ataque.

Ainda no mesmo dia, chegaram suprimentos e munições ao Cabedelo, vindos do forte de Santo Antônio. Durante a travessia de tais recursos através de barcos estes foram atingidos pelos tiros dos holandeses que se encontravam no reduto à beira-rio. Não obstante, o governador Antônio de Albuquerque enviou uma mensagem para o capitão Martim Soares que se encontrava com seus homens no Cunhaú¹³², o qual enviou em resposta, o capitão Leonardo de Albuquerque, que chegou no amanhecer do dia 8 (COELHO, 1654, p. 157).

¹³² A região do rio Cunhaú fica localizada no sul do Rio Grande do Norte, local de solo fértil, onde Jerônimo de Albuquerque Maranhão fundou o Engenho do Cunhaú antes do ano de 1609 (Mello, 2012, p. 169). O engenho foi legado aos seus filhos Antônio, Matias e Jerônimo. No engenho se ergueu uma fortificação para protegê-lo dos holandeses. Em outubro de 1634, tanto a fortificação quanto o engenho haviam caído nas mãos da WIC. No entanto, a população do Cunhaú ainda apoiava os irmãos Maranhão na Paraíba.

Além dessa ordem encaminhada ao capitão Martim Soares, o governador também expediu uma carta com destino ao Arraial do Bom Jesus, solicitando do general Matias de Albuquerque o envio de reforços¹³³.

O dia 8 de dezembro, data que fez diferença no ano de 1631, não revelou a mesma fortuna para o ano de 1634. O iate *Kemp-haen* havia chegado, vindo do Rio Grande. O iate trazia a notícia de que a tropa de indígenas solicitada pela WIC se encontrava no Cunhaú, região no sul do Rio Grande.

A disposição daquela tropa indígena já era aguardada, pois, em setembro daquele ano, o conselheiro político Jacob Stachouwer e o coronel Arciszewski, haviam visitado a capitania rio-grandense para discutir acerca do apoio militar que Nhandui, filho de um dos chefes tapuia, da tribo Tarairiu estava para oferecer, ou pelo acordo, seria obrigado a ajudar no vindouro ataque que seria feito à Paraíba (BOOGAART, 1979, p. 523).

Eram cerca de trezentos homens do povo “Tapuia”¹³⁴, os quais haviam acampado nas terras do Engenho do Cunhaú, engenho esse pertencente ao governador da Paraíba. Todavia, os indígenas estavam inquietos, pois queriam pilhagem, e lá nada havia o que saquear.

Neste ponto temos um dado interessante, não foram apenas os portugueses que fizeram uso dos indígenas para as suas guerras. Os holandeses desde um primeiro momento perceberam que seria útil conquistar a amizade de algumas dessas tribos (POMPA, 2003, p. 207). Os indígenas do povo Potiguara como Pedro Poti e Antônio Paraupaba eram aliados dos holandeses, e os ajudaram bastante na comunicação com outras tribos, mas no caso dos Tapuia, algo singular recaía sobre eles: a fama de serem temíveis guerreiros, algo que os holandeses se valeram para seus propósitos.

A definição do “Tapuia” como inimigo de todos não é exclusividade dos relatos portugueses. As fontes holandesas também descrevem os Janduí com estas características. A intenção, porém, é diversa. No horizonte cultural holandês, a noção de aliança com o nativo é muito diferente do que no português. Por quanto “selvagem”, o aliado coloca-se no mesmo plano já que, em primeiro lugar, é sujeito de direito (militar). Isto acontecia no Brasil, como na África, como na América do Norte. Como foram justamente os

¹³³ Não podendo Matias de Albuquerque deixar o Arraial, enviou o Conde de Bagnuolo, o capitão D. Fernando de la Riba Agüero (o qual havia lutado na primeira expedição), e um reforço de 50 cavalos, fornecidos por particulares de Pernambuco. Ao todo, seguiam cerca de 300 homens para o auxílio (COELHO, 1654, p. 156).

¹³⁴ Cristina Pompa (2003, p. 207, 229) em seu livro *Religião como tradução*, aborda o imaginário português e holandês acerca dos tapuia, revelando que tratava-se de um termo generalizante para se referir a vários grupos e tribos do Nordeste. No caso do Rio Grande, os tais tapuia que ali eram aliados dos holandeses talvez fossem membros da tribo do Jundaí. Tribo essa a qual foi um importante aliado para a WIC. Sobre esse imaginário conferir respectivamente o capítulo 7, p. 240-268.

Janduí os “aliados infernais” dos flamengos, as descrições insistem na ferocidade dos “Tapuia” não como sinal de alteridade *tout court*, mas como símbolo de irresistível força militar. (POMPA, 2003, p. 228).

Essa “fama” de serem ferozes é perceptível no relato de Laet, quando ele diz que os índios estavam impacientes, pois queriam pilhagem, e tal impaciência poderia gerar indisciplina na tropa; por outro lado, o coronel Schkoppe despachou o capitão Garstman no próprio *Kemp-haen* para ir comandar a companhia de índios flecheiros, e trazê-los a Paraíba, pois o capitão já estava familiarizado com aqueles homens e seus chefes¹³⁵. Normalmente em tais companhias o capitão era um índio, mas o coronel preferiu enviar alguém de sua confiança, talvez para evitar alguma desordem ou desentendimento.

Assim, aqueles Tapuia foram enviados para seguir o rastro do capitão Martim Soares, e o governador da Paraíba, tomando conhecimento de tal fato, ordenou que o capitão Martim Soares aguardasse no rio Mamanguape, junto aos moradores dali¹³⁶, no intuito de proteger sua retaguarda e os habitantes da região.

O fato de a WIC possuir aliança com os tapuia no Rio Grande não foi algo surgido no ano anterior à conquista da Paraíba, mas algo iniciado desde 1630. Pois, como apontou Boogaart (1979, p. 521), na época do ataque a Pernambuco, já era cogitado procurar fomentar alianças com os indígenas para fornecer apoio militar, neste caso, havia a iniciativa de procurar aliar-se com os tapuias, os quais já eram vistos como sendo menos sociáveis do que as tribos do litoral.

A proposta do plano era, caso se conseguisse ocupar Olinda e Recife, deveria-se mobilizar os tapuia que viviam nos sertões da Capitania do Rio Grande, para que estes auxiliassem na conquista da mesma capitania, da Paraíba, Itamaracá e de Pernambuco. A ideia era que pelo fato dos potiguara e tabajara estarem mais favoráveis aos portugueses, seria difícil conseguir que eles passassem para o lado holandês, mas os tapuias não possuíam uma boa relação com os portugueses, algo que deveria ser explorado (BOOGAART, 1979, p. 521-522).

Concluída essa menção ao apoio dos Tapuias aos holandeses, Coelho e Laet não fornecem mais detalhes sobre esse conflito no dia oito. De qualquer forma, ambos dizem que no dia nove ocorreu o primeiro ataque ousado daquela terceira expedição.

¹³⁵ Em 1633, ano da conquista da Capitania do Rio Grande, o capitão Gartsman já havia sido designado para ser o intermediário entre os interesses da Companhia com os tapuia, especificamente os da tribo Tarairiu. Com isso no ano seguinte ele manteve tal função (BOOGAART, 1979, p. 522). Gartsman posteriormente se tornaria Comandante do Rio Grande e lideraria campanhas no Ceará, a quais contaram com apoio de tribos Tapuia.

¹³⁶ Não havia engenhos no Mamanguape, mas havia fazendas de gado (HERCKMANS, 2004, p. 83-84).

O comandante Lichtart havia decidido arriscar um ataque contra o reduto da Restinga, o qual considerava ser o ponto mais fraco do “triângulo defensivo” da barra do rio Paraíba. No entanto, para se alcançar o reduto que se encontrava numa ilha, era necessários barcos, e como os holandeses não dispunham de nenhuma embarcação que se encontrasse no rio, o jeito foi usar alguns de seus navios que estavam no mar.

Era el quarto del Alva de los 9 de Diziembre, quando se resolvieron em entrar la Barra; i fue a tan buena ocasion, que hasta una neblina que entonces se hizo con el viento, i marca no faltó en su favor, para no ser vistos desde los Fuertes, sino quando ya iuan passando por ellos, de que no recibieron daño considerable alguno si de la Restinga, de que tãbien nos cupo nuestra parte, porque rebentandonos uma pieça de hierro, nos mato a un Artillero, e hirio a siete soldados. (COELHO, 1654, p. 158).

Duarte de Albuquerque informou que o ataque à Restinga foi comandado pelo sargento-mor André Zon, o qual dispunha de “sete navios pequenos”, algumas “barcaças”¹³⁷ e 800 homens. Provavelmente seja exagerado o número de soldados mencionado, embora que ele não informou quantos participaram do ataque ao reduto.

No caso do relato de Joannes de Laet (1925, p. 53), esse informou que o comandante Lichtart destacou 400 homens para a operação de se tomar o reduto. E ele próprio comandou tal operação, indo num bote, e posteriormente sendo seguido pelos iates: *Sparwer*, *Spreeuw*, *Vleermuys*, *Windt-hondt*, *Gondt-Vinck*, *Spreeuw*, *Schuppe* e mais seis botes.

A variação entre o autor do comando do ataque e a quantidade de soldados envolvidos, não é tão significativa, pois desse total apresentado, apenas uma parcela bem menor participou do ataque em questão, no entanto o que chama a atenção é um fato que muda a forma de como se vê tal ataque. Coelho disse que uma neblina pairava sobre a barra do rio naquelas 4 horas da madrugada, do dia 9 de dezembro de 1634. No entanto, Laet não menciona nenhuma neblina na ocasião.

Essa questão da neblina será retomada no Capítulo III, de qualquer forma, ainda estava escuro por àquela hora, quando a pequena frota neerlandesa cruzou o campo de alcance dos dois fortes. O próprio Coelho diz que chegaram a disparar contra eles, o que significa que as embarcações não passaram despercebidas. Além disso, o iate *Schuppe* encalhou num arrecife, o que o deixou vulnerável ao fogo inimigo, recebendo oito tiros

¹³⁷ Evaldo Cabral de Mello (2002, p. 204) comenta que os “sete navios pequenos” mencionados por Duarte de Albuquerque seriam iates. Mello também salienta que em outros dados momentos, Coelho chama os iates pelo termo *barcaza*, o qual era usado de forma generalizante para se referir a distintas embarcações. Não obstante, Joannes de Laet (1925, p. 53) confirma que foram sete iates enviados e mais seis botes ou barcos.

de canhão, resultando numa morte e sete feridos. Com a subida da maré, ele desencalhou (LAET, 1925, p. 53).

Enquanto as embarcações holandesas se aproximavam da ilha da Restinga, avistaram alguns botes dos portugueses a caminho, então abriram fogo contra eles, os forçando a mudar de rota. Os botes seguiram até uma angra, e de lá sua tripulação fugiu por terra. Já era de dia quando os navios e barcos aportaram na ilha da Restinga e as tropas neerlandesas tomaram o reduto de assalto.

A nossa força tendo desembarcado sem demora alguma na ilhota, o Major Jean Descars partio com a gente que levava, juntamente com o Commandeur Lichthart com 10 marinheiros (providos de machados e outras cousas necessárias para demolir as paliçadas) atravez do matto e direto para a bateria ou fortim. Mas chegando ao fim das arvores acharam que aquelle como que estava separado da ilhota e cercado d'água, de sorte que lhes era muito difficil ir até lá antes que a maré tivesse atingido quase a máxima vasante; deitaram-se portanto no matto aguardando a occasião. A maré estando quase vasia, sahiram de lá dous Portuguezes para espiar nossa gente, e os nossos tendo visto isso assaltaram o fortim com muito ardor e apezar de lhes descarregar duas peças com metralha, matando a três e ferindo alguns, o inimigo ficou tão desconcertado por esse assalto inesperado e os nossos accommetteram com tal intrepidez que em pouco tempo ficaram senhores da praça. (LAET, 1925, p. 53).

Prosseguindo com o relato, Joannes de Laet disse que 31 foram mortos (Coelho informou que foram 26) e os demais se jogaram na água e fugiram a nado. Apenas o capitão Pedro Ferreira de Barros foi preso. Os canhões, pólvora, armas e demais equipamentos e suprimentos foram confiscados. Ao todo foram dois canhões de bronze e quatro de ferro.

O comandante Lichtart destacou homens em quatro botes para manter a vigília noturna no rio, impedindo que embarcações inimigas seguissem da cidade para os fortes ou vice-versa. A captura do reduto da Restinga foi um duro golpe para as defesas portuguesas na barra do rio Paraíba.

Os holandeses passaram a usar a bateria da Restinga contra os próprios portugueses. E nos relatos das *Memórias diárias* (1654), isso tornou mais difícil o envio de suprimentos e munições para os dois fortes, pois era arriscado enviar barcos, os quais seriam alvos dos canhões na Restinga, ou poderiam acabar sendo capturados¹³⁸, o que obrigava o socorro ser encaminhado por terra para ambos os fortes, retardando o envio de tal ajuda, ao mesmo tempo em que, no Cabedelo, as tropas de socorro corriam o risco de serem emboscadas, e os suprimentos tomados.

¹³⁸ No dia 9, pelo menos três chalupas de suprimentos foram capturadas pelos holandeses, após estes se apossarem da ilha da Restinga (COELHO, 1654, p. 158).

No dia 10 de dezembro, pela manhã, se descobriu novas trincheiras inimigas próximas ao forte do Cabedelo. O governador Maranhão enviou do forte do Santo Antônio quatro chalupas com duas companhias, as quais eram comandadas por Rui Calaza Serpa e Miguel Padilha. Na travessia, quatro homens foram feridos pelos tiros do posto inimigo. As duas companhias se apossaram de uma trincheira e passaram a confrontar os holandeses.

Enquanto a troca de tiros prosseguia entre as trincheiras dos dois lados, a bateria localizada no monte ao sul do forte do Cabedelo começou a disparar morteiros, sendo que um dos tiros explodiu dentro do forte, vitimando pelo menos doze homens e ferindo outros vinte (COELHO, 1654, p. 159). Além dos disparos de morteiros, tiros de canhões também bombardearam os muros do forte. O capitão do forte do Cabedelo, João de Matos Cardoso foi ferido nesse dia.

Não obstante, ainda no dia 10, o engenho de Jorge Lopez Brandão havia sido pego de surpresa por uma tropa holandesa, a qual havia sido levada até lá por intermédio de Domingos Calabar¹³⁹ com auxílio de dois escravos negros (COELHO, 1654, p. 159).

O relato acima, embora seja breve, nos revela informações interessantes: o Engenho Gargaú de Jorge Lopes Brandão¹⁴⁰ foi saqueado por tropas holandesas. Quando Jorge Brandão e os demais souberam do assalto, já era tarde para se fazer algo. No entanto, o engenho foi mantido intacto; apenas se roubou comida e outros objetos.

O fato de que um dos engenhos havia sido atacado apresenta-se como um dado importante, pelo motivo de que o engenho mais próximo da cidade era o Engenho das Barreiras (atualmente no município de Bayeux), o qual distava poucos quilômetros da capital e podia ser avistado a partir da cidade. Os outros engenhos ficavam mais distantes.

Isso significa que o inimigo aventurou-se pelas redondezas não apenas dos dois fortes, mas, percorreu quilômetros de distância da costa, onde se localizavam seus

¹³⁹ Domingos Fernandes Calabar (1609-1635) nasceu em Porto Calvo, na Capitania de Pernambuco. Foi senhor de Engenho, mas durante as guerras luso-holandesas, inicialmente lutou contra os exércitos da WIC, mas em 1632 acabou trocando de lado, guiando e apoiando os holandeses em suas empreitadas por Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Ficou conhecido nas crônicas do Setecentos como o maior traidor da história do Brasil holandês (VAINFAS, 2001, p. 86-87).

¹⁴⁰ A família Brandão se estabeleceu na Paraíba por volta de 1607 com Ambrósio Fernandes Brandão (1555-?), cristão-novo que já vivia no Brasil desde a década de 1580, tendo morado anteriormente em Olinda. De 1597 a 1607 morou em Portugal, retornando ao Brasil em 1608. Antes de 1613 já residia na Paraíba, onde se tornou senhor de engenho, construindo três engenhos. Jorge e Luiz eram alguns de seus filhos. Ambrósio ficou conhecido por ter escrito o livro *Diálogos das Grandezas do Brasil*, obra que começou a escrever por volta de 1618 (MELLO, 1996, p. 26-27).

acampamentos. Embora não saibamos por quais motivos Calabar teria escolhido o Engenho Gargaú como alvo, mas o objetivo deveria ser conseguir suprimentos, como sugeriu Coelho, embora que, na falta de outros relatos, não saibamos se houve outros interesses naquele ataque.

O relato de Duarte de Albuquerque Coelho também nos informa que o comando militar só tomou conhecimento de tal assalto dias depois dele ter ocorrido, mas como Coelho teve que organizar suas memórias diariamente, então ele faz menção na data que ocorreu. Porém, ele também informa que quando as forças de defesa souberam disso, houve um pequeno alarde entre as tropas, pois soldados que tinham familiares no Gargaú ou em engenhos vizinhos ficaram preocupados quanto à possibilidade de novos ataques se sucederem, e isso teria desmoralizado parte da tropa, tornando-se até mesmo um fator para a deserção, uma vez que tais homens poderiam abandonar seus postos para retornarem às suas famílias.

Outra informação importante trata-se da menção de Domingos Calabar, pois por esse tempo ele já havia se debandando para o lado holandês¹⁴¹. De acordo com as *Memórias diárias* (1654) essa não era a primeira vez que Calabar visitava a Paraíba já em serviço da WIC, pois em novembro de 1633 ele havia participado de uma pequena expedição no rio Mamanguape¹⁴².

Pela noite do dia 10, o capitão Cardoso e outros feridos foram transferidos para o forte de Santo Antônio; isso acabou gerando um desentendimento entre os capitães, para ver quem assumiria o comando do Cabedelo. O capitão-mor Antônio de Albuquerque escolheu Martim Soares que havia chegado de madrugada no forte de Santo Antônio. Soares avisava que a tropa do capitão Azevedo havia ficado no Mamanguape, protegendo o local. O governador nomeou Soares para assumir o forte do Cabedelo.

No dia 11, os conflitos entre o forte do Cabedelo e os acampamentos inimigos se mantiveram. Houve novas trocas de disparos, além de tiros de canhão e morteiro. As tropas do coronel Schkoppe avançavam através das trincheiras, o comandante Lichthart conseguiu capturar dois botes do inimigo, um novo canhão de bronze foi montado na bateria do capitão Ley, sendo ele de maior alcance.

¹⁴¹ Sobre os motivos da traição de Calabar um bom texto a respeito é o artigo de SCHALKWIJK, Frans Leonard. "Por que, Calabar? O motivo da traição". *Fides Reformata*, n. 5, vol. 1, 2000.

¹⁴² No dia 7 de novembro Calabar chegou ao Mamanguape com quatro naus e um patacho. No rio, incendiaram uma caravela que estava descarregada, mas saquearam um patacho que carregava açúcar. (COELHO, 1654, p. 151).

Joannes de Laet (1925, p. 54) informa que o coronel Schkoppe, o qual estava sem major, nomeou o capitão Hinderson para o cargo de major e lhe conferiu três companhias para comandar. Ainda no mesmo dia 11, o capitão Francisco Peres de Souto, o qual havia sido enviado pelo general Matias de Albuquerque, chegou na ocasião ao forte de Santo Antônio. Naquela noite, alguns tiros de morteiro caíram dentro do forte, causando muito estrago devido aos estilhaços. (COELHO, 1654, p. 159). Não obstante, também no dia 11 chegou à notícia de que o Conde de Bagnuolo estava a caminho com seu terço.

No dia 12 de dezembro, inicia-se uma nova etapa da terceira invasão. Enquanto na primeira invasão os holandeses lutaram por cerca de seis dias e abandonaram a tentativa na noite do dia 11, três anos depois, eles estavam determinados a não desistir da conquista. Iniciava-se o oitavo dia de conflitos, no qual o governador havia enviado suprimentos e cestões para reforçar as trincheiras.

Na ocasião, alguns remadores foram feridos, pois o comando holandês ordenou que trincheiras fossem erguidas próximas do rio, de forma a garantir que seus atiradores conseguissem ter mira para acertar as embarcações que transitavam entre os dois fortes. O Santo Antônio estava mais bem abastecido e defendido que o Cabedelo; se os holandeses conseguissem barrar o envio de suprimentos para o Cabedelo, seria um duro golpe para sua guarnição, a qual já possuía o caminho por terra praticamente inviável devido à ocupação do exército inimigo nas suas cercanias.

Na tentativa de afastar o inimigo das margens do rio e do próprio forte, duas incursões foram feitas naquele dia: a primeira liderada pelo alferes Antônio da Silva Lobo, o qual conseguiu matar um capitão do inimigo. A segunda foi comandada pelo sargento D. Fernando de Alvarado, na qual resultou na morte de trinta inimigos, mas teve sete homens feridos entre os seus (COELHO, 1654, p. 160).

No dia 13, novas chalupas foram enviadas com suprimentos e homens, mas os ataques inimigos cresciam cada vez mais. Duarte de Albuquerque Coelho (1654, p. 160) conta que morteiros e canhões eram apontados no intuito de afundar as embarcações; para contra-atacar os canhões nas trincheiras inimigas à beira-rio, o capitão Francisco Peres de Souto enviou mais homens para o combate, mas uma bomba atingiu o interior do forte do Cabedelo, explodindo cartuchos de pólvora, o que vitimou oito homens e deixou outros feridos.

No terminar daquele dia, o número de mortos até o momento era de 52 e o de feridos subiu para 86 (COELHO, 1654, p. 160). Em comparação à primeira expedição,

o número de feridos da terceira já era superior. Possivelmente isso foi reflexo do fato que as táticas de combate mudaram para essa expedição, como o caso de procurar atirar bombas por cima dos muros, tática essa repetida várias vezes pelos holandeses ao longo desse cerco.

No dia seguinte, o governador Antônio de Albuquerque decidiu enviar quatro chalupas de apoio ao Cabedelo. Tais embarcações eram capitaneadas pelos irmãos Antonio e Francisco Perez Calhaú, naturais da Ilha Terceira nos Açores, os quais seriam protagonistas de um dos atos heroicos da terceira invasão, segundo Duarte de Albuquerque Coelho¹⁴³.

Ainda no dia 14, a companhia espanhola do capitão Fernando de la Riba Agüero¹⁴⁴ chegou ao Cabedelo, mas não se dirigiram até o forte, pois lhe foi avisado que seria perigoso, devido às trincheiras e postos inimigos que o cercavam, além do fato que o capitão trazia poucos homens. No entanto, é importante salientar que Riba Agüero vinha em companhia do Conde de Bagnuolo, embora, pelo relato de Coelho, não se sabia se o capitão chegou antes do conde, ou eles chegaram no mesmo dia.

Mas enquanto os portugueses mantinham seu empenho de defender o forte do Cabedelo, os holandeses tomaram a decisão de começar a atacar o forte de Santo Antônio. O major Jean Descars provido de 50 ou 60 homens decidiu atacar as defesas do forte de Santo Antônio, mas acabou capturando dois camponeses e quatro escravos africanos.

Segundo Laet (1925, p. 55), tais prisioneiros lhes informaram que os fortes estavam com baixo estoque de pólvora, a milícia havia fugido, e o Conde de Bagnuolo se encontrava na capital, com uma tropa de 600 homens. Não se sabe exatamente quando Bagnuolo chegou à cidade da Paraíba, mas pelo que aparenta nos relatos de Coelho e Laet, antes do dia 16 de dezembro, ele já estivesse na capital paraibana, pois, no dia 17, o capitão-mor Antônio de Albuquerque foi se encontrar com ele.

Nos dois dias seguintes, os disparos se intensificaram. O capitão Domingo de Arriaga que se encontrava no forte do Cabedelo foi morto no dia 15, e no dia 16 foi a

¹⁴³ Segundo a narrativa, Antônio Peres Calhau o qual capitaneava a balsa, foi atingido no braço direito; seu irmão ofereceu-se para assumir o timão, mas Antônio recusou, dizendo que usaria o braço esquerdo. Posteriormente ele teria levado um tiro no peito, o incapacitando de se manter no comando da embarcação, assim, Fernando Calhau assumiu o timão e cumpriu com a missão de entregar os suprimentos. Coelho (1654, p. 161) diz que os irmãos mesmo feridos conseguiram cumprir com sua missão e foram parabenizados pelo ato de heroísmo.

¹⁴⁴ Embora Riba Agüero tenha lutado na Paraíba na primeira e terceira invasões, o general Matias de Albuquerque não apreciava ter sua presença por perto e tão pouco delega-lhe ordens e homens, pois dizia que o capitão espanhol possuía “pouca experiência militar” e era temperamental (MELLO, 2007, p. 211).

vez do capitão Jerônimo Pereira ser morto. O comando passou para Gregório Guedes Souto Maior, no entanto, o agravamento não se dava pela morte dos dois capitães, mas pelas condições estruturais do forte e de seus defensores; neste caso, dos três baluartes da fortificação, todos estavam bem danificados pelo intenso bombardeio que vinha ocorrendo a mais de uma semana.

Ainda no dia 16, a bateria para se atacar o forte de Santo Antônio havia ficado pronta, e os disparos se iniciaram. Alguns navios que estavam ancorados em Lucena foram enviados para o sul, no intuito de localizar possíveis navios de socorro que estivessem vindos de Pernambuco ou da Bahia. A notícia de que o Conde de Bagnuolo¹⁴⁵ havia chegado à capitania, levou o comando holandês a aumentar sua precaução, daí ter enviado embarcações para vasculhar o mar em busca de possíveis novos reforços.

No dia 17 de dezembro o capitão Bayardt chegou do Rio Grande, comunicando que as tropas indígenas se encontravam ainda no Cunhaú, tendo encontrado alguns inimigos num reduto na região. Logo, elas ainda demorariam a chegar (LAET, 1925, p. 56). Pela tarde daquele dia, a “bateria do norte” (como Laet se refere), prosseguiu com os disparos contra o forte de Santo Antônio, então se enviou uma carta de rendição a qual foi recusada. Todavia, embora os disparos da “bateria do norte” cobriram os muros do forte de Santo Antônio com projéteis entre os dias 16 e 17, o governador da Paraíba não estava presente, tendo se retirado para a capital, a fim de encontrar-se com o Conde de Bagnuolo.

Llegò el Governador a la ciudad a los 17 de Dize(m)bre, i cõfiriendo con el Conde, i con los demas q(ue) se llamarõ a Consejo, lo q(ue) se podia hazer, parecia, q(ue) luego se aprestassen três navios, de los que estavan en el Varadouro, i Puerto, para q(ue) se embarcasse la gente, i todo los demas, con q(ue) por el rio abaixo se fuesse a meter el socorro, sin embargo de q(ue) los navios no se podrian salvar. (COELHO, 1654, p. 162).

¹⁴⁵ Giovanni di San Felice (1575-1640) foi um nobre e militar italiano que prestou serviço a Coroa Espanhola. Inicialmente serviu aos espanhóis em Nápoles, mas depois foi enviado ao Brasil onde participou em 1625 na expulsão dos holandeses de Salvador, e em 1631 havia retornado a colônia, voltando a participar da guerra contra os holandeses até o fim da sua vida. Homem de decisões controversas gerou polêmicas envolvendo o general Matias de Albuquerque e outros líderes militares, as quais o tornaram impopular ao governo colonial português (MELLO, 2002, p. 44). Duarte de Albuquerque escreveu a respeito das campanhas de Bagnuolo em várias ocasiões nas *Memórias Diárias da Guerra do Brasil*.



Figura XVII: Retrato de Giovanni Vincenzo San Felice. Conde de Bagnuolo, Príncipe de Monteverde, mestre-de-campo no Brasil. Gravado por Francesco de Grado. 1601. Fonte: <http://www.nobili-napoletani.it/sanfelice.htm>.

Coelho não nos fornece detalhes acerca dos planos discutidos entre o conde e o governador, provavelmente não obteve acesso a tais informações, no entanto, relata de forma breve que a ideia era enviar a tropa de Bagnuolo através de três navios até o mais próximo que conseguissem chegar do forte do Cabedelo, mas o problema era que o inimigo controlava a Restinga e possuía artilharia em postos à beira-rio. Os três navios seriam bombardeados ao cruzarem suas linhas de fogo.

Quanto mais demorassem, o risco dos holandeses tomarem o Cabedelo de assalto e conquistá-lo era cada vez maior. No intuito de tentar enganar o inimigo, optou-se por um engodo: o capitão Riba Agüero seria enviado no dia 18, com sua companhia e mais alguns homens, totalizando 250 soldados. A ideia era que Riba Agüero posicionasse suas tropas no Cabedelo, atraindo a atenção do inimigo, o que por sua vez diminuiria o número de soldados nos postos à beira-rio, permitindo que os navios que levariam o terço de Bagnuolo viessem a sofrer menos dano.

Embora o plano fosse arriscado, a situação mostrava-se grave naquele momento; mas, para o infortúnio dos portugueses e espanhóis tal plano chegou tarde demais. Pela manhã do dia 19 de dezembro, Riba Agüero enviou o alferes reformado Miguel Sanches

e mais quatro soldados, com a missão de chegarem até o forte e averiguar a situação no local, mas quando os cinco saíram da floresta e pisaram na esplanada que rodeia o forte, eles se depararam com a estrutura danificada e a bandeira inimiga tremulando no mastro. O forte do Cabedelo havia sido capturado.

O diretor Joannes de Laet informa que ainda no dia 18, os capitães do forte do Cabedelo já haviam apresentado sinais de uma possível rendição. Uma reunião com o coronel Sigismund von Schkoppe foi solicitada.

Sendo aceita a proposta sahiram do forte dous capitães e foram trazidos ao acampamento do Coronel Schuppe, sendo um delles um velho e comedido e o outro jovem e fogoso; chamava-se o ultimo D. Gaspar. Observaram que só tinham ordem de desculpar-se polidamente por terem repellido sem ouvir na véspera o tambor e procurar saber o que diziam na missiva. Depois de lida a carta e de lhes perguntarem qual era a sua missão, o velho disse finalmente que estavam encarregados de entrar em negociações com os nossos e combinar as condições pelas quaes renderiam o forte. Exigiram que os deixassem sahir com todas as suas armas, com as bandeiras despregadas, morrões accesos, bala em bocca, etc., levando tambem o estandarte do rei, todos os canhões e as competentes munições e que lhes fossem dados botes para os transportarem á cidade. Mas os nossos recusaram somente na sahida com as honras militares e que fossem transportados pelos nossos navios ás Antilhas, Terceira ou outro lugar. (LAET, 1925, p. 56).

Segundo o relato de Joannes de Laet, a impetuosidade de D. Gaspar falou mais alto e naquele momento ele não concordou plenamente com os termos de rendição. No entanto, o coronel ofereceu um prazo de até às cinco horas da tarde daquele dia, para ele se decidir. Os dois capitães retornaram ao acampamento do coronel Schkoppe após o prazo dado, propondo novos termos, o que incluía levar a bandeira, um dos canhões e que fosse concedido que metade da companhia pudesse seguir caminho para o interior da capitania, e não serem deportados para as ilhas como proposto anteriormente.

O coronel manteve os termos anteriores, e abriu uma exceção, permitindo que apenas 50 soldados pudessem permanecer (Coelho mencionou que foram 120)¹⁴⁶. D. Gaspar de Valcaçar teria se indignado com tal exigência, mas acabou implorando “com lágrimas nos olhos” uma segunda opção. Então os termos foram assinados e foi permitido que ao invés de 50 homens, 100 poderiam permanecer.

Durante as negociações o forte do Norte deu alguns tiros, como querendo exhortar o outro á firmeza ou avizar alguma cousa e veio ao mesmo tempo uma canôa do outro lado com duas pessoas; mas os do forte do sul (sendo intimados pelos nossos de fazel-os retroceder ou que impediram de approximar-se) atirou contra elles e tiveram de voltar. Os nossos, além disso,

¹⁴⁶ Coelho (1654, p. 164) não diz quantos homens se encontravam no forte, mas informa que 82 morreram ali e outros 103 ficaram feridos, sendo que 120 foram rendidos. Por tais dados, estimamos que a tropa do Cabedelo naquela ocasião fosse algo entorno de pelo menos 300 homens.

montaram guarda junto ao forte para impedir que alguém entrasse lá. Às sete horas da manhã vieram outra vez os capitães com a lista pedida, e depois que o commandante do forte, Simão de Albuquerque, entregou as chaves nas mãos do nosso Coronel e chefe, entraram tres das nossas companhias. Depois disso ordenaram a saída da gente que devia ser transportada nos nossos navios, segundo o accordo, e saíram primeiro 340 bravos soldados e foram acampados na praia. (LAET, 1925, p. 57).

Laet informou que dois frades que estavam no Cabedelo, avisaram os holandeses que o pessoal que havia ficado era mais numeroso do que o estipulado, o que incluía alguns mercenários estrangeiros e vários habitantes da capitania. Os dois religiosos aconselharam que os habitantes fossem deixados para voltarem a cultivar a terra, e os soldados fossem levados embora.

Tal conselho foi acatado, e os oficiais com sua criadagem puderam permanecer na capitania, assim como, os habitantes. Os que eram soldados pagos foram encaminhados para se reunir com o restante dos prisioneiros na praia. Laet informa que foram 150 homens deixados livres, e 350 foram aprisionados, sendo que alguns mercenários estrangeiros aceitaram trabalhar para a WIC.

Assim cahio em nossas mãos o forte Cabedello ou Sta. Catharina, situado á margem Sul do rio Parahyba. Foram encontrados nelle seis canhões de bronze (um dos quaes tinha uma brecha) atirando 10 e 16 libras de ferro e 15 columbrinas atirando 12, 8, 6 e 5 libras de ferro, uma bôa quantidade de balas e alguns barris de pólvora e outros artigos bellicos. Os nossos durante o assedio deram 468 tiros com canhões de grande calibre e 60 com columbrinas e atiraram 52 granadas grandes e 7 bombas de morteiro. Tiveram ao todo 32 mortos, entrando nesse número dous capitães e um porta insígnia: o inimigo teve cerca de 30 mortos. (LAET, 1925, p. 58).

Nas *Memórias diárias*, Duarte de Albuquerque confirmou as condições de rendição acordadas pelos capitães D. Gaspar de Valcaçar e Gregório Souto Maior, e oficializadas pelo capitão Simão de Albuquerque, embora não indicou alguns detalhes dados por Laet, como os tiros disparados pelo forte do Santo Antônio, o envio do bote com dois homens, a rudeza do capitão Gaspar, as mudanças nos termos e o conselho sugerido pelos dois frades.

No dia 20 de dezembro, foi decidido dar-se folga para parte do exército a fim de se celebrar a vitória obtida com a rendição do forte do Cabedelo. Cultos foram realizados em holandês, francês e inglês. Ao mesmo tempo, ordenou-se que reparos fossem feitos no forte e as trincheiras ofensivas fossem enterradas, para impedir que o inimigo tentasse usá-las para recuperar o forte (LAET, 1925, p. 58).

Após a celebração, o conselho de guerra deliberou o próximo passo: atacar-se a capital ou tentar tomar o forte de Santo Antônio. Então se cogitou tomar a capital, mas

havia o perigo de que a companhia do Conde de Bagnuolo resistisse bravamente, além de convocar os moradores do campo para pegar em armas; no entanto, eles sabiam que parte da população rural havia fugido ou estava refugiada no interior.

Pensou-se em tomar caminho para a cidade indo do Cabedelo por terra, através da “estrada de bois” que seguia até a Lagoinha (atual lagoa do Parque Sólton de Lucena), essa estrada era o caminho mais rápido, mas cruzava as terras da fazenda Boisson, local que estava guarneado e possuía um reduto, como Coelho fez menção. No entanto, Laet (1925, p. 58) diz que um dos prisioneiros, Bento do Rego disse que havia outro caminho, o qual seguia até uma angra chamada Tambuja Grande (Tambiá Grande), a qual dava até a metade do caminho, passando longe do reduto dos Boisson.

O coronel Arciszewski planejou enviar uma expedição até essa angra, no entanto, na noite do dia 21, dois mercenários franceses chegaram a um dos acampamentos holandeses, dizendo que o forte de Santo Antônio estava fracamente guarneado, dispondo de poucos homens no momento, e de pouca pólvora e balas. Os dois franceses disseram que se os holandeses cercassem o forte, provavelmente teriam êxito em conquistar a sua rendição.

Essa informação produziu diferentes impressões, julgando alguns que era uma cilada e que era muito possível que o Conde com a sua gente se postasse às escondidas no matto para cair de improviso sobre os nossos, não podendo elles imaginar que o inimigo abandonasse tão facilmente um forte tão bem situado e tão bem montado. Comtudo pouco se perdia em mandar um tambor fazer uma intimação ao forte. (LAET, 1925, p. 59).

Com a capitulação do forte do Cabedelo, as esperanças de continuar a defender a barra do rio Paraíba praticamente estavam perdidas. Um efeito dominó se iniciava. Após receber a notícia da perda do forte, o governador Antônio de Albuquerque Maranhão, que se encontrava no forte de Santo Antônio, decidiu se refugiar na ermida de Nossa Senhora da Guia¹⁴⁷, localizada em uma colina a um quarto de légua do forte. Local que concede uma visão estratégica da barra do rio.

Visivelmente o governador abandonava qualquer plano de resistência. O capitão Martim Munoz foi uns dos quais partiram com ele. No forte de Santo Antônio, o capitão Luiz de Magalhães, então responsável pela fortificação, se encontrava diante de uma situação na qual não havia mais chances de manter resistência. Os artilheiros que eram

¹⁴⁷ Hoje no local se encontra a Igreja de Nossa Senhora da Guia, importante ponto turístico e de romaria no município de Lucena. Todo ano em meados do mês de agosto é realizada a festa em homenagem a Nossa Senhora da Guia.

mercenários hamburgueses e ingleses haviam fugido, e parte da guarda, que era formada por moradores, também havia debandado.

No dia 22, o tambor que anunciava a proposta de rendição começou a tocar no lado de fora do forte. O capitão Luiz de Magalhães recebeu de bom grado os termos, os encaminhando ao governador que se encontrava na ermida da Guia. No entanto, o governador se recusou a aceitar os termos. O coronel Schkoppe considerou que aquilo poderia ser uma armadilha. Chegou a correr o boato de que a companhia do terço do Conde de Bagnuolo estaria escondida na floresta em torno do forte.

As horas passaram, e nenhuma resposta veio em retorno, então uma segunda mensagem foi enviada, exigindo que Luiz de Magalhães sendo capitão responsável pelo forte, tomasse a decisão independente das ordens do governador da Paraíba. Caso contrário, o forte seria atacado. Magalhães comunicou novamente ao governador acerca dessa ameaça, entretanto, Antônio de Albuquerque havia recebido informação de D. Gaspar de Valcaçar, um dos rendidos no Cabedelo, que a tropa de Bagnuolo ainda se encontrava na cidade e poderia seguir para defender o Santo Antônio.

Vendo nisso uma luz de esperança ou não, o governador ordenou que Martim Munoz e o capitão napolitano Pedro Palomo seguissem com suas tropas para o Santo Antônio, caso ele fosse atacado, eles aguentariam até que Bagnuolo e seu terço chegassem. Todavia, Magalhães se recusou a cumprir com esse plano, e o governador o destituiu do comando, elegendo Valcaçar em seu lugar.

No dia 22 de dezembro, as companhias de Munoz e Palomo adentraram o forte, tendo ficados atônitos com as condições que o encontraram. Nesse ponto, Coelho diz que começou a surgir uma confusão entre os comandantes e seus subordinados, pois alguns alegavam que não haveria condições de proteger um forte que estava avariado e contava com pouca munição para as armas e os canhões. O burburinho prosseguiu por algum tempo, até que finalmente Munoz e Palomo decidiram aceitar a rendição. Valcaçar concordou em seguida. O forte rendeu-se naquele mesmo dia.

O coronel Arciszewski, o conselheiro Stachouwer e o comandante Lichthart chegaram a Lucena pela noite do dia 22, com três companhias para averiguar o local. Percebendo que havia mais gente do que se supunha. O coronel Arciszewski ameaçou de ordenar que canhões atirassem, então enviou o mensageiro para tocar o tambor, anunciando que pretendia tratar dos termos de rendição.

Demoraram muito em abrir a porta e abrindo-a finalmente desejaram que entrasse uma pessoa de distinção, a princípio disseram com 10 homens e como não fosse aceita essa proposta, fixaram o numero em 20, para assignar

a capitulação. O Commandeur Lichthart aceitou a comissão de entrar no forte, mas o Coronel, receando qualquer traição e para pregar-lhes uma peça, tomou a resolução de fazer entrar também a sua companhia e quando os 20 homens estavam dentro aproximando-se do Commandeur e do emissário, a sua companhia irrompeu pela porta adentro e depois também a do Major Hinderson, e ali pararam com a capitulação. Eles se queixaram disso, mas o Coronel atribuiu-lhes a culpa, pois que apparecera mais gente na muralha do que haviam declarado. (LAET, 1925, p. 60).

Os termos de rendição foram assinados. A guarnição do forte de Santo Antônio teve o mesmo direito dado à do Cabedelo, mas com o diferencial de não serem obrigados ao exílio como prisioneiros. Ao todo eram 36 homens ali.

O coronel Arciszewski destacou sua companhia para se apossar do forte, e voltou a se encontrar com o coronel Schkoppe, os quais adentraram ainda naquela noite o rio, seguindo em vários navios, levando 1.600 homens, indo ancorar na angra do Tambiá Grande. O forte de Santo Antônio havia se rendido na noite do dia 22. Já Coelho (1654, p. 165) disse que a rendição ocorreu na manhã do dia 23.

Ao receber a notícia da rendição do segundo forte, Bagnuolo que ainda se encontrava em Filipeia, viu que não havia mais necessidade de enviar seus homens, pois a batalha estava perdida. Ele ordenou que os estoques de açúcar, pau-brasil, tabaco e outras mercadorias fossem queimados e algumas casas também, já que não seria possível defender a cidade com aquele pequeno contingente de homens que dispunha, logo, era preferível destruir o que fosse valioso, ao invés de deixar espólios de guerra aos vencedores. Além disso, a população já vinha abandonando a cidade há alguns dias, deixando para trás o que não pôde carregar.

Bagnuolo também ordenou que o capitão Manuel Perez Correia, responsável pelo forte do Varadouro, abandonasse-o, levando consigo os canhões que pudessem carregar, a fim de montar resistência em outro local. Após tais ordens, o conde e sua tropa deixaram a cidade, partindo de volta para Pernambuco.

Na véspera de Natal do ano de 1634, o exército holandês adentrou a cidade de Filipeia de Nossa Senhora das Neves, também chamada de cidade da Paraíba; a qual Servaes Carpentier (2004, p. 112) a comparou em tamanho com a cidade de Geertruidenberg, dizendo que ambas eram pequenas urbes, no entanto, Filipeia possuía menos construções, havendo muitas áreas desocupadas. De acordo com D. Luís de Meneses (1679, p. 53) a cidade da Paraíba em 1631, teria uma população estimada em 500 habitantes, o que revela ser realmente um pequeno núcleo urbano.

Ao chegar por volta do meio-dia, o exército holandês se deparou com uma cidade em silêncio. O forte do Varadouro havia sido abandonado e alguns canhões haviam sido jogados no rio e outros levados embora. Outros canhões localizados numa bateria no porto e num reduto na cidade, ou foram levados ou jogados no rio. O comandante Lichthart encontrou um reduto a oeste da cidade, o qual ainda estava sendo ocupado, mas com a visão dos barcos inimigos se aproximando, a guarnição de lá fugiu. Foram encontradas quatro colubrinas. Após conferir que o reduto estava realmente abandonado, o comandante retornou para a cidade, indo se reunir aos coronéis e demais oficiais e soldados (LAET, 1925, p. 61).



Figura XVIII: A cidade da Paraíba. Detalhe do mapa *Afbeelding der Stadt en Fortessen van Parayba* (Representação da cidade e dos fortes da Paraíba). Autor: Claes Janz Visscher. Ano: 1634-1635. **Fonte:** Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. **Legenda:** 1) Igreja de Santo Antônio e Convento de São Francisco (hoje mais conhecida como Igreja de São Francisco); 2) Igreja Matriz (atual Catedral de Nossa Senhora das Neves); 3) Igreja de São Bento; 4) Bateria a beira-rio com dois canhões; 5) Armazéns incendiados e navios holandeses aportando no cais do Varadouro, no rio Sanhauá; 6) Tropas holandesas marchando em direção a cidade; 7) Soldados portugueses em fuga.

Um mercenário hamburguês que atuava como artilheiro para os portugueses, e vivia há algum tempo na capitania, era a única pessoa naquela cidade abandonada. O mercenário aceitou se unir ao exército vencedor. O hamburguês os informou que o Conde de Bagnuolo havia partido no dia anterior para Goiana, percebendo que não haveria forma de defender a cidade. O governador e suas companhias haviam incendiado três navios e dois armazéns, todos com carregamento de açúcar, então partiram para o interior da capitania.

Disse mais o Hamburguez que a burguezia no campo aqui e acolá achava-se arruinada, mas estavam inclinados a voltar para suas casas e lavouras sob condições favoráveis, como diremos depois mais amplamente. Assim apoderaram-se os nossos finalmente da Parahyba (da qual havia muito procuravam e tentavam apossar-se) e de todas as fortalezas nas proximidades dali, acharam nella e se apoderaram de nove canhões de bronze atirando 16 libras de ferro e quatro atirando 10 libras, e alem disso 45 columbrinas de 12, 10 e 8, mas a maior parte de 5, 4 e 3 libras, e pouca munição, a saber: 1.484 libras de pólvora, 1.870 libras de morrão, 1.553 balas de vários pesos e também poucos artigos bélicos. Compararam-na em tamanho a Gertruydenberg, tem um bello convento e bom porto. (LAET, 1925, p. 61).

Após quase 20 dias de conflitos contínuos a Capitania da Paraíba era derrotada, pois embora houvesse gente armada nos engenhos e fazendas de gado, mas ao receberem a notícia que os fortes haviam sido capturados e a capital ocupada, a população rural começou a abandonar suas casas e fazendas, e a migrar para Pernambuco, e de lá alguns seguiram rumo a Bahia.

2.4 A capitulação da Paraíba: 24-31 de dezembro

Os que não escolheram se render ao inimigo após a capitulação da cidade da Paraíba, na véspera de Natal de 1634, optaram em fugir, o que incluiu o governador Antônio de Albuquerque Maranhão, o qual antes de escolher a fuga, tentou formar um reduto de resistência, a fim de continuar a lutar para resgatar sua capitania. Como visto anteriormente, o governador havia abandonado o forte de Santo Antônio e se refugiado na ermida da Guia, ao norte do forte.

Depois que recebeu a notícia da rendição do forte de Santo Antônio, o governador e as tropas que o acompanhava, o que incluía as companhias de Munoz e Palomo entre outras, decidiram retornar para a cidade, mas no caminho ficaram sabendo que a capital havia sido evacuada, e o Conde de Bagnuolo havia ido embora. De acordo com Coelho, o governador ouviu o som de disparos vindos da cidade, mas eram tiros de celebração dados pelos holandeses.

Diante de tal notícia, Antônio de Albuquerque decidiu procurar apoio de Duarte Gomes da Silveira, partindo para o Engenho Salvador, localizado a margem do rio Inobi, um dos afluentes do rio Paraíba. Ali próximo do engenho de Duarte Gomes, havia um reduto chamado Luiz Mendes de Vasconcelos. Todavia, ao chegar a este reduto no dia 25, o governador viu que ele não se encontrava em condições de ser usado como posto de defesa (COELHO, 1654, p. 167).

O governador retornou ao Engenho Salvador e ali se reuniu com a tropa de indígenas do capitão Martim Soares, e um enorme grupo de famílias indígenas que eram liderados pelo padre Manuel de Moraes. Ambos haviam lutado contra os tapuia enviados pelos holandeses do Rio Grande. Como chegaram tarde demais para socorrer o forte de Santo Antônio, agora se reuniam ali com o governador.

No dia 26, o capitão-mor voltou a seguir viagem com suas companhias, indo dessa vez ao Engenho Santo Antônio, pertencente a Manuel Perez Correia, na época capitão do forte do Varadouro. Na ocasião, Correia relatou ao governador as medidas tomadas pelo Conde de Bagnuolo em respeito à cidade, como ter ordenado a queima do açúcar e outros produtos. De qualquer forma, seu engenho também não possuía condições para se tornar um reduto (COELHO, 1654, p. 167).

Enquanto tomava a decisão de para onde seguir, o senhor de engenho, o velho Duarte Gomes da Silveira, que na época já contava com mais de setenta anos, teria ido “hablar con o General inimigo, que fue o mismo que re(n)dirsele” (COELHO, 1654, p. 167). Por essa perspectiva, Coelho considerava que o fato de Silveira ter supostamente ido a cidade procurar os holandeses, conotasse que ele havia se debandado para o lado inimigo, e teria delatado a localização do governador da Paraíba.

Coelho prossegue dizendo que no dia 27, o coronel Crestofle Arciszewski acompanhado de setecentos homens partiu para o Engenho Salvador, indo no intuito de procurar o governador. Todavia, tais informações são desconstruídas, pois Coelho informa que desde o dia 26, o governador havia ido ao Engenho Santo Antônio, e pelo que parece não saiu dali, pois no dia 28, Duarte Gomes se dirigiu para lá, onde foi lhe dada voz de prisão por Antônio de Albuquerque, sendo acusado de traição (COELHO, 1654, p. 168).

No dia 29, já se aproximando do final do ano, o capitão-mor Antônio de Albuquerque decidiu procurar refúgio no Engenho Itapuá, pertencente a Antônio Carreira de Valladares. O Itapuá era o engenho mais distante da costa em sentido oeste, (HERCKMANS, 2004, p. 76), ficando a distância de dez léguas¹⁴⁸ do Engenho Santo Antônio (COELHO, 1654, p. 168).

Para lá, o governador enviou o padre Manuel de Moraes e seus índios na frente, a fim de avisar a Antônio de Valladares sobre seu plano de usar o engenho como base. Nesse ponto da história se instaurou um ardil, ainda hoje complicado de se entender.

¹⁴⁸ Devido à variação no tamanho das léguas, a distância poderia ter oscilado entre ficar a 48 km ou 66 km de distância.

Enquanto o governador se dirigia no dia 30 com suas companhias para o Engenho Itapuá, Duarte Gomes era conduzido como prisioneiro pelo capitão D. Gaspar de Valçar e mais doze homens, mas de alguma forma ele acabou sendo solto no caminho, ao ser resgatado pelos holandeses.

Duarte de Albuquerque diz que Silveira estava de tramoia com o padre Moraes, e assim, havia conseguido enviar uma mensagem para os holandeses virem lhe resgatar. Por sua vez, Joannes de Laet (1925, p. 61) diz que a notícia que Silveira estava preso, chegou por um contato recebido por Bento do Rego, cuja identidade de tal contato era o genro de Antônio de Valladares. Assim, o genro de Valladares havia entregado ao inimigo os planos do governador Maranhão em usar o Engenho Itapuá como base. Com tal informação, o coronel Schkoppe destacou o major Picard, lhe designando o comando de oito companhias para ir resgatar Silveira e interceptar o governador da Paraíba.

Neste caso, Coelho confirma o envio de oitocentos homens, o que sugere que cada companhia possuía cem membros. No entanto, ele diz que o chefe daquela expedição era o coronel Arciszewski. Independente de quem foi o líder, os números do efetivo militar batem, assim como, o fato de que os holandeses haviam enviado tais tropas para resgatar Silveira e caçar o governador Antônio de Albuquerque.

Não sabemos de fato quem foi ou foram os responsáveis por delatar o plano do governador Antônio de Albuquerque. Teria sido o padre Moraes, pois se sabe que ele depois se debandou para o lado do inimigo? O genro de Valladares, o qual havia ido negociar a rendição de sua família? Duarte Gomes, que supostamente tramava com o inimigo há alguns dias? Ou os três? Ou alguma outra figura desconhecida?

O governador sabendo que o inimigo havia descoberto seus planos de ir se refugiar no Engenho Itapuá, ordenou mudança de rota, seguindo em direção a Pernambuco, desistindo de tentar alguma ação no intuito de continuar a resistência em sua capitania.

Duarte de Albuquerque (1654, p. 169-170) listou o nome de alguns senhores que abandonaram a Paraíba junto ao governador, ou aproveitaram sua fuga. Entre eles estavam os irmãos Brandão, Jorge e Luiz, e seu sobrinho Francisco, os quais eram senhores de engenho; o próprio Manuel Correia que abandonou seus engenhos e terras; o também senhor de engenho Manuel Quaresma Carneiro. João Souto, João Rodrigues Machado, João Tavares, Francisco Gomes Muniz (provedor da Fazenda Real na capitania), João Camelo (escrivão do provedor) entre outros.

Além destes, as companhias de Munoz, Palomo, Suarez e o restante da guarnição do Cabedelo e do Santo Antônio que haviam permanecido na capitania, também se evadiram para Pernambuco. De lá, cada um seguiu seu caminho, mas muitos pretendiam ir para a Bahia, cuja capitania estava livre do jugo holandês.

Além desses aspectos a serem mencionados, resta mais alguns poucos, os quais concluem a história da conquista da Paraíba pelos holandeses. A fim de não quebrar a linha de raciocínio que diz respeito à tentativa do capitão-mor Antônio de Albuquerque Maranhão que entre os dias 24 e 30 tentou estabelecer uma base de resistência, optamos em não comentar os termos de rendição propostos à capitania, os quais de acordo com Laet (1925, p. 91-92), foram escritos no dia 26, formados por doze artigos ou cláusulas:

1. Em primeiro lugar vos deixaremos livres o exercício de consciência do mesmo modo como tendes usado antes, frequentando as igrejas e praticando os sacrifícios divinos, conforme seus ritos e preceitos; não roubaremos vossas igrejas e nem deixaremos roubar, nem ofenderemos as imagens e nem os padres nos actos religiosos ou fora delles.
2. Nós vos manteremos em paz e com toda a justiça e vos defenderemos em tempos de guerra contra quem vos quiser atacar ou molestar, de qualquer nação ou condição que sejam.
3. Nós vos deixaremos viver em vossas casas, terras e propriedades sem incommodo algum, devendo apenas pagar aos Snrs. Governadores o dízimo, isto é, 10 por cento dos fructos e produtos que recolherdes, do mesmo modo como pagais ao rei Philippe, e das mercadorias que embarcarem na Hollanda, pagareis os impostos e direitos que estais habituados a pagar até agora, sem que jamais lancemos sobre o povo novos tributos ou pensões nem aqui nem na Hollanda sobre as fazendas que possuis ou embarqueis, nem sobre as pessoas ou famílias.
4. Nós vos deixaremos conservar e possuir os citados bens, bois, cavallos e outros animaes e vossos escravos, sem procurar tomal-os; pelo contrário vos daremos os que precisardes para o vosso serviço, para empregal-os, á vontade, fazendo comvosco contractos semelhantes, convenientes na vinda e compra de escravos e outros bens, do mesmo modo porque estáis habituados a fazer até agora com os outros, e si os escravos fugirem ou ficardes privados delles, de qualquer maneira que seja, nós faremos tanto o quanto estiver ao nosso alcance para os restituir, visto que os trabalhos dependem muito do escravo.

5. No caso de algum dos habitantes ou outras pessoas desta capitania quiserem partir por mar ou por terra para vender os seus generos ou para qualquer outro fim, para da Hollanda viajar para taes paizes que preferirem, deixaremos que partam livremente, fornecendo-lhes navios e competentes transportes.
6. No caso que venha da Hespanha uma esquadra real, que seja tão poderosa que recupere este paiz, poderão embarcar e salvar-se como melhor entenderem, de arriscar as suas pessoas e lhe daremos para isso todo auxilio.
7. Todos que quiserem se sujeitar ao nosso domínio para viver em tranquilidade, ordem e justiça, devem comparecer, para fazer-nos o necessário juramento de fidelidade e garantia, e isso o mais depressa possível.
8. Não vós obrigaremos nem aos vossos filhos a serem soldados contra a vontade, mas apenas acceitaremos os que espontaneamente desejarem.
9. Si achardes que alguém vos engana, o puniremos e castigaremos conforme as leis, ouvindo primeiro sem misturarmos no julgamento paixão ou affectação.
10. No caso de sobrevir qualquer questão entre os nossos e os Portuguezes, será feito um jugalmento e pronunciada a sentença pelo que o processo correrá igualmente sem paixão ou afecctação para que a justiça seja uniforme e que os habitantes não fiquem em condição ou posição inferior do que os nossos, para assim mantel-os na maior paz e amizade.
11. No caso que sobrevenha alguma questão somente entre os Portuguezes nomearemos juizes da sua nação, que farão o inquérito e julgarão em todo o direito, segundo as leis e ordenanças de Portugal.
12. Poderão usar livremente armas ofensivas ou defensivas, mosquetes e outras, por causa dos bandidos, negros e outros inimigos. Todos que aceitarem essas condições e comparecerem perante nós, podem ficar bem certos que serão todas completamente observadas.

Uma rápida olhada pelos termos de rendição, podemos sublinhar os seguintes temas destacados ou direitos concedidos aos conquistados: a) direito de consciência religiosa e continuação do rito católico, como também garantia de integridade para as igrejas e os clérigos (art. 1); b) garantia da posse da propriedade e de outros bens (art. 3 e 4); c) garantia de liberdade de ir e vir (art. 5 e 6); garantia de paz e opinião (art. 2 e 8); garantia de acesso à justiça holandesa e portuguesa (art. 9, 10 e 11).

O art. 3 também salienta o pagamento de tributos, os quais seriam os mesmos pagos ao rei de Espanha, mas agora tais valores iriam para os Estados Gerais dos Países Baixos. O art. 12 concede o direito ao porte de armas para a segurança pessoal, entretanto, para que os moradores da Paraíba dispusessem de tais garantias e direitos, teriam que cumprir com os ditos do art. 7, o qual exigia juramento de fidelidade. Caso contrário, quem não aceitasse se submeter a tal juramento, seria privado de tais garantias e até mesmo visto como traidor.

A garantia à propriedade foi respeitada, pois aqueles que haviam abandonado suas fazendas, ao aceitarem os termos de rendição, puderam retomar suas terras, mas os que haviam abandonado e não voltaram, tiveram os engenhos confiscados pela Companhia, e vendidos a funcionários destas. Depois os engenhos foram revendidos para os próprios portugueses. Jorge Homem Pinto foi um dos principais senhores de engenho da Paraíba, a comprar vários engenhos nessa época, embora tenha sido o maior devedor da WIC, por atrasar os pagamentos, além de ter vários outros credores (MELLO, 2012, p. 158).

A garantia de manter a consciência de fé, de não maltratar os clérigos católicos, de não causar danos ou tomar as igrejas, não foi uma medida estipulada naquele momento em dezembro de 1634, mas baseada no *Regimento do Governo das praças que foram conquistadas ou forem conquistadas nas Índias Ocidentais* (1629). O artigo 10 do regimento, fala o seguinte:

10. Será respeitada a liberdade dos Hespanhoes, Portuguezes e naturaes da terra, quer sejam catholicos romanos quer judeus, não podendo ser molestados ou sujeitos a indagações em suas consciências ou em suas casas particulares; e ninguém se atreverá a inquietal-os, pertubal-os ou causar-lhes estorvo, sob penas arbitrarías ou, conforme as circunstâncias, exemplar e rigoroso castigo (REGIMENTO DO GOVERNO DAS PRAÇAS... 1886, p. 292).

Percebe várias similaridades com o texto do artigo 1 dos termos referidos na Paraíba, todavia tais diretrizes não foram seguidas ao pé da letra. Primeiro, a Igreja de Santo Antônio e Convento de São Francisco, localizados na cidade da Paraíba, os quais possuíam um muro ao seu redor, concedendo uma estrutura fortificada, foi escolhida pelos holandeses para se tornar a sede do novo governo, e ali, passaram a residir os diretores nos anos seguintes. Até mesmo a Igreja de São Bento, recebeu intervenção dos holandeses, os quais ordenaram a construção de uma trincheira no intuito de protegê-la da ameaça dos rebeldes, como também servir de posto de defesa, caso houvesse algum ataque à cidade.

No caso de não intervir contra os clérigos, não os maltratando, deportando e os deixando realizar seu trabalho, não foi bem assim que ocorreu como Charles Boxer explicou:

Não estenderam os holandeses aos jesuítas o seu oferecimento de tolerância, recusando-se a admiti-los fossem quais fossem as condições. A Companhia de Jesus era anatematizada pelos protestantes em geral e muito particularmente pelos calvinistas. Acrescia ainda a circunstância de haverem esses valentes representantes da Igreja militante dado um trabalho particular aos holandeses no Brasil, chefiando, ou pelo menos encorajando, os ameríndios de suas aldeias a combater contra os invasores hereges. Os holandeses que, pelo menos a partir de 1635, toleravam a presença de padres seculares, e às vezes até frades franciscanos e beneditinos, deportaram todos os jesuítas que caíram em suas mãos. Essa discriminação teve também o seu reflexo na atitude assumida pelo clero católico. Muitos padres, frades e monges permaneceram na zona ocupada, com os seus fiéis; alguns houve, como Fr. Manuel Calado, que colaboraram ativamente com os invasores. Os jesuítas, por outro lado, decidiram que dos dois males o menor seria evitar que ficassem comprometidos, quaisquer que fossem as circunstâncias. (BOXER, 1961, p. 81).

Como mencionado por Boxer, de fato houve tolerância religiosa, mas para uma parte do clero, pois os jesuítas foram os principais a serem perseguidos pelos holandeses, os quais consideravam sua ordem bastante poderosa e influente, a qual poderia eventualmente trazer problemas. Entretanto, esse desafeto com a Companhia de Jesus, não foi algo surgido no contexto das guerras luso-holandesas, mas já era uma medida determinada no regimento de 1629, como se percebe no artigo 11:

11. Todos os jesuítas, tanto padres como frades (sic), quaisquer que sejam e a denominação que tenham, serão e ficarão banidos do todos os logares que se acharem sob a obediência dos Senhores Etados-Geraes, e não poderão ir a taes logares, sob pena de serem transportados presos para estas províncias. (REGIMENTO DO GOVERNO DAS PRAÇAS... 1886, p. 292-293).

Já José Antônio Gonsalves de Mello diz que a liberdade de consciência não foi o mesmo que liberdade de rito, pois houve em vários momentos, queixas dos Conselheiros e Altos Conselheiros, além de outros funcionários e colonos holandeses acerca da manutenção do rito católico em terras regidas por um governo de cunho protestante.

Os holandeses concederam aos habitantes do nordeste liberdade de consciência. Mas essa liberdade pareceu-lhes tão prejudicial à segurança do Estado que não a incluíram nas cláusulas da capitulação do Maranhão. Ou foram restringindo-a, como no caso das manifestações exteriores do culto, proibindo as procissões, de modo que à liberdade de consciência não correspondia à liberdade de práticas religiosas. As procissões foram permitidas até 1638, ano em que se proibiu a saída delas à rua, a pedido dos ministros protestantes, que não transigiam com “tais abusos de que não há precedentes na República”. (MELLO, 2001, p. 252-253).

Percebe-se que nos anos seguintes houve tentativas de proibir o rito católico na Nova Holanda, embora que nas capelas e igrejas do interior, ele seguisse normalmente, ao mesmo tempo em que os padres ali, incitavam os moradores a continuar com a resistência. O próprio Maurício de Nassau reconheceu que deveriam manter uma tolerância em aceitar que os clérigos permanecessem na colônia, mas em 1640, houve uma grande expulsão desses, depois que descobriu que estavam de conspiração (MELLO, 2001, p. 254-256).

Em respeito aos artigos 3 e 4, os quais discorriam sobre as garantias da posse de propriedade, esses foram baseados nos artigos 14, 15 e 17 do regimento, mas com a ressalva que tal direito só seria dado a aqueles que jurassem fidelidade aos Estados Gerais, algo visto no artigo 7 dos termos de rendição da Paraíba. Todavia, como mencionado, as propriedades abandonadas e que não foram reivindicadas por parentes, poderiam ser confiscadas de acordo com o artigo 16 do regimento, algo que de fato ocorreu.

Quanto à garantia de ir e vir, essa foi mantida, neste caso, citaremos o exemplo do padre Manuel de Moraes (c. 1596-1651), pois como dito no artigo 5, aquele que tivesse interesse em viajar para os Países Baixos, receberia apoio para realizar a viagem, e foi este o caso do padre. Natural da Capitania de São Vicente, filho de pai português e mãe “paulista”, entrou para a Companhia de Jesus e foi ordenado padre. Era missionário de certo aldeamento ameríndio, quando os holandeses invadiram Pernambuco.

Durante perto de quatro anos instigara os fiéis contra os invasores hereges, distinguindo-se ele próprio em muitas guerrilhas e escaramuças. Por isso, grande foi a surpresa quando, em janeiro de 1635, ele se rendeu voluntariamente aos holandeses, na Paraíba. Tendo chegado a esse extremo, é óbvio que estava decidido a ir até às últimas. Mais tarde, muitas testemunhas foram unânimes em afirmar que ele ajudava por diversos modos os hereges contra os seus compatriotas, além de conviver abertamente com os calvinistas, assistindo-os em seus serviços, comendo carne durante a quaresma, etc. (BOXER, 1961, p. 82).

De fato o padre Manuel de Moraes visivelmente tinha envolvimento com os holandeses, daí Duarte de Albuquerque Coelho ter suspeitado que ele estivesse de conspiração com Duarte Gomes da Silveira. E o curioso era o fato dele ser um jesuíta, os quais eram vistos com desconfiança pelos holandeses¹⁴⁹.

¹⁴⁹ O padre Manuel de Moraes da Companhia de Jesus foi uma figura controversa tanto quanto Domingos Fernandes Calabar, pois ambos foram considerados grandes traidores da Coroa Espanhola. Moraes na década de 1620 serviu como missionário na aldeia de São Miguel em Pernambuco, após a invasão holandesa, passou a apoiar os indígenas o que incluiu Felipe Camarão a lutar contra o invasor, chegando mesmo a pegar em armas. Viajou pelas capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande.

Em janeiro de 1635, debandou-se de vez para o lado holandês. Renunciou o catolicismo, tornou-se calvinista, morou algum tempo em Recife e depois foi para a Holanda, onde se casou duas vezes e teve três filhos, vindo a abandonar a segunda esposa e filhos. Retornou ao Brasil em 1643, onde trabalhou na extração de pau-brasil em Pernambuco. Com a Insurreição Pernambucana, pensando que os holandeses viessem a ser derrotados, voltou para o lado dos portugueses até que foi preso e enviado a Portugal, onde seria julgado pela inquisição¹⁵⁰, no entanto veio a falecer antes de ser julgado (VAINFAS, 2001, p. 463).

Acerca da justiça na Capitania da Paraíba, de início manteve-se o tribunal e a câmara dos portugueses, mas posteriormente os substituiu pela Câmara dos Escabinos no ano de 1637, como informa-nos o diretor Elias Herkcmans (2004, p. 68-69), o qual em sua descrição disse que por ordem de Maurício de Nassau e o Alto e Secreto Conselho, instituiu-se na Paraíba o modelo de justiça holandês. Assim, os membros da Câmara dos Escabinos seriam compostos em parte por portugueses oriundos da Paraíba e a outra parte, formada por holandeses. Nesse sentido percebe-se que embora tenha havido a mudança na organização da justiça, ainda se conservou os dois modelos como determinado nos artigos 10 e 11.

Após receberem esses termos, a população aos poucos foi retornando a cidade e suas terras, e aceitando a proposta de rendição. Laet (1925, p. 88) menciona que oito ilustres moradores da Paraíba, dentre eles Duarte Gomes da Silveira aceitaram publicamente na cidade, os termos de rendição (o autor não menciona o nome dos outros sete “ilustres moradores”).

No dia 3 de janeiro de 1635, o major Picard retornava da sua expedição para capturar o capitão-mor da Paraíba, tendo fracassado neste intuito. No mesmo dia, os prisioneiros do Cabedelo e do Santo Antônio, o que incluía o capitão D. Jacinto Arias de la Serna, eram embarcados em três navios: *Elburgh*, *Katte* e *Phenix* e levados para as Antilhas (LAET, 1925, p. 89). O padre Manuel de Moraes retornou por essa época também.

Todavia, nos quatro primeiros anos de ocupação holandesa, foi acusado de conspiração (VAINFAS, 2001, p. 462).

¹⁵⁰ A Inquisição Portuguesa expediu um mandato de busca, o acusando de apostasia, quebra de votos, traição, conspiração, etc. O relatório inquisitorial contra o padre Manuel de Moraes foi publicado na RIHGB, v. LXX, 1907, parte 1, p. 1-168. Em 1642 uma imagem do padre foi queimada em Lisboa durante um auto-de-fé, mostrando como ia sua infâmia perante a Igreja (VAINFAS, 2001, p. 462).

A cidade de Filipeia foi rebatizada com o nome de Frederikstad ou Frederica, em homenagem ao *Stadholder* Frederico Henrique, Príncipe de Orange (1625-1647). Tal mudança de nome se deveu a antipatia que os neerlandeses possuíam com a Espanha e a lembrança do rei Filipe II, em cuja homenagem foi batizada a cidade.

Posteriormente, o Conselheiro Político Servaes Carpentier foi nomeado por decreto ao cargo de diretor (governador) da Paraíba e do Rio Grande (HERCKMANS, 2004, p. 65). Ainda por volta dos idos de janeiro, senhores da Capitania do Rio Grande viajaram a Paraíba para reconhecerem os termos de rendição.

No dia 6 de janeiro, foi despachado do Recife o navio *Windt-hondt* para Amsterdã, levando a mensagem de que a Capitania da Paraíba havia sido conquistada. Nos dias seguintes, mais moradores da Paraíba e do Rio Grande iam se apresentando ao novo governo. No dia 10, o coronel Crestofle Arciszewski e o conselheiro político Jacob Stachouwer foram enviados para conquistar a Vila de Goiana em Itamaracá, a qual ainda resistia. No entanto, três dias depois, diante da ameaça do exército inimigo, formado por pelo menos 750 homens, os habitantes de Goiana se renderam e no dia 14 enviaram representantes para Frederikstad, a fim de aceitarem os termos de rendição (LAET, 1925, p. 94).

Nota-se aqui o que Charles Boxer (1961, p. 76) chamou a atenção: a Paraíba foi a primeira capitania a receber oficialmente os termos de rendição, pois anteriormente a WIC já havia tentado negociá-los com a população de Igaraçu, e antes disso com a de Itamaracá e Olinda, mas não obtiveram o êxito esperado. Todavia, o documento apresentado em Frederikstad, serviu de modelo. E isso é visível ao ponto de que habitantes do Rio Grande e de Goiana tiveram que ali se deslocar. Depois que Pernambuco e Sergipe foram conquistadas, tais termos também foram propostos aos seus habitantes.

Com isso, os coronéis Sigismund von Sckhoppe, Crestofle Arciszewski e o almirante Jan Cornelissen Lichthart haviam deixado a Paraíba sob o governo de Servaes Carpentier, e retomaram para o Recife, a fim de dar segmento ao combate contra o Arraial do Bom Jesus.

3. CAPÍTULO III: UM ESTUDO HISTORIOGRÁFICO SOBRE OS RELATOS DAS GUERRAS LUSO-HOLANDEASAS NA PARAÍBA

Nos anos 1970 quando o historiador britânico John Keegan publicou a Face da Batalha (*The Face of Battle*), ele apresentava ao campo dos estudos da história militar, uma opinião que já vinham sendo debatida há alguns anos: qual seria a natureza da guerra? Seria apenas o relato de batalhas, lutas e combates? Ou a guerra seria algo mais complexo, uma forma de política agressiva para se conquistar determinados interesses? Na ocasião, Keegan começou a esboçar a opinião de que a guerra também seria pautada num preceito cultural.

Em 1993 com o lançamento de seu livro Uma história da guerra (*A history of warfare*), no capítulo 1 (A guerra na história da humanidade), ele apresentou a opinião de que a guerra consistiria em elementos não apenas voltados para interesses políticos, econômicos e pessoais, mas a guerra fazia parte da cultura e da sociedade de diferentes povos ao longo da História.

A guerra é quase tão antiga quanto o próprio homem e antige os lugares mais secretos do coração humano, lugares em que o ego dissolve os propósitos racionais, onde reina o orgulho, onde a emoção é suprema, onde o instinto é rei. “O homem é um animal político”, disse Aristóteles. Clausewitz, herdeiro de Aristóteles, disse apenas que um animal político é um animal que guerreia. Nenhum dos dois ousou enfrentar o pensamento de que o homem é um animal que pensa, em quem o intelecto dirige o impulso de caçar e a capacidade de matar. (KEEGAN, 1995, p. 19).

Em *Lugares para a História* (1997), a historiadora Arlette Farge no capítulo sobre o estatuto da guerra no estudo histórico, apresentava a visão de John Keegan, que entender a guerra é algo que transcende a política e a necessidade por território e riqueza, é algo que varia de acordo com o tempo e a sociedade.

Para o mundo grego, a ordem se estabelece pelo jogo necessário da guerra e da paz. “Tudo se faz por discórdia”, escreve Heráclito, enquanto a maior parte da filosofia grega se inscreve no interior dessa necessidade, condição da vida humana, virtude cívica e moral. Do outro lado, a civilização judaico-cristã entretém uma relação menos simples com a guerra. [...]. Enquanto o amor e a paz são os dois valores sagrados dessa civilização, os padres da Igreja trabalham sobre o conflito e a discórdia emitindo opiniões frequentemente contraditórias. Alguns excluem a guerra desde o princípio, outros a consideram lícita em certas condições. Será o caso de santo Agostinho, por exemplo. Santo Tomás de Aquino demarcará essa posição com a aparição de uma noção nova: a guerra justa. (FARGE, 1997, p. 44).

Assim, para entendermos as guerras luso-holandesas na Capitania da Paraíba, primeiro optamos na introdução apresentar o contexto geo-político-econômico do

século XVII, o qual levou a República dos Países Baixos entrar em confronto direto com o Império Espanhol pela disputa da produção canavieira no Brasil.

Apresentados esses fatores de ordem política e econômica, no capítulo um vimos a opinião dos autores sobre tais conflitos, e neste caso, a obra de frei Paulo do Rosário nos revelou a presença do fator religioso.

Todavia, aquelas desavenças religiosas entre católicos e protestantes surgidas de forma latente no século XVI, ainda se mantiveram ardentes no século seguinte, e especialmente no relato de frei Paulo do Rosário vimos o discurso dessas guerras religiosas presentes em sua obra, embora que nos demais autores alvo desse estudo, eles não deram a mesma atenção para esse fator religioso, mas como assinalado no capítulo de estudo da obra de Rosário, vimos que outros cronistas mantiveram esse discurso religioso, principalmente voltado para os conflitos em Pernambuco.

Por esse viés, numa perspectiva ampla, temos um quadro político, econômico, geográfico, histórico e religioso, os quais respaldam os motivos pelos quais as guerras luso-holandesas se desenvolveram. Nas páginas seguintes deste capítulo, porém, passaremos para um olhar micro, no intuito de conhecer alguns detalhes mais voltados para a realidade do campo de batalha: estruturas de fortificação, organização das tropas, armas, táticas de batalha, problemas de abastecimento, realidade de trabalho dos combatentes, etc.

3.1 As fortificações

No ano de 1631, o cenário defensivo da Capitania da Paraíba, mais especificamente no que se referia à região da sua capital, localizada diante do rio Sanhauá (um dos braços do rio Paraíba), consistia na existência de três fortes e alguns redutos. O Forte do Varadouro¹⁵¹, construído em 1585, na época da fundação da capitania, o qual embora tenha passado por algumas reformas, não se encontrava em bom estado naquele ano. Todavia, o forte do Varadouro era a única proteção do tipo nas cercanias da cidade, além de ser a última defesa que os portugueses possuíam em caso das fortificações na entrada do rio fracassassem.

¹⁵¹ O forte do Varadouro foi à segunda construção militar a ser erguida na Paraíba, a primeira foi o Forte de São Felipe e São Tiago, construído em 1584, ainda no período de conquista. Hoje o local é mais conhecido como Forte Velho, embora quase nada restou de suas ruínas, por ter sido feito de madeira e terra como de costume (LINS, 2005, p. 7).

A fortaleza não é um lugar simplesmente de proteção contra um ataque, mas também de defesa ativa, um centro onde os defensores estão protegidos da surpresa ou da superioridade numérica e uma base da qual podem fazer surtidas para manter os predadores à distância e impor controle militar sobre a área por que se interessam. (KEEGAN, 1995, p. 155).

Entretanto, é importante mencionar que grande parte da população paraibana não vivia na cidade; ela se encontrava espalhada pelas fazendas de açúcar e gado, pelo interior da capitania, condição comum nas demais capitanias, pois como J. A. Gonsalves de Mello (2001, p. 135-137) assinalou: o Brasil no século XVII ainda era predominantemente rural, sendo a população urbana bastante pequena. Tal fato foi um problema para os holandeses, pois alguns não queriam viver ou trabalhar no campo, por estarem familiarizados com a vida urbana, além de considerarem o campo, local perigoso, e com razão, pois a resistência luso-brasileira habitava o interior.

Por tal condição de grande parte da população ser rural, era necessário haver proteção nas fazendas. O Engenho del-Rei, fundado em 1587, que na época da invasão se chamava Engenho Tibiri de Baixo (devido a sua localização as margens do rio Tibiri), possuía uma fortificação chamada Forte de São Sebastião. Outros engenhos também possuíam fortes e redutos¹⁵², no entanto, o grande trunfo da capitania, era o seu “triângulo defensivo”, localizado na entrada do rio Paraíba, uma medida de defesa também adotada em outros locais.

Não raro eram as construções que formavam um complexo de defesa. Em Santa Catarina, as fortalezas de Ratones, Anhatomirim e São José da Ponta Grossa formavam um triângulo defensivo para o invasor que vinha do norte. Na Baía da Guanabara, Santa Cruz e São João se localizam no ponto mais estreito. (CUSTÓDIO, 2011, p. 179).

O “triângulo defensivo” na barra do rio Paraíba veio a se formar ainda no ano de 1631. A cabeça dessa defesa era formada pelo Forte do Cabedelo que já existia desde 1588, e, desde então passou por algumas reformas, além de ter resistido ao ataque dos potiguaras e franceses.

¹⁵² Além do Engenho del’Rei e seu forte, havia também um forte no Engenho Santo André, de posse de Diogo Nunes Correia, chamado por alguns como “Forte da Fronteira”; no Engenho Salvador, de Duarte Gomes da Silveira, havia uma casa-forte. E próximo ao rio Inobi onde se estabeleceu uma missão franciscana, foi erguido o Forte do Inobi, sob invocação de Santa Margarida. A existência desses fortes se deu principalmente pela insegurança da região, devido ao fato que os Potiguaras até o ano de 1599 ainda continuavam a atacar regularmente as fazendas. Após essa data, seus ataques se reduziram (LINS, 2005, p. 12-13).

Dando suporte ao forte, via-se rio adentro uma ilha fluvial conhecida normalmente como ilha da Restinga¹⁵³, em cuja ponta, que fica em direção à entrada do rio, foi construído um reduto (às vezes chamado de fortim devido a suas pequenas dimensões). O reduto começou a ser erguido por volta de 1588, por Manuel de Azevedo, senhor da ilha. Consistindo numa murada de pedra, sobre a qual se encontrava algumas peças de artilharia. Em torno não havia muros, o que foi um dos motivos para a derrota dessa fortificação.

No entanto, para se formar o “triângulo defensivo”, foi erguido no ano de 1631 um forte que daria apoio direto ao Cabedelo, tendo sido construído na margem oposta a este¹⁵⁴. Também feito de madeira e terra batida, projetado pelo importante engenheiro militar Diogo Paes (autor de outras fortificações pelo Brasil e Portugal), o chamado Forte de Santo Antônio¹⁵⁵ erguia-se para dar apoio à defesa da barra do rio Paraíba.

Ambos os fortes eram construídos de torrão e faxina como se dizia na época. Técnica de construção essa influenciada pela “Escola Holandesa” (PRATA, 2011, p. 139), pois consistia numa forma barata e rápida de se erguer muros grossos, os quais eram preenchidos com terra, o que contribuía para amortecer o impacto dos projéteis, pois com a Idade Moderna veio uma “revolução” da arquitetura militar.

No século XV os turcos haviam difundido no Oriente Médio e no leste europeu o uso de canhões, inclusive a conquista de Constantinopla em 1453, deveu-se em parte graças ao uso de enormes canhões que bombardearam a capital bizantina por quase dois meses. Mesmo seu sistema triplo de muralhas não barrou o avanço da nova arma de cerco (RUNCIMAN, 1977, p. 232).

Quando os canhões começaram a se difundir pela Itália, os arquitetos militares tiveram que repensar a forma de como projetar as fortalezas e muralhas, e de acordo com John Keegan (1995, p. 337): “A fortaleza com bastião era uma construção “científica”, o que significava que seu projeto era feito com base em cálculos

¹⁵³ Em alguns relatos aparece com o nome de Ilha dos frades, Ilha dos frades bentos ou Ilha dos beneditinos, pois a ilha foi vendida para a ordem. Além disso, nomes anteriores referiam-se a ela como ilha da gamboa e ilha do Azevedo (LINS, 2005, p. 15-16).

¹⁵⁴ No que hoje é Costinha, distrito do município de Lucena.

¹⁵⁵ Evaldo Cabral salienta que na Idade Moderna se desenvolveu um misticismo em torno de Santo Antônio, o qual foi associado à esfera militar e a proteção da população. Tal misticismo se espalhou pelo Brasil, onde o autor aponta as várias igrejas, capelas, engenhos e oragos batizados com o nome do santo, além do fato dele ter “aparecido” durante algumas batalhas em Pernambuco. (MELLO, 2008, p. 272-288). No caso da Paraíba, além do forte, também havia a Igreja de Santo Antônio (mais conhecida hoje, pelo nome de Igreja de São Francisco), e dois engenhos que levavam seu nome.

matemáticos para minimizar da melhor maneira a área da muralha que o tiro podia atingir. Portanto, o ataque tinha de ser “científico” também”.

No século XV os arquitetos e engenheiros militares italianos desenvolveram o bastião ou baluarte angular, como nova estrutura de defesa, a qual permitia resistir melhor aos ataques dos canhões, pois, se antes, para se derrubar uma muralha bastava concentrar o ataque em sua base até que essa, fragilizando-se, acabaria por derrubar o restante da estrutura, os novos muros eram construídos com um grau de inclinação, no sentido de que a base era mais larga do que o topo, de forma que o método antigo de ataque não funcionava, além do fato de que o grau de inclinação poderia fazer a bala resvalar ou ricochetear (SOUSA, 2013, p. 72-73).

O modelo italiano ou “traço italiano” como ficou conhecido na época, tornou-se referência para a construção de fortificações na Europa Ocidental. Ao invés de se fazer um forte ou fortaleza quadrangular como antes, agora fazia-se em disposição geométrica mais variada: pentágono, hexágono, heptágono, etc. Os chamados “fortes estrelas”, nome devido às suas várias pontas. Por sua vez, o bastião não apenas apresentava-se como uma estrutura de defesa nas pontas da muralha, mas também era uma estrutura na qual se armavam baterias para o ataque. Assim, ele tornava-se uma estrutura defensiva e ofensiva ao mesmo tempo (PARKER, 1992, p. 8-9).

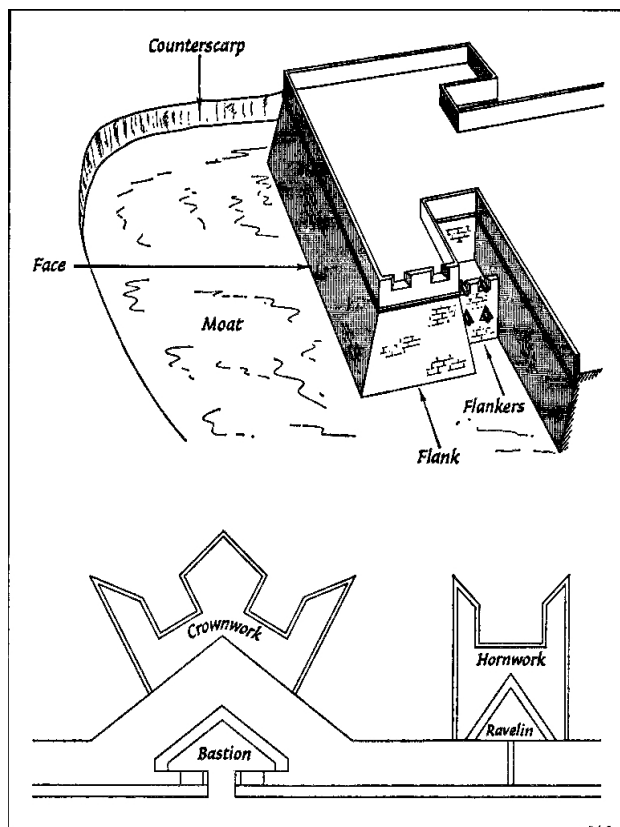


Figura XIX: Esquema de um bastião, na parte de cima. Abaixo, defesas complementares ao bastião: hornaveque, revellin e a coroa. Fonte: PARKER, Geoffrey, *The Army of Flanders and the Spanish Road*, 1992, p. 7.

Esse fator “científico” foi um ponto que levou, nos séculos XV e XVI, a uma “revolução militar”, no sentido de como se passou a travar as guerras dali em diante. A geometria, a matemática, a perspectiva, a física e a cartografia tornaram-se ciências que passaram a acompanhar não apenas os arquitetos e engenheiros militares que projetavam as fortificações, mas tornaram-se saberes necessários para os artilheiros poderem posicionar os canhões e assim efetuarem os ataques. Dessa forma surgia à balística, ciência que estuda o movimento dos projéteis¹⁵⁶.

Assim, uma bala disparada (em função de determinado ângulo) na direcção do horizonte seguiria inicialmente em linha recta; o projectil iniciaria depois uma trajectória curva em função do decréscimo do ímpeto aplicado pela carga explosiva, para na terceira e última fase terminar o seu percurso segundo uma trajectória rectilínea na direcção do solo. (SOUSA, 2013, p. 59).

¹⁵⁶ Sobre a balística nos séculos XV e XVI, ver a tese de SOUSA, Luís Filipe. *Escrita e prática de guerra em Portugal: 1573-1612*. Defendida na Universidade de Lisboa em 2013. Neste caso, ver o capítulo 1.2.1.



Figura XX: “Contemporary illustration on how a cannon could be used with the aid of quadrants for improved precision”. (Ilustração contemporânea de como um canhão pode ser utilizado com o auxílio de quadrantes para uma precisão melhorada). Fonte: Deutsche Fotothek Ballistik & Quadrant & Kanone, 1536.

Por sua vez, o forte de Santo Antônio também se via numa situação similar: de um lado do forte havia água, do outro se encontrava a praia, e nos outros dois lados estavam um manguezal, o qual por si só já é um terreno mais difícil de atravessar do que a floresta que rodeava o Cabedelo. No entanto, a escolha de tais terrenos não se deveu apenas ao fato de se encontrar estrategicamente situados na barra do rio Paraíba, mas também pela condição de possuírem uma defesa natural ao redor (MELLO, 2007, p. 265).

A explanação dada por Evaldo Cabral de Mello quanto à eficácia de se manter zonas de mangue e de floresta em torno das fortificações realmente teve um efeito prático bastante útil. No entanto, tal tática não era infalível, pois, embora os holandeses, durante a “Batalha do Forte de Santo Antônio” (26-28 de fevereiro de 1634), vieram a ter problemas para atacar o forte, não conseguindo passar das defesas externas formadas pela trincheira e a paliçada, na terceira expedição, eles optaram em bombardear o forte a partir de uma colina, mesmo estando distantes. A opção de um cerco lento foi preferível devido à disposição geográfica daquele forte.

Por outro lado, o fato deles terem montado uma bateria numa colina ao norte do forte, revela também que mesmo estando em território de manguezais, ainda assim, os holandeses ousaram desbravar aquele território para melhor conseguir um campo de tiro limpo, no que resultou na montagem da segunda bateria.

Evidentemente os holandeses teriam preferido armar seus canhões próximos dos dois fortes, mas como visto durante a terceira invasão, acabaram estabelecendo baterias sobre duas colinas, uma para se atacar o Cabedelo e outra para se atacar o Santo Antônio. Embora a elevação do terreno garantisse a vantagem de que projéteis como granadas e morteiros viessem a explodir dentro das fortificações, ferindo a guarnição com os estilhaços, por outro lado, a distância que se encontravam essas baterias dificultava o intuito de se causar danos às muralhas. De fato as muralhas foram bastante danificadas, mas pela condição de serem de madeira e terra, se fossem muros de pedra, é bem provável que o cerco teria se prolongado.

Mas antes de optarem na terceira expedição em estabelecer baterias nas colinas, durante a primeira expedição, seguiu-se a tática convencional de se estabelecer baterias em trincheiras próximas ao forte do Cabedelo.

Além do bastião, a arquitetura moderna também empregou novas e velhas estruturas que passaram a complementar a defesa, como hornaveques, coroas, revellins, fossos, escarpas, trincheiras, etc., cujas estruturas garantiam que os disparos viessem a ricochetear, como também serviriam de reforço para muralha, além de minimizar os “ângulos mortos”, locais que apresentavam fraqueza na estrutura (SOUSA, 2013, p. 80). No caso dos fossos, escarpas e das trincheiras, consistiam em formas antigas de manter o exército invasor à distância, inviabilizando a tentativa de se escalar os muros.

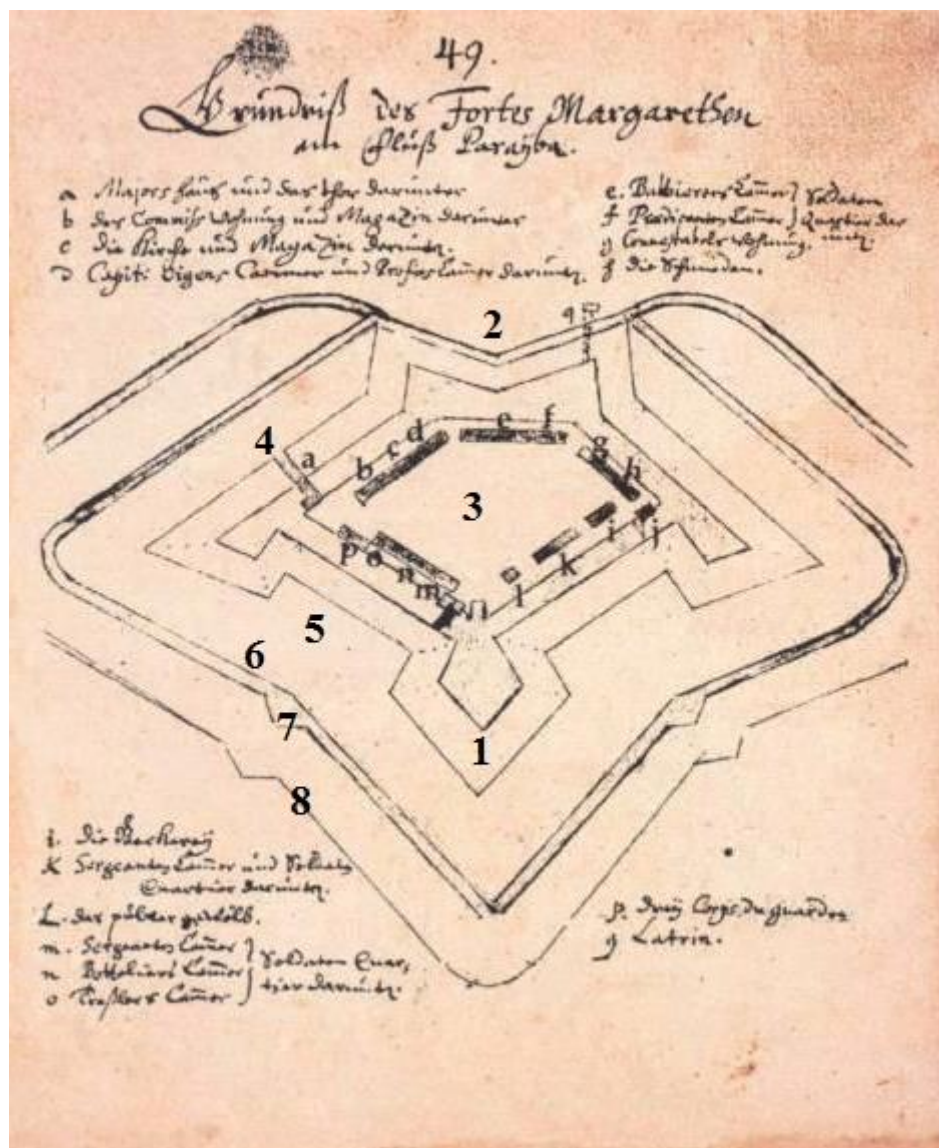


Figura XXI: *Lundraft der Fortes Margaretsen um plub Paraíba.* (Planta do Forte Margarida no Rio Paraíba). Autor: Caspar Schmalkalden. Ano: entre 1642 e 1645. **Fonte:** Biblioteca de Gotha. Devido à baixa resolução da imagem, não foi possível traduzir a legenda de Schmalkalden acerca das dependências no interior do forte. Todavia, identificaram-se alguns aspectos da sua estrutura, principalmente defensiva. **Legenda:** 1) baluarte ou bastião; 2) meio-baluarte; 3) núcleo do forte; 4) entrada; 5) fosso; 6) contra-escarpa; 7) caminho coberto; 8) declive ou glacis.

Nessa planta do forte do Cabedelo, feita durante a fase do governo holandês sobre a Capitania da Paraíba, embora o forte tenha passado já neste tempo por reformas, ainda assim, percebem-se os três bastiões ou baluartes, os dois meio-baluartes, suas casernas e outras dependências internas, a contraescarpa que cerca o forte, e seu caminho coberto, utilizado para movimentar as tropas, as quais poderiam seguir até as trincheiras que se encontravam nas cercanias, facilitando a entrada e saída para essas.

Posteriormente um quarto bastião seria construído, no entanto, a configuração em cinco pontas do forte¹⁵⁷, foi uma das mais comuns usadas naquele tempo pelos europeus.

O pentágono, uma vez mais, permitiria chegar a um equilíbrio entre aquilo que era preconizado pela teoria e as possibilidades militares pragmáticas, alcançando-se assim uma economia de esforços. Os cinco lados permitiam construir plataformas de tiro mais espaçadas em número superior à forma quadrada, evitando-se o excesso decorrente de um circuito com seis ou oito lados que obrigaria a um maior espaçamento entre os bastiões para otimizar as linhas de fogo, aumentando a escala da cidadela para as proporções de uma cidade. (SOUSA, 2013, p. 84).

No caso do forte de Santo Antônio, este quando esteve parcialmente concluído em 1631, dispunha de dois baluartes; três anos depois durante a invasão de fevereiro de 1634, ele ainda dispunha de dois baluartes, embora os outros dois estivessem em construção (LAET, 1925, p. 11). Finalmente em dezembro daquele ano, quando ocorreu a terceira invasão, o forte já dispunha de seus quatro baluartes, e segundo Duarte de Albuquerque Coelho (1654, p. 156), o governador Antônio de Albuquerque o julgava mais seguro.

No mapa *Afbeeldinghe van Paraiba enden Forten* (1634-1635), na página seguinte, vemos a disposição dos quatro baluartes do Forte de Santo Antônio, embora se conheçam poucas representações de sua estrutura. No entanto, esse mapa foi feito logo após a conquista da Paraíba, e embora os dois fortes estivessem bastante danificados, Claes Visscher optou em retratá-los na sua forma original.

¹⁵⁷ O Forte dos Três Reis Magos em Natal possui cinco pontas. Já o Forte Orange na ilha de Itamaracá e o Forte Brum no Recife, ambos possuem quatro pontas. O Forte das Cinco Pontas no Recife, originalmente possuía o formato de um pentágono, mas após algumas reformas feitas pelos portugueses, ele perdeu uma de suas pontas.

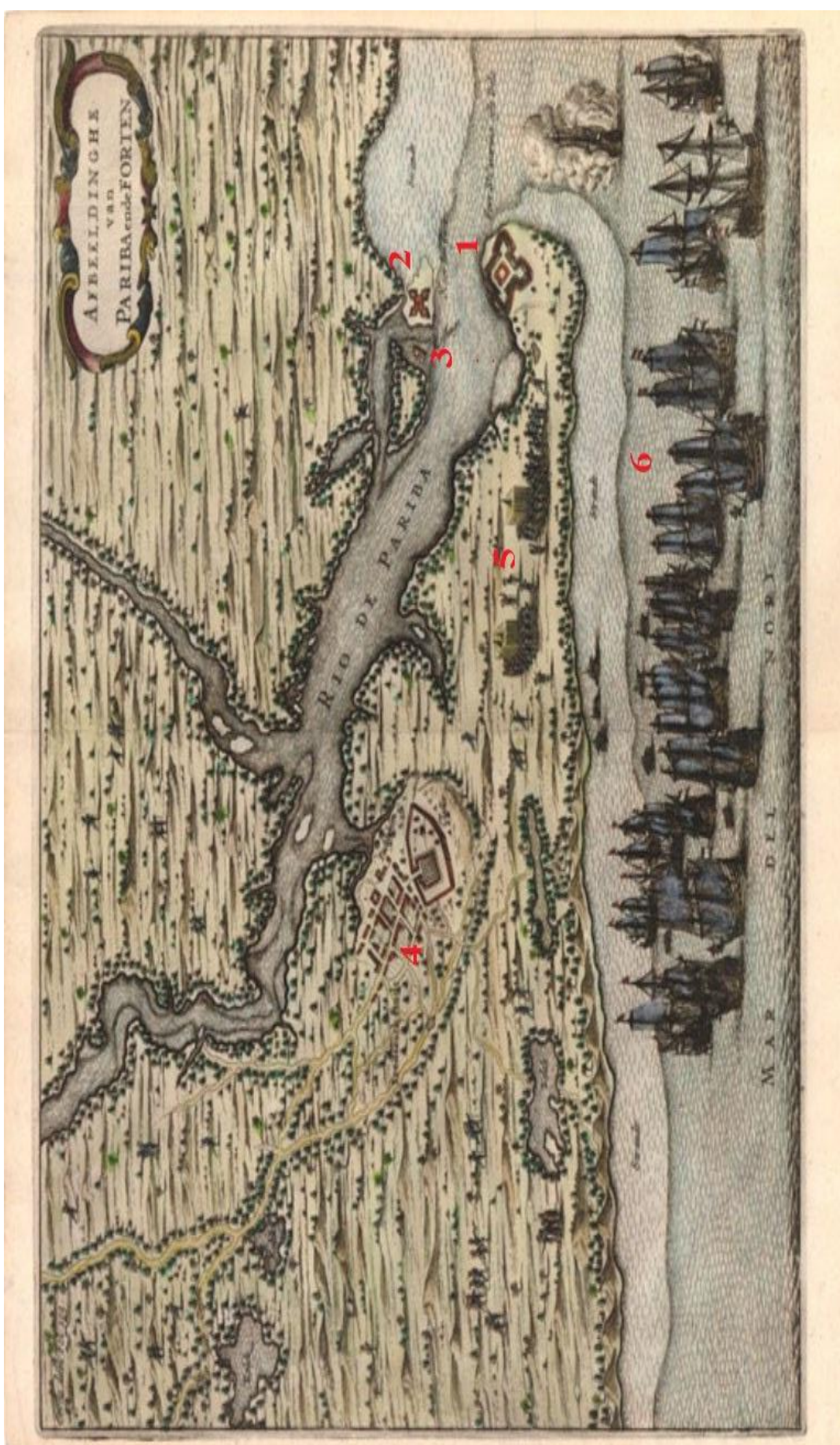


Figura XXII: Mapa *Afbeeldinghe van Pariba enden Forten* (Representação da Paraíba e seus fortes). Desenhado por Claes Jansz Visscher, editado por Nicolaes Jansz Visscher. c. 1634-1635. **Fonte:** Cópia digital da Biblioteca Nacional Digital, Lisboa. Gravura a água-forte, 1 carta impressa em papel; 27,4 x 36,2 cm em folha de 28 x 36,6 cm. **Legenda:** 1) Forte de Santo Antônio; 2) Forte de Filipeia ou da Paraíba; 3) Reduto da Restinga; 4) Cidade de Filipeia ou da Paraíba; 5) Tropas holandesas marchando para tomar o Cabedelo; 6) Frota neerlandesa da Terceira Expedição.

3.2 A guerra de Flandres e a guerra brasílica:

O exército moderno europeu no século XVII havia assumido sua forma básica, a qual manteria quase inalterada até o século XIX. A formação dos exércitos europeus era fundamentada naquele tempo em quatro categorias de combatentes: o piqueiro, ou lanceiro ou alabardeiro, os quais representavam os soldados equipados com diferentes tipos de lanças, daí a variação no nome; a segunda categoria era a da artilharia leve, formada pelos mosqueteiros e arcabuzeiros; depois vinha a artilharia pesada, formada pelos artilheiros, os quais eram responsáveis pelo transporte, montagem e manuseio dos canhões. Por fim, havia uma pequena participação da cavalaria.

Nas batalhas entre os holandeses e espanhóis durante a Guerra dos Oitenta Anos (1568-1648), foram empregados um número enorme de homens, algo que não se via há muitos anos na Europa. No ano de 1574, o exército espanhol do rei Filipe II era estimado em pelo menos 84 mil homens. Em 1625 durante o governo de seu neto, Filipe IV, o exército destacado para a Guerra dos Oitenta anos chegou a mobilizar 300 mil soldados (PARKER, 1992, p. 6).

Todavia, diante da intensidade que as batalhas da Guerra dos Oitenta anos iam desenvolvendo, os estrategistas holandeses começaram a optar por novas táticas de conflito, evitando as batalhas campais e preferindo uma guerra entre praças-fortes e a base inimiga, a chamada “guerra de Flandres”.

O que se entendia por guerra de Flandres, isto é, a guerra dos Países Baixos entre a Espanha e as Província Unidas, não esgotava obviamente as formas de conflito bélico na Europa da primeira metade do Seiscentos. A guerra de sítio das posições estratégicas constituía o privilégio das áreas mais desenvolvidas, como os citados Países Baixos ou a Lombardia, que eram também os pontos quentes do equilíbrio continental. Representando seu mais sofisticado modelo, a guerra de Flandres foi uma guerra pelo controle das praças-fortes ao longo dos eixos fluviais que sulcam a região; e sua arma fundamental: a artilharia e a minagem. (MELLO, 2007, p. 247).

Assim como visto anteriormente neste capítulo, o aumento na quantidade de fortalezas e cidades fortificadas levou os exércitos europeus, principalmente em Flandres, França e na Lombardia, a mudarem suas táticas de batalha, variando de acordo com o contexto bélico. Nesse sentido, Parker (1992, p. 12-13) diz que em fins do século XVI começou a surgir duas formas de combate: as escaramuças promovidas por pequenos grupos (esquadrões) para se efetuar assaltos, emboscadas, encontros ocasionais, ataques rápidos, etc; e os cercos, os quais requeriam maior número de

envolvidos e uma estratégia mais elaborada, pois os cercos poderiam durar dias, semanas e até meses.

No entanto, não foi apenas isso que mudou, a própria organização das companhias militares também sofreram mudanças, e na vanguarda dessa “revolução militar”¹⁵⁸, estiveram os próprios holandeses sob o comando de Maurício de Nassau¹⁵⁹, o qual reformulou a organização da infantaria.

Maurício alterou a disposição das tropas em combate. Em vez de falanges de 40 ou 50 filas frontais de lanceiros usadas nas guerras do século XVI, colocou os seus homens em 10 filas. A força de choque das suas formações, mais pequenas, provinha mais do poder de fogo do que das cargas dos lanceiros. [...]. O exército holandês aperfeiçoou sobretudo a técnica do fogo de fileira: a primeira linha descarregava simultaneamente os mosquetes sobre o inimigo, depois parava para recarregar as armas enquanto as outras nove linhas iam ocupando o seu lugar, criando assim uma cortina de fogo constante. (PARKER, 1994, p. 52).

Tal “revolução militar” começou ainda no século XVI, mas foi apenas na segunda metade do século XVII que ela se consolidou no sentido de que, a infantaria passou predominantemente a usar armas de fogo, até lá, a presença de piqueiros era recorrente. Por exemplo, as *capitanías*, formação usada pelos espanhóis na Itália no século XVI, cujo modelo ainda permaneceu em uso até o final do século, era composta por 500 homens, sendo 200 piqueiros, 200 espadachins e 100 arcabuzeiros. Por sua vez, dez *capitanías* somadas a duas companhias de piqueiros, formavam uma *coronélia*, totalizando um regimento com cerca de 6 mil homens, dos quais, 10% seriam arcabuzeiros (LÓPEZ; LÓPEZ, 2012, p. 5).

Por mais que no século XVII o uso de armas de fogo tenha crescido em comparação ao seu emprego no século XV, ainda assim, não foi incomum soldados usarem espadas, lanças e punhais.

No início do século XVII, à metade, *grosso modo*, dos soldados de infantaria deviam ser fornecidos piques de treze pés (cerca de quatro metros) e couraças; a outros deviam ser fornecidos mosquetes de mecha (com cinco pés – metro e meio – de comprimento) com as respectivas forquetas de apoio (ou arcabuzes, mais curtos e leves), e também recipientes para a pólvora, balas e mechas de combustão lenta; às tropas de cavalaria, uma meia armadura, pistolas e lanças; e a todos os soldados, elmos e espadas. (PARKER, 1994, p. 48).

¹⁵⁸ Para Geoffrey Parker (1996, p. 21) os principais marcos da “revolução militar” da Idade Moderna foram: a criação e desenvolvimento das fortificações com baluarte; o emprego recorrente das armas de fogo; o desenvolvimento de uma indústria da guerra; diminuição do uso da cavalaria em detrimento de uma infantaria armada com lanças e mosquetes; reformulação na organização das tropas; mudança nas táticas de batalha; surgimento de escolas militares; aumento na quantidade de soldados nos exércitos.

¹⁵⁹ Não confundir com João Maurício de Nassau-Siegen (1604-1679), o qual se tornou governador da Nova Holanda. Maurício de Nassau (1567-1625) foi um proeminente *stadholder* (líder político e militar) durante a Guerra dos Oitenta Anos.



Figura XXIII: Formação de mosqueteiros espanhóis no século XVII. Acima a formação adotada para a Batalha de Nordlingen (1634). Abaixo, um esquema tático da fila de mosqueteiros e piqueiros. Ilustração de Gerry e Sam Embleton, 2012. Publicado no livro López e López, *The Spanish Tercios: 1536-1704*, 2012, p. 29.

Tallet (1992, p. 24) aponta que foi a partir do século XVII que começou a se inverter a proporção de soldados munidos com armas de fogo. Até o final do XVI as infantarias europeias ainda eram formadas na sua maioria por falanges de piqueiros, sendo apoiadas por soldados munidos de armas de fogo. No século seguinte os valores se invertem devido ao crescimento das fábricas de armas, e as mudanças nas táticas de batalha, as quais passaram a se usar mais formações de mosqueteiros¹⁶⁰ em detrimento dos piqueiros.

Essa mudança em parte se deu pelo fato de que a cavalaria bastante poderosa no medievo foi na modernidade perdendo sua ação tática devido ao uso de armas de fogo, canhões, paliçadas e trincheiras. Por outro lado, as batalhas campais começaram a diminuir em detrimento de batalhas entre trincheiras e no cerco de praças-fortes. Se antes presava-se pela força bruta do homem sobre o cavalo, agora passou a se prezar

¹⁶⁰ “Em meados do século XVI, como podemos verificar na legislação filipina de 1567, o arcabuz mais leve consistia na principal arma de fogo do terço. Suplantava largamente, em termos quantitativos, o mosquete, mais pesado, mas também mais potente e preciso. Em finais do século esta situação já se encontrava em processo de inversão, e nas campanhas militares de meados de Seiscentos, o mosquete substituiu quase universalmente o arcabuz”. (SOUSA, 2013, p. 121).

pela força bruta do poder explosivo da pólvora, mas com o diferencial de que ao invés de ser um conflito corpo-a-corpo, os soldados se combatiam a distância.

A maneira quase universal de alcançar a vitória numa batalha medieval consistia em obter a superioridade no corpo-a-corpo. Os vencedores desta confusa troca de golpes a curta distância deveriam perseguir o inimigo batido, mantendo a pressão de forma a provocar a debandada geral do exército adversário. Em termos de opções táticas, era uma situação algo limitada; com as principais linhas de batalha empenhadas, qualquer movimento de envolvimento era difícil, para não dizer impossível. No final, a vantagem militar cabia ao general que utilizava em último lugar as suas reservas. (SOUSA, 2013, p. 119).

Logo, se antes falanges eram eficazes contra a cavalaria a qual era a principal força de combate em batalhas campais, com a diminuição de seu uso, em substituição pelas infantarias artilheiras, e a adoção de um conflito a longa distância e estratégico, já não era mais viável manter uma grande quantidade de piqueiros, pois se tornaram alvos fáceis aos artilheiros, embora que seu emprego se manteve como forma de proteger a artilharia do ataque de soldados com espadas.

Por tal motivo, na segunda metade do XVII o número de piqueiros nos exércitos foi diminuindo cada vez mais. Entretanto, mesmo tendo ocorrido essa mudança na configuração das forças armadas europeias, não significa que a cavalaria caiu em desuso; essa ainda continuou a ser usada ao longo do século XVII e até nos séculos seguintes, embora que numa fração bem menor.

É certo que, nos primeiros decênios do século, a cavalaria representava menos de 10% da maior parte dos exércitos da Europa Ocidental; em 1635, quando a França declarou guerra à Espanha, foram recrutados 132 000 infantas e apenas 12 400 cavaleiros. [...]. Com o aumento das dimensões dos exércitos europeus e com o aumento proporcional da cavalaria, que na segunda metade do século atingiu 20% do total de um exército, os criadores de cavalos passaram a dispor de um mercado florescente. (PARKER, 1994, p. 48).

No caso do Brasil holandês o uso de cavalarias não foi algo recorrente, mas ocorreram em algumas batalhas, principalmente em Pernambuco. No caso da Paraíba, Duarte de Albuquerque (1654, p. 156) menciona que nas tropas formadas pelo terço do Conde de Bagnuolo e do capitão D. Fernando de la Riba Agüero, seguiam 50 cavalos enviados por particulares de Pernambuco. Tal reforço foi enviado no começo de dezembro de 1634, no entanto, não se encontra a menção ao uso de cavalos ou da participação de cavaleiros nas três batalhas na Paraíba.

A ausência disso provavelmente se deva ao fato que, embora no Nordeste se dispusesse de locais como Serinhaém, Porto Calvo (ambos em Pernambuco), e nas

capitanias da Paraíba e da Bahia, de boas manadas de cavalos, os quais foram descritos como animais belos, resistentes, saudáveis e fortes, sendo comparáveis aos ginetes espanhóis, ainda assim, sua disponibilidade não significou um uso comum para a guerra. Por mais que houvesse essa disponibilidade de equinos, esses eram na maioria usados para o transporte e locomoção, pois o seu uso para guerra foi escasso devido à falta de boas estradas e áreas abertas para se travar batalhas (MELLO, 2007, p. 265-269).

Se lembrarmos de que a geografia das batalhas paraibanas girava em torno da foz do rio Paraíba com suas florestas, usar cavalaria naquele terreno era uma escolha inviável tanto para os portugueses quanto para os holandeses, os quais mesmo tendo trazido cavalos de seu país, fez pouco uso destes em outras ocasiões (MELLO, 2007, p. 268-269).

Entretanto, os portugueses e espanhóis que passaram a viver ou lutar no Brasil acabaram se deparando com outras formas de se batalhar, pois nas suas guerras contra os indígenas, eles perceberam que as táticas de batalha ou a falta delas, como alguns sugeriam na época, obrigou os exércitos luso-espanhóis a terem que se adaptar àquela forma de lutar.

A guerra brásilica diferia das técnicas científicas de guerra tão em voga na Europa moderna. Já no início do século, o capitão-mor Jerônimo de Albuquerque, no cimo de seus 60 anos de vida, muitos em batalhas e em tratos com os índios, explicava a seu camarada Diogo dos Campos Moreno, em alusão à sua experiência européia, que esta guerra que faziam aqui no Brasil não era "guerra de Flandres", isto é, à moda européia. O uso dos índios, e de sua arte militar, era essencial. A guerra brásilica de Albuquerque não respeitava as regras da arte militar, exagerando na crueldade e não dando quartel aos prisioneiros e feridos. (PUNTONI, 1999, p. 193).

Para Evaldo Cabral (2007, p. 230) tal variação pode ser considerada como uma “guerra brásilica”¹⁶¹, no sentido de ter sido um estilo de combater próprio do Brasil naquela época. E de fato esse “estilo brásilico” foi amplamente difundido na colônia e esteve bastante em voga nas guerras luso-holandesas. O capitão-mor da Paraíba Antônio de Albuquerque Maranhão fez uso de companhias de índios nas três batalhas contra a WIC.

Puntoni (1999, p. 193) menciona que o uso de companhias de índios flecheiros foi um diferencial que moldou o estilo de guerrear no Brasil. Os indígenas possuíam suas próprias formas de combater, às vezes bastantes agressivas e desordenadas aos

¹⁶¹ Sobre a guerra brásilica, também chamada de “guerra de volante” ou “guerra do mato”, ver MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada*, 2007, p. 232-234.

olhos dos europeus, os quais prezavam por uma guerra padronizada, organizada¹⁶² e “honrosa”.

É preciso salientar que na esteira da “revolução militar”, consolidou-se a organização dos efetivos militares, assim, os conceitos de *companhia*, *esquadrão*¹⁶³, *regimento*¹⁶⁴ e *terço* foram criados de forma a melhor organizar as forças de combate. Mas no caso dos indígenas, os europeus não enxergavam essa organização.

As chamadas companhias de índios flecheiros foram uma formação militar portuguesa, típica do Brasil, onde grupos de dezenas e em alguns casos, de centenas de indígenas, eram convocados para expedições e batalhas¹⁶⁵. Black (2002, p. 63) apontou que as companhias de índios flecheiros foram uma força militar bastante prática e de grande importância no Brasil colonial. Embora muitos dos índios não soubessem usar armas de fogo (e até mesmo os portugueses evitavam ensiná-los), ainda assim, eles eram hábeis arqueiros, como também possuíam profundo conhecimento do terreno e estavam familiarizados com o combate na floresta.

A presença do indígena era constante e acabava, pela sua adequação ao meio e às técnicas necessárias, conferindo o caráter das atividades militares. Na verdade, os índios aldeados, num arremedo do serviço das ordenanças, organizavam-se também em “companhias” chefiadas pelo capitão de aldeia ou capitão da nação. Criado pela lei de 1611, este posto deveria ser provido pelo governador geral entre indivíduos de “boa geração e abastados de bens, e que nenhum modo sejam de nação” (isto é, cristãos novos). No entanto, o posto de capitão de aldeia seria freqüentemente concedido aos “principais” (ou chefes) das tribos aliadas. As patentes destes capitães de aldeia fixavam o dever que tinham de, “com toda a gente da dita sua nação [tribo], ir para a parte que se lhe tem determinado”, e de manter com os portugueses “fiel amizade e comunicação”. (PUNTONI, 1999, p. 191).

¹⁶² “A disposição dos soldados no terreno e a forma que o conjunto de indivíduos apresentava era objecto de uma métrica rigorosa, planeada e construída como um todo segundo princípios precisos de carácter matemático e geométrico; na verdade, encontrasse uma «taxis» subjacente onde cada homem ocupava a sua posição num conjunto, visto por isso como uma peça do todo”. (SOUSA, 2013, p. 122).

¹⁶³ “O esquadrão designou, portanto uma entidade autónoma sem um quantitativo de soldados pré-definido, onde se agrupavam os soldados das companhias de um ou mais terços. Em comparação com o carácter administrativo do tercio, o esquadrão era uma unidade que possuía um cunho essencialmente tático. E deste ponto de vista estritamente militar, acompanhou necessariamente a profunda mutação na táctica desde meados de Quatrocentos”. (SOUSA, 2013, p. 120).

¹⁶⁴ Regimento era a união de várias companhias, para formar uma organização maior do exército. Dependendo da época o número de integrantes de um regimento variava. No século XVI, os regimentos holandeses eram compostos por 10 a 20 companhias, totalizando de 1 mil a 5 mil homens. O terço ou tercio também seria uma forma de regimento (PARKER, 1992, p. 13).

¹⁶⁵ Os portugueses também fizeram algo similar em Angola, recrutando muitos dos nativos para engrossar suas frentes de batalha, algo que ficou conhecido como *guena preta* ou “guerra preta”. Mas além de ser um fator que formou as tropas luso-angolanas, a “guerra preta” também foi marcada por suas táticas de batalha, as quais diferenciavam do modelo europeu. (THORNTON, 1999, p. 119-120).

Frei Paulo do Rosário (1632) menciona a presença de indígenas na “Batalha do Cabedelo” (05-12 de dezembro de 1631), inclusive ele cita que alguns daqueles homens estavam presentes no primeiro conflito, ocorrido no dia 5 de dezembro ainda na praia. Entretanto no final da sua obra, na lista de mortos e feridos ele cita que dois capitães indígenas morreram em combate ao lado de alguns de seus homens, eles eram D. Nicolau Piuda do povo Tabajara e Muruçujacha do povo Potiguara.

Mas o que torna tal informação intrigante é o fato que os potiguara e tabajara eram inimigos de longa data. De fato, quando o cacique Piragibe em 1585 decidiu se aliar aos portugueses, ele tinha em mente utilizar o apoio luso para combater e expulsar os potiguara da região litorânea do rio Paraíba, de forma que seu povo pudesse ali voltar a se restabelecer (SUMÁRIO DAS ARMADAS, 2001, p. 20).

Todavia não sabemos se em 1631 os potiguara e tabajara lutaram por que foram obrigados ou lutaram por interesses particulares, embora a segunda alternativa não tenha sido incomum no contexto do Brasil holandês, como foi o caso de três líderes indígenas: Felipe Camarão, Pedro Poti e Antônio Paraupaba.

Todos eram de origem potiguara (e talvez nascidos na Paraíba), mas acabaram entrando em conflito entre si, pois Camarão manteve-se ao lado dos portugueses, mesmo após o massacre ocorrido na Baía da Traição em 1625 na Paraíba¹⁶⁶, motivo pelo qual Poti e Paraupaba optaram em se aliar aos holandeses, pois viam nestes um governo menos opressor, ou pelo menos era o que pensavam (VAINFAS, 2001, p. 54, 224, 476).

De qualquer forma, todos esses três indígenas tornaram-se importantes comandantes militares, tendo bastante repercussão nas guerras luso-holandesas, principalmente Felipe Camarão, o qual Francisco Varnhagen tornou-lhe “herói nacional”, devido ao seu valor, bravura e feitos no campo de batalha, como na Batalha de Porto Calvo (1637) e na Batalha dos Guararapes (1648). (VAINFAS, 2001, p. 225).

Além do uso de companhia de índios flecheiros na primeira campanha, percebe-se pelos relatos que essas companhias também foram usadas nas outras campanhas: o

¹⁶⁶ No ano de 1625, o almirante Boudewijn Hendricksz aportou em fins de junho na Baía da Traição, na Capitania da Paraíba, a fim de abastecer, limpar os navios e tratar dos doentes. Na ocasião os holandeses encontraram alguns Potiguara no local, e fizeram contato com eles. Como aquelas pessoas se mostraram aptas a fazer negócio e fornecer ajuda aos holandeses, o almirante decidiu prolongar a estada por algumas semanas. Após terem passado seis semanas na Baía da Traição, o almirante deu ordem para seguir viagem, e, na ocasião quatro Potiguara mostraram interesse de juntar-se aos holandeses, eles eram Pedro Poti, Antonio Guiravassauai, Antônio Francisco e Luís Gaspar. Posteriormente quando os portugueses ficaram sabendo que os holandeses haviam passado quase um mês ali, aquilo os irritou, e os indígenas sofreram retaliação (LAET, 1915, p. 95-97, MELLO, 2001, p. 41).

capitão Simão Soares comandava em fevereiro de 1634, uma tropa de indígenas (COELHO, 1654, p. 131), e durante a terceira expedição, temos as companhias de índios flecheiros sob comando dos capitães Martim Soares Moreno e João da Silva e Azevedo, os quais se encontravam na região do rio Mamanguape. Além disso, Laet informa que um dos prisioneiros portugueses teria dito que eles possuíam de 600 a 700 índios de força de ataque.

Entretanto, não foram apenas os portugueses e espanhóis que fizeram uso de tropas indígenas durante as guerras luso-holandesas, a própria WIC chegou a recorrer aos *brasilianen* (brasilianos) para lutar ao seu serviço, embora que antes disso tiveram vários problemas contra eles, principalmente referente aos ataques que os indígenas realizavam aos acampamentos e bases dos holandeses no Recife.

Em 1631, quando o capitão Martim Soares Moreno, “havendo trazido com seus arcos duzentos índios” do Ceará, atacou um forte na ilha de Antônio Vaz. A impressão holandesa foi, segundo um cronista, de espanto: “que nos primeiros encontros, por causar a novidade da admiração, reputavam como selvagens, vendo tão ligeiros e atrevidos, com gesto feroz, despedirem nus imensas flechas, estes horríveis bárbaros, sem mais couros de antas que as suas mesmas peles”. (FREIRE, 2001, p. 137 *apud* XAVIER, 2007, p. 15).

Talvez a reação que alguns dos soldados da WIC tiveram ao verem pela primeira vez, indígenas lutando na ilha de Antônio Vaz, possa ter se repetido durante os conflitos na Paraíba, nos quais contou com a participação de potiguara e tabajara.

Todavia, nos primeiros anos da ocupação, os holandeses trataram de não apenas combater os índios, mas também torna-los seus aliados, assim como, os portugueses há muito tinham feito, pois, na “guerra brasílica”, os indígenas era uma força eficaz e poderosa (BLACK 2002, p. 63). Sendo assim, houve missões diplomáticas (além das religiosas ligadas à pregação do calvinismo), para conseguir que tribos tupis e tapuias se aliassem.

Aqui devemos nos lembrar de que Pedro Poti, Antônio Paraupaba e outros dos indígenas que partiram com eles em 1625, estavam de volta ao Brasil, auxiliando como intermediários nessas propostas de alianças. Por mais que os holandeses não tenham conseguido de imediato conquistar o apoio dos índios, anos depois eles já o tinham feito.

E os indígenas não apenas se tornaram uma força de apoio, mas em dados momentos até mesmo consistiram no contingente principal de algumas companhias, pois o efetivo holandês era instável e dependia dos reforços anuais enviados pela república,

além de que alguns soldados eram designados para a patrulha, exploração, vigilância e para trabalhar nas construções (XAVIER, 2007, p. 137).

A inserção dos índios (tanto os brasileiros quanto os tapuias) no Brasil holandês não pode ser entendida de forma separada do corpo administrativo da WIC no Brasil. Inseridos no ambiente da guerra, encontravam-se, por consequência, no ambiente político-administrativo. (XAVIER, 2007, p. 137).

Retomando ao caso da Paraíba, os relatos que usamos nesse estudo apenas fazem menção que a WIC convocou índios tapuia na Capitania do Rio Grande, os quais lhe foram dadas a ordem para “descer”¹⁶⁷ em direção ao Cunhaú e depois ao rio Mamanguape, indo de encontro à tropa do capitão Martim Soares (COELHO, 1654, p. 158).

Não é mencionado se em outros momentos os holandeses teriam usado tropas indígenas para combater na Paraíba. Talvez não tenha ocorrido, pois a regularidade das tropas indígenas aliadas à WIC começou em 1635, após a Companhia ter conseguido vários aliados da parte dos tapuia, potiguara e tabajara, a maioria provenientes do Rio Grande e Paraíba, devido ao fato de que tais capitanias foram conquistadas em 1633 e 1634 (WAETJEN, 1938, p. 129).

Além do uso de indígenas para reforçar e compor as frentes de batalha coloniais no Brasil, também se empregou alguns escravos africanos, mas no caso da Paraíba, os relatos estudados pouco nos fornecem informações sobre a presença de africanos na formação de suas companhias. No caso de Pernambuco, sabemos da intensa ação do capitão Henrique Dias e seu “terço de negros” ou “henriques”.

De qualquer forma o que se percebe com tais dados é que a força colonial portuguesa no Brasil (pois não havia um exército propriamente falando) era formada não apenas de portugueses do reino e da colônia, mas também de espanhóis, além de contar com o apoio de mercenários italianos e alemães (principalmente hamburgueses), alguns mercenários ingleses e franceses, e evidentemente os índios e os africanos. Logo, assim como o exército da WIC era um exército composto em sua maioria por mercenários provenientes de distintas nações europeias, as tropas no Brasil eram formadas por homens oriundos de três continentes.

Todavia, o fato do exército português no Brasil ser multiétnico não se deveu apenas ao processo de miscigenação proporcionado pela colonização lusitana, mas

¹⁶⁷ “A noção de *tapuia* constrói-se assim colada à noção de *sertão*, espaço do imaginário em que se desloca, cada vez mais longe, a alteridade bárbara que a conquista e a colonização vão incorporando aos poucos, em posição subalterna, ao mundo colonial”. (POMPA, 2003, p. 229). Na época era comum usar a expressão “descer índios”, o que significava trazê-los do interior.

também em grande parte pela necessidade de compensar um problema pelo qual a colônia há décadas sofria: a falta de um efetivo militar. De fato no Brasil antes do século XVIII, nunca houve um exército fixo em seu território. As batalhas eram travadas por tropas enviadas de Portugal e pelas milícias formadas nas capitanias.

Mas esse problema não foi apenas vivenciado pelos portugueses, várias outras nações europeias, durante a Idade Moderna, passaram por essa mesma questão, devido à falta de exércitos nacionais. E para contornar esse problema passou a se recorrer intensivamente ao recrutamento de mercenários, para lutar nas várias guerras que se deflagraram ao longo da Idade Moderna.

Por exemplo, o exército espanhol de Flandres, o primeiro grande exército permanente da Europa, havia soldados espanhóis, italianos, borgonheses e dos Países Baixos, todos eles súbditos do rei de Espanha, mas provavelmente um terço das tropas vinha da Inglaterra, da Irlanda e (sobretudo) da Alemanha. (PARKER, 1994, p. 40).

Todavia, Parker salienta que o motivo para o recrutamento de mercenários não se deu apenas pela falta de efetivo militar nacional, mas também para outro propósito:

Outra boa razão para recrutar milícias estrangeiras e não só indígenas, era o desejo de reduzir ao mínimo o risco de deserções. Em 1630, um comandante do exército espanhol da Flandres observava: “Se houvesse uma guerra na Itália, seria preferível enviar para lá soldados dos Países Baixos, e levar para os Países Baixos soldados italianos, porque as tropas nativas dos locais onde se trava a guerra desertam à primeira oportunidade, e não há força mais segura do que a dos soldados estrangeiros”. (1994, P. 40).

No caso do Brasil a situação era um tanto parecida. Portugal era a senhora de um império ultramarítimo com colônias em três continentes, governando um território no além-mar centenas de vezes maior do que o território nacional, sendo senhor de centenas de milhares de vidas, logo, como conseguir assegurar a defesa de todas essas terras com uma pequena população? A resposta: não havia como assegurar a defesa de todas aquelas terras contando apenas com o efetivo nacional. A solução era contar com mercenários de outras nações, usar escravos e os colonos (NICOLLE, 2012, p. 19).

No caso do Brasil, durante a invasão de Salvador em 1625, a iniciativa não adveio dos portugueses, mas dos espanhóis em se enviar a Armada dos Vassalos para recuperar a capital. Todavia, concluído a recapitulação da capital colonial, a maior parte desse exército retornou a Europa, e em 1630, quando ocorreu a segunda invasão dos holandeses, o governo espanhol não detinha recursos e homens suficientes para enviar ao Brasil.

Naquele tempo o rei de Espanha e Portugal estava ocupado com duas guerras, a Guerra dos Oitenta Anos e a Guerra dos Trinta Anos, as quais lhe consumiam grande parte dos contingentes militares e dos recursos para a guerra. Além disso, houve problemas de se recrutar mercenários e voluntários devido à quantidade de batalhas sendo travadas pelo continente (LÓPEZ; LÓPEZ, 2012, p. 13). Mas além desse problema de ordem bélica, Charles Boxer assinalou outros motivos que geravam dores de cabeça ao Conde-Duque de Olivares, o primeiro-ministro do rei:

O Brasil não era a única dor de cabeça de Olivares e de seus conselheiros. O avanço do exército sueco na Alemanha, a perda num furacão caribenho da mais rica frota da prata a partir do México (novembro de 1631), a derrota e morte Constantino de Sá no Ceilão e três anos sucessivos de estiagem e fome em Portugal (1630-1632), eram apenas alguns dos desastres sofridos pelos vassalos e aliados do Rei Católico. Não era só de Pernambuco que chegavam os apelos urgentes por ajuda, mas das Índias Ocidentais, da Índia, de Flandres, da Itália e da Alemanha. Foram esses múltiplos compromissos em outras frentes e não a indiferença ou a letargia espanholas o que impediu, durante tanto tempo, o envio de auxílio adequado a Pernambuco. (BOXER, 1961, p. 76-77).

Por tal viés, enviar socorro ao Brasil não era o único problema pelo qual a Coroa Ibérica teve que passar, no entanto, não significa que o rei Filipe IV não enviou apoio ao Brasil; de fato, ele enviou algumas frotas: Em 1631, foi enviada a frota de D. Antônio de Oquendo, na qual seguiram, como mencionado, Duarte de Albuquerque Coelho e o Conde de Bagnuolo.

Trouxe a referida armada uns dois mil soldados de reforço para o Brasil, 800 dos quais destinados à Bahia, mil a Pernambuco e 200 à Paraíba. Oquendo desembarcou os reforços na Bahia, sem nenhum incidente, velejando em seguida para o norte, rumo a Pernambuco. Sua frota era agora constituída de 20 navios de guerra (inclusive 16 galeões), comboiando 12 caravelas de transporte e 24 navios mercantes, ou seja, ao todo 56 navios. (BOXER, 1961, p. 66).

Em 1632, o governo espanhol planejou enviar um novo exército de 1.300 soldados em 15 navios, para se realizar a recapitulação de Olinda e Recife, mas os problemas financeiros, bélicos e políticos acabaram impedindo que tal plano se concretizasse. Naquele ano foram enviadas poucas caravelas com apenas pequenas companhias e alguns suprimentos, munições e armas (MELLO, 2007, p. 29). Em 1635, para remediar os problemas de não ter conseguido enviar uma força satisfatória desde 1631, o governo espanhol enviou o comandante Rojas y Borgia neste intuito:

O comando dos reforços para o Brasil foi entregue finalmente a Don Luís de Rojas y Borgia, veterano das guerras da Flandres, que fora pouco tempo antes governador do Panamá. Largou ele do Tejo em setembro de 1635, com uma armada de trinta navios, inclusive transporte, comandada por Don Lope de Hoces y Córdoba. Levavam estes navios para Pernambuco um total de 2.500

soldados, entre espanhóis, portugueses e italianos, e ainda o novo governador-geral, Pedro Silva, para ficar no lugar de Diogo Luís de Oliveira, que durante dez anos ocupara aquele cargo na Bahia. Essa armada surgiu diante de Recife em 26 de novembro, no momento mais inesperado e impróprio para os holandeses, que haviam mandado para o sul quase todos os seus homens e navios. (BOXER, 1961, p. 87).

De qualquer forma, a armada de Rojas y Borgia chegou tarde demais para a Paraíba, a qual já havia sido conquistada no ano anterior, de qualquer forma, serve para exemplificar que a Coroa espanhola, por mais que tenha tido problemas com duas guerras na Europa, não recusou esforços e recursos para tentar livrar o Brasil da ocupação holandesa; mas, algo que se percebe nesse período de envio de frotas e navios de socorro, foi a queixa do governo espanhol pela falta de apoio do governo português, algo que repercutiu na forma como as tropas no Brasil se desenvolveram e tiveram que agir.

Evaldo Cabral (2007, p. 29-30) aponta que o governo espanhol teve problemas em 1631 para organizar a armada de Oquendo, e em 1635 a armada de Rojas y Borgia, devido à falta de apoio de Portugal, em se fornecer dinheiro, recursos, navios e homens. Além dessa falta de apoio, outro problema que acometeu tanto portugueses e espanhóis foi a falta de qualidade no recrutamento das frentes de batalha.

Devido aos problemas de se encontrar homens-de-armas experientes, no geral mercenários, tinha que se recorrer à população rural, a qual era a principal fornecedora de jovens entre seus 15 e 16 anos, ainda imaturos sobre a vida e muitos mais acerca da guerra, para serem enviados ao Brasil. Os espanhóis chamavam esses recrutas de *bisonhos*. Relatos da época diziam que os recrutas (ou bisonhos) eram jovens franzinos, vadios, irresponsáveis, pobres, velhacos, de pouca coragem e virtude, de baixa qualidade física e sem experiência para o combate (MELLO, 2007, p. 203).

Mas não foram apenas os espanhóis que criticaram a falta de interesse e empenho dos portugueses em se socorrer o Brasil; neste caso, destaca-se o discurso escrito pelo jurista João Pinto Ribeiro (1590?-1643), intitulado *Discurso sobre os fidalgos, e soldados portugueses não militarem em conquistas alheas a Coroa* (1632).

Em seu livro Ribeiro criticava a falta de empenho da nobreza lusitana e da própria população masculina, em não se interessar em defender as terras de Sua Majestade nos outros continentes, optando em se lutar em Flandres, isso quando lhe convinha fazer:

A verdade he, que quem desvia a gente de Portugal pera Frandes, & acha nisso convenientes, ama pouco a honra, & gloria deste Reyno, & se doe

pouco do sucesso da India, & da conservação da Christiãdade daquelle estado, & que dar a mão aos Olandeses. Pois via melhor de os destruir he fortificar aquellas praças, enchendo-as de gente, & desta maneyra tolherlles aquelles rebeldes commercios daquelles mares. (RIBEIRO, 1632, p. 9).

Nota-se que o jurista criticava que parte dos problemas que a Coroa vivenciava quanto à ordem na Índia e no Brasil, devia-se à falta de homens dispostos a servir a Coroa naquelas colônias, as deixando à mercê dos “rebeldes”. Não obstante, ele destacava que além da falta de interesse dos fidalgos e soldados, isso também se revelava em aspectos do caráter deles: pouca honra e glória pelo reino, e até mesmo falta de interesse de levar o Cristianismo àquelas terras.

Neste ponto, percebemos o discurso religioso do qual frei Paulo do Rosário e frei Manoel Calado mencionaram, em se dizer que assegurar a posse do Brasil nas mãos da Igreja, fazia parte do dever dos católicos, para que tais terras não caíssem nas mãos dos protestantes e dos judeus.

João Pinto Ribeiro prossegue em seu relato dizendo que embora cada homem que ia à guerra procurasse por riqueza e glória individual, ele as conseguiria servindo o seu rei. Observa-se aqui uma tentativa de inculcar a ideia de comprometimento com o Estado, em se “honrar a vassalagem”, algo que Riberio menciona em seu discurso algumas vezes, de forma que isso fosse usado para o crescimento do império.

Campee cada hum em suas Conquistas com as frãquezas que se serviam a seus Príncipes naturaes; & crescerá o gosto, & amor nos vassalos, serverão competências honrosas, & crescerão os rios dos Reynos com varões gloriosos, & caminhado todos a hum fim, farão incomprehendiuel o Oceano da Monarquia de Espanha, que Deus avmente. (RIBEIRO, 1632, p. 10)

De fato, Duarte de Albuquerque Coelho foi uma exceção a essa crítica proferida por João Pinto Riberio, embora que é de se pensar que sendo ele capitão donatário de Pernambuco, fosse pouco provável que ficasse de braços cruzados em Lisboa, enquanto sua capitania era conquistada aos poucos por um exército estrangeiro. De qualquer forma, não se viu o empenho de muitos outros fidalgos portugueses em se viajar ao Brasil para participar das guerras luso-holandesas.

Mas a pouca quantidade de homens dispostos ao serviço não se deu apenas por essa falta de interesse, mas pelas condições mencionadas anteriormente: Portugal possuía uma pequena população, não dispunha de um exército nacional, estava com problemas para recrutar mercenários em quantidade, tendo que recorrer ao recrutamento de gente despreparada. E foi essa gente que eles enviaram ao Brasil em muitos casos, o

que irritou alguns dos comandantes como o Conde de Bagnuolo, o qual dizia que esses *bisonhos* serviam mais para atrapalhar do que ajudar (MELLO, 2007, p. 204).

Mas independente desse problema do apoio de Portugal em se enviar junto à Espanha soldados e recursos, o governo espanhol não foi negligente, tendo enviado vários militares e suas tropas ao Brasil.

No caso da Capitania da Paraíba dispomos dos nomes de alguns desses oficiais espanhóis que viajaram ao Brasil como os fidalgos Aleixo de Aza, Fernando de la Riba Agüero, Juan de Orellana, Juan de Xereda, os quais prosseguiram com seus alferes, capitães e soldados, atuando principalmente durante a primeira invasão, pois eles morreram ou não retornaram para as invasões seguintes.

Não obstante, além desse apoio espanhol, a Coroa também enviou o comandante napolitano Conde de Bagnuolo, o qual prestava serviço aos espanhóis no Reino de Nápoles. Bagnuolo viajou ao Brasil com parte de seu terço. Mas a questão dos terços é um dado interessante. Na prática, nenhum terço, fosse ele de origem portuguesa, espanhola ou italiana, teve seu efetivo completo em destaque no Brasil, embora que o terço de Bagnuolo chegou próximo disso.



Figura XXIV: *El camino español*. Autor: Augusto Ferrer-Dalmau. Ano: 1964. Nessa pintura o pintor retratou a marcha de um terço que seguia uma das rotas que levava para Flandres.

Durante o reinado do rei Filipe III, o *terço* espanhol ou *tercio* foi reformulado, passando de 15 companhias para 20 companhias formadas por um contingente de 100 a 150 homens, pois anteriormente as companhias eram compostas por 150 a 250 membros. Dessas 20 companhias, três eram compostas na maioria de arcabuzeiros e uns 10% de mosqueteiros. Em 1632, o rei Filipe IV reformulou a organização dos *terços*, voltando as 15 companhias de antes, mas alterando a quantidade de soldados em cada uma: 90 arcabuzeiros, 40 mosqueteiros e 60 piqueiros, totalizando 190 integrantes (LÓPEZ; LÓPEZ, 2012, p. 13).

Por tais valores, o *terço* na época de Filipe III teria um contingente entre 2 mil e 3 mil homens. Já na época de Filipe IV, após 1632, o *terço* passaria a ter um contingente entorno de 2.850 homens. Todavia, o *terço* português apresentava alguns valores um pouco diferentes:

Em teoria, o *terço* deveria ser formado por 2.500 soldados, repartidos em dez companhias, compostas, cada uma, de 250 homens, todos subordinados ao capitão-mor (ou mestre-de-campo). Estas companhias, sob o comando de um capitão, por sua vez, deviam se dividir em dez esquadras de 25 homens. O capitão de companhia tinha a seu serviço um alferes, um sargento, um meirinho, um escrivão, dez cabos de esquadra e um tambor. O capitão-mor possuía ele mesmo uma das companhias, que era servida também por um sargento-mor, seu substituto natural, e por quatro ajudantes. No caso das ordenanças, os senhores ou os donos das terras de um termo deveriam, a princípio, ser automaticamente providos no comando das tropas como capitães. (PUNTONI, 1999, p. 190).

Tais estimativas eram os valores teóricos para um *terço*. Mello (2007, p. 185) assinala que no ano de 1631, as forças coloniais de resistência no Brasil eram entorno de 4 mil homens, divididos por quatro capitânias. Naquele ano chegou o Conde de Bagnuolo com algumas das companhias de seu *terço*, além da tropa de Duarte de Albuquerque Coelho e a tropa do comandante Oquendo. Segundo Mello, apenas o reforço do *terço* de Bagnuolo elevou o efetivo de 4.000 mil para 5.512 homens, o que representava um acréscimo de 1.512 homens, que na prática não representaria um *terço* espanhol segundo a mudança feita por Filipe III, ainda em vigor naquele ano.

Não obstante, Mello (2007, p. 186) prossegue dizendo que desses 5.512 homens, 900 eram espanhóis, outros 900 eram italianos e 400 eram portugueses, o que revela o número baixo de soldados portugueses enviados entre 1630-1631. No entanto, o grosso das forças de resistência era composta pelos colonos. E essa realidade se manteve até o final das guerras luso-holandesas.

Embora Portugal e Espanha tenham enviado socorro ao longo dessas duas décadas de guerra, o socorro nunca foi o suficiente para assegurar medidas mais

drásticas para expulsar os holandeses de Pernambuco e subjugar-los nas demais praças-fortes. Não obstante, excetuando-se alguns dados momentos nos quais o envio de efetivos militares passou dos mil homens, no restante das vezes, as companhias de socorro eram enviadas em poucas embarcações e de forma esporádica. Poderiam chegar duzentos homens, mas numa batalha anterior uns cinquenta tenham morrido e outros cinquenta tenham ficado feridos, e dependendo do ferimento, eles ficariam semanas incapacitados ou até mesmo inválidos para continuar a lutar.

Assim a estratégia adotada foi a guerra lenta de resistência, como defendido por Evaldo Cabral de Mello (2007, p. 31-40), no intuito de segurar os holandeses inicialmente em Olinda e no Recife, evitando que conquistassem as fazendas e engenhos na várzea do Capibaribe, locais onde se concentravam o grosso da população açucareira e dos víveres nas redondezas.

Todavia, tal estratégia em parte se devia a falta de um socorro parecido com a Armada dos Vassalos (1625), o que teria obrigado a se adotar essa estratégia a até que tal socorro viesse chegar, mas à medida que os anos passavam e chegou-se a 1633, era perceptível que tal resistência havia falhado em evitar a expansão do controle dos holandeses, os quais embora ainda não tivessem subjogado Pernambuco e Paraíba, já haviam tomado posse do Rio Grande e de Itamaracá.

Enquanto tal ajuda na maior parte era insuficiente, os portugueses no Brasil tiveram que se valer da melhor forma possível para combater os holandeses, assim, formaram-se as “companhias de índios flecheiros” e a “companhias de negros”, as quais passaram a englobar as tropas de milicianos, as quais formavam na sua maioria o contingente militar na colônia.

E como o efetivo militar das quatro capitanias não era suficiente para atacar de forma direta as defesas holandesas, como também arriscar combatê-los em batalhas campais (embora que isso veio a ocorrer depois de 1640), naquele momento, a estratégia era manter-se na defensiva e atacar o inimigo de forma sorrateira; assim, se fez uso das emboscadas e da guerra de guerrilha.

As estâncias eram controladas pelos "capitães de emboscada", cargos de liderança criados por Matias de Albuquerque logo no início da resistência. Estes "capitães" estavam no comando de um punhado de homens que eram destacados para controlar uma determinada região. Com uns trinta ou quarenta homens (vários deles índios "flecheiros", isto é, hábeis com as flechas), estas guerrilhas deviam, também, atormentar o inimigo e desbaratar-lhe os postos e comunicações. Por outro lado, não se tratava apenas de fazer a guerra, mas também de sustentar quem a fazia. As guerrilhas, ao zelar pela várzea, impedindo a entrada dos holandeses, cuidavam da produção dos alimentos e do açúcar, o combustível da guerra. Os portugueses, segundo o

memorial de João Cardoso, tornavam-se invisíveis nos matos, onde eram imbatíveis. (PUNTONI, 1999, p. 192).

Geoffrey Parker (1992, p. 12-13) assinala que a guerrilha não foi algo desconhecido na Europa, ela ocorreu de forma pequena e isolada principalmente no século XVI, antes das mudanças táticas anteriormente mencionadas. Mas no caso do Brasil, a guerrilha foi uma tática bastante usada devido a sua eficiência em conseguir combater um inimigo mais numeroso e melhor equipado e treinado. Somada às emboscadas, os guerrilheiros conseguiam com pequenos assaltos causarem danos significativos na estratégia inimiga, atacando acampamentos, recuperando fazendas assaltadas; surpreendendo a marcha ou viagem de tropas ao interior das capitanias (principalmente de Pernambuco); assegurando posições estratégicas para a resistência, etc. (BOXER, 1961, p. 56-57, 89-90).

Todavia Evaldo Cabral (2007, p. 199-200) assinalou dois motivos pelos quais as guerrilhas foram bastante aplicadas no fazer guerra no Brasil: o primeiro, pela eficiência de se usar os índios, escravos e caboclos os quais eram conhecedores da mata, o que os tornavam combatentes eficientes, sendo descritos tanto pelos portugueses e holandeses como homens velozes e bravos, os quais não tinham medo de espetar os pés, furar-se em espinhos e atravessar rios a nado, como também eram sorrateiros e exímios rastreadores, além de prestarem outros serviços durante as batalhas ou servindo como transportadores de suprimentos, espões e vigilantes.

As guerras destas nossas partes da Europa são em campinas mui rasas e descobertas, e as do Brasil e toda América são por entre matos, donde se não guarda ordem nenhuma das que cá se usam; e é força que donde varia o objeto, varia a ciência. E a experiência nos mostrou que os mais práticos que desta parte foram, se perderam, por quererem seguir o estilo de cá, desprezando o parecer dos práticos daquelas partes. (ÁLVARES, 1961, p. 54 *apud* MELLO, 2007, p. 264).

Por outro lado, a arte da guerra em Portugal estava desatualizada, os portugueses haviam participado de sua última grande batalha na época do rei D. Sebastião I, morto em 1580 em campanha contra os mouros da Berberia (atual Marrocos), e embora continuassem a participar de conflitos no Brasil, África e na Índia, mas em tais locais eles acabaram adotando outros modelos de lutar, os quais já diferiam do modo de combater na Europa. Além de haver o fato de que, se no reino a teoria militar estava atrasada, o que dizer das colônias, as quais tardavam a receber notícias?

Em 1631, João Brito de Lemos autor do *Abecedário Militar* criticava a falta de livros portugueses de guerra atualizados (MELLO, 2007, p. 261). O Conde de Bagnuolo

criticou a vinda de vários soldados portugueses, alegando que estes eram inexperientes na arte da guerra. Por volta de 1630, o vice-rei da Índia D. Miguel de Noronha, 4º Conde Linhares, decidiu reformular o exército português, modificando a organização do terço e do regimento, levando a configuração de 10 companhias de 250 homens, como mencionado anteriormente; no entanto, sua mudança não foi adotada de imediato e o terço português não chegou a atingir tal configuração na prática (NICOLLE, 2012, p. 16).

Por mais que Evaldo Cabral (2007, p. 261) alegue tais motivos para respaldar o argumento de uma “guerra brasílica”, ainda assim, não significa que os portugueses do Brasil não soubessem como lutar *à la europeia*. De fato, dependendo da batalha ora se viu mais o uso da “guerra brasílica”, ora se viu o uso de táticas baseadas nos modelos europeus, daí o próprio Evaldo Cabral falar que as guerras luso-holandesas foram um modelo misto.

Todavia, no caso da Paraíba em suas três batalhas contra os holandeses, percebe-se que o que imperou não foi propriamente o modelo brasileiro da emboscada e guerrilha, mas um modelo misto, primeiro porque foram batalhas de cerco; segundo, as companhias de índios flecheiros foram usadas; terceiro, foram batalhas travadas em território de floresta, principalmente os conflitos na região do Cabedelo. No entanto, existem alguns casos singulares que merecem pelo menos um rápido comentário.

Na “Batalha do dia 5” de dezembro de 1631, durante a noite, o capitão espanhol Dom Aleixo de Aza saiu do forte do Cabedelo com uma tropa de 50 homens e percorreu a floresta até a praia, onde se localizava o acampamento inimigo. Chegando próximo ele ordenou que rajadas de fogo fossem dadas, e depois recuou. Rosário (1632, p. 7) quem menciona tal ataque, não nos fornece maiores detalhes, inclusive Richshoffer e Laet não mencionam tal ataque noturno.

Entretanto poderíamos considerar o ataque do capitão como uma tática de guerrilha? Pois, pelo que sugere o relato de Rosário, o intuito foi mais em causar tensão, alarde e medo no inimigo, do que ser uma iniciativa para gerar algum dano maior ou iniciar um conflito mais longo.

No entanto, durante a terceira invasão, ocorreu o episódio singular da investida de Domingos Calabar ao Engenho do Gargaú (COELHO, 1654, p. 159). Neste caso, esse repentino ataque, que resultou em saque ao engenho, mas sem destruí-lo, parece uma medida de guerrilha no sentido de conseguir suprimentos? Pois de acordo com

Coelho, foi dada a ordem para que a fazenda não fosse destruída nem sua gente maltratada, apenas saqueou comida e objetos úteis.

O problema de sugerir tal hipótese é que no relato de Laet não há menção a tal empresa, todavia, essa hipótese não pode ser descartada, pois em Pernambuco, em várias ocasiões, os holandeses saquearam fazendas, no entanto, o saque às fazendas não consiste propriamente numa tática de guerrilha, mas uma tática comum do exército em várias épocas: pilhar recursos para manter a marcha ou posicionamento das tropas naquela região, ou conseguir espólios de guerra.

Neste caso, alguns podem sugerir que Calabar, sendo ele um português da colônia, estivesse familiarizado com as táticas de batalha locais, e assim, não teria sido uma medida própria dos exércitos da WIC. Porém, os próprios holandeses com o passar do tempo acabaram adotando o uso de emboscadas e guerrilhas como os portugueses faziam, embora não detivessem a mesma aptidão para por tais táticas em prática (BOXER, 1961, p. 90).

Um exemplo de emprego de emboscada realizado pelos holandeses que ocorreu na Paraíba, se deu no dia 5 de dezembro de 1634, quando as companhias dos capitães D. Gaspar, Arriaga e Pereira as quais estavam estacionadas no posto de Manuel de Álvarez, deveriam seguir para o forte do Cabedelo. As três companhias seguiram caminho ao longo da margem do rio Paraíba. Enquanto seguiam marcha, em dado momento eles foram pegos numa emboscada feita pelos holandeses (COELHO, 1654, p. 156).

A emboscada resultou em mortos, feridos e alguns prisioneiros feitos pelos holandeses. Os capitães conseguiram fugir com o restante de suas companhias, sendo resgatados por balsas no Porto do Jacaré (atual Praia do Jacaré).

De qualquer forma, pelos relatos aqui estudados, percebe-se que o uso de emboscadas e de guerrilhas foi pouco utilizado nesses conflitos na Paraíba, o que corrobora o fato de que as três invasões ou expedições da WIC foram essencialmente batalhas de cerco.

3.3 Os perigos e problemas no serviço militar no Brasil

Mas o embate com o jeito dos indígenas e portugueses de lutar, não foi o único problema que as tropas holandesas tiveram em suas campanhas no Brasil, o que os portugueses e espanhóis vivenciaram com problemas de abastecimento de munição e

“munição de boca”, como eles se referiam à comida e água, os holandeses também passaram, principalmente se considerarmos o estudo de J. A. Gonsalves de Mello o qual assinalou que nos primeiros anos de ocupação da WIC, seus exércitos tiveram problemas de abastecimento por dependerem da comida vinda da Metrópole.

A dieta do exército holandês era proveniente da metrópole: aveia, feijão, ervilhas, carne salgada e toucinho. Algumas vezes a carne era substituída por bacalhau, tendo havido mesmo um comércio regular, direto, entre a Terra Nova e o Recife. Os próprios soldados em guarnição no interior eram alimentados com essa dieta. Holandeses senhores de engenho mandavam comprar todo o necessário a sua mesa na cidade. (MELLO, 2001, p. 129-130).

A falta de alimentos foi recorrente em vários anos da ocupação, pois a Companhia das Índias Ocidentais dependeu muito da comida enviada da Metrópole, por três fatores: a maior parte dos recursos alimentares se encontrava nas fazendas de cana e de gado, além de alguns pomares e hortas, os quais estavam em posse do inimigo, o que dificultava-a os holandeses irem ali conseguir comida (MELLO, 2001, p. 45).

Por outro lado, o segundo fator dizia respeito à falta de adaptação do exército da WIC para a alimentação brasileira, pois embora eles apreciassem os “refrescos”, como chamavam as frutas, lhes faltavam vários outros gêneros alimentícios inexistentes ali ou raros, como: vinho, cerveja, azeite, azeitonas, bacalhau, salmão, arenque, farinha de trigo, etc. (MELLO, 2001, p. 129). A farinha de trigo foi algo bastante sentido a falta, até mesmo pelos próprios portugueses, pois alguns não apreciavam o consumo de farinha de mandioca.

Mesmo um velho guerreiro como Arciszewski queixava-se de não poder ficar perfeitamente em forma sem uma ração diária de vinho, coisa impossível de conseguir nas matas do Brasil. O inimigo, pelo contrário, podia sustentar-se com um punhado de farinha de mandioca e uma pouca d'água. (BOXER, 1961, p. 90).

Devido ao fato que nos seis primeiros anos de ocupação holandesa, as tropas da WIC estavam praticamente restritas ao litoral, e vivenciando a insegurança dos ataques das guerrilhas, cultivar plantações e criar animais naquelas terras era algo difícil pela inconstância da guerra de resistência. E mesmo após um período de relativa tranquilidade durante o governo nassoviano (1637-1644), problemas de fome ainda eram normais no Recife e em Maurícia (MELLO, 2001, p. 166).

Tais dificuldades não foram apenas exclusivas dos soldados da WIC no Brasil, Parker (1994, p. 49-51) aponta que na própria Europa houve casos de soldados que morreram devido à fome em diversas guerras. Assim, assegurar as provisões de comida

e água consistia e ainda consiste num dos elementos fundamentais para o bom desempenho de uma campanha, pois sem comida, água e qualquer outro tipo de bebida, a moral fica baixa, a saúde diminui, o que leva a revoltas ou deserções.

Quando Ambrósio Richshoffer relata sua missão na Paraíba em 1631, ele diz que nas cercanias do acampamento não havia refrescos (frutas), pois uma das formas pelas quais os soldados encontravam para complementar sua ração diária era colherem-se frutas e outros legumes nas redondezas do acampamento, e até mesmo se fosse o caso, de se caçar. A escassez de refrescos e caça a qual Richshoffer se referiu, provavelmente foi algo restrito ao Cabedelo.

Os relatórios holandeses feitos por Servaes Carpentier (1636) e Elias Herckmans (1639), relatam que, embora não houvesse muitas cabeças de gado como visto no Rio Grande e em Pernambuco, a existência de frutas, caça, pescado e lavouras eram em boa quantidade, e a população não parecia ter problemas com a fome.

Todavia, quando Richshoffer (1978, p. 102) acampou na Capitania do Rio Grande, ao norte de Natal, ele relata que os currais da região foram saqueados e pelos dias seguintes os soldados se esbanjaram em carne, sendo que alguns não comiam carne há bastante tempo.

Mas além de Ambrósio Richshoffer, Joannes de Laet (1920, p. 221) também fez menção ao fato de que durante a primeira expedição, os soldados não encontraram refrescos na ocasião, e enumerou isso como um dos pontos do relatório do coronel Steyn-Callenfels, para encerrar aquela campanha, pois à falta de um complemento alimentar, eles dependeriam ainda mais do estoque de alimentos salgados e secos que haviam trazido. Pelo que Laet sugere esse estoque não seria o suficiente para manter aquela campanha, caso o cerco se prolongasse mais.

No caso da campanha de dezembro de 1634, a qual foi a mais demorada, os suprimentos foram o suficiente para manter o cerco, mas pelo que sugere o relato de Laet, navios de apoio teriam vindo fornecer suprimentos às tropas em campanha, além do fato de que Duarte de Albuquerque mencionar o saque ao Engenho Gargaú realizado por Domingos Calabar. Todavia, parece que as campanhas da WIC na Paraíba nestes dois anos, pelo menos é o que sugerem os autores aqui estudados, não tiveram grandes problemas com a questão do abastecimento das tropas.

Outro problema que acometeu o exército da WIC, e as tropas espanholas e italianas enviadas para assistir às forças de resistência, foi a aclimação. Os trópicos, principalmente para os europeus do Norte, foi um impacto. Primeiro, muitos soldados

após a longa travessia do Atlântico chegavam com escorbuto, e em alguns casos, quando os males dessa doença estavam muito avançados, optava-se em se cortar os lábios, o que deixava cicatrizes horríveis.

Além do escorbuto, outras doenças como tifo, disenteria, catapora, tuberculose, febres, etc. acometiam parte da tripulação e do efetivo militar; o próprio Richshoffer descreve que durante a travessia ele passou mal em alguns momentos e viu outros morrerem. “Os navios, por exemplo, eram ambientes especialmente nocivos e sujeitos à dispersão de enfermidades, haja vista a usual grande quantidade de gente em espaços confinados, a falta de água potável e de comida em bom estado de conservação”. (MIRANDA, 2014, p. 232-233).

Já em terra, o calor se tornava um incômodo. Mesmo os portugueses, espanhóis e italianos que vivem sob o calor mediterrânico, ainda assim se sentiam incomodados com as temperaturas no Nordeste. Somando-se a tal incômodo, o despreparo por parte dos recrutas e até de veteranos não habituados a mudança climática, geravam mais problemas para os exércitos de ambos os lados.

De 600 homens chegados em 1633, 220 evadiram-se, adoeceram ou morreram na marcha da Paraíba ao Arraial. Em 1637, em cerca de 1.700 soldados, 400 achavam-se enfermos. Destes, muitos padeciam de feridas nas pernas, causadas pelas longas marchas e pela umidade e calor a que não estavam habituados. (MELLO, 2007, p. 204).

Mas além desse problema com o acesso à comida e água potável, e com o calor, os soldados daquela época também tinham que conviver com as doenças e os ferimentos. Ambos os assuntos foram bem tratados por Bruno Miranda em seu livro *Gente de Guerra* (2014) e também por J. A. Gonsalves de Mello em *Tempo dos Flamengos* (2001); mas no caso da Paraíba, as doenças não foram algo preocupante, como visto em campanhas por Pernambuco, nas quais muitos soldados, principalmente recém-chegados, demoravam a serem encaminhados ao campo de batalha por estarem doentes de escorbuto, desnutrição, desinteira e febre.

Mas se na Paraíba não houve tais problemas, pelo menos é o que sugerem os quatro livros estudados, já que em nenhum deles menciona surto de alguma doença como disenteria sangrenta, cólera, tifo, febre amarela, etc. Acreditamos que os enfermos nestas batalhas foram mais oriundos dos ferimentos do que de patógenos.

Os irmãos Cosmo e André da Rocha, os quais eram capitães durante a primeira expedição, ambos foram feridos em combate, embora André não conseguiu resistir aos

ferimentos. O capitão Manoel Godinho foi atingido por um disparo de canhão, que segundo Coelho, o teria feito em pedaços.

Richshoffer diz que no dia 6 de dezembro de 1631, um disparo de canhão advindo do forte, explodiu dentro da trincheira de ataque dos holandeses, explodindo um dos canhões ali presentes e ferindo mais de dez soldados. Ele próprio no dia 10 de dezembro, enquanto se encontrava em meio à floresta disparando contra o inimigo, foi ferido:

Mal terminava estas palavras quando caí para frente com o meu mosquete, parecendo-me que me acertara na cabeça um grande tijolo, e ouvi alguém dizer: – Então, estrasburguês, Deus te console! Apanhaste o teu quinhão! – Quando voltei a mim e pus-me em pé, o que falara muito se admirou, pois julgava-me morto. Extraíu-me então da testa um pedaço de pau, que a bala arrancara de um galho e fizera penetrar-me ali, correndo-me o sangue em abundância pelo rosto e todo o corpo. O meu camarada Hans Carol Spiessen, sabendo que eu estava ferido e pensando igualmente que morto, quis ajudar a transportar-me. (RICHSHOFFER, 1978, p. 101).

Richshoffer foi levado de volta ao acampamento, e em seguida conduzido a um dos navios para receber tratamento médico¹⁶⁸.

Na terceira expedição, o próprio governador da Paraíba no confronto na enseada do Jaguaribe foi alvejado no peito, e se não fosse a couraça que usava, talvez não tivesse sobrevivido. Durante a terceira expedição os holandeses empregaram o uso de granadas e morteiros, os lançando sobre o forte do Cabedelo, no intuito de seus estilhaços ferirem a guarnição. Inclusive isso feriu muitos homens e vitimou outros.

Deve-se acrescentar ainda que a possibilidade de perder um membro durante um confronto do período era tão grande que a WIC, preocupou-se em divulgar em seu panfleto de recrutamento uma listagem contendo os valores indenizatórios pela perda de parte do corpo durante o serviço. (MIRANDA, 2014, p. 244).

Além desses ferimentos causados por projéteis, frei Paulo do Rosário em sua lista de mortos e feridos, menciona que dentre os feridos, três tiveram ferimentos causados por queimaduras. O curioso desse dado deve-se ao motivo de que no restante da lista, ele não define quais eram os tipos de ferimentos, apenas salienta estes três casos.

Os motivos pelos quais tais homens tenham se queimado são desconhecidos, mas havia um perigo naquele tempo, que era suscetível a qualquer um que usasse

¹⁶⁸ Talvez Ambrósio teve sorte ao conseguir receber tratamento naquela ocasião e sobreviver, pois Miranda (2014, p. 246-267) assinalou que o número de médicos, barbeiros, cirurgiões e enfermeiros eram bastantes baixos, não havendo pessoal suficiente para atender a demanda de feridos e enfermos da Companhia. Inclusive o tratamento clínico e hospitalar fornecidos pela WIC não era bom.

principalmente mosquetes e arcabuzes: o perigo da arma explodir. Dependendo da qualidade do material usado na arma, o metal poderia se superaquecer a ponto de um disparo não aguentar a explosão da pólvora e assim fragmentar-se, ferindo braços e rosto do soldado, causando queimaduras. Armas com defeito, as quais poderiam causar tais acidentes, não foram incomuns durante as invasões holandesas.

Na frota de socorro enviada ao Brasil em 1647, foi observado, antes do embarque, que muitos dos mosquetes fornecidos pela WIC às tropas estavam defeituosos. Em relatório apresentado aos Estados Gerais por Hendrik Haecxs, foram apontadas, além de várias outras carências, uma quantidade elevadíssima de armamentos defeituosos. (MIRANDA, 2014, p. 243).

Embora esse relato refira-se ao ano de 1647, desde 1630 existiam queixas dos comandantes holandeses acerca da má qualidade das armas, e tais queixas se mantiveram até o ano de 1654, o que revela que o problema com armas defeituosas, as quais poderiam simplesmente não disparar ou chegar ao ponto de explodirem, foi algo recorrente, embora não saibamos a quantidade de casos ocorridos.

Todavia, além de ferimentos causados por balas e queimaduras, houve também ferimentos causados por armas brancas, principalmente espadas. Duarte de Albuquerque e Ambrósio Richshoffer em dados momentos de suas narrativas referem-se à prática da degola e da decapitação, geralmente usada por motivos de vingança. Por exemplo, Richshoffer diz que no dia 5 de dezembro de 1631, um sargento furioso com a morte de seus homens durante o ataque ao Reduto do Cabo Branco, teria decapitado alguns de seus inimigos. Coelho também aponta acontecimento similar durante a terceira invasão.

Além disso, temos um único caso conhecido de morte por perfuração de lança, encontrado nos quatro relatos. No dia 11 de dezembro de 1631, frei Manoel da Piedade foi assassinado por dois piqueiros (ROSÁRIO, 1632, p. 13/COELHO, 1654, p. 69). Pelo fato do frei andar pelo campo de batalha com um crucifixo em mãos, no intuito de motivar os soldados, ali ele acabou sendo perfurado pelos piqueiros inimigos.

Não obstante, para termos ideia de quantos feridos e mortos tiveram nas três batalhas na Paraíba, vejamos a tabela a seguir:

Tabela I: Número de mortos e feridos nas expedições holandesas à Capitania da Paraíba.

Fontes	Primeira Expedição				Segunda Expedição				Terceira Expedição			
	Luso-espanhol		WIC		Luso-espanhol		WIC		Luso-espanhol		WIC	
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
Paulo do Rosário	83	65	?	?								
Ambrósio Richshoffer	70-80		500									
Duarte de Albuquerque	86	70	?	+500	7	?	?	172	+150	+100	+600	
Joannes de Laet	140		180-200		?		?		+ 70		+50	

Legenda: F = feridos. M = mortos. + = acima deste total. ? = não informado pelo autor.

Fonte: Quadro produzido pelo autor a partir das informações contidas em Rosário (1632), Laet (1644), Coelho (1654) e Richshoffer (1677).

Todavia, por não haver uma precisão quanto ao total de mortos e feridos, tais valores podem ter sido menores ou maiores. Entretanto, podemos delinear certa aproximação entre tais resultados.

Os valores apresentados por Rosário, Richshoffer e Coelho referentes às perdas do exército colonial luso-espanhol na Primeira Expedição, são bem próximos. E mesmo Laet, que não divide os valores, mas apresenta o total de 140, tal cifra também se aproxima do total apresentado por Rosário e Coelho.

Acerca das perdas sofridas pelos holandeses na Primeira Expedição, os valores apresentados são contrastantes. Richshoffer apresenta um total de 500 homens entre mortos e feridos, Laet assinalou um resultado entre 180 a 200 homens, e por sua vez Coelho fez menção a mais de 500 mortos, sem mencionar o número de feridos.

A respeito da Segunda Expedição, só dispomos dos valores apresentados por Coelho, não podendo fazer uma comparação com os demais autores. Quanto a Terceira Expedição, Coelho apresentou valores gerais para os mortos e feridos, alegando que tais índices foram maiores do que ele relatou.

No entanto, Laet não fez o mesmo. Os valores apresentados na tabela são valores parciais, extraídos dos relatos de algumas das batalhas que ele fez menção. Como essa expedição resultou em mais de 15 dias de conflitos, o saldo de feridos e mortos, sem sombra de dúvidas, foi bem maior.

Embora os valores não sejam precisos, mas se fizermos uma soma deles, chegamos a algo em torno de um total de 851 homens entre mortos e feridos para o lado luso-espanhol, tendo como referência as três expedições; e, um total de 2.020 homens entre feridos e mortos para o lado holandês. Tais números embora não precisados, ainda

assim são bastante altos, se tomarmos em consideração que os exércitos combatentes eram pequenos, mesmo para os padrões da época, como podemos ver na tabela abaixo:

Tabela II: Números de soldados participantes nas expedições holandesas à Capitania da Paraíba.

Fontes	Primeira Expedição		Segunda Expedição		Terceira Expedição	
	Luso-espanhol	WIC	Luso-espanhol	WIC	Luso-espanhol	WIC
Paulo do Rosário	?	2.000				
Ambrósio Richshoffer	?	1.900				
Duarte de Albuquerque	600	3.000	660	3.000	1.000	3.000
Joannes de Laet	880-980	1.600	?	1.500	+1.000	2.354

Legenda: + = valor acima deste total. ? = não informado pelo autor.

Fonte: Quadro produzido pelo autor a partir das informações contidas em Rosário (1632), Laet (1644), Coelho (1654) e Richshoffer (1677).

Com base nestes valores fornecidos pelos quatro autores, podemos delinear alguns totais aproximados. No caso de frei Paulo do Rosário e Ambrósio Richshoffer eles não nos forneceram números quanto ao contingente de homens que o lado luso-espanhol possuía, fornecendo apenas valores sobre o número de mortos e feridos como visto na tabela anterior. Mesmo assim, não se têm como calcular um número efetivo com esses poucos dados.

Por outro lado, os valores fornecidos por Duarte de Albuquerque Coelho quanto ao número de soldados que compunham os exércitos da WIC, hoje são considerados demasiadamente exagerados, enquanto, os números que ele nos forneceu a respeito das tropas que compunham o lado luso-espanhol, são aceitos com mais credibilidade.

Assim, se tomarmos os valores fornecidos por Coelho, nas três expedições holandesas à Capitania da Paraíba, foram mobilizados pelo menos 2.260 soldados do lado luso-espanhol. Já com base em Laet, a Companhia das Índias Ocidentais mobilizou para essas três expedições algo em torno de 5.454 homens.

Se compararmos as duas tabelas, de um total aproximado de 2.260 soldados para o lado luso-espanhol, 851 ficaram entre mortos ou feridos, o que corresponde a 37,65% do total. Já no lado holandês, de 5.454 soldados, 2.020 ficaram entre mortos e feridos, o que corresponde a 37,03% do total. Tais valores percentuais se encaixam na média estipulada por Geoffrey Parker (1994, p. 42-43), o qual diz que durante o século XVII, não foi incomum recrutar-se o dobro de homens do que o necessário, já antevendo as baixas por fatores de morte, ferimento e deserção; baixas quem em alguns casos poderiam passar dos 30% do contingente total.

Percebe-se que por tais dados, embora os holandeses tenham perdido mais do dobro de homens do que os portugueses e espanhóis, o percentual de feridos e mortos são bem próximos em termos de porcentagem do total de seus contingentes, além do fato de que os holandeses tiveram menos baixas em quesito de proporção.

Não obstante se somarmos os valores dos dois lados do campo de batalha, alcançamos as cifras de pelo menos 7.714 soldados envolvidos, e pelo menos entre mortos e feridos um valor de 2.871 baixas.

3.4 Os cercos

Como foi apresentado, anteriormente, as guerras na Paraíba em 1631 e 1634 foram batalhas essencialmente de cercos, pois a estratégia dos holandeses foi assegurar a captura dos dois fortes na barra do rio, para assim marchar em direção à capital e subjugar-la. Assim, nessa última parte do capítulo serão comentados alguns aspectos sobre os três cercos ocorridos ao longo das três invasões ou expedições realizadas pela WIC para a conquista da Paraíba.

Quando lemos os relatos sobre a “Batalha do Cabedelo” (5-12 de dezembro de 1631), percebemos que no dia 6 de dezembro os portugueses haviam descoberto uma trincheira inimiga próxima ao forte. Embora as fontes não indiquem a distância dessa trincheira, percebe-se aqui a prática da estratégia da época para se efetuar um cerco a uma fortificação: escavar trincheiras, posicionar os canhões e iniciar o bombardeio. Esse bombardeio se prosseguiu pelos dias 7 e 8, acompanhados de várias escaramuças em meio à mata.

Assim se percebe que a tática adotada pela WIC do dia 6 ao dia 8 foi manter essa investida lenta, escavando e fortificando trincheiras ofensivas, cada vez mais próximas do forte do Cabedelo, e ali instalando suas baterias para efetuar fogo contra a fortificação inimiga. Entretanto, os portugueses reagiram não apenas com o disparo dos canhões do forte, mas também com o envio de companhias e com a escavação de trincheiras para barrar o avanço do inimigo, forçando a adotar-se uma batalha entre trincheiras, método comum em conflitos de cerco, quando se chegava a um impasse no qual nenhum dos lados podia avançar com rapidez, optava-se por assegurar sua fronteira de ação, e assim investir na conquista da trincheira inimiga ou na retirada do inimigo.

Mas mesmo com tais medidas defensivas, isso não impediu que os holandeses continuassem a avançar com suas trincheiras e prosseguissem com os ataques das

baterias e das escaramuças, o que obrigou no dia 8, o capitão-mor Antônio de Albuquerque sob sugestão do engenheiro Diogo Paes, a ordenar a construção de um hornaveque (ROSÁRIO, 1632, p. 9), fortificação complementar essa, que foi erguida diante do portão, agindo com uma murada extra para retardar o avanço das tropas inimigas, caso elas chegassem mais perto.

Embora o hornaveque e outra trincheira tenham ficado prontos ainda no dia 8, no dia 9 ocorreu um embate bastante intenso, com muitos disparos de ambos os lados, na ocasião, Richshoffer é o único a dizer que se tentou naquele dia escalar os muros do forte do Cabedelo, pois foram destacados alguns homens com escadas para se arriscar em meio ao fogo cruzado e tentar realizar tal difícil manobra.

Chegamos até debaixo dos canhões e com as escadas às estacadas, porém o inimigo defendeu-se tão briosamente, dentro e fora da trincheira, e do reduto fizeram-nos através do rio tão mortífero fogo com os canhões que fomos obrigados a retirar-nos. Novamente ficaram de ambos os lados muitos mortos e feridos. (RICSHOFFER, 1978, p. 101).

O relato de Ambrósio Richshoffer nos fornece um dado interessante que não foi mencionado nem por Rosário, Coelho e Laet: que nesse ataque realizado no dia 9 de dezembro de 1634, os holandeses haviam levado consigo escadas na tentativa de escalar os muros do forte. Uma iniciativa arriscada, visto que em quatro dias de cerco, a situação, antes confortável a WIC, já havia mudado.

Não havia condições operacionais para isolar uma fortaleza e simultaneamente encunhar-se a fundo no território inimigo. As forças, parcas como eram, divididas, enfraqueciam-se de forma fatal automaticamente. A solução era, assumir um cerco, ou arriscar, e penetrar a fundo no espaço adverso, com o risco de as fortalezas deixadas à margem e livres de ameaças, fenderem a linhas de comunicações e de abastecimentos. (DUARTE, 2006, p. 295).

Tanto Rosário, Coelho e Laet são unânimes em dizer que no dia 9 a batalha se deu principalmente entre trincheiras, pois a nova trincheira que começou a ser feita no mesmo dia, tornava-se um obstáculo para o avanço dos holandeses os quais levavam canhões consigo, a fim de posicioná-los mais perto do forte, lembrando que devido à “arquitetura científica” das fortificações modernas, assediá-las com canhões requeria proximidade e o ângulo certo, caso contrário os disparos não surtiriam o efeito desejado. Mas a menção de que escadas haviam sido levadas pode ser um indicativo que houvesse planos de se realizar um ataque direto ao forte.

De acordo com Keegan (1996, p. 337) e Tallett (1992, p. 34-35, 44-45) tomar um forte por um ataque direto, não era a mais sábia das decisões. Era preciso antes

enfraquecer a guarnição e as defesas externas, de forma que se pudesse tentar um ataque direto aos muros, como no caso de se tentar escalá-los. Pelo relato de Ambrósio Richshoffer parece que havia a ideia de se realizar uma investida de risco, pois as defesas do Cabedelo ainda eram fortes. E o próprio fato de Richshoffer relatar que o inimigo se “defendeu tão briosamente”, sugere que o inimigo não estivesse tão fraco como se imaginava, mas estava lutando com todas as forças que lhe restavam.

Paralelamente a essa defesa realizada pela guarnição do Cabedelo, Ambrósio Richshoffer também fez menção que eles sofreram ataques vindos do outro lado do rio. O “reduto” que ele se referiu ao longo do rio tratava-se do Forte de Santo Antônio, na época ainda em construção, deveria distar do Forte do Cabedelo pouco mais de 1 km, o que possibilitava o alcance de seus canhões a ponto de terem bombardeado o exército neerlandês no cerco ao Cabedelo.

No dia seguinte, mesmo após o fracasso da investida anterior, novas escaramuças ocorreram pela manhã até o grande ataque da tarde, quando os holandeses investiram contra o forte por três frentes de batalha. Frei Paulo do Rosário e Duarte de Albuquerque Coelho disseram que tal batalha foi intensa como a do dia anterior, embora não nos forneceram detalhes acerca. Já Richshoffer foi ferido na ocasião e teve que recuar até o acampamento, não vindo a participar do restante do conflito. Por sua vez, Joannes de Laet foi quem nos forneceu mais detalhes sobre o ocorrido.

Mas o dado que nos interessa diz respeito ao fato de que a tropas de apoio localizadas ao sul do forte, após serem surpreendidas por uma das frentes de batalha dos holandeses, os portugueses, espanhóis e índios optaram em abandonar seus postos, uns teriam ido em direção ao rio e se arriscado a nadar até o outro lado, mas alguns teriam optado em retornar ao forte, e vendo que o portão estava fechado tentaram escalar os muros. Laet diz que tudo isso ocorreu de noite, tendo começado por volta das 23 horas.

Nesse ponto, Laet (1925, p. 222) informa que alguns soldados holandeses tentaram escalar os muros. Percebe-se novamente essa medida drástica, o que nos faz pensar que os holandeses estavam dispostos a arriscar parte de seus homens novamente numa investida daquelas. O fato é tão pertinente, que durante o cerco da terceira invasão, não houve novos ataques daquele tipo, pois, diferentes dos filmes, uma investida com escadas não era uma medida fácil de ser realizada.

Entretanto, por mais que os holandeses tivessem surpreendido uma tropa de apoio, os desbaratado de seus postos e trincheiras, tenha levado alguns de seus homens até debaixo dos muros, além de ter cercado o forte por três lados, de acordo com

Joannes de Laet, o coronel Steyn-Callenfels deu a ordem para recuar, pois o pessoal seria insuficiente para prosseguir com o cerco.

No quesito do número de soldados, tanto Richshoffer quanto Laet assinalam que o contingente destacado para aquela expedição era insuficiente. Retomando o que foi mencionado no parágrafo anterior, Parker (1994, p. 42), assinala que na primeira metade do século XVII, os exércitos europeus, na maioria das vezes sempre levavam um exército com homens em excesso, pois na maioria dos casos, a deserção era o principal motivo que levava a diminuição dos efetivos militares.

Um dos motivos por que se tentava recrutar mais homens do que os que teoricamente eram necessários era o facto de os novos recrutas depressa se arrependem de se terem alistado. Sobretudo na primeira metade do século, as deserções, embora comportassem a pena de morte, eram um grave problema para todos os exércitos, em especial durante os prolongados cercos que constituíam o ponto fulcral das operações militares da época barroca. Em 1622, o exército espanhol da Flandres que cercava Bergen-op-Zoom perdeu cerca de 40% dos seus 20 600 soldados, muitos dos quais por deserção. Das muralhas de Bergen, as sentinelas viam os inimigos abandonar furtivamente os seus postos, fingindo que iam buscar lenha ou legumes, afastar-se a pouco e pouco das trincheiras, e fugir. (PARKER, 1994, p. 42).

No livro *Gente de Guerra* (2014), Bruno Miranda analisou alguns dados sobre a deserção nas tropas da WIC no Brasil, todavia, no caso dos exércitos da resistência, não dispomos de dados similares que nos ajudem a perceber a quantidade de deserções. Nas fontes estudadas, cita-se brevemente a deserção de alguns homens, como o caso de um soldado francês que servia na WIC, e na Paraíba entregou informações sobre alguns planos futuros (ROSÁRIO, 1632, p. 14).

Joannes de Laet (1920, p. 217) menciona que um escravo africano da Paraíba, havia desertado ou fugido de sua fazenda, indo entregar notícias valiosas para os holandeses em Recife. Em dezembro de 1634, após o dia 19, os mercenários ingleses e hamburgueses que serviam como artilheiros no forte de Santo Antônio haviam desertado. Todavia, no contexto das guerras luso-holandesas na Paraíba, parece que de acordo com as fontes, a deserção não foi um problema grave, sendo neste caso, os ferimentos e mortes os responsáveis pela diminuição do efetivo de combate.

Embora os dados não sejam precisos (ver tabela I), mas se tomarmos no caso da WIC, as referências dadas por Laet e Richshoffer, se um exército de 1.600 soldados não era suficiente para manter um cerco ao forte do Cabedelo, do que dizer ao considerarmos os valores fornecidos por estes autores, quanto às baixas sofridas na campanha de 1631? Laet diz que foram cerca de 200 mortos, o que reduz o contingente para 1.400 homens; já Richshoffer falou em 500 soldados, entre feridos e mortos, mas

se considerarmos que alguns desses feridos, estariam incapacitados de lutar, assim, temos uma queda para 1.100 homens.

No exército francês, durante a primeira metade do século, sabia-se que, se se queria levar 1200 homens para a frente de batalha, tinha que se recrutar 2000, porque era normal perder-se 40% dos soldados nos primeiros meses, por deserção e doença. Assim, em 1635, primeiro ano de guerra aberta contra a Espanha, decidiu-se recrutar 145 000 homens para se manter na frente uma força efectiva de apenas 69 000. (PARKER, 1994, p. 43).

O exemplo apresentado por Geoffrey Parker para o caso do exército francês nos revela essa problemática do recrutamento e de quantos homens se levar para o campo de batalha. Retomando o caso das guerras luso-holandesas, de ambos os lados, os exércitos possuíam problemas com o recrutamento e a manutenção das suas frentes de batalha. Os holandeses dependiam de remessas continuas de reforços vindos da República. E no caso dos portugueses, embora houvesse muitos colonos no Brasil, parte destes não participou dos conflitos, além do fato de que eram homens inexperientes na arte da guerra, o que os obrigou a também depender de reforços enviados do Reino.

Logo, não parece ser surpresa o fato de que Laet e Richshoffer terem dito que o exército de invasão do ano de 1631 era insuficiente. Mas o mesmo também é válido para o lado da resistência, pois o capitão-mor Antônio de Albuquerque solicitou apoio ao Reino e de Pernambuco, para reforçar suas frentes de batalha, pois sabia que o efetivo destacado mesmo em sua capitania, era baixo, pois o grosso da população acabou ficando nos engenhos para defendê-los¹⁶⁹.

Por outro lado, Tallett (1992, p. 34) chama a atenção que as fortificações além de possuírem uma função de defesa, também possuíam uma função de ataque, devido à disposição dos baluartes os quais eram usados para posicionar as baterias. As fortificações modernas eram construídas de forma que uma guarnição pequena conseguisse defendê-la de exércitos inimigos bem maiores.

Rosário, Richshoffer, Laet e Coelho não nos informam o número de homens que compunham a guarnição do Cabedelo, mas pelo que observamos acerca das outras batalhas, o efetivo alocado dentro dos fortes do Cabedelo e do Santo Antônio girou entre 100 a 200 homens, um número baixo, se comparado a uma força de invasão de 1.600 soldados para aquele ano de 1631, no entanto, como salientado por Tallett,

¹⁶⁹ Pelo que as fontes nos permitem concluir, apenas dois senhores de engenho paraibanos participaram em 1631, nas lutas contra os holandeses. Duarte Gomes da Silveira, senhor do Engenho Salvador; André da Rocha, senhor do Engenho Massangana. No entanto, não sabemos se outros senhores de engenho enviaram homens e recursos. Todavia, em dezembro de 1634, tivemos a presença de mais senhores de engenho.

mesmo com cerca de um décimo do contingente do inimigo, os fortes eram defensáveis e causaram problemas aos invasores. Pois estamos falando do contingente alocado nas fortificações, sem contar às companhias que estavam acampadas nos arredores, dando suporte aos fortes.

Na “Batalha do Forte de Santo Antônio”, a situação mudou. Primeiro, o conflito durou menos de 48 horas; segundo, não chegou nem haver um cerco propriamente, apenas um conflito entre trincheiras; terceiro, os holandeses desistiram muito rápido, o que ainda hoje levanta perguntas acerca dessa súbita desistência. De qualquer forma, passemos a comentar alguns aspectos dessa segunda invasão.

Como visto acerca da disposição do Forte do Santo Antônio, seu projeto de 1631 foi concebido para possuir quatro baluartes, entretanto, em fevereiro de 1634, apenas metade dos baluartes estava concluída, isso desde 1631. O atraso para a conclusão das obras é desconhecido, talvez o principal fator tenha sido econômico, pois a capitania pode ter passado por problemas financeiros, para se concluir a obra. Além do fato de que com os holandeses procurando bloquear o acesso das vilas ao mar, e assim cortar a conexão entre a colônia e o Reino, remessas de recursos atrasaram ou nunca chegaram.

Mas naquela data em fins de fevereiro de 1634, embora o forte estivesse ainda incompleto, sua posição geográfica foi bem escolhida, pois garantia que de um lado tivesse a margem do rio e do outro o manguezal, assim, restava apenas uma faixa de terra próxima à praia, pela qual o inimigo teria que seguir caminho, sendo este o caminho mais fácil, senão, eles teriam que desembarcar aos fundos do forte ou tentar cruzar o manguezal.

Mas atravessar um terreno lamacento, de mata densa, em meio ao calor e aos mosquitos não era tarefa fácil nem mesmo para os próprios habitantes, daí, o coronel Schokppe ter optado pelo caminho mais cômodo, mas nem por isso menos difícil. Além das barreiras naturais, o forte era cercado por um fosso, algo diferente do que visto no Cabedelo, pois diziam que o “fosso” dele era tão raso, que nem parecia ser um fosso.

Além deste fosso o forte contava com uma trincheira reforçada com uma paliçada, estando ambas na estrada que levava ao forte até a praia na qual os holandeses vieram a montar acampamento na Terra Vermelha, nome dado a ponta de Lucena. Desconhece-se qual seria a distância do acampamento inimigo naquela segunda invasão, embora Duarte de Albuquerque Coelho diga que ele não ficaria tão distante da trincheira que os holandeses escavaram para lutar.

No caso da trincheira, como foi dito, essa segunda expedição não foi um conflito de cerco necessariamente, mas sim de trincheiras. Os holandeses não tendo conseguido romper as defesas entrincheiradas, optaram em escavar sua própria trincheira e prosseguir no conflito daquela forma, embora tenham acabado desistindo em pouco tempo.

Outra questão peculiar que se percebe durante a “Batalha do Forte de Santo Antônio” foram as ações noturnas. O fato dos holandeses empreenderem seus ataques durante a noite foi um caso peculiar, já que normalmente não travavam lutas de noite, não porque fosse incomum, mas porque não era sábio fazê-lo em território desconhecido.

Quando retomamos o relato da “Batalha do Cabedelo”, pelo que as fontes sugerem, temos a investida do capitão D. Aleixo de Aza na noite do dia 5, o prolongamento dos conflitos do dia 9 até de noite; o ataque noturno do dia 10, no qual seis companhias holandesas marcharam de encontro ao forte. Percebe-se, assim, que dos seis dias de conflitos, em três casos houve lutas durante a noite.

Embora que Joannes de Laet (1925, p. 13) informe que o ataque em 26 de fevereiro ocorreu de dia, e depois seguiu as investidas pela noite e madrugada, até retomarem na manhã do dia seguinte, ainda assim, ele confirma os conflitos noturnos mencionados por Duarte de Albuquerque Coelho.

Tal fato revelou-se numa mudança de estratégia, pois atacar de noite garantia que a escuridão encobrisse as tropas, e assim pudesse se realizar um ataque surpresa. Mas não se sabe para quem exatamente foi a surpresa, pois Coelho diz que os holandeses foram pegos de surpresa, por não esperaram se deparar com uma trincheira e uma paliçada; já Laet informou que o coronel Schkoppe estava ciente de tais defesas, por ter enviado batedores na frente.

Outro aspecto a se mencionar, diz respeito à mudança de alvo. Se na primeira expedição o alvo era atacar o forte do Cabedelo, já que até então era o principal fortificação na barra do rio, nesse segundo ataque, optou-se por atacar o forte de Santo Antônio. O motivo se devia ao pensamento de que suas defesas fossem mais fracas, lembrando que o forte até então ainda se encontrava incompleto. Logo, seria mais fácil de conquistá-lo. De qualquer forma, se a ideia era que o segundo forte seria mais fácil de ser tomado, isso se mostrou um pensamento traiçoeiro.

Um último aspecto a ser avaliado, diz respeito à determinação do coronel Schkoppe e seu exército. Enquanto na primeira expedição liderada pelo tenente-coronel

Steyn-Callenfels e o major Berstedt, empenhou-se ao longo de uma semana de combates, essa segunda expedição desistiu em menos de 48 horas de combate.

Uma das pistas para se explicar isso advém do relato de Joannes de Laet, o qual diferente do que Varnhagen (1874) disse, que a WIC estava motivada a tomar a Paraíba, Laet disse que o ataque à Paraíba em fevereiro de 1634 foi uma empresa de risco, pois não havia tropas suficientes para se tomar aquela capitania naquele momento.

Tendo sido tomado pelos nossos o forte do Rio Grande, como já descrevemos antes, e havendo-se estabelecido bôa ordem sobre a guarnição em conservação do mesmo, a esquadra voltou a Pernambuco com o resto das tropas, desembarcando ali no principio deste anno de 1634. E como os Snrs. Directores Delegados não tivessem tropas bastantes para tentar qualquer empreza maior, especialmente contra a Parahyba ou o Cabo de St^o Agostinho com o forte de Nazareth, que lhe fica visinho, estando o inimigo ainda muito forte nestes logares, sem os quaes não podíamos fortificar as praças que conquistássemos ou tirar qualquer proveito dellas, resolveram quanto lhes fosse possível manter o inimigo entretido em varios pontos e aproveitar todas as ocasiões de produzir-lhe algum prejuízo ou pelo menos hostilizar-os por expedições inesperadas ao interior. (LAET, 1925, p. 7).

Tal argumento também é reforçado pela condição de que Laet informou que nessa segunda invasão, foram enviados menos homens. Se ele havia dito que na primeira invasão o contingente de 1.600 soldados não era o suficiente para tomar aqueles fortes, o que se dizer de um exército menor, de cerca de 1.500 soldados? Se fosse o intuito de conquistar, é provável que a WIC não cometesse o mesmo erro, e assim, teria enviado um exército maior? Baseado no que foi dito por Parker (1994), no qual disse que normalmente para campanhas de cerco, procurava-se levar o dobro do contingente necessário.

Tomando as tabelas do livro *Gente de Guerra* (2014, p. 49-50), para o ano de 1634 foram enviados 3.519 militares, e em agosto daquele ano, 3.360 homens estavam em serviço. Não se sabe quando exatamente o efetivo de 3.519 chegou ao Brasil, mas pelo que sugere Joannes de Laet, deve ter sido após fevereiro, pois até lá, o efetivo existente em julho de 1633, era de 2.500 homens, o qual era insuficiente para ser dividido em várias campanhas. Por tais dados, parece que Laet estava certo ao dizer que as tropas não eram suficientes.

Se em julho de 1633, tivesse um efetivo em torno de 2.500 soldados, e naquele ano o reforço foi de 1.685 homens, logo, o ataque em fevereiro de 1634 usou quase a metade desse total, embora lembrando como assinalado pelo autor, que tais número são aproximados, ainda assim, percebe-se uma linha de compreensão que vai ao encontro do argumento de Laet.

Acerca da terceira e última expedição ou invasão à Capitania da Paraíba, os conflitos duraram quase um mês, logo, optamos em abordar alguns momentos mais drásticos daquela história. Se antes os holandeses haviam ido à Paraíba com um exército abaixo do recomendado, agora eles retornavam com 2.354 soldados, 754 homens a mais do que visto para primeira invasão, e 854 a mais, no caso da segunda. Todavia, não sabemos se tal quantidade seria o valor recomendável para se realizar o cerco, pois Joannes de Laet nada comenta acerca, mas acreditamos que pelo fato dele dizer que não houve falta de soldados, talvez tenha sido o valor aceitável.

De qualquer forma, a terceira armada neerlandesa aportou na Paraíba nos idos de dezembro, mas dessa vez percebe-se a mudança na estratégia; se na primeira vez optou-se em primeiro atacar apenas o Forte do Cabedelo, e na segunda vez, o alvo foi o Forte de Santo Antônio, nesta ocasião, os dois fortes foram alvos ao mesmo tempo, embora que os ataques ao forte do Cabedelo (chamado de “forte sul” pelos holandeses) se iniciaram antes.



Figura XXV: Cerco de dezembro de 1634. Detalhe do mapa *Afbeelding der Stadt en Fortessen van Parayba* (Representação da cidade e dos fortes da Paraíba). Autor: Claes Jansz Visscher. Ano: 1634-1635. 58,5 x 53,5 cm em f. 60 x 54,5 cm. Fonte: Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Três acampamentos no Cabedelo foram levantados, de onde partiam três frentes de batalha, os quais sua localização é visível no mapa acima, embora seja importante ressaltar que a disposição do mapa não corresponde com exatidão geográfica, pois o Forte do Cabedelo não fica tão próximo do mar, como se encontra representado neste mapa.

Ademais, no mapa *Afbeelding der Stadt en Fortessen van Parayba* podemos ver, além da localização dos três acampamentos holandeses e as fortificações portuguesas, a disposição das trincheiras no perímetro do forte do Cabedelo, algumas de suas baterias, como também as baterias montadas pelos holandeses. Neste caso, o destaque vai para o reduto do capitão Gaspar van Ley, o qual estabeleceu uma pequena bateria sobre uma colina, de onde prosseguiu pelos dias seguintes os ataques ao forte. A partir dessa bateria formada por duas peças de artilharia, morteiros e granadas eram atirados contra o forte do Cabedelo, causando mais danos à guarnição do que as baterias nas trincheiras. Podemos ver três redutos no lado esquerdo, diante das trincheiras do forte do Cabedelo. Em um daqueles redutos se encontraria a bateria do capitão Ley.

No que se refere ao forte de Santo Antônio, percebe-se uma espécie de construção situada a sua direita, a qual se trata da trincheira e paliçada erguida na estrada que conduzida até o forte, a qual gerou problemas para os holandeses durante a Segunda Expedição (26-28 de fevereiro de 1634).

Aqui se percebe um plano de cerco por dois caminhos: a técnica habitual de se fazer trincheiras cada vez mais próximas da fortificação inimiga, e ali instalar canhões para bombardear de forma adequada os muros, de maneira que causassem danos efetivos às defesas; mas também se optou por outro caminho, bombardear o interior do forte com projéteis de estilhaços, no intuito de ferir a guarnição, e eventualmente tentar causar alguma explosão ou incêndio caso se atingisse as munições. De acordo com Duarte de Albuquerque Coelho (1654, p. 159), uma dessas explosões ocorrida no dia 10 de dezembro, matou doze e deixaram outros vinte feridos.

Mas não foram apenas os holandeses que ampliaram a área do conflito, os portugueses também fizeram isso. As ordens do capitão-mor Antônio de Albuquerque Maranhão em se estabelecer companhias entre o Cabedelo e o rio Gramame, revela-nos uma mudança de postura do capitão-mor, em procurar evitar que o inimigo viesse a portar mais distante, o que facilitaria o desembarque das tropas.

Embora tal medida foi tomada no intuito de defender mais de 30 km de litoral, os holandeses aportaram em um dos locais que não foi guarnecido, a Enseada do

Jaguaribe, a poucos quilômetros do forte do Cabedelo. Após a vitória naquela ocasião, prosseguiram até as cercanias do forte e instalaram seus acampamentos.

Outro acontecimento a ser comentado diz respeito à tomada do Reduto da Restinga, ocorrida na manhã do dia 9 de dezembro de 1634. Neste caso, avaliemos a questão da neblina, pois como mencionado por Coelho, ela contribuiu para ocultar a passagem das embarcações inimigas, mas Laet não menciona sua existência.

A neblina teria sido deliberadamente omitida por Laet, como forma de alegar que o êxito do ataque não se deveu em parte ao uso de tal vantagem? Ou talvez a neblina não possa ter tido tanta significância, e assim foi descartada do relato, pois lembremos que o próprio Coelho diz que as embarcações inimigas foram avistadas antes de chegarem à Restinga.

Por outro lado, Coelho poderia ter “inventado” a neblina como forma de encontrar uma “desculpa” para amenizar a falha da guarnição dos dois fortes em ter permitido o inimigo atravessar a barra do rio, com relativa facilidade, pois tanto Coelho quanto Laet informam que apenas um dos iates foi atingido durante a travessia, mas os outros seis conseguiram fazê-la sem maiores problemas. Embora os iates sejam considerados embarcações de pequeno porte, ainda assim, eles possuíam mais de oito metros de comprimento, sendo que sete destes cruzaram a barra do rio, como informou Laet (1925, p. 53).

Não obstante, na legenda do mapa *Afbeelding der Stadt en Fortessen van Parayba* (1635), o autor Claes Jansz Visscher menciona que o ataque ao Forte de São Bento (como ele chama o Reduto da Restinga), ocorreu no dia 7 de dezembro e não no dia 9, além de não mencionar nenhuma neblina na ocasião. Pode-se sugerir que ele não se preocupou em fornecer detalhes, mas isso não é verdade, pois Visscher disse que a Terceira Expedição foi composta de 29 embarcações, 2.340 homens, divididos em 22 companhias. Tais números conferem com os dados fornecidos por Joannes de Laet (1925, p. 50), embora ele mencione 2.357 soldados.

Ainda assim, é preciso salientar que o livro de Joannes de Laet, *História ou Anais da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais* foi publicado apenas em 1644, dez anos após a conquista da Paraíba, por sua vez, o mapa de Claes Visscher foi concluído no ano seguinte à conquista, o que revela a precisão dos dados fornecidos por Laet. Além disso, Visscher confirmou que o forte do Cabedelo se rendeu no dia 18-19 e o forte do Santo Antônio se rendeu no dia 22-23 de dezembro; tais informações

conferem com o que foi visto nos escritos de Duarte de Albuquerque Coelho e Joannes de Laet.

Neste caso, Visscher, autor do mapa que corrobora várias informações dadas por Joannes de Laet teria omitido uma suposta neblina, por considerar um dado sem importância ou ela realmente não existiu?

Outro ponto a ser mencionado é a questão dos ventos. Os iates não possuem remos, logo necessitavam de ventos vindos no sentido leste-oeste para poderem adentrar o rio Paraíba. Estes ventos teriam que ser razoáveis para impulsionar as sete embarcações, e a velocidade do vento dependendo da qual fosse, teria soprado a neblina da barra do rio, sendo a neblina algo mais tênue em relação ao nevoeiro, o qual é bem mais denso, o que não havia sido o caso.

No entanto, independente de ter havido ou não neblina naquela ocasião, é patente que o ataque foi iniciado à noite, o que por si só já fornecia uma cobertura natural. A neblina, caso realmente existiu, teria sido uma condição complementar, pois a noite já garantiria dificuldade em se avistar barcos cruzando uma distância de cerca de 1 km de um forte ao outro. Porém, surge um problema nesse argumento.

Enquanto Coelho diz que os barcos inimigos conseguiram acertar um dos canhões de um dos fortes (ele não define qual fortificação era essa), o que feriu os homens próximos deste, ele prossegue dizendo que efetivamente os barcos inimigos só foram detectados pela guarnição do reduto, ou seja, um dos barcos disparou contra um dos fortes, mas ninguém os viu passando? Por sua vez, Joannes de Laet (1925, p. 53) diz o contrário, relatando que os seis barcos e sete iates que fizeram a travessia foram detectados pelos dois fortes, a ponto de ter havido trocas de tiros e um dos iates chamado *Schuppe* foi o mais avariado.

Aqui se nota que mesmo a noite não foi favorável para cobrir a passagem das embarcações holandesas, e caso houvesse alguma neblina naquela ocasião como relatado por Duarte de Albuquerque Coelho, parece que essa neblina também não evitou que os holandeses passassem despercebidos. O que indica que se a neblina foi uma espécie de “desculpa” proposta por Coelho, para acobertar a falha da defesa, ela não foi tão eficiente assim.

Por outro lado, a estratégia de invadir a barra do rio com iates, mesmo correndo o risco de eles serem alvejados pela artilharia do forte, já havia sido cogitada em 1631, como sublinhou Laet, mas devido aos ventos contrários, acabou optando-se em desistir

de tal plano, mas em 1634, os ventos foram favoráveis, daí o comandante Lichtart ter executado essa operação, a qual se mostrou um duro golpe para a defesa da Paraíba.

A tomada do Reduto da Restinga rompia com o “triângulo defensivo”, assim como também comprometia a rota fluvial, que era caminho para o envio de suprimentos e homens aos dois fortes, forçando a terem que seguir uma rota mais longa por terra até o forte do Santo Antônio, pois as cercanias do forte do Cabedelo estavam ocupadas pelos holandeses, o que tornava perigoso o envio de qualquer comboio de suprimentos para lá. Tal condição foi um dos fatores para que o forte se rendesse nove dias depois.

Assim, percebemos que a partir do dia 10 de dezembro de 1634, o conflito na Paraíba começa a tomar novos rumos, pois a balança de guerra antes até então equilibrada, passa a se desequilibrar, indo favorecer os holandeses, que nos dias seguintes intensificaram os ataques aos dois fortes, e assim, acabamos tendo a rendição do forte do Cabedelo no dia 18-19, e no dia 22-23 a do forte de Santo Antônio. Entretanto é preciso comentar que a rendição dos dois fortes não ocorreu da mesma forma.

O forte do Cabedelo foi bastante bombardeado, a ponto de Duarte de Albuquerque Coelho dizer que um dos bastiões estava tão danificado, que o inimigo poderia facilmente escalar por ali. Mas além dos danos a estrutura, dezenas haviam se ferido e morrido apenas nas lutas naquela área, e para completar, o recebimento de comida, medicamentos e munição estava prejudicado, e mesmo as chalupas que cruzavam o rio, vindas do outro forte, eram alvejadas pelo inimigo em seus postos à beira-rio, o que tornava perigoso o processo de ajuda.

Diante de tais problemas, a guarnição do Cabedelo aceitou declarar rendição, pois ou eles aguardariam o ataque decisivo, no qual o forte seria objetivamente conquistado, ou eles lutariam até as últimas consequências. No caso do forte do Santo Antônio, esse também estava bastante danificado, mas dispunha do apoio terrestre, pois suas rotas de suprimentos e reforços não estavam comprometidas ainda, entretanto, a retirada do governador Antônio de Albuquerque da fortificação, e a falta de uma estratégia de como prosseguir a defesa após a rendição do outro forte, marcava o fim das esperanças de luta.

O capitão encarregado, Luiz de Magalhães se encontrava com um grande problema em mãos: obedecer às ordens do governador, que visivelmente parecia ter abandonado qualquer tentativa de continuar a batalha, ou aceitar a rendição de um inimigo que o pressionava a aceitá-la. Mesmo que o capitão Magalhães tivesse optado

em continuar por conta própria a luta, ele não dispunha de munição suficiente e nem de homens, pois parte da guarnição havia desertado o que incluía os mercenários franceses, ingleses e hamburgueses, que atuavam principalmente como artilheiros. Assim, a solução menos sangrenta foi render-se.

A capitania da Paraíba era conquistada não apenas pela força e a supremacia do exército holandês, mas também pelas falhas estratégicas da defesa, e consequentemente pela rendição de suas fortificações.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de 1950 começou a se tornar comum na historiografia, referir-se a “crise do século XVII”, assim como se referia ao Renascimento no século XVI e ao Iluminismo no século XVIII. O historiador Christopher Hill na introdução para o livro *Crisis in Europe: 1560-1660*, publicado em 1965, foi um dos quais enfatizou bastante essa defesa de que o Seiscentos foi marcado por uma grande crise que acometeu a Europa Ocidental.

Christopher Hill (1965, p. 3) elencou algumas características principais: a) Os Estados europeus do oeste e do centro vivenciaram uma crise econômica; b) A reação a tais crises foi sentida de forma diferente pelos países, assim como, os motivos que levaram ao seu surgimento não foram os mesmos; c) As circunstâncias das crises deveriam ser analisadas a partir das estruturas sociais e políticas, das instituições religiosas e das crenças de seu povo; d) As crises na Holanda e na Inglaterra levaram a revoluções que geraram mudanças econômicas e sociais, sendo que a França e a Suíça vivenciaram algo parecido também.

Essa crise teria sido interpretada principalmente pelo âmbito político e econômico, embora outros historiadores enxergaram também questões de ordem social, cultural, religiosa e demográfica. No entanto, quando pensamos na trajetória dos conflitos entre a Holanda e a Espanha, notamos que de fato toda aquela dissidência que acabou levando sete províncias dos Países Baixos a se rebelarem contra o rei Filipe II de Espanha, e que posteriormente gerou a Guerra dos Oitenta Anos, consistiu num processo que se desenvolveu em meio a esse período de crise, o que se coaduna com a análise de Hill e de outros historiadores a respeito.

Um a questão a ser destacada no comentário de Hill diz respeito que as “crises” não foram sentidas da mesma forma pelos países afetados, ao ponto dele dizer que

nações como a Inglaterra e a Holanda, após revoltas e revoluções, conquistaram melhorias sociais e econômicas. O historiador holandês Ivo Schöffer (1997, p. 89-90) sublinha que durante o Seiscentos, vimos o declínio de Portugal e Espanha, os quais antes eram senhores dos mares no século XVI, para serem substituídos por novas potências ultramarítimas como Inglaterra, França e os Países Baixos. Neste caso se percebe na explanação de Schöffer, que a crise pode ser tanto um momento para obstáculos e problemas, mas também para oportunidades.

No caso dos holandeses a crise ora proporcionou obstáculos, mas ora também foi um cenário para se arriscar em novas oportunidades. Na introdução dessa dissertação, vimos um pouco dessa história de altos e baixos da República dos Países Baixos em sua jornada de mais de cinquenta anos, para se tornar a potência econômica do século XVII, e, assim, vir a fundar suas duas Companhias das Índias, o que consolidou sua presença no mercado ultramarítimo, valendo-se de uma política expansionista agressiva, pois tanto a VOC quanto a WIC empreenderam guerras para se assenhorar-se dos territórios almejados.

No caso da Companhia das Índias Ocidentais, seu primeiro marco na sua política expansionista, foi o ataque a Salvador em 1624, e posteriormente o ataque a Olinda em 1630, que deflagrou a ocupação holandesa de parte do Nordeste do Brasil, vindo a originar o chamado período do Brasil holandês e a colônia da Nova Holanda. A WIC tornou-se o vetor pelo qual levou os conflitos entre o Império Espanhol e a República Holandesa, da Guerra de Flandres para a Guerra do Brasil.

Sendo assim, se a colônia portuguesa do Brasil até então estava distante das crises que se espalhavam pelo continente europeu, muitas das quais carregadas pelas guerras, sendo que na colônia a variação do preço do açúcar nos mercados europeus fosse o sintoma mais sentido pelos colonos¹⁷⁰, com a invasão dos holandeses, aquele contexto bélico foi trazido à colônia não na mesma intensidade ou com a mesma forma, mas mantendo certas particularidades.

No âmbito político, se os espanhóis e holandeses estavam em conflito, confrontando-se na Guerra dos Oitenta Anos (1568-1648) e na Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), agora voltavam a se confrontar na América Portuguesa. O mesmo ocorreu

¹⁷⁰ Se tomarmos os anos de 1609-1621 os quais compreendem o período da Trégua dos Doze anos, dispomos dos valores do preço do açúcar branco que era cotado em Amsterdã no valor de 0,54 libras. Em 1619 o valor era de 0,49, e em 1624, já após o término da trégua, o valor havia caído para 0,43. Todavia, a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) também coincide com essa queda do valor do açúcar no mercado de Amsterdã, pelo menos nos primeiros anos da guerra, pois a partir de 1626, a cotação do açúcar voltou a aumentar para 0,51 libras de florim (MELLO, 2004, p. 245).

também para os portugueses, pois desde o final do século XVI, os holandeses já estavam entrando em conflito com Portugal, começando por atacar as colônias insulares de São Tomé e Príncipe na costa africana, e após o advento da VOC, os confrontos se estenderam para a Índia, Indonésia e até o Japão (BOXER, 2002, p. 123). Agora com a WIC, novos conflitos entre portugueses e holandeses voltavam a ocorrer.

No âmbito econômico, embora tréguas houvessem sido propostas pelos três reis Filipe, elas asseguraram apenas uma “paz” breve, pois mesmo com tais tréguas não significou que a guerra foi interrompida totalmente; assim, os holandeses que desde o começo do século XVII, já estavam intervindo nos mercados portugueses na Ásia, e nos mercados espanhóis na América, agora concentravam suas iniciativas para disputar o açúcar brasileiro, o “ouro branco” daquela época.

Neste caso vimos que os judeus e cristãos-novos tiveram papel importante no comércio açucareiro, fossem como investidores, fornecendo capital para se fundar engenhos, ou atuando como compradores, transportadores e revendedores, fazendo a ponte Brasil-Portugal-Holanda. Por sua vez, coube aos flamengos e holandeses o papel de refinar o açúcar e revendê-lo pela Europa.

Sendo assim, temos os protagonistas desse mercado intercontinental do açúcar, disputando o controle da produção: Portugal tentando assegurar o seu monopólio como produtor, mas também como transportador (no século XVII, os portugueses eram os principais negociantes de açúcar no Atlântico), e os Países Baixos tentando assegurar seu monopólio como refinador, embora disputasse com os espanhóis e ingleses tal mercado; no entanto, também estavam dispostos a ingressar na disputa pelo controle da produção e do transporte, o que motivou a WIC a invadir o Brasil.

No âmbito religioso, a *Relaçam Breve e Verdadeira* (1632) de frei Paulo do Rosário, nos revelou em mais detalhes uma particularidade presente nas guerras europeias do século XVII: o confronto entre católicos e protestantes, no que gerou as “guerras religiosas”. Neste caso, alguns aspectos desse conflito estiveram presentes tanto em Pernambuco quanto na Paraíba, como foi apresentado, e até mesmo Ambrósio Richshoffer e Duarte de Albuquerque Coelho aludem brevemente a esse conflito entre os portugueses e espanhóis católicos contra os holandeses calvinistas.

E, neste caso, também podemos mencionar frei Manuel Calado, frei Rafael de Jesus e Francisco Brito Freyre, os quais, em suas obras, também apresentam esse aspecto de uma “guerra religiosa”, além de que, como foi assinalado por Frans Schalkwijk (2004, p. 55-56), a igreja holandesa estava ciente de que invadir o Brasil era

combater a Espanha, e essa guerra era travada em âmbito político e religioso, alguns dos motivos que levaram à eclosão da Guerra dos Oitenta Anos no século anterior.

Por outro lado, é preciso sublinhar que um dos objetivos da WIC, como apontado por Joannes de Laet (1925, p. 50), era de propagar a fé reformada pelo mundo. Inclusive outros documentos relacionados à Igreja Reformada Cristã ou Igreja Calvinista Holandesa confirmam essa missão, no que repercutiu no envio de vários missionários para converter principalmente os indígenas, e neste ponto, vemos um objetivo em comum com a Coroa Portuguesa: a catequização e expansão da fé cristã (SCHALKWIJK, 2004, p. 214-215).

E por meio dessa missão religiosa, os holandeses assim como fizeram os portugueses, procuraram através da evangelização tornar os indígenas seus aliados, servos e escravos, embora que para alguns ministros calvinistas houvesse o intuito de abolir a escravidão dos “brasilianos” (SCHALKWIJK, 2004, p. 212-213). Mas essa ideia de abolição não foi de opinião unânime, e a escravidão foi utilizada em determinados momentos, no entanto, o grande papel dos indígenas, em ambos os lados, foi fornecer suporte militar, o que caracterizou a “guerra brasílica”.

Não obstante, apresentado todo esse panorama global, foi capítulo 1 que conhecemos o resultado da análise de quatro fontes primárias as quais analisamos mais profundamente seus discursos e as motivações de seus autores. Frei Paulo do Rosário nos legou um relato direto do campo da “Batalha do Cabedelo”, além de nos apresentar um discurso com tendências visivelmente políticas, religiosas e de ordem panegírica, exaltando os feitos do capitão-mor e governador da Paraíba Antônio de Albuquerque Maranhão.

O jovem soldado Ambrósio Richshoffer nos legou em seu diário dados curiosos sobre os indígenas, a natureza brasileira e o fabrico do açúcar, mas, por outro lado, ele nos informou sobre as dificuldades, perigos e a dureza de ser um soldado da Companhia das Índias Ocidentais, o que por sua vez expressou-se desde a longa travessia pelo Oceano Atlântico até os conflitos em trincheiras e redutos das batalhas nas quais ele participou, fornecendo-nos a opinião e a visão de um soldado, que esteve na frente de batalha.

No caso do governador de Pernambuco, Duarte de Albuquerque Coelho o seu empenho em vir ao Brasil, financiando com seus próprios recursos as tropas pernambucanas no intuito de reaver sua capitania, acabou se mostrando um fiasco, pois embora os irmãos Coelho e os demais senhores de engenho pernambucanos tenham se

empenhado nisso, após oito anos de conflitos, sem haver margem para uma vitória derradeira, Duarte de Albuquerque acabou deixando a colônia para nunca mais voltar.

No entanto, por mais que ele tenha perdido essa batalha, ainda assim, legou um dos melhores e mais importantes relatos sobre os primeiros anos das guerras luso-holandesas, fornecendo com base nas suas memórias, nas lembranças de seu irmão o general Matias de Albuquerque, e de outros homens, uma narrativa sobre essa guerra que ele chamou de “Guerra do Brasil”.

Por mais que o livro possua um caráter de autopromoção, a fim de conseguir mercês do rei espanhol, e tenha sido visto como a obra de um “traidor” pelos portugueses, devido a Coelho se debandar para a Espanha após a Restauração Portuguesa (1640), não se pode negar a sua influência como documento histórico daquele período, que no caso deste estudo, foi um dos poucos a abordar as três expedições holandesas de conquista à Paraíba, algo que é retomado brevemente por autores posteriores, mas que foi tratado quase da mesma forma por Joannes de Laet.

No caso do diretor flamengo Joannes de Laet, importante membro da Companhia das Índias Ocidentais, e considerado seu “historiador”, por ter escrito uma obra que contou a história da Companhia desde sua fundação até o ano de 1636, os anais por ele redigido são outra importante fonte para se compreender os primeiros anos da ocupação holandesa, mas dessa vez pelo ponto de vista dos holandeses.

Embora trate de um recorte temporal amplo, abordando alguns dos mesmos acontecimentos vistos na obra de Coelho, Laet nos fornece dados de outros fatos e ocorridos, além de nos fornecer pormenores sobre o funcionamento da Companhia no Brasil, como também nos traz vários dados econômicos, principalmente no final de sua obra. O que vai além da mera “história batalha”, para se tornar, não necessariamente uma “história econômica”, mas um relatório econômico, pois da mesma forma que ele exaltou as vitórias da Companhia sobre os domínios do rei de Espanha, ele também apresentou essa prestação de contas para o Conselho dos XIX e o governo.

Sendo assim, no capítulo 2 conhecemos a narrativa destes autores e com a capitulação de Olinda e Recife em 1630, iniciava-se o cenário beligerante das guerras ibero-holandesas as quais perdurariam até 1654.

No caso da Capitania da Paraíba no que diz respeito a sua conquista, as três expedições ou invasões realizadas em 1631 e 1634 pela Companhia das Índias Ocidentais, tiveram alguns aspectos que devem ser destacados os quais nos levam a repensar sua significação na história do Brasil holandês: primeiro, a Paraíba foi uma

capitania que teve um papel importante em termos econômicos: sua produção açucareira havia ultrapassado a de Itamaracá, embora ambas as capitanias dispusessem da mesma quantidade de engenhos nos anos que antecedem a segunda invasão holandesa, ainda assim, a produção dos engenhos paraibanos já vinha sendo maior (GONÇALVES, 2007, p. 248-250).

Abundância de fazendas, pomares, hortas, caça e pescado foram qualidades destacadas pelos diretores holandeses Servaes Carpentier (1636) e Elias Herckmans (1639), os quais em seus relatórios revelam que se tratava de uma terra fértil não apenas propícia para o cultivo da cana, mas também para outras culturas frutíferas.

A capitania também serviu em dados momentos para escoar o açúcar pernambucano e itamaraquense principalmente a partir de 1633, quando os portos que antes faziam isso, estavam comprometidos pela ocupação neerlandesa (MELLO, 2007, p. 87). Tal papel se manteve nos anos seguintes, pois o porto paraibano tornou-se o segundo mais importante da Nova Holanda. Mas além desse fator econômico, a Paraíba também forneceu apoio militar e de recursos ao Arraial do Bom Jesus.

Segundo, sua conquista não foi um projeto rápido ou simples, pois em geral quando lemos os relatos não consultando as fontes primárias, mas obras secundárias normalmente transpassa-se essa ideia de que a conquista de Itamaracá, Rio Grande, Paraíba e de Sergipe foram fáceis, pois nesses livros os autores não dão atenção em detalhar os conflitos, e quando o fazem, dizem mais respeito às batalhas pernambucanas, daí a impressão de que as expedições às demais capitanias não foram problemáticas. Das quatro capitanias inicialmente a serem conquistadas no Nordeste, à Paraíba foi a penúltima a ser tomada.

Entretanto, quando conhecemos o relato mais detalhado dessas expedições, a “Batalha do Cabedelo” (05-12 de dezembro de 1631), a “Batalha do Forte de Santo Antônio” (26-28 de fevereiro de 1634) e a “Batalha da Paraíba” (04-24 de dezembro de 1634), vemos que a WIC embora em dados momentos estivesse com a vantagem fosse numérica e/ou estratégica, não conseguiram subjugar facilmente o inimigo, além de ter passado por problemas para compor os seus exércitos, como também ter tido dificuldades com a falta de recursos.

Não obstante, é importante ressaltar que as três batalhas na Paraíba, foram conflitos de cerco, embora que a “Batalha do Forte de Santo Antônio” tenha se centrado num confronto entre trincheiras, ainda assim, escapa do modelo da “guerra brasileira”. Todavia, Evaldo Cabral (2007, p. 230) salientou que a “guerra brasileira”

necessariamente não era apenas pautada na guerrilha, possuindo outras características, daí ele falar de um modelo misto, entre práticas portuguesas e indígenas.

No caso da Paraíba, a “guerra brasílica”, esteve presente neste seu formato misto: pois foram batalhas de cerco e de trincheiras, mas também foram batalhas travadas na floresta e que contaram com a presença de companhias de índios flecheiros, e ocasionalmente de algumas emboscadas. Se tais batalhas tivessem sido menos complexas, talvez antes de 1633, a Paraíba já tivesse sido conquistada.

Terceiro, à Capitania da Paraíba foi o primeiro território dos quatro inicialmente conquistados pelos holandeses, a aceitar oficialmente os termos de rendição propostos pela WIC. Os termos escritos e acordados com os habitantes da Paraíba serviram de modelo para serem propostos nas demais capitanias (BOXER, 1961, p. 76).

Quarto, podemos assinalar que as guerras luso-holandesas na Paraíba, assim como em Pernambuco e nas demais capitanias não foram um acontecimento isolado no mundo ocidental, mas perfaz toda uma trama que remontava ao século XVI, com os conflitos entre os Habsburgos espanhóis e as Dezessete Províncias, passando pela Guerra dos Oitenta Anos (1568-1648), a criação da VOC (1602), a Trégua dos Doze Anos (1609-1621), até chegar à criação da WIC (1621).

Quinto, as guerras luso-holandesas, no geral, não foram apenas conflitos entre portugueses e espanhóis contra os neerlandeses, pois como visto, o próprio exército da WIC era multinacional, assim como vários outros exércitos europeus de seu tempo, e no caso do Brasil, mesmo sendo uma colônia no outro lado do Atlântico, também possuiu seu “exército” multinacional, reunindo portugueses (reinóis e colonos), espanhóis, italianos, franceses, alemães, ingleses, poloneses, indígenas e africanos.

Assim, as guerras luso-holandesas foram a representação dessa “crise do século XVII” em solo brasileiro, sendo que as três batalhas na Paraíba foram um dos cenários pelos quais a história de Portugal, Espanha, Brasil e Holanda se encontraram em dado momento, para vivenciarem um pedaço dessa crise europeia nos trópicos.

5. BIBLIOGRAFIA:

Fontes impressas:

CALADO, Manoel. **O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade**. Lisboa: por Paulo Craesbeeck, 1648.

COELHO, Duarte de Albuquerque. **Memorias diarias de la Gverra del Brasil**, por discurso de nueve anos, empeçando desde M. DC. XXX. Madrid: impresso por Diego Diaz de la Carrera, 1654.

_____. **Memórias Diárias da Guerra do Brasil: 1630-1638**. Apresentação de José Antônio de Gonsalves de Mello. 2ª ed. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1982.

FREIRE, Francisco de Brito. **Nova Lusitânia: história da guerra brasílica**. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001.

GUERREIRO, Bartolomeu. **Jornada dos Vassalos da Coroa de Portugal**, para se recuperar a cidade do Salvador, na Bahya de Todos os Santos; tomada polos Ollandezes, a oito de mayo de 1624, & recuperada a primeiro de mayo de 1625. Lisboa: impresso por Mattheus Pinheiro, 1625.

HERCKMANS, Elias. “Descrição geral da Capitania da Paraíba”. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de (editor). **Fontes para a história do Brasil holandês: a administração da conquista** – v. 2. 2ª ed. Recife: CEPE, 2004. p. 59-109. 2v

LAET, Joannes de. **Historia ou Annaes dos Feitos da Companhia Privilegiada das Indias Occidentaes** desde seu começo até o fim do anno de 1636, vol. I-XIII. Traduções de José Hygino Duarte Pereira e Pedro Souto Maior. In: Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 30, 33, 38, 41-42. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1912-1925. 13v

_____. **Roteiro de um Brasil desconhecido: descrição das costas do Brasil**. Organizado por José Paulo Monteiro Soares e Cristina Ferrão. Tradução e notas de B. N. Teensma. Recife: Kapa Editorial, 2007.

MEDEIROS, Tarcísio Dinoá; BRITO, Jorge. **Relato de 1632 de Frei Paulo do Rosário Sobre a Primeira Invasão Holandesa da Paraíba**. Brasília: Academia de Letras de Brasília, 2013.

RICHSHOFFER, Ambrósio. **Diário de um soldado da Companhia das Índias Ocidentais (1629-1632)**. 2ª ed. São Paulo/Brasília: IBRASA/INL, 1978.

ROSÁRIO, Paulo do. **Relaçam breve e verdadeira da memorável victoria, que ouve o Capitão-mor da Capitania da Paraíba Antonio de Albuquerque, dos Rebeldes de Olanda**, que são vinte naus de guerra, e vinte e sete lanchas: pretenderão occupar esta praça de sua Magestade, trazendo nelas pera o efeito dous mil homens de guerra escolhidos, a fora a gente do mar. Lisboa: impresso por Jorge Rodrigues, 1632.

Livros e capítulos:

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba - tomo I**. 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1978. 2v

AMARAL, Luís. **História geral da agricultura brasileira no tríplice aspecto: político-social-econômico** – vol 1. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. 2v

ARBLASTER, Paul. **A history of Low Countries**. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora da UnB/ Instituto de Pesquisa e Relações Internacionais, 2002.

BARROSO, Gustavo. **História militar do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. (Série 5º Brasileira, vol. 49).

BLANCHOT, Maurice. **O livro por vir**. Tradução de Leyla Perone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Coleção Tópicos).

BEHRENS, Ricardo. **Salvador e a invasão holandesa de 1624-1625**. Salvador: Editora Pontocom, 2013.

BÍBLIA Sagrada: Edição da Palavra Viva. Traduzida das línguas originais com uso crítico de todas as fontes antigas pelos missionários capuchinhos. Lisboa: D. Stampely Inc., 1974.

BLACK, Jeremy. **European Warfare, 1494-1660**. New York: Routledge, 2002.

_____. **Rethinking Military History**. New York: Routledge, 2004.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez e latino**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1728.

BOOGAART, Ernst van den. “Infernal Allies: The Dutch West India Company and the Tarairiu (1631-1654)”. In: BOOGAART, E. (ed). **Johan Maurtis van Nassau-Siegen: 1604-1679**. Essays on the occasion of the tercentenary of his death. Haia: The Johann Maurits van Nassau Sticking, 1979, p. 519-538.

- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOXER, Charles Ralph. **Os holandeses no Brasil**: 1624-1654. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1961. (Coleção Brasileira, vol. 312).
- _____. **O império marítimo português**: 1415-1825. Tradução de Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo**: Séculos XV-XVIII, vol. 3. Tradução Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 3v.
- BREMMER JR, Rolph H. "Mine is Bigger Than Yours": The Anglo-Saxon Collections of Johannes de Laet (1581-1649) and Sir Simonds D'Ewes (1602-1650). In: HALL, Thomas N; SCRAGG, Donald (editors). **Anglo-Saxon books and their readers**: essays in celebration of Helmut Gneuss's Handlist of Anglo-Saxon manuscripts. Kalamazoo: Medieval Institute Publications, Western Michigan University, 2008. p. 136-174.
- BURKE, Peter. **Veneza e Amsterdã**: um estudo das elites do século XVII. Tradução Rosaura Eichemberg. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- CADIOU, François [et. al]. **Como se faz a história: historiografia**, método e pesquisa. Tradução de Giselle Unti. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- CARPENTIER, Servaes. "Relatório sobre a Capitania da Paraíba em 1635, pelo Sr. Dr. Servaes Carpentier, Conselheiro Político e Diretor da mesma Capitania". In: MEDEIROS, Manuel Batista de. **Capitania Holandesa da Paraíba**: numa visão do século XVII. 2ª ed. João Pessoa: UNIPÊ Editora, 2004. p. 111-131.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- CIVITELLO, Linda. **Cuisine and Culture**: a history of food and people. 2ª ed. Hoboken: John Wiley & Sons, Inc., 2008.
- CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietudes. Tradução Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed Universidade/UFRGS, 2002.
- CORVISIER, André. **Armies and societies in Europe**, 1494-1789. Translation Abigail T. Siddall. Bloomington: Indiana University Press, 1979.
- EBERT, Christopher. "Dutch trade with Brazil before the Dutch West India Company, 1587-1621". In: POSTMA, Johannes; ENTHOVEN, Victor (editors). **Riches form Atlantic commerce**: Dutch Transatlantic Trade and Shipping, 1585-1817. Leiden/Boston: Brill, 2003. p. 49-76. (Collection The Atlantic World, vol. 1). 31v

DOMINGUES, Francisco Contente. **Os navios do mar oceano**: teoria e empiria na arquitectura naval portuguesa dos séculos XVI e XVII. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004.

ENTHOVEN, Victor. “Early Dutch Expansion in the Atlantic Region, 1585–1621”. In: POSTMA, Johannes; ENTHOVEN, Victor (editors). **Riches from Atlantic commerce**: Dutch Transatlantic Trade and Shipping, 1585-1817. Leiden/Boston: Brill, 2003. p. 17-48. (Collection The Atlantic World, vol. 1). 31v

FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Tradução Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. (Coleção História e Historiografia, 3).

FIGANIERE, Jorge Cesar. **Bibliographia Historica Portuqueza**, ou catalogo methodico dos autores portugueses, e de alguns estrangeiros domiciliários em Portugal, que tractaram da historia civil, politica e ecclesiastica d’estes reinos e seus domínios, e das nações ultramarinas, e cujas obras correm impressas em vulgar; onde tambem se apontam muitos documentos e escriptos anonymos que lhe dizem respeito. Lisboa: Typographia do Panorama, 1850.

FISCHLOWITZ, Estanislau. **Christoforo Arciszewski**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1959.

FLÒRES, C. **La mémoire**. Paris: Universitaires de France, 1972.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

GARCIA, Rodolfo (organizador). **Obras do Barão do Rio Branco VI**: efemérides brasileiras. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

GELDEREN, Martin Van. **The political thought of the Dutch Revolt: 1555-1590**. New York: Cambridge University Press, 1992.

GONÇALVES, Regina Célia. “As Cartas Tupi: Os Potiguara na Guerra Luso-Holandesa (1630-1654)”. In: Monique Cittadino; Regina Célia Gonçalves. (Org.). **Historiografia em Diversidade**: Ensaios de História e Ensino de História. Campina Grande: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2008. p. 227-240.

_____. **Guerras e açúcares**: política e economia na Capitania da Parahyba, 1585-1630. Bauru: Edusc, 2007.

_____; CARDOSO, H. S; PEREIRA, J. P. C. R. “Guerras e Alianças: os Potiguara no conflito luso-holandês (1630-1654)”. In: Paulo Possamai. (Org.). **Conquistar e Defender**: Portugal, Países Baixos e Brasil - Estudos de História Militar na Idade Moderna. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 143-155.

_____. “Povos Indígenas no Período do Domínio Holandês: uma análise dos documentos tupis (1630-1656)”. In: OLIVEIRA, Carla Mary S; MENEZES, Mozart Vergetti de; GONÇALVES, Regina Célia. (orgs.). **Ensaio sobre a América Portuguesa**. João Pessoa: Universitária UFPB, 2009. p. 39-52.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2ª ed. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HEIJER, Henk den. “The Dutch West India Company, 1621-1791”. In: POSTMA, Johannes; ENTHOVEN, Victor (editors). **Riches from Atlantic commerce: Dutch Transatlantic Trade and Shipping, 1585-1817**. Leiden/Boston: Brill, 2003. p. 77-114. (Collection The Atlantic World, vol. 1). 31v

HILL, Christopher. “Introduction”. In: ASTON, Trevor. **Crisis in Europe: 1560-1660**. London: Routledge, 1965. p. 1-4.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

HORCH, Rosemaire E. (org.). **Catálogos dos folhetos da Coleção Barbosa Machado**. In: Anais da Biblioteca Nacional, vol. 92. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1974.

HUIZINGA, Johan. **O Declínio da Idade Média**. 2ª ed. São Paulo: Editora Ulisseia, 1996.

ISRAEL, Jonathan I. **The Dutch Republic: Its Rise, Greatness and Fall, 1477-1806**. New York: Oxford University Press, 1995.

KEEGAN, John. **Uma história da guerra**. Tradução de Pedro Soares Maia. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição a semântica dos tempos histórico**. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-RIO, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão [et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. (Coleção Repertórios).

LINS, Guilherme Gomes da Silveira d'Ávila. **Os Beneditinos na Paraíba**. Uma contribuição para a sua história com ênfase nos seus primórdios. João Pessoa: Edição do Autor, 2014.

_____. **Bibliografia das obras impressas em Portugal pelo tipógrafo Jorge Rodrigues entre 1598 e 1642**. 2ª ed, revista e ampliada. Recife: Editora da UFPE, 2009.

_____. **Os engenhos antigos da Capitania da Paraíba nos Séculos XVI e XVII.** João Pessoa: Edição do Autor, 2014.

_____. **O fracasso holandês na Capitania da Paraíba em 1631.** 2ª ed. João Pessoa: Edição do Autor, 2007.

_____. **Governantes da Paraíba no Brasil Colonial (1585-1808).** Uma revisão crítica da relação nominal e cronológica. 2ª ed, revista e corrigida. João Pessoa: Edições Fotograf, 2007.

LÓPEZ, Ignacio; LÓPEZ, Iván Notório. **The Spanish Tercios: 1536-1704.** Oxford: Osprey Publishing, 2012. (Men-at-Arms 481).

LUDDY, Ailbe J. **Bernardo de Claraval.** Tradução de Eduardo Saló. Lisboa: Editorial Aster, 1959.

LUZ, Milton. **História dos símbolos nacionais:** a bandeira, o brasão, o selo, o hino. Brasília: Senado Federal, 2005.

MACHADO, Diogo Barbosa. **Bibliotheca Lusitana histórica, crítica e cronológica:** na qual se compreende a noticia dos autores portugueses, e das obras, que compuzerão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo presente, t. I. Lisboa: Officina Ignacio Rodrigues, 1741. 4v

MACHADO, Maximiano Lopes. **História da província da Paraíba.** [1912], João Pessoa: Editora universitária da UFPB, 1977.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe.** Tradução de Antônio Caruccio-Caporale. Porto Alegre: L&PM, 2009. (Coleção L&PM Pocket, 110).

MARAVALL, José Antônio. **A cultura do Barroco:** Análise de uma Estrutura Histórica. Tradução Silvana Garcia. São Paulo: Editora da USP, 2009. (Clássicos, 10).

MARIZ, Celso. **Apanhados históricos da Paraíba.** 3ª ed. João Pessoa: Editora universitária da UFPB, 1994.

MARTINS, Oliveira. **História da Civilização Ibérica.** Lisboa: Printer Portuguesa, 1987. (A Geração de 70 – Sétimo Volume).

_____. **História de Portugal.** Lisboa: Edições Vercial, 2010.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O bagaço da cana:** os engenhos de açúcar do Brasil holandês. São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras, 2012.

_____ (org.). **O Brasil holandês (1630-1654).** São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras, 2010.

_____. **Um imenso Portugal:** história e historiografia. São Paulo: Ed. 34, 2002.

_____. **Olinda restaurada: guerra e açúcar no nordeste, 1630-1654.** 3ª ed. São Paulo: Ed. 34, 2007.

_____. **Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana.** 3ª ed. São Paulo: Alameda, 2008.

MELLO, José Antônio Gonsalves de (editor). **Fontes para a história do Brasil holandês: a economia açucareira.** – v. 1. 2ª ed. Recife: CEPE, 2004. 2v

_____. (editor). **Fontes para a história do Brasil holandês: a administração da conquista.** – v. 2. 2ª ed. Recife: CEPE, 2004. 2v

_____. **Gente da nação: cristãos novos e judeus em Pernambuco 1542-1654.** 2ª ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1996.

_____. **Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

MENESES, Luís de (Conde da Ericeira). **História de Portugal restaurado.** Tomo I. Lisboa: oficina de João Galvão, 1679.

MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. **Gente de Guerra: origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654).** Recife: Editora UFPE, 2014.

MOISÉS, Massaud. **A literatura portuguesa.** 37ª ed. São Paulo: Cultrix, 2008.

MONTEIRO, Vilma dos Santos Cardoso. **Pequena história da Paraíba.** João Pessoa, Editora universitária da UFPB, 1980.

NICOLLE, David. **The Portuguese and the Age of Discovery: c. 1340-1665.** Oxford: Osprey Publishing, 2012. (Men-at-Arms 484).

NETSCHER, Pierre Moreau. **Os holandeses no Brasil: notícia histórica dos Países-Baixos e do Brasil no século XVII.** Tradução de Mario Sette. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. (Coleção Brasileira, série 5, vol. 220).

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** 10ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.

ORTIGÃO, Ramalho. **Holanda.** 8ª ed. Lisboa: Printer Portuguesa, 1988. (A Geração de 70 – Nono Volume).

PARKER, Geoffrey. **The Army of Flanders and the Spanish Road: 1567-1649.** New York: Cambridge University Press, 1972.

_____. (org.). **La Guerra dos Trinta Anos.** Tradución Juan Faci. Barcelona: Editorial Crítica S.A, 1988.

_____. **The Military Revolution**: military innovation and the rise of the West, 1500-1800. 2a ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

_____. “O Soldado”. In: VILLARI, Rosario (dir.). **O homem barroco**. Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Editoria Presença, 1994.

PÉCORA, Alcir. “A história como colheita rústica de excelências”. In: SCHWARTZ, Stuart B; PÉCORA, Alcir (orgs.). **As excelências do governador**: o panegírico fúnebre a D. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676). Tradução Alcir Pécora e Cristina Antunes. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

PIMENTEL, Luís Serrão. **Methodo lusitânico de desenhar as fortificaçoens das praças regulares & irregulares**, fortes de campanha, e outras obras pertencentes a architettura militar, distribuído em duas partes: operativa e qualificativa. Lisboa: impresso por Antonio Craesbeeck, 1680.

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e notas para a história da Paraíba**. João Pessoa: Editora da UFPB, 1977.

POMPA, Cristina. **Religião como tradução**: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial. Bauru: EDUSC, 2003.

POSTMA, Johannes. **The Dutch in the Atlantic Slave Trade**: 1600-1815. New York: Cambridge University Press, 2008.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a História**. Tradução de Guilherme João de Freitas Tavares. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. (Coleção História e Historiografia).

QUEIROZ, Tereza Aline Pereira; IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. **A história do historiador**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999.

REUTER, Yves. **A Análise da Narrativa**: o texto, a ficção e a narração. Tradução Mario Pontes. 2ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2007.

RIBEIRO, João Pinto. **Discurso sobre os fidalgos, e soldados portugueses não militarem em conquistas alheas a Coroa**. Lisboa: impresso por Pedro Craesbeeck, 1632.

RODRIGUES, José Honório; RIBEIRO, Joaquim. **Civilização Holandesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1940. (Coleção Brasileira, série 5ª, vol. 180).

RODRIGUES, José Honório. **Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949.

RUNCIMAN, Steven. **A civilização bizantina**. Tradução de Waltensir Dutra. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

- SARAIVA, Antônio José. **História da literatura portuguesa**. 16ª ed. Lisboa: Porto Editora, 1993.
- SCHALKWIJK, Frans Leonard. **Igreja e Estado no Brasil holandês (1630 a 1654)**. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.
- SCHAMA, Simon. **O desconforto da riqueza: a cultura holandesa na época de ouro**. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- SCHÖFFER, Ivo. “Did Holland’s Golden Age coincide with a period of crisis?”. In: PARKER, Geoffrey; SMITH, Lesley M (eds.). **The General Crisis of Seventeenth Century**. 2ª ed. London: Routledge, 1997. p. 88-108.
- SELLERS, Edwin Jaquett. **Genealogy of the De Carpentier family of Holland**. Philadelphia: Allen, Lane & Scott, 1909.
- SILVA, Antônio de Moraes. **Diccionario da língua portuguesa**. Lisboa, Typographia Lacerdina, 1789.
- SILVA, Innocencio Francisco da. **Diccionario Bibliographico Portuguez – tomo VI**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1862. 12v
- _____. **Diccionario Bibliographico Portuguez – tomo XI**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1864. 12v
- SILVA, João Manuel Pereira da. **Os Varões Illustres do Brazil durante os tempos coloniães – tomo II**. Paris: imprensa de Henrique Plon, 1858. 2v
- SOARES, Luiz Carlos; VAINFAS, Ronaldo. “Nova história militar”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.) **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 113-132.
- SUMÁRIO das Armadas. **Revista Municípios em Destaque**, Rio de Janeiro, n. 69, 1996, p. 17-20, 51-60.
- STADEN, Hans. **Viagem ao Brasil**. Tradução Alberto Lógfren, anotações de Theodoro Sampaio. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1930.
- STEENSGAARD, Niels. “The Seventeenth-Century Crisis”. In: PARKER, Geoffrey; SMITH, Lesley M (ed.). **The General Crisis of Seventeenth Century**. 2ª ed. London: Routledge, 1997. p. 32-56.
- STOLS, Eddy. “The expansion sugar Market in western Europe”. In: SCHWARTZ, Stuart B. (org.). **Tropical Babylons: sugar and making of the Atlantic world, 1450-1680**. Chaper Hill: University of North Carolina Press, 2004. p. 237-288.
- TALLET, Frank. **War and Society in early modern Europe, 1495-1715**. New York/London: Routledge, 1992. (Collection War in context).

THORNTON, John K. **Warfare in Atlantic Africa**, 1500-1800. London: Routledge, 1999. (Warfare and History)

TRÖMEL, Paul. **Catologue Raisonné d'une Collection de livres précieux Sur L'Amerique**, parus depuis sa découverte jusqu'à l'na 1700. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1861

VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil Colonial: 1500-1808**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

VARNHAGEN, Francisco A. de. **História das lutas com os holandeses no Brazil** desde 1624 a 1654. Viena: Impresso por C. Finsterbeck, 1871.

_____. **História Geral do Brazil**. Rio de Janeiro: E e H Lammaert, 1854. 2v.

VELLOZO, Diogo Sylveyra. **Arquitetura militar ou fortificação moderna**. [1743]. Salvador: EDUFBA, 2005.

VOLPATO, Luiza. **Entradas e Bandeiras**. 2ª ed. São Paulo: Global, 1986. (Coleção História Popular - 2).

WÄTJEN, Herman. **O Domínio Colonial Holandez no Brasil: um capítulo da história colonial no século XVII**. [1921], São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. (Coleção Brasileira vol. 123).

Periódicos:

ALBUQUERQUE, Roberto Chacon de. "A Companhia das Índias Ocidentais: uma sociedade anônima?" **Revista da Faculdade de Direito da USP**, v. 105, 2010, p. 25-38.

_____. "O apogeu dos Países Baixos e a Companhia das Índias Ocidentais". **RIHGB**, a. 173, n. 454, 2012, p. 45-72.

ARAÚJO, Vinicius César Dreger de. "Judas Macabeu: de herói do Velho Testamento a herói da cavalaria medieval". **Mirabilia**, n. 8, 2008, p. 108-129.

BASTOS, Sebastião de Azevedo. "Duarte Gomes da Silveira". **RIHGP**, n. 21, 1975, p. 87-92.

BELINNI, Lígia. "Cultura escrita, oralidade e gênero em conventos portugueses (séculos XVII e XVIII)". **Revista Tempo**, n. 29, v. 15, 2011, p. 211-233.

BREMMER JR, Rolph H. "The correspondence of Johannes de Laet (1581-1649): as mirror of his life". **LIAS**, n. 25, v. 2, 1998, 139-165.

CALDERÓN, Amelia Cano. "El diario en la Literatura. Estudio de su tipología". **Anales de Filología Hispánica**, vol. 3, 1987, p. 53-60.

COSTA, F. A. Pereira da. “Donatários de Pernambuco e governadores e seus locotenentes”. **RIAGP**, n. 48, 1896, p. 3-28.

_____. “Capitães-mores e loco-tenentes dos Donatários de Pernambuco”. **RIAHGP**, n. 50, 1897, p. 59-92.

CURY, Cláudia Engler; FLORES, Elio Chaves; CORDEIRO JR, Raimundo Barroso. “História, teoria da história e culturas historiográficas: Entrevista com Astor Antônio Diehl”. Transcrição Alessandro Moura Amorim. **Revista Saeculum**, João Pessoa, n. 21, jul/dez 2009, p. 219-232.

CUSTÓDIO, José de Arimathéia Cordeiro. “A arquitetura de defesa no Brasil colonial”. **Discursos fotográficos**, Londrina, v. 7, n. 10, jan/jun 2011, p. 173-194.

DUARTE, António Paulo David Silva. “Para uma Tipologia da Guerra no Século XVII - A Batalha das Linhas de Elvas”. **Revista Militar**, n. 2451, abril de 2006, p. 285-307.

FLORIJN, Henk. “Johannes de Laet (1581-1649) and the Synod of Dort, 1619-1619”. **LIAS**, n. 25, v. 2, 1998, p. 165-176.

HORCH, Rosemaire E. (organizadora). “Catálogos dos folhetos da Coleção Barbosa Machado”. **Anais da Biblioteca Nacional**, vol. 92. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1974.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. “Cristóvão Álvares, engenheiro em Pernambuco, 1608-1663”. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, separata, n. 15, 1961, 66p.

MENESES, Diogo de. “Correspondência do governador D. Diogo de Meneses: 1608-1612”. Introdução de Rodolfo Garcia. **Anais da Biblioteca Nacional**, vol. LVII, 1935, p. 29-81.

PALOMO, Federico. “Introducción: Clero y cultura escrita en el mundo ibérico de la Edad Moderna”. In: PALOMO, Federico (org.). **Cuadernos de Historia Moderna – Anejo XIII – La memoria del mundo: clero, erudición y cultura escrita em el mundo ibérico (siglos XVI-XVIII)**, 2014, p. 11-26.

PARENTE, Paulo André Leira. “A construção de uma nova história militar”. **Revista Brasileira de História Militar**, edição especial de lançamento, 2009.

PICARD, Hans Rudolf. “El diario como género entre lo íntimo y lo público”. **1616: Anuário de la Sociedad Española de Literatura General y Comparada**, vol. IV, 1981, p. 115-122.

PRATA, Maria Catharina Reis Queiroz. “Fortificações: símbolos políticos do domínio territorial: o papel desempenhado pela Engenharia Militar na América Portuguesa”.

Vértices, Campos do Goytacazes, v. 13, n. 2, maio/ago 2011, p. 127-145.

PUNTONI, Pedro. “A arte da guerra no Brasil: tecnologia e estratégia militar na expansão da fronteira da América Portuguesa, 1550-1700”. **Novos Estudos/CEBRAP**, n. 53, março 1999, p. 184-204.

“REGIMENTO do Governo das praças conquistadas ou que forem conquistadas nas Índias Ocidentais”. (Copiado do Groot Placaat-Bock). **RIAGP**, tomo V, edição especial, outubro 1886, p. 293-310.

“ROTEIRO do Rico Brasil, Rio da Prata, Magalhães e Le Maire, no qual podem-se ver a situação dessas terras e cidades, seus usos e costumes, produtos e fertilidades das mesmas, tudo ilustrado com estampas de cobre”. Introdução de Joaquim de Sousa Leão Filho. **RIHGB**, vol. 303, abr/jun 1974, p. 181-224.

RUITERS, Dierick. “A Tocha da Navegação para viajar as costas situadas ao sul do Trópico de Câncer como o Brasil, as Índias Ocidentais, etc.”. Introdução de Joaquim de Sousa Leão Filho. **RIHGB**, vol. 269, out/dez 1969, p. 3-84.

SEIXAS, Wilson. “Duarte Gomes da Silveira e o Engenho Salvador”. **RIHGP**, n. 20, 1974, p. 22-39.

SCHALKWIJK, Frans Leonard. “Por que, Calabar? O motivo da traição”. **Fides Remota**, n. 5, vol. 1, 2000.

SCHWARTZ, Stuart B. “The Voyage of the Vassals: Royal Power, Noble Obligations, and Merchant Capital before the Portuguese Restoration of Independence, 1624-1640”. **The American History Review**, vol. 96, n. 3, jun. 1991, p. 735-762.

XAVIER, Rômulo. “A flecha e o mosquete: índios e batavos no Brasil holandês”. **Clio**, n. 25, n. 2, p. 2007, p. 130-149.

WHELING, Arno. “A pesquisa da história militar brasileira”. **Revista da Cultura**, ano 1, n. 1, 2001, p. 35-41.

Dissertações e teses:

BARCELLOS, Sergio da Silva. **Armadilhas para a narrativa**: estratégias narrativas em dois romances de Carlos Sussekind. 2004. 146 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

BRITO, Sylvia Brandão Ramalho de. **A dialética do castigo**: histórias de um frade no Brasil holandês. 2012. 175 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

LEITE, José Luiz de Miranda. **O dito e o feito**: heróis exemplares nos relatos de guerra na Restauração Pernambucana (1630-1654). 2009. 168 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. **Fortes, paliçadas e redutos enquanto estratégia da política de defesa portuguesa** (o caso da Capitania de Pernambuco – 1654-1701). 2006. 149f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

NAVARRO, Luize Stoeterau. **Entre dois mundos**: câmaras e escabinos na circularidade da cultura jurídica no Brasil holandês (1630-1654). 2015. 121f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

NOORLANDER, Danny L. **Serving God and Mammom**: the Reformed Church and the Dutch West India Company in the Atlantic world, 1621-1674. 2011. 368f. Dissertation (Doutorado em História) – Graduate School of Arts and Sciences, Georgetown University, Washington D.C, 2011.

PAIVA, Yamê Galdino de. **Vivendo à sombra das Leis**: Antonio Soares Brederode entre a justiça e a criminalidade. Capitania da Paraíba (1787-1802). 2012. 197 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

SALLES, Bruno Tadeu. **A conquista do Paraíso se faz pela guerra**: São Bernardo de Claraval e sua concepção acerca da luta e da cavalaria (1090-1153). 2008. 206f. Dissertação (Mestrado em História e Culturas Políticas) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

SOUSA, Luís Filipe Guerreiro Costa e. **Escrita e Prática de Guerra em Portugal**: 1573-1612. 2013. 844 f. Tese (Doutorado em História dos Descobrimentos e Expansão) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013.

VIEIRA, HUGO Côelho. **O teatro de guerra e a invenção do Brasil holandês**: o esforço das duas coroas na retomada pela Capitania de Pernambuco, de 1630 a 1654. 2010. 184 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em

História Social da Cultura Regional, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2010.

Referências on-line:

O DIA 5 de agosto é feriado em todo o estado da Paraíba. **Jornal da Paraíba**, 02 de agosto de 2013. Disponível em: http://www.jornaldaparaiba.com.br/coluna/direitodomestico/post/22373_o-dia-5-de-agosto-e-feriado-em-todo-o-estado-da-paraiba. Acessado em 15/05/2015.

REGIMENTO dos Capitães-mores e mais capitães e oficiais das companhias da gente de cavalo e a pé e da ordem que terão se em se exercitarem. 10 de dezembro de 1570, por ordem do rei D. Sebastião I de Portugal. Disponível em: <http://www.arqnet.pt/exercito/1570capitaesmores.html>. Acessado em 28/02/2016.

GLOSSÁRIO DE TERMOS MILITARES E NAÚTICOS REFERENTES AOS SÉCULOS XVI E XVII

ALFERES: Antiga patente militar utilizada por exércitos europeus. Originalmente o alferes era o indivíduo que carregava a bandeira, consistindo num cargo proveniente do porta-bandeira. Na Idade Moderna, alferes era um cargo de baixa patente, equivalente a atualmente ao de segundo-tenente. Antes da criação do cargo de tenente, o alferes tinha funções similares a este. (BARROSO, 1935, p. 14, 101).

BALUARTE: Também chamado de bastião, foi uma estrutura da arquitetura militar surgida na Itália, no século XV, sendo aprimorada nos dois séculos seguintes. Os baluartes consistiam em estruturas geralmente com três pontas, as quais se projetavam dos ângulos de uma fortificação. Os baluartes permitiam ampliar os ângulos de ataque, como também gerava reforço para defender os muros em caso de cerco. O baluarte poderia ser usado para se instalar canhões para auxiliar na defesa. (KEEGAN, 1995, p. 334), (TALLET, 1992, p. 34).

BATERIA: Na terminologia militar refere-se a um conjunto de canhões (peças de artilharia), posicionado em local estratégico para ataque ou defesa. Nos navios as baterias eram chamadas de andaime de artilharia. (SILVA, 1789, p. 271).

CAPITÃO-MOR: Patente militar a qual eram atribuídas funções políticas de governo. Em cada cidade, vila ou concelho deveria haver um capitão-mor, sendo este eleito a partir dos alcaides-mores. Na ausência de um alcaide-mor os membros da câmara local elegeriam através de votação um homem apto a exercer o cargo. O capitão-mor seria auxiliado diretamente por um sargento-mor, o qual estaria a ele subordinado. O capitão-mor e o sargento-mor estavam incumbidos de proteger o território, convocar tropas e compor tropas locais (milícias). (REGIMENTO DOS CAPITÃES-MORES, 1570).

CARAVELA: Embarcação usada pelos portugueses ao longo de séculos, sendo o registro mais antigo conhecido datado de 1255. Inicialmente no período medieval tratava-se de uma embarcação pequena de um mastro, chamada de “caravela latina”. Em meados da Idade Moderna, consistia numa embarcação mais robusta, possuindo de 100 a 180 tonéis (c. 85 a 152 toneladas) de capacidade de carga, com castelo de popa e proa,

com dois mastros de velas latinas ou redondas, sendo designada “caravela redonda” por alguns. No caso de fosse empregada para a guerra, era chamada de “caravela de armada”, embora também fosse usada para viagens, pescaria e transporte. (DOMINGUES, 2004, p. 259-261).

CHALUPA: Termo advindo do francês, *chaloupe*, designava uma pequena embarcação com uma ou duas velas latinas, ou sem vela. Podendo ser movida por remos. Chalupas eram usadas como embarcações de apoio transportando homens e pequenas cargas por rios, ou da terra para um navio. No século XVII, em Portugal, chalupa era usado como sinônimo de esquife, pequena embarcação medindo de 5 a 7 metros de comprimento. (BLUTEAU, 1728, p. 287), (DOMINGUES, 2004, p. 284).

COMPANHIA: Termo utilizado para se designar uma unidade militar. O termo tornou-se mais habitual na Idade Moderna. Originalmente era baseado na centúria romana, possuindo em torno de 100 soldados. Mas dependendo do país, o efetivo da companhia variava. No caso de Portugal o efetivo da companhia era pautado no terço, variando de 100 a 200 homens, embora pudesse haver menos homens por companhia. (SOUSA, 2013, p. 114-115).

CONDESTÁVEL: Nos séculos XVII e XVIII, o termo era empregado pelo exército português para se referir ao chefe dos artilheiros. Atualmente o posto equivaleria ao de cabo, mas sendo específico para o comando de baterias numa fortificação, navio ou no campo de batalha. (SILVA, 1789, p. 439).

FORTALEZA: Na Idade Moderna também chamada de castelo ou cidadela, consiste numa fortificação de grande proporção, cercada por muralhas, possuindo vários baluartes e outras formas de defesa. Poderia possuir fosso e trincheiras. Consiste numa fortificação mais robusta, necessitando de uma grande quantidade de homens para defendê-la. (PIMENTEL, 1680, p. 16), (BLUTEAU, 1728, p. 184),

FORTE: Fortificação cercada por muros ou muralhas, podendo possuir baluartes, e outras formas de defesa como rivellins, coroas, hornaveques, etc. O forte poderia também ser cercado por um fosso e contar com trincheiras. Consistia numa fortificação

que poderia ser operada e defendida com um baixo efetivo de homens. (PIMENTEL, 1680, p. 15), (SILVA, 1789, p. 51-52).

FRAGATA: Navio de médio porte, com duas velas, possuindo duas cobertas para se posicionar canhões. Seu tamanho variava, mas possuía mais de 100 tonéis de capacidade de carga (c. 85 toneladas). Foi utilizado entre os séculos XVI e XVII com funções similares de uma caravela. Na segunda metade do XVII e no XVIII, a fragata tornou-se uma embarcação de segunda linha, fornecendo suporte para os navios de guerra, os quais eram maiores. (DOMINGUES, 2004, p. 284-285).

HORNAVEQUE: Do alemão *hornwek*, também chamado obra cornuda ou cornas, etc., surgiu no século XVI, consistindo numa fortificação exterior a um forte, fortaleza ou muralha. O hornaveque era formado de dois lados chamados de *ramais* os quais na ponta terminava em dois meios baluartes, formando um triângulo. A estrutura consistia em muros, que poderiam ser reforçados por fossos. (PIMENTEL, 1680, p. 16, 80).

IATE: Termo advindo do holandês, *jacth*, designava uma embarcação de porte médio, possuindo duas velas latinas. Eram embarcações conhecidas por serem velozes, sendo usadas para enviar mensagens, percorrer distâncias médias e servir de apoio militar. Em alguns casos eram usados para passeio, podendo ser embarcações de luxo. (HARDING, 1999, p. 50).

LANCHA: Pequena embarcação auxiliar, movida por uma vela ou por remos, usada para transporte de pessoas e de pequenas cargas. Às vezes surge nos documentos com o nome de barco ou outro termo. (DOMINGUES, 2004, p. 276-277).

NAU: Embarcação de origem portuguesa desenvolvida no final do século XV, para substituir as caravelas, as quais eram embarcações menores. A nau consistia numa embarcação de maior calado, de casco arredondado, tendo cerca de 33 metros (100 pés); com dois ou três mastros de velas redondas. Possuindo capacidade de carga superior a 300 tonéis (c. 254 toneladas). Eram embarcações robustas para resistirem às intempéries marítimas e ao impacto de armas de fogo. Sua resistência concedia autonomia para viajar longas distâncias, além de servirem como embarcações de guerra. (DOMINGUES, 2004, p. 245, 252).

NAVIO: Termo genérico para se referir a embarcações de médio e grande porte, variando de 80 a 500 tonéis de capacidade de carga. O termo navio poderia designar um patacho, caravela, nau, galeão, etc. (DOMINGUES, 2004, p. 269).

PALIÇADA: Estrutura defensiva que consiste em estacas de madeira com uma das pontas afiadas. Normalmente as paliçadas eram estacas encravadas na terra, formando uma cerca. As paliçadas eram erguidas diante de fossos, trincheiras, muros, acampamentos, etc., consistindo numa forma de defesa simples para retardar o avanço da cavalaria ou da infantaria. (BLUTEAU, 1728, p. 201-202).

PATACHO: Embarcação de médio porte usada por alguns países europeus. No caso português o patacho era menor do que uma caravela, possuindo de um a dois mastros, de vela latina (em formato triangular) ou vela redonda. Capacidade de carga inferior a 100 tonéis (c. 85 toneladas). Por serem embarcações leves, eram usadas para viagens de curta e média distância, transporte de carga e para uso militar. (DOMINGUES, 2004, p. 266).

PRAÇA-FORTE: Também chamada de praça-de-guerra, era uma designação para se referir a algum núcleo urbano que dispunha de uma ou mais fortificações como muros, muralhas, fortes, fortalezas, redutos, etc. (MIRANDA, 2006, p. 13).

REDUTO: Fortificação simples e pequena, a qual poderia possuir muros feitos de terra, ou de cestões com terra ou areia, ou muros de alvenaria. Os redutos também poderiam ser escavados. (VELLOZO, 2005, p. 43-44).

REGIMENTO: Era a união de várias companhias para formar uma organização maior do exército. Dependendo da época o número de integrantes de um regimento variava. No século XVI, os regimentos holandeses eram compostos por 10 a 20 companhias, totalizando de 1 mil a 5 mil homens. O terço ou tercio usado pelos portugueses e espanhóis também seria uma forma de regimento. (PARKER, 1992, p. 13).

SARGENTO-MOR: Antiga patente militar usada por exércitos europeus. Também conhecida como sargento-major e sargento-maior. Atualmente equivale a patente de major. (BARROSO, 1935, p. 102).

TERÇO: Do espanhol *tercio*, surgiu na Idade Moderna, a partir das campanhas espanholas na península itálica. Segundo a tradição o termo designaria a terça parte de um exército, mas há controvérsias a veracidade desse relato. No caso de Portugal e Espanha o regulamento de um terço variou ao longo do período moderno, alterando a quantidade de membros integrantes e a divisão em companhias. Em termos gerais um terço seria uma unidade militar composta de 2.000 a 3.000 homens, divididos entre 15 a 20 companhias. (PUNTONI, 1999, p. 190), (LÓPEZ; LÓPEZ, 2012, p. 13).

LISTA DO NOME DOS ENGENHOS EXISTENTES NA CAPITANIA DA
PARAÍBA ATÉ O ANO DE 1640

Nº	Nome do engenho	Bacia e afluentes	Tipo	Proprietário antes da ocupação
1	Barreiras	Paraíba	Água	Domingo Carneiro Sanches
2	Tibiri de Baixo (antigo d'El-Rei)	Tibiri	Água	Manuel Quaresma Carneiro
3	Tibiri de Cima	Tibiri	Água	Jorge Homem Pinto
4	Santo André	Paraíba	Água	João Rabelo de Lima
5	São João Batista ou Jerônimo Cadena	Paraíba	Água	Jerônimo Cadena
6	Três Reis Magos	Paraíba	Água	Francisco Camelo
7	Santo Antônio	Paraíba	Água	Manuel Perez Correia
8	Massangana ou Engenho da viúva Rocha	Paraíba	Bois	André da Rocha/Brásia Rodrigues da Rocha
9	Itapuá ou Tapuá	Paraíba	Bois	Antônio de Valadares
10	Gargaú	Gargaú	Água	Jorge Lopes Brandão
11	Meio, São Miguel ou São Gabriel	Inobi	Água	Francisco Camelo Brandão
12	Inobi ou Santo Cosme e Damião	Inobi	Água	Luís Brandão
13	Salvador, Nossa Senhora da Ajuda ou Engenho Velho de Duarte	Inobi	Água	Duarte Gomes da Silveira
14	Santo Antônio ou Engenho Novo de Duarte	Inobi	Água	Duarte Gomes da Silveira
15	São Gonçalo	Paraíba	Bois	Antônio Pinto
16	São Francisco	Paraíba	Bois	Ventura Mendes Castelo
17	São Tiago Maior	Paraíba	Bois	Francisco Álvares Romão
18	Santa Luzia ou Tabocas	Paraíba	Água	João do Souto
19	Espírito Santo	Paraíba	Água	Manuel Perez Correia
20	Camaratuba	Camaratuba	Água	Antônio Barbalho Bezerra
21	Miriri	Miriri	Bois	Francisco Álvares
22	Gramame de Baixo*	Gramame	Água?	Jorge Tomás
23	Gramame de Cima*	Gramame	Água?	Jorge Tomás

Fonte: LINS, Guilherme. *Relação de engenhos na Paraíba no século XVII*. (2014).
MELLO, Evaldo Cabral de. *O bagaço da cana*. (2012).

* Ambos os engenhos do rio Gramame, estavam a fogo morto antes de 1630.

LISTA COM O NOME DOS QUE LUTARAM NAS GUERRAS LUSO-
HOLANDESAS NA CAPITANIA DA PARAÍBA

TROPAS LUSO-ESPANHOLAS		
Relação de alguns nomes que participaram da Primeira expedição: 5-12 de dezembro de 1631		
NOME	PATENTE	MORTO EM COMBATE
Aleixo de Aza	Capitão	X
André da Rocha	Capitão	X
André de Barros	Sargento	X
André de Melo e Albuquerque	Capitão	
Antônio de Albuquerque Maranhão	Capitão-mor	
Antônio de Figueiredo de Vasconcelos	Capitão	
Bartolomeu Velasco	Cabo	
Belchior de Valadares	Capitão	
Bernardo Soares de La Xara	Alferes	
Cosmo da Rocha	Capitão	X
Diogo Paes	Capitão de engenheiros	
Domingos de Valadares	Capitão	X
Duarte Gomes da Silveira	Capitão	
Francisco Serrano	Sargento-mor	
Fernando de la Riba Agüero	Capitão	
Gabriel de Maella	Alferes	
Jerônimo Albuquerque Maranhão (Filho)	Soldado	X
Jerônimo de Santander	Cabo	
João Gomes da Silveira	Soldado	X
João de Matos Cardoso	Capitão	
Juan Vásques de Dueñas	Capitão	
Juan de Orellana	Capitão	
Juan de Xereda	Capitão	X
Manoel Godinho	Capitão	X
Manuel de Cuenca	Sargento	
Matias de Albuquerque Maranhão	Capitão	
Miguel Padilha	Capitão	
Muruçujacha	Capitão de índios	X
Nicolau Piuda	Capitão de índios	X
Nicolau de Plaçaola	Alferes	X
Pedro Marinho de Cubera	Capitão	
Sebastião de Palácios	Capitão	X

Fonte: ROSÁRIO, Paulo do. *Relaçam breve e verdadeira...* (1632), COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da Guerra do Brasil*. (1654).

TROPAS LUSO-ESPAÑHOLAS		
Relação de alguns nomes que participaram da Segunda expedição: 26-28 de fevereiro de 1634		
NOME	PATENTE	MORTO EM COMBATE
Álvaro Fragoso de Albuquerque	Capitão	
Antônio de Albuquerque Maranhão	Capitão-mor	
Antônio Silva Lobo	Alferes	
Domingos de Almeida	Capitão	
Domingos de Arriaga	Capitão	
José do Souto Ponce de León	Capitão	
Gaspar de Valcaçar	Capitão	
Lourenço de Brito Correia	Capitão	
Lourenço Cavalcanti de Albuquerque	Capitão	
Martim Munoz	Capitão	
Simão Soares	Capitão de índios	

Fonte: COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da Guerra do Brasil*. (1654).

TROPAS LUSO-ESPAÑHOLAS		
Relação de alguns nomes que participaram da Terceira expedição: 02-23 de dezembro de 1634		
NOME	PATENTE	MORTO EM COMBATE
Antônio de Albuquerque Maranhão	Capitão-mor	
Antônio de Madureira Trigo	Sargento-mor	
Antônio Perez Calhaú	?	
Antônio da Silva Lobo	Alferes	
Baltazar da Rocha Pita	Capitão	
Diogo Paes	Capitão de engenheiros	
Domingos de Arriaga	Capitão	X
Fernando de Alvarado	Sargento	
Fernando de La Riba Agüero	Capitão	
Francisco Bittencourt Sá	Capitão reformado	
Francisco Camelo Brandão	?	
Francisco Perez Calhaú	?	
Francisco Peres de Souto	Capitão	
Giovanni Vincenzo San Felice (Conde de Bagnuolo)	Capitão de terço	
Jacinto Arias de la Serna	Capitão de artilheiros	
Jerônimo Pereira	Capitão	X
João da Silva e Azevedo	Capitão	
João de Matos Cardoso	Capitão	
Jorge da Fonseca Coutinho	Capitão	
Jorge Lopes Brandão	?	
Gaspar de Valcaçar	Capitão	
Gregório Guedes de Souto Maior	Capitão	
Leonardo de Albuquerque	Capitão	
Lourenço Cavalcanti de Albuquerque	Capitão	
Luís Lopes Brandão	?	
Luiz de Magalhães	Capitão	
Manuel de Queiroz Siqueira	Capitão	
Manuel Perez Correia	Capitão	
Martim Munoz	Capitão	
Martim Soares	Capitão	
Miguel Padilha	Capitão	
Miguel Sanches	Alferes reformado	
Pedro Ferreira de Barros	Capitão	
Pedro Palomo	Capitão	
Rui Calaza Serpa	Capitão	
Simão Caieiro	Capitão	

Fonte: COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da Guerra do Brasil*. (1654).

TROPAS DA COMPANHIA DAS ÍNDIAS OCIDENTAIS		
Relação de alguns nomes que participaram da expedição: 05-12 de dezembro de 1631		
NOME	PATENTE/CARGO	MORTO EM COMBATE
Ambrósio Richshoffer	Soldado	
Cloppenburg	Capitão	X
Hellingh	Capitão	
Huyghens	Capitão	
Hugo Wirich von Berstedt	Sargento-mor	
Jan Everwjin	Capitão	
Joost Coeck	Capitão	
Levijn	Capitão	
Nicolaes Bijma	Capitão	
Palmer	Capitão	
Pieter van der Hagen	Conselheiro Político	
Heindrick van Rendickhoven	Sargento-mor	
Servaes Carpentier	Conselheiro Político	
Steyn-Callenfels	Tenente-coronel	
Wolfart von Schenck (barão de Schenck)	Capitão	
Wouter Barentsen van Meppelen	Capitão	

Fonte: RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado da Companhia das Índias Ocidentais*. (1677).
LAET, Joannes de. *História ou Anais da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais*. (1644).

TROPAS DA COMPANHIA DAS ÍNDIAS OCIDENTAIS		
Relação de alguns nomes que participaram da Segunda expedição: 25-28 de fevereiro de 1634		
NOME	PATENTE/CARGO	MORTO EM COMBATE
Fredrick Maulpas	Capitão	
Jan Cornelissen Lichthart	Comandante	
Jan Everwjin	Capitão	
Johan Gijsselingh	Diretor delegado	
Servaes Carpentier	Conselheiro Político	
Sigismund von Schkoppe	Tenente-coronel	
Steven de Vries	Sargento-mor	

Fonte: LAET, Joannes de. *História ou Anais da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais*. (1644).

TROPAS DA COMPANHIA DAS ÍNDIAS OCIDENTAIS		
Relação de alguns nomes que participaram da Terceira expedição: 02-23 de dezembro de 1634		
NOME	PATENTE/CARGO	MORTO EM COMBATE
André Zon	Sargento-mor	
Bayardt	Capitão	
Crestofle d'Artischau Arciszewski	Tenente-coronel	
Domingos Fernandes Calabar	?	
Duyvenhof	Capitão	X
Gaspar van Ley	Capitão	
George Gartsman	Capitão	
Jacob Stachouwer	Conselheiro Político	
James Henderson	Sargento-mor	
Jan Cornelissen Lichthart	Almirante	
Jean Descars	Sargento-mor	
Joris Garstman van Werwe	Capitão	
Manveldt	Capitão	X
Picard	Sargento-mor	
Servaes Carpentier	Conselheiro Político	
Sigismund von Schkoppe	Tenente-coronel	

Fonte: LAET, Joannes de. *História ou Anais da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais*. (1644).